



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Davison Hugo Rocha Alves

Contando a História do Pará: A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ e os livros didáticos (1990 – 2000)

São Gonçalo

2016

Davison Hugo Rocha Alves

**Contando a História do Pará: A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ e os livros didáticos
(1990 – 2000)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território

Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik

São Gonçalo

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

FEITA NA BIBLIOTECA

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Davison Hugo Rocha Alves

**Contando a História do Pará: A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ e os livros didáticos
(1990 – 2000)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território

Aprovada em 15 de Fevereiro de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luís Reznik

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dra. Helenice Aparecida Bastos Rocha

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra Juçara da Silva Barbosa de Mello

Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio.

São Gonçalo

2016

DEDICATÓRIA

A minha eterna amiga professora Graça Teixeira (in memoriam), que foi professora da disciplina Estudos Amazônicos, com quem aprendi muito sobre Geografia Política e Amazônia.

AGRADECIMENTOS

Chegando ao fim de mais uma etapa da vida acadêmica só tenho a agradecer primeiramente a Deus por realizar este sonho. Uma trajetória nunca é feita só, sempre temos várias mãos que nos ajudam ao longo do caminho, ao longo da vida. Muitas pessoas fazem parte dessa construção a vocês a minha eterna gratidão, pelos pensamentos positivos e pela torcida de sempre. A minha família que sempre me apoiou em meus estudos, o meu pai (Cláudio Alves), a minha mãe (Socorro Rocha), os meus irmãos (Camila Alves, Diego Alves e Paula Alves), a minha avó Naíde Alves a todos vocês pela força de sempre deixo o meu muito obrigado.

Aos meus tios paternos (Carlos Alves, Carla Alves, Cleide Alves e Kleverson Alves) e maternos (Ana Rocha, Bena Rocha Filha, Jiconde Rocha, João Pedro Rocha e Leonardo Rocha) o meu muito obrigado, alguns mesmo longe sempre estão torcendo por mim. Em especial também a minha tia Marlene Rodrigues e primos que moram em São Paulo (Paulo, Cristiane e Jan Clay), a minha prima Rita Rodrigues e suas filhas Camila e Isabel, com quem morei um ano e meio no Rio de Janeiro em São João de Meriti, que abriu as portas de sua casa e me proporcionou tudo o que pôde para que pudesse ficar o tempo das disciplinas na cidade do Rio de Janeiro, foi uma experiência fantástica, uma coisa única na vida, um sonho realizado, de vocês nunca os esquecerei, só tenho a agradecer: o meu muito obrigado.

Aos amigos que sempre estiveram comigo nesta caminhada, me dando força nos momentos de saudade quando estava no Rio de Janeiro, a minha amiga Márcia Gouveia dos Santos, ao meu amigo Rafael Góes Vieira, a meu amigo Raimundo Neto que sempre estiveram pronto para me amparar quando ligava, para matar a saudade, contar as novidades, as coisas do dia-a-dia o meu muito obrigado. A minha amiga Claudinéia Pamplona pelo incentivo e apoio. A minha amiga Shirley Muryel pela companhia e momentos felizes no Rio de Janeiro, por está comigo em atividade política mesmo distante do Pará pelo movimento negro (AFRO) no Rio de Janeiro durante as eleições de 2014, foram momentos que me fizeram matar um pouco a saudade da política, algo que tanto gosto também a você minha amiga o meu muito obrigado.

Na academia, claro que não poderia deixar de agradecer a minha amiga Edilza Fontes, que sempre me incentivou a está no campo da pesquisa, a ela o meu agradecimento eterno, pois, senão fosse à compra da passagem de avião para ir ao Rio de Janeiro tentar a seleção de

mestrado em 2014, este sonho não seria possível. Na universidade federal do Pará, a minha antiga casa onde comecei minha paixão pelo ensino de História, aos amigos da História desdobrada em boas amizades sempre incentivadoras em nossas conversas diárias, risadas e aprendizagens constantes, os professores: Francivaldo Nunes, Thiago Mesquita, Aline Bragança, Fabrício Ribeiro, Stela Pojucci, Odilene Santos o nosso grupo da atual diretoria da ANPUH seção Pará, do qual também faço parte. Ao meu amigo Paulo Costa pelo incentivo e apoio durante o mestrado. A minha amiga Adriane Silva com quem compartilho alegrias, ansiedades e pesquisas acadêmicas o meu muito obrigado. A minha amiga Lourdes Rodrigues (conhecida como Lurdinha) pelas nossas conversas na reitoria da UFPA o meu muito obrigado pelo apoio de sempre.

Aos professores que me auxiliaram a construção da história da disciplina ‘Estudos Amazônicos’, concedendo entrevistas sobre o tema, a professora Violeta Loureiro, o professor William Junior, o professor Ribamar Oliveira, a professora Edilena Barbosa e a professora Maria de Fátima Oliveira o meu obrigado. A entrevista de todos foi fundamental para pensar as perspectivas da história regional no Pará durante os anos 90.

Por fim, agradeço a Capes pela bolsa de 24 meses que me possibilitou estudar neste programa de pós-graduação. A gratidão ao meu orientador Luís Reznik, pela sugestão de estudar o tema sobre Amazônia e o ensino de história regional neste mestrado, hoje vejo que foi uma escolha acertada diante da importância que tem a Amazônia no atual cenário. Aos colegas do mestrado, Thiago Junior, Daniele Rodrigues, Diego Desiderio e Igor Santos pelas conversas ao longo do semestre sobre diversos assuntos. Aos ensinamentos que tive com os professores Eduardo Scheidt, Cristiane Laidler e Helenice Rocha nas disciplinas ministradas na Faculdade de Formação de Professores (FFP) elas serviram para meu amadurecimento acadêmico. A disciplina ministrada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UniRio) com o professor Marcelo Magalhães, que foi uma das disciplinas memoráveis sobre a história do nosso campo de pesquisa o ‘ensino de história’. Peço desculpa por não poder citar todos os demais como eu gostaria, mas a gratidão é verdadeira a todos os que passaram, conviveram comigo e os que ficaram como amigos pela estrada da vida. Foi uma trajetória importante na minha vida acadêmica. Uma experiência única que levarei comigo para sempre. A todos que continuam sempre comigo, família e amigos obrigado por tudo.

O que vale na vida não é o ponto de partida, e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.

Cora Coralina

RESUMO

ALVES, Davison. Contando a História do Pará: A disciplina 'Estudos Amazônicos' e os livros didáticos (1990 – 2000). 2016. 152f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

Esta dissertação tem como objetivo compreender os caminhos percorridos pelo ensino de História da Amazônia tendo como recorte temporal os anos 1990, quando em meio às reformas curriculares nos Estados privilegiou-se uma história regional que se configurou pela criação da disciplina 'Estudos Amazônicos' em oposição à disciplina 'Estudos Paraenses'. Os autores dos manuais didáticos constroem um currículo para ser ensinado nesta disciplina regional, e escolhem problematizar a região amazônica no espaço escolar, evidenciando suas experiências e aspectos histórico-ambientais. Pretende-se compreender qual a leitura que estes autores consideram importante ensinar sobre o passado, a história e a Amazônia. Adotando como referencial teórico-metodológico o método dialético, busca-se compreender como os professores/autores que elaboram materiais didáticos para a disciplina 'Estudos Amazônicos' construíram uma crítica ao ensino de História pautado somente nos eventos políticos do estado do Pará, e agora abrem duas possibilidades de ensino-aprendizagem sobre a região amazônica, que são: a urgência do presente e a relação passado/presente como propostas curriculares.

Palavras-chave: Amazônia. Anos 90. Estudos Amazônicos. História das disciplinas escolares.

ABSTRACT

ALVES, Davison . Pará telling the story: Discipline ' Amazonian Studies ' and textbooks (1990-2000). 152f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

This research aims to understand the paths taken by the Amazon history teaching having as time cutting the 1990s, when in the midst of curriculum reforms in the United if priority was a regional story that is configured for creating the discipline 'Amazonian Studies' in opposition discipline 'Parense Studies'. Authors of textbooks construct a curriculum to be taught in this regional discipline, and choose problematize the Amazon region within the school, showing their experiences and historical and environmental aspects. Aims to understand what reading these authors consider important to teach about the past, the history and the Amazon. Adopting as a theoretical framework the dialectical method, we seek to understand how teachers authors who prepare materials for the 'Amazon Studies' discipline built a critique of the history of education based only on political events of Para state, and now open two teaching-learning opportunities on the Amazon region, which are: the urgency of the present and the past relationship present as curriculum proposals.

Keywords: Amazon. 90s. Amazonian Studies. History of school disciplines.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Propaganda de terras no Pará	28
Figura 2 –	Propaganda Revista Veja de 1970	29
Imagem 1 –	Capa do livro História do Pará volume 1	56
Imagem 2 –	Capa do livro História do Pará volume 2	60
Imagem 3 –	Capa do livro Amazônia: meio ambiente	92
Imagem 4 –	Capa do livro Amazônia: história e análise de problemas	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Conflitos no campo (Amazônia Legal)	114
------------	---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
CEB'S	Comunidades Eclesiais de Base
CENP	Coordenadoria de Estudos e normas pedagógicas
CEE-PA	Conselho Estadual de Educação do Pará
CFE	Conselho Federal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino e Pesquisa
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DETER	Deteção de mapeamento em tempo real
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Económico-Social do Pará
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Pará
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LDB	Leis e Diretrizes e Bases da Educação

MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	
1	CONTANDO A HISTÓRIA DO PARÁ NOS ANOS 1990: A HISTÓRIA DA DISCIPLINA ESTUDOS AMAZÔNICOS	23
1.1	História regional, currículo e disciplina escolar: questões teórico-metodológicas	24
1.2	Contexto nacional e regional	31
1.3	Contexto educacional	35
1.4	Os debates na Secretaria de Educação do Estado do Pará e a elaboração da disciplina ‘Estudos Amazônicos’	39
2	A HISTÓRIA DA AMAZÔNIA ENTRELACADA NA HISTÓRIA DO PARÁ: UMA PROPOSTA DE CURRÍCULO PARA A DISCIPLINA ‘ESTUDOS AMAZÔNICOS’	56
2.1	A coleção “Estande da Amazônia”: capas, sumários, apresentação	56
2.2	Uma História do Pará, “das primeiras populações à Cabanagem”	61
2.3	Uma História do Pará, “Do período da borracha aos dias atuais”	70
2.4	Considerações sobre a obra de Gerard Prost	83
3	HISTÓRIA, MEIO AMBIENTE E OS PROBLEMAS AMAZÔNICOS: A PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA DA DISCIPLINA ‘ESTUDOS AMAZÔNICOS’	85
3.1	A coleção ‘Estudos Amazônicos’: capas, sumários e apresentação	89
3.1.1	Capa – o livro Amazônia: meio ambiente	91
3.1.2	Capa - O livro Amazônia: História e análise de problemas	94
3.2	Compreendendo o meio ambiente amazônico na obra de Violeta Loureiro	96
3.3	Os problemas amazônicos na obra de Violeta Loureiro	105
3.4	Os livros de Geografia e o discurso sobre a Amazônia	117
3.5	Considerações sobre a obra didática de Violeta Loureiro	120

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

**ANEXO A – GRADE CURRICULAR DA SECRETARIA ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO DO PARÁ (1996)**

ANEXO B – MATRIZ CURRICULAR SECUC PARÁ (1999)

Introdução

Esta dissertação tem como objetivo central compreender a história da disciplina ‘Estudos Amazônicos’, utilizando-se dois caminhos para isto, que são: no primeiro momento contar a história deste movimento curricular, fazendo entrevistas com os professores que participaram desse processo durante os anos 1990 no Estado do Pará, e no segundo momento fazer uma análise de duas propostas didáticas lançadas neste momento para serem usados pelos professores da disciplina ‘Estudos Amazônicos’.

As reflexões feitas durante minha participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência (PIBID) durante o ano de 2010 sobre a disciplina ‘Estudos Amazônicos’, sendo realizada na escola estadual Deodoro de Mendonça é o ponto de partida desta pesquisa. A hipótese à época levantada entre os professores da rede estadual era que esta disciplina regional não possuía materiais didáticos para uso por alunos e professores nas escolas públicas. No entanto, isto não era algo condizente com a minha formação, enquanto aluno do ensino fundamental nesta década, haja vista que durante os anos 1990 e início dos anos 2000 ocorreram à produção de dois livros didáticos no Pará que foram produzidos pelos professores Violeta Loureiro¹ e Gérard Prost².

Os livros escolares lançados por estes professores apresentam abordagens diferenciadas sobre a disciplina ‘Estudos Amazônicos’, isto ocorre porque ela é uma disciplina interdisciplinar, e possui livros regionais escritos por historiadores, geógrafos e sociólogos. Indagado sobre isto, esta dissertação dialoga com esta questão partindo do pressuposto de que há uma historicidade a ser contada sobre esta disciplina criada no Estado do Pará após a redemocratização, haja vista, que a região amazônica se tornou um espaço de disputa de poder, de influências políticas e de debates em torno de suas exuberâncias, fragilidades e riquezas naturais. No contexto dos anos 1990 existe uma preocupação em evidenciar a Amazônia no currículo escolar, para isso foi inventado um currículo escolar, e elaborado dois livros didáticos. Percebemos que há um distanciamento de uma proposta curricular que tem na História do Pará o centro de sua narrativa didática, quando se colocam em questão alguns eventos chaves como a fundação da Belém, a chegada dos jesuítas, o período de Marquês de Pombal, a Cabanagem, o período da Borracha, a era do intendente Antônio Lemos, a revolução de 1930 no Pará e o governo de Magalhães Barata, os governos militares e a guerrilha do Araguaia, para trazer como centro de discussão as características geográficas, os aspectos positivos

¹ A professora Violeta Refkalefsky Loureiro possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1969), Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1985), Doutorado em Sociologia - Instituto des Hautes Etudes de l'Amérique Latine (1994) e pós-doutorado na Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Sociais, da Faculdade de Economia. Atualmente é Professora Voluntária - associada nível 4, da Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Sociologia do Desenvolvimento e Metodologia das Ciências Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: Amazônia, Desenvolvimento e Conflitos. Professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e professora no Programa de Pós-Graduação em Direito, ambos da UFPA.

² O professor Geógrafo e historiador Gérard Prost, ele foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) trabalhando no Museu Paraense Emílio Goeldi. O segundo volume desta obra lançada durante o ano de 1998, foi dedicado in memoria a este pesquisador que faleceu em viagem ao Egito após a conclusão deste manual didático.

e negativos da Amazônia, os problemas ambientais, as questões sociais e do impacto exercido sobre a floresta amazônica com a ação do homem a partir dos anos 1960.

Em caráter comemorativo fazendo parte do evento do ano 2000 o Museu Paraense Emílio Goeldi organizou o Simpósio *Amazônia 500 anos: lições de História e reflexões para uma nova era*, que ocorreu em Abril de 2000, na cidade de Belém, reunindo diversos pesquisadores das ciências humanas, momento importante em que foi realizado um balanço que encerrou o milênio passado e assim marcaram os 500 anos da chegada dos primeiros portugueses às terras brasileiras³.

Como forma de construir uma reflexão crítica e positiva, este simpósio teve como objetivo fazer uma divulgação científica sobre a região amazônica, dividida em quatro áreas gerais: Pré-História da Amazônia; Ocupação histórica da região; Políticas desenvolvimentistas e modernização e o futuro da Amazônia. Portanto, observamos que a intenção deste V Centenário era fazer uma revisão histórica destes 500 anos do encontro entre os europeus, os americanos e os africanos. No último bloco de questões pertinentes a esta região foram levantadas questões sobre o futuro da Amazônia em diferentes pontos de vista, podemos destacar o desafio de conservar a biodiversidade, os recursos genéticos e o conhecimento dos povos tradicionais.

As perspectivas sobre a região amazônica neste simpósio preferida pela conferência do jornalista e sociólogo Lúcio Flávio Pinto⁴ com a palestra *Amazônia: tem futuro o futuro?* Parte da perspectiva que a região amazônica possui uma história densa, que não é uma terra nula e nenhum espaço vazio como fora criado pelos militares ou imposto pela sua geopolítica, ele ainda argumenta “é a fronteira amansada pelo bandido. Essa política de terra arrasada veio em círculos, em novos círculos dantescos, em vários momentos”⁵. As reflexões sobre as políticas públicas desenvolvidas nos últimos 30 anos para a Amazônia, tem recebido uma atenção quando observamos alguns problemas ocasionados pelo modelo de desenvolvimento proposto para esta região, refiro-me as seguintes questões: o crescente desmatamento que se intensificou na região neste início de milênio; ao crescente número de assassinatos no campo envolvendo disputas de terras, a forma de ocupação dirigida pelo Estado brasileiro que não respeita a demarcação das terras indígenas; a atração de grandes empreendimentos para a Amazônia com a expansão do agronegócio; as ações do homem sobre o meio ambiente afetando o seu ecossistema. Estas ações refletem a maneira como a relação homem, sociedade e natureza na Amazônia estão repletas de efeitos políticos de forma negativa para esta região.

Nas palavras de Lúcio Flávio Pinto quando olhamos para o futuro precisamos compreender que a Amazônia possui uma História sendo o nosso maior patrimônio, pois, as situações do passado são experiências que temos sobre nós mesmo, compreendemos que “temos a história da natureza como ela é, de outro temos a história da cultura de quem viu a Amazônia a partir de expectativas,

³ FORLINE, Louis; MURRIETA, Rui; VIEIRA, Ima. *Amazônia além dos 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.

⁴ Este jornalista é editor do Jornal-Pessoal em Belém-Pará.

⁵ PINTO, Flávio. *Amazônia tem futuro o futuro?* In: FORLINE, Louis; MURRIETA, Rui; VIEIRA, Ima. *Amazônia além dos 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005. p. 456.

preconceitos e verdades pré-estabelecidas”⁶. Este argumento é interessante de ser observado, pois, segundo este autor o homem amazônica não consegue ver a Amazônia como ela realmente é, pois, sempre somos levados a atribuir valores que não possuem nenhuma ligação seja ela física ou com a tradição histórica da região, por exemplo, o mito do Eldorado, a Terra do Amazonas, o Inferno Verde, o deserto do mundo e o celeiro do mundo. Essas construções históricas não permitem que se veja a Amazônia real, sempre somos levados a impor valores que temos em nossa cabeça. Portanto, nós precisamos compreender a Amazônia real, aquela que está presente nos noticiários em nosso cotidiano. Debater essa Amazônia no espaço escolar será um desafio a ser pensado a partir da criação de uma disciplina regional.

Em linhas gerais, nessa conferência Lúcio Flavio Pinto nos instiga a pensar a região amazônica descortinando as impressões e padrões estabelecidos fora de nós, com a seguinte pergunta *Será que nós nunca vamos descobrir o que é essa Amazônia?*⁷ Ele nos provoca a fazer uma reflexão sobre o processo de exploração que ocorreu na Amazônia nestes últimos 500 anos, quando esta região se tornou área de interesse de determinados grupos sociais.

Debatendo também as perspectivas quanto ao futuro da Amazônia nesse Simpósio também participou a geógrafa Bertha Becker com a conferência *Fronteiras Amazônicas no início do século XXI*, ela nos apresenta as “redes e fluxos financeiros e informacionais transfronteiras, instituições para a governabilidade mundial e globalização da questão ambiental”, que gerou nas últimas décadas formas e usos diferenciados da natureza amazônica diante dos processos de transformações a âmbito global por qual passou o meio ambiente, percebendo neste modo os impactos ocasionados desse processo a partir da abertura de uma fronteira aberta na região após os anos 1960, que apresentou diversos interesses do Estado brasileiro sobre a Amazônia, nas palavras de Becker “a apropriação do espaço amazônico para usos de território e ambientes como reservas de valor, sem o uso produtivo imediato, tornou-se uma forma de controlar o capita natural sobre o futuro”⁸.

Este novo processo de ocupação começou durante os anos 60 quando ocorreu a migração de várias pessoas para o estado do Pará fundando uma “civilização da estrada” como lógica diferenciada da “civilização dos rios”, onde foram criadas novas cidades, sendo construída a beira das estradas, principalmente estradas federais não impondo necessariamente um rompimento com a linguagem social da cidade de origem dos migrantes: implica novos arranjos, com adequações a dinâmicas locais, dinâmicas próprias dos “novos espaços”, onde os indivíduos reorganizaram as suas condições sociais, suas relações com o espaço amazônico⁹.

A ideia de trabalhar o tema surgiu da necessidade de aprofundar os estudos sobre os livros didáticos regionais no Estado do Pará, pois, até o momento carece de uma pesquisa historiográfica

⁶ Ibid., p.456.

⁷ Ibid. p. 470

⁸ BECKER, Berta. *Fronteiras amazônicas nas início do século XXI*. In: FORLINE, Louis; MURRIETA, Rui; VIEIRA, Ima. *Amazônia além dos 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005. p. 470

⁹ MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. *Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX*. Belém, Paper NAEA nº 170, 2004. P.13

sobre este tema que evidenciasse as questões regionais como objeto de análise. Os trabalhos que existem sobre a temática concentram-se em compreender o espaço escolar e seus manuais didáticos na Primeira República no Pará¹⁰. No curso de História da UFPA, dentro do programa de pós-graduação em História Social da Amazônia atualmente existe quatro linhas de pesquisa no mestrado/doutorado, que são: Arte, cultura, religião e linguagens; Cidade, floresta e sertão: cultura, trabalho e poder; Etnicidade e territorialidade: usos e representações; População e sociedade, neste programa de pós-graduação atualmente não possui nenhuma produção acadêmica com relação ao ensino de História. Fiz um levantamento sobre os trabalhos de monografia do curso de História da UFPA e constatei que na área de Ensino de História os trabalhos são somente ligados aos seguintes temas: uso do livro de História ou referente a questões de identidade (negro ou índio), não há uma produção historiográfica que desenvolva a questão regional dos livros didáticos.

Em artigo publicado na coletânea de textos ‘História & Educação’, Magda Ricci faz uma breve análise dos primeiros livros didáticos republicanos de História do Pará, propondo fazer um debate sobre pátria e identidade (seja esta nacional ou regional) nestes manuais da primeira República ela consegue perceber como esses conceitos mudam ao longo do tempo. Os objetivos são de compreender quais os “pontos” de História do Pará, por exemplo, que Arthur Vianna¹¹ escolheu para escrever sua síntese didática e histórica, uma cadeia lógica que possui uma historicidade que ligava a Europa ao Brasil e este ao estado do Pará¹². Estes manuais evidenciam alguns elementos que interessavam a vida do homem republicano, as riquezas naturais do estado paraense e o interesse pela cartografia. Outro destaque é a obra Apostilas de História do Pará do pintor e intelectual paraense Theodoro Braga¹³, quando esta pesquisadora argumenta a sua importância em difundir as artes (como a pintura) e seu ensino onde estavam presentes debates acerca do nacionalismo, da identidade regional e história da Pátria. A argumentação da autora é de que as “apostilas” ou “pontos” de História do Pará são vistos como um “museu cívico da história e da arqueologia”¹⁴, pois, estas obras didáticas apresentavam intenções políticas expressas nestes

¹⁰ Refiro-me aos trabalhos de Coelho (2004); Ricci (2014) e Cardoso (2013).

¹¹ Segundo Bezerra neto (2007, p. 232) Arthur Viana nasceu em Belém no dia 11 de novembro de 1873, vindo a falecer no Rio de Janeiro em 14 de Setembro de 1911, aos 38 anos, Arthur acabou sendo um profícuo intelectual que ao lado de Ernesto Cruz e Arthur César Ferreira Reis tornaram-se produtivos historiadores da Amazônia com inúmeras obras publicadas e com diversos temas trabalhados, ainda que ao contrário desses dois historiadores, Arthur Viana foi um personagem esquecido pela historiografia paraense.

¹² RICCI, Magda. *Os primeiros livros didáticos republicanos de História do Pará: o patriotismo e a construção da memória*. In: Henrique, Márcio. *Diálogos entre História e Educação*. Belém: editora Açaí, 2014. p. 22.

¹³ Theodoro José da Silva Braga foi pintor, historiador da arte, ilustrador, decorador, professor. Inicia sua carreira de pintor ainda estudante da Faculdade de Direito do Recife, onde se forma em 1893. Estuda com o paisagista Telles Júnior (1851 - 1914). Em 1894, transfere-se para o Rio de Janeiro e ingressa na Escola Nacional de Belas Artes - Enba, onde estuda com Belmiro de Almeida (1858 - 1935), Zeferino da Costa (1840 - 1915) e Bérard (1846 - 1910). Retorna ao Brasil em 1905 e promove sua primeira exposição no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano volta ao Pará, onde executa a obra Fundação da Cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará, por encomenda do município de Belém. Em 1918, escreve *A Arte no Pará, 1888-1918: Retrospecto Histórico dos Últimos Trinta Anos*. Em 1921, fixa residência em São Paulo, onde atua como professor no Instituto de Engenharia Mackenzie e na Escola de Belas Artes. Disponível em <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10853/theodoro-braga> acessado em 10 de Janeiro de 2016.

¹⁴ RICCI, op. Cit., nota 12, p. 24

manuais que veiculavam uma concepção de cidadania, presente no espaço público para formar cidadãos paraenses que estavam interligados com ideais republicanos, civis e federativos.

O trabalho *Proclamar cidadãos: moral e civismo nas escolas públicas paraenses (1890-1910)* de Maricilde Coelho, ao analisar os livros didáticos produzidos durante a primeira República no Pará revelam importantes informações a respeito dos métodos de ensino, das visões de mundo refletidas nos textos e das representações de escola e aluno criadas pelos autores dos livros, mesmo que a autora não focalize sua pesquisa sobre os livros didáticos de História neste período é importante ressaltar que este trabalho pretende reescrever o caminho percorrido pelo livro didático desde produção passando pela editoração, aceitação pelo Conselho Superior de Instrução Pública, a sua circulação comercial e, finalmente, apropriação do livro pelos alunos e professores.

O trabalho de Wanessa Cardoso “Alma e Coração”: O Instituto Histórico e Geográfico do Pará e a Constituição do corpus disciplinar da História escolar no Pará republicano (1900-1920) apresenta um panorama sobre os livros didáticos usados durante a primeira República no Pará, quando a partir das contribuições dos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Pará (IHGP), a autora faz uma análise dos livros produzidos durante os anos 1900 a 1920, neste Estado, para compreender o tipo de História do Pará veiculada por estes manuais didáticos.

Podemos observar que as pesquisas sobre o ensino de História local no Pará são ínfimas, atualmente colocamos em destaque na produção historiográfica sobre o ensino de história no Pará, a dissertação sobre o tema da historiadora Stela Moraes (2002) sobre a prática de ensino dos professores de História em escolas públicas e particulares, que atuaram na docência dos anos 1990, tendo como metodologia de pesquisa o uso da história oral, ela admite que não seja amplo o debate sobre ensino de história, tendo como objeto de análise a cidade de Belém, a autora vem fazer algumas reflexões sobre os paradigmas que a ciência história adquiriu nos anos 80 e quais foram os seus impactos nas aulas de História do ensino Médio. Os historiadores no Pará ainda não fizeram uma reflexão sobre os usos do livro didático regional, bem como sobre a escrita da História regional ficando somente limitado ao estudo ainda que dispersos sobre a prática de ensino da disciplina Estudos Amazônicos, que atualmente é a única disciplina que existe sobre a história regional.

Sobre a disciplina 'Estudos Amazônicos' temos trabalhos espessos concentrando suas especificidades seja no currículo, nos problemas de ensino e no estudo de caso da cidade de Marabá, por exemplo, ainda não foram feitas reflexões sobre os manuais escolares a ser usados por professores desta disciplina no início do século XXI, bem como trabalhos que analisem a prática pedagógica dos professores em várias regiões do Estado do Pará. O artigo de Mourão, Airoza e Santana (2013, p.3) publicado em Workshop de História ambiental traça uma abordagem sobre a prática de ensino da disciplina Estudos Amazônicos dialogando com os problemas que se apresenta quando fora criado a disciplina na rede estadual, os autores remetem-se a três pontos chaves que são: a qualificação profissional para ministrar esta disciplina, o conteúdo programático a ser ministrado pelo professor e os recursos didáticos que estão disponíveis para uso de alunos e professores desta referida disciplina, tendo esta problemática como argumento para a elaboração de uma coleção didática para ser utilizada pelos professores da disciplina 'Estudos Amazônicos', que

foi lançada em 2013 pela editora SAMAÚMA em Belém. São questões importantes diante das perspectivas do ensino de História da Amazônia, pois, a inclusão desta disciplina no currículo do Ensino Fundamental torna-se uma oportunidade para que os alunos desta região conheçam o maior banco genético do planeta e alguns temas amazônicos que estão presentes no seu dia-a-dia.

O artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso das autoras SILVA e SANTOS (2014) teve como pretensão analisar e discutir a consistência, a contemporaneidade e a contextualização dos conteúdos presentes na disciplina ‘Estudos Amazônicos’. Para este efeito as autoras elegeram como objeto de análise o conjunto de temas propostos para serem discutidos na disciplina. Para tal questão as autoras avaliaram a pertinência de temas presentes nesta disciplina tendo como situação-problema da pesquisa em compreender se os conteúdos de História alcançam as questões regionais propostas por esta disciplina escolar.

O artigo de Daniel Almeida (2010) apresenta um estudo de caso realizado na cidade de Marabá sobre a prática de ensino da disciplina ‘Estudos Amazônicos’ a partir dos professores de Geografia, tentando compreender quais os objetivos dessa disciplina e a relação contida com a disciplina Geografia. A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ nesta cidade da região sudeste do Pará apresenta a organização espacial da Amazônia, as formas de ocupação e apropriação pelos diferentes sujeitos sociais que organizam o território. Este autor ressalta que a importância desta disciplina na grade curricular é importante, pois, é um momento de discussão e conhecimento da história geográfica da Amazônia, percebendo qual a funcionalidade da região no contexto de formação do país.

O objetivo do artigo de TIESE JUNIOR (s.d) é analisar os discursos escritos e falados, acerca da disciplina escolar da rede pública do ensino básico, do Estado do Pará, chamada de “Estudos Amazônicos”, componente curricular obrigatório do 6º ao 9º ano, do ensino fundamental, e do 2º ano, do ensino médio da rede pública de ensino. Para isto, o autor tenta compreender as reflexões de natureza interdisciplinar acerca desta disciplina, e o lugar ocupado pelo debate amazônico, no interior da escola pública da região, em sua vertente dita formal, bem como, provocar reflexões sobre aspectos ditos, e/ou não ditos, da Amazônia ensinada.

A dissertação de mestrado pretende compreender o currículo proposto pela secretaria Estadual de Educação para a disciplina Estudos Amazônico, e comparar com a mensagem curricular que é veiculada nos livros didáticos regionais no Pará. A história regional segundo Circe Bittencourt (2007, p.48) ganhou destaque durante os anos 90, principalmente no surgimento de propostas curriculares que visavam à integração regional latino-americana, pois, a disciplina escolar História era vista como uma ferramenta indispensável para a concretização de mudanças sociais, isto pode ser visto quando se elabora um sentimento de identidade regional no Pará como resultado de um contexto histórico em que se estava discutindo a internacionalização da Amazônia.

Esta dissertação tem como objetivo compreender os caminhos percorridos pelo ensino de História da Amazônia tendo como recorte temporal os anos 1990, quando em meio às reformas curriculares nos Estados privilegiou-se uma história regional que se configurou pela criação da disciplina ‘Estudos Amazônicos’ em oposição aos ‘Estudos Paraenses’. Os autores dos manuais

didáticos constroem um currículo para ser ensinado nesta disciplina regional, e escolhem problematizar a região amazônica no espaço escolar, evidenciando suas experiências e aspectos histórico-ambientais. Pretende-se compreender qual a leitura que estes autores consideram importantes sobre o passado e a Amazônia.

Durante os anos 1990 ocorreu uma necessidade de debater o espaço amazônico em sala de aula, mas não houve uma discussão sobre os conteúdos a serem seguidos pelos professores da rede estadual para que ministrem a disciplina, ficando neste sentido um hiato sobre o que seria a história regional e o que acontece nas escolas públicas e particulares no Pará com relação a esta disciplina regional. Queremos debater exatamente esta perspectiva de história regional, para perceber o que aconteceu no momento posterior a criação da disciplina ‘Estudos Amazônicos’, pois, apesar de possuírem material didático e fazer parte do que se denomina diversificada do currículo escolar, não ficaram explícitos na criação desta disciplina quais são os conteúdos a serem ensinados pelos professores por parte da Secretaria Estadual de Educação. Portanto, isto se torna um problema explícito, pois, os manuais didáticos que foram elaborados nos apresentam múltiplas narrativas sobre o que ensinar em relação à Amazônia.

Compuseram o *corpus documental* desta pesquisa: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 1996; os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História, publicado no ano de 1997 para séries finais do ensino fundamental; a Resolução nº 630/1997, dispõe da parte diversificada do currículo escolar da SEDUC; Resolução nº 231/1998, estabelece normas que disciplinem a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental e Médio do Estado do Pará; a **Orientação para a implantação e estruturação do modelo curricular para o ensino fundamental, a partir de 1999**, com base nas novas diretrizes para o ensino fundamental (MEC/CNE). Belém: Diretoria de Ensino/SEDUC, dezembro de 1998; e os dois livros regionais lançados nos anos 1990 no Governo do Estado do Pará para uso da disciplina Estudos Amazônicos: História do Pará: das primeiras populações à cabanagem (vol.1), de Gerard Prost; História do Pará: do período da borracha aos dias atuais (vol.2), de Gerard Prost; Amazônia: meio ambiente (vol.1), de Violeta Refkalefsky Loureiro; Amazônia: História e análise de problemas – do período da borracha aos dias atuais (vol.2), de Violeta Refkalefsky Loureiro¹⁵.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo *Contando a História do Pará nos anos 1990: A disciplina Estudos Amazônicos* que discute a história da disciplina Estudos Amazônicos compreendendo o seu contexto, a sua concepção dentro do currículo oficial do Estado do Pará destacando o lugar que a história regional possui após a redemocratização neste Estado. Buscamos também apresentar o debate sobre a História Regional e seus percursos durante os anos 1980, a perspectiva teórica da História das disciplinas escolares e o campo da Sociologia do Currículo e o panorama desenvolvido no âmbito da História escolar sobre a história regional. A discussão sobre a questão regional e seus referenciais teóricos: os estudos de José de D’Assunção Barros (2005) e Durval de Albuquerque Muniz (2011) sobre a construção discursiva das regiões e isto está intercalado com a História; e além de apresentar uma revisão historiográfica sobre o debate

¹⁵ Esta coleção de Estudos possui 5 edições: 2000 (1ª ed.); 2002 (2ª ed.); 2005 (3ª ed.); 2011 (4ª ed.) e 2015 (5ª ed.).

desenvolvido por Janaína Amado, Rosa Godoy e Sandra Pesavento na coletânea de textos República em Migalhas, que foi organizada pelo historiador Marcos Silva (1990). No que se referem à história das disciplinas escolares as indagações propostas por André Chervel (1990), Circe Bittencourt (2003) e Ivor Goodson (1990) nos auxiliam a compreender os caminhos percorridos pelos historiadores da educação a compreender o espaço escolar não somente pelas práticas e sim pelas propostas curriculares e neste caso das disciplinas criadas como frutos de pensar o espaço escolar no seu tempo.

Ao compreender o currículo proposto pelo Governo do Estado para a disciplina Estudos Amazônicos, queremos situar algumas questões que possam contribuir para repensar a cultura escolar no Pará, fruto das recentes transformações pelo qual passou esta região desde os anos 1960, tendo como referenciais os “quadros intelectuais do presente” (GASPARELLO apud CITRON, 2009, p.86), considerando que o currículo é algo dinâmico, que se transforma e se constrói sempre em sintonia com o seu tempo.

No segundo capítulo *A História da Amazônia entrelaçada na História do Pará: Uma proposta de currículo para a disciplina ‘Estudos Amazônicos’* pretende-se analisar a coleção lançada pelo projeto Estante da Amazônia¹⁶, em dois volumes, que foi também lançado pelo Governo do Estado do Pará nos anos 1990¹⁷, voltado prioritariamente para o aluno, mas que serve de suporte didático para os professores que ministram a disciplina ‘Estudos Amazônicos’, procurando compreender também os enfoques, as abordagens e a perspectiva deste autor para contar uma História regional no Estado do Pará. Para isto, analisaremos o corpo textual e o uso de fontes documentais como elemento central desta narrativa escolar, com o intuito de compreender qual é a leitura do passado amazônico a ser veiculada por esta narrativa escolar.

No terceiro capítulo *História, meio ambiente e os problemas amazônicos: a perspectiva sociológica da disciplina ‘Estudos Amazônicos’* pretende-se analisar o livro lançado pelo Governo do Estado do Pará nos anos 2000, compreendendo suas abordagens, escolhas e recorte para contar uma História regional. Para isto, elegemos o meio ambiente e os problemas da região amazônica como foco de análise na construção de uma identidade regional, procurando perceber como esta autora dialoga com a história e com a sociologia para construir uma perspectiva sociológica para o currículo desta disciplina regional, que se distancia de uma história política-administrativa do Estado do Pará. Para tal objetivo, pretendemos aprofundar nossas análises sobre a discussão teórica dos jogos de escalas, como nos apresenta Jaques Revel (1998), sendo um movimento relacional importante na análise do conteúdo imagético e do texto principal, bem como em compreender os sentidos que a narrativa histórica sobre a Amazônia possui nesta obra.

¹⁶ O projeto Estante da Amazônia começou a ser desenvolvido pela SEDUC durante o ano de 1996, no qual tinha como finalidade promover a produção de livros didáticos que versassem sobre a realidade regional. Este projeto via-se como alternativa de suprir a carência escolar do Estado do Pará com a falta de livros didáticos regionais que tratassem se temas sobre a região amazônica. Considera-se que dessa forma esta secretaria de educação estaria contribuindo para a formação de cidadãos amazônidas críticos sobre a sua realidade e ensinando-lhes a amar e a defender a cultura e a natureza de sua região.

¹⁷ Os dois livros lançados em 1998, são desta coleção: PROST, Gerard. *História do Pará: das primeiras populações à Cabanagem*. Belém, 1998; PROST, Gerard. *História do Pará: do período da borracha aos dias atuais*. Belém, 1998.

Uma hipótese levantada nesta dissertação é a de que existem variados jogos de escalas a serem escolhidos pelo professor que ministram esta disciplina regional, estes são elementos constitutivos do conhecimento histórico escolar, ou seja, considerando a alteração de foco feita no livro didático a ser usado pelo professor possuímos diferentes maneiras de interpretar os fenômenos espaciais, temporais e da agência histórica¹⁸, sendo ampliado o universo de interpretações que fazem os professores sobre a disciplina Estudos Amazônicos.

A tese a ser defendida é que em face ao esgotamento de macro abordagens que enfatizam os aspectos gerais da História, os professores que elaboravam os materiais didáticos e criam a disciplina ‘Estudos Amazônicos’ no Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE – PA), organizaram seu currículo em torno de uma nova configuração social e econômica da região amazônica após o regime militar, apresentando as identidades e questões amazônicas que os particulariza reivindicando assim o lugar da Amazônia regional no currículo escolar.

A disciplina Estudos Paraenses tinha como currículo algumas questões e conteúdos relacionados a fatos ocorridos no Estado do Pará, priorizando uma historiografia consolidada, isto pode ser verificado nos manuais didáticos publicados durante todo o século XX, mas referente às transformações que ocorreram na região amazônica, refiro-me a temas como a sustentabilidade, os conflitos agrários, o meio ambiente, a biodiversidade e o desmatamento, por exemplo, são a bases epistemológicas deste currículo inventado para o espaço escolar durante os anos 1990 no Pará. Compreendemos que trabalhando com uma abordagem cronológica, apresentando o binômio causas/consequências, dando ênfase a uma história política e administrativa do Estado do Pará, fazendo a supervalorização do personagem político, dos eventos chaves de transformação da História de Belém¹⁹, os livros didáticos de História do Pará apresentam determinados temas nesta narrativa escolar, como: a fundação da cidade de Belém, os jesuítas e colonos na província do Grão-Pará e Maranhão, a escravidão indígena e negra na Amazônia, o período pombalino e a crise do sistema colonial, a Cabanagem, o período da Borracha e a Belle Époque são consideradas temáticas consagradas pela historiografia escolar no Pará.

As considerações finais deste trabalho serão feitas a partir da reunião da compreensão do conhecimento sobre a Amazônia propostas nestes materiais didáticos para serem debatidas em sala de aula pelos professores que ministram a disciplina ‘Estudos Amazônicos’, ou seja, queremos perceber diante deste mosaico de narrativas sobre a região amazônica, quais os critérios, abordagens e efeitos de silenciamento são feitos pelos professores/autores destes livros regionais para contar uma História da região amazônica?

¹⁸ BECHLER, Rosiane. *Minas Gerais em jogos de escalas: variações do conhecimento histórico escolar em livros didáticos regionais*. Dissertação de Mestrado, UFMG: Belo Horizonte, 2014. p.26

¹⁹ O trabalho do historiador Durval Muniz de Albuquerque (2007) apresenta uma historicidade sobre a questão regional, onde ela está permeada durante todo o século XX na História do Brasil republicano, ou seja, este não é um debate exclusivo dos anos 1980, mas que apresenta suas singularidades.

Capítulo 1 – Contando a História do Pará nos anos 1990: A história da disciplina Estudos Amazônicos.

Florestas, grandes projetos econômicos, cidades, rios, rodovias, meio ambiente, desmatamento, hidrelétricas, poluição e sustentabilidade, mudaram a paisagem do espaço amazônico desde os anos 1960, quando ocorreu uma aceleração da História amazônica ocasionando consequências sociais e ambientais, principalmente, para esta região. A floresta sofreu grande impacto com o processo de desenvolvimento econômico proposto pelos governos militares no último quartel do século XX, causando disparidades regionais devido à forma como aconteceram as transformações econômicas e sociais para a região e sua gente²⁰.

Os dados do Sistema de Detecção de Mapeamento em Tempo Real (DETER) realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) demonstram que entre agosto de 2014 e janeiro de 2015 se comparado ao período de agosto de 2013 a janeiro de 2014 cresceu o desmatamento na Amazônia Legal²¹. Na Amazônia brasileira a taxa de desmatamento diminuiu desde 2006, mas no período compreendido entre 2000 a 2013 174 000 km² de floresta, ou seja, 5 % da área original da floresta foram perdidos. A perda está associada principalmente com a agricultura e a pecuária²².

Em estudo publicado recentemente na revista *Nature*, pesquisadores afirmam que a Amazônia está perdendo a capacidade de absorção de carbono da atmosfera (enquanto na década de 1990 a região amazônica absorvia 2 bilhões de dióxido de carbono, atualmente está possui a função de absorver somente 1 bilhão²³), perda da biodiversidade e alteração no ciclo hidrológico regional, devido a crescente queimada, são exemplos de matérias publicadas recentemente que demonstram como as ações do homem sobre a natureza e meio ambiente amazônico está se tornando gravíssima, sendo destruído rapidamente nesses últimos 50 anos.

A finalidade deste capítulo é contextualizar a criação da disciplina Estudos Amazônicos, que ocorreu durante os anos 1990 no estado do Pará. Para tanto, foram feitas entrevistas com

²⁰ Sobre a historiografia amazônica ver: ALMEIDA, Alfredo Wagner. O intransitivo da transição. O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. IN: LÉNA, Phillipe e OLIVEIRA, Adélia Engracia de Oliveira. Amazônia: fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991; BROWDER, John; GODFREY, Brian. Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira. Manaus: EDUA, 2006; BECKER, Bertha. Amazônia. São Paulo: Ática, 1990; BRASIL, Marília Carvalho. Os fluxos migratórios na região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. Caderno Estudos Sociais Recife, v.13, n.1, p. 61-84, jan./jun., 1997; CASTRO, Edna. (Org.) Cidades na floresta. São Paulo: Annablume, 2008; CASTRO, Edna; MARIN, Rosa Elizabeth. Amazônia Oriental: territorialidade e meio ambiente. In: LAVINAS, Lena et alii (Orgs). Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1993; FONTES, Edilza, MALHEIROS, Rogério e MESQUITA, Thiago Broni. Na estrada da memória: a história de Abel Figueiredo (1950-2012). Belém: Pakatatu, 2012; HÉBETTE, Jean. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004; IANNI, Octávio. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

²¹A Amazônia Legal corresponde a uma área da Floresta Amazônica pertencente ao Brasil que abrange nove Estados, que são: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

²² RAISG. *Deforestación en La Amazonía (1970-2013)*. Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015.

²³Absorção de carbono pela Amazônia caiu pela metade desde os anos 90. <http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/absorcao-de-carbono-pela-amazonia-caiu-pela-metade-desde-os-anos-90/> acessado em 14 de Abril de 2015.

professores que participaram da elaboração de dois livros didáticos regionais e com a professora que criou a disciplina Estudos Amazônicos no Conselho Estadual de Educação do Estado do Pará.

Nesta pesquisa estamos trabalhando com dois grupos de professores/autores de livros didáticos regionais no Estado do Pará, de um lado estão os professores acadêmicos que chancelam a autoria de duas coleções didáticas que são os professores-pesquisadores Violeta Refkalefsky Loureiro e Gerard Prost. O outro grupo é formado por professores de História da rede estadual de educação, que não estavam na academia, mas em sala de aula²⁴, colaborando com a escrita e a pesquisa para a elaboração do livro didático regional publicado pelo projeto Estante Amazônia. A função deste grupo de professores História/SEDUC era fazer a pesquisa bibliográfica sobre cada tema específico do livro, tendo como suporte a historiografia de cada capítulo, bem como realizando pesquisa de campo no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) em busca de fontes primárias para a construção de cada capítulo, no entanto, neste mesmo grupo de professores havia os que foram cedidos para a Secretaria Estadual de Educação como foi o caso dos professores Maria de Fátima Oliveira e William Junior na função de técnicos pedagógicos, e os professores como Ribamar de Oliveira e Edilena Barbosa continuaram em sala de aula, mas que também colaboraram com a pesquisa e a escrita do livro didático regional.

1.1. História regional, currículo e disciplina escolar: questões teórico-metodológicas.

O final da década de 1980 é marcado por um intenso movimento de renovação curricular, que apresentou no âmbito do ensino de História uma variedade de programas curriculares e manuais didáticos, que propunham a partir da realidade escolar uma nova abordagem que dialogasse com suas experiências sobre o fazer/ensinar História. Neste período surgiram diversas propostas curriculares estaduais que estavam discutindo novas formas de construir o conhecimento histórico. Por exemplo, no Estado de Minas Gerais apresenta-se uma história marxista²⁵; no Estado de São Paulo uma história por temas geradores ancorados pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP)²⁶; no município do Rio de Janeiro uma história multidisciplinar²⁷; e no Estado do Pará apresentam-se diversas propostas de história regional²⁸. Analisaremos a criação somente da disciplina Estudos Amazônicos.

²⁴ Os professores de História que participaram a construção do livro didático História do Pará, foram: André Alvarez, Edilena Lourdes Barbosa, Maria de Fatima de Oliveira, Raymundo William Tavares Junior e José Ribamar de Oliveira.

²⁵ SIMAN, Lana Mara de Castro. *Um programa de História num contexto de mudanças sócio-políticas e paradigmáticas: a voz dos professores*. Revista Tempo, vol. 11, nº 21, ano 04, pp.33-48.

²⁶ MARTINS, Maria do Carmo. *A CENP e a criação do currículo de História: a descontinuidade de um projeto educacional*. Rev. bras. Hist. vol. 18 n. 36 São Paulo 1998.

²⁷ FUNDAÇÃO CARLO CHAGAS. *As propostas curriculares oficiais*. São Paulo, 1996 (Texto FCC, 10) [Relatório apresentado originalmente no projeto MEC/UNESCO/FCC, 1995].

²⁸ Neste momento a prefeitura municipal de Belém também coloca nas escolas municipais o debate da história regional, por meio da disciplina escolar Estudos de Questões Regionais (EQR). Como demanda desse movimento foi elaborada

Os estudos do currículo ganharam novas perspectivas constituindo-se como um campo de estudo que marcou a década de 70 com a ampla relação entre a “história cultural” e a “cultura escolar” no âmbito da educação. A história dos conteúdos do ensino primário ou secundário e, sobretudo das disciplinas escolares, raramente suscitou o interesse dos pesquisadores apresentando-se como uma lacuna na historiografia educacional (CHERVEL, 1992). Este fato no campo do historiador torna-se um problema pouco usual. Recentemente tem crescido a preocupação dos historiadores de ensino em compreender algumas reflexões sobre a disciplina história que não se limita a questões historiográficas ou práticas metodológicas (FONSECA, 2011, p. 26).

As reflexões de David Hamilton (1992, p.34) sobre a história da educação escolar vêm no sentido de nos afirmar que “é necessário trazer os lugares-comuns da escolarização para a linha de frente de análise educacional. Eles não são apenas um pano de fundo para a mudança educacional: eles constituem sua própria trama e urdidura”, quando pensamos a concepção de análise da disciplina objeto de estudo deste capítulo percebemos que a interdisciplinaridade, torna-se um problema no espaço escolar, diante das diversas formações na área das ciências humanas que estão em constante disputa no espaço escolar quando se refere a disciplina Estudos Amazônicos.

Segundo Yves Chevallard (1991), a noção de disciplina escolar está ligada a um processo de transformação e recriação de saberes no que estão envolvidos diversos agentes e dispositivos, que atuando em diferentes instâncias transformam saberes sociais de referência em saberes escolares, sempre considerando a sua historicidade, essas construções e processos possuem dimensões epistemológicas, sociais e históricas que possui no decorrer do tempo à participação efetiva dos professores e dos autores de livros didáticos. Percebemos que a disciplina escolar criada no Pará, durante os anos 1990 não se encontrava consolidada nos saberes de referência, ela precisava se transformar em uma saber escolar possível de ser ensinado aos alunos, percebemos que isto é uma problemática central que está permeada no centro de discussão da formulação desta disciplina. Segundo Arlete Gasparello (2013a, p.152) os professores/autores deixaram em sua produção escrita as marcas do seu contexto educacional específico – o ensino de História – com seus princípios, conceitos e categorias emergentes ou recriadas na prática cotidiana de suas aulas. Compreender quais foram às marcas registradas sobre a Amazônia, por estes professores/autores de livros didáticos regionais, nos anos 1990, é o segundo objetivo que este projeto de mestrado pretende fazer quando for analisar essas produções didáticas.

A História das disciplinas escolares é um campo de investigação que “atualmente passa por história, geografia, física, inglês, etc., deve ser tratado como produtos sócios históricos resultado de conflitos passados entre grupos adversários que buscam tais matérias de forma diferentes” (YOUNG apud VINÃO, 2008, 181). Dialogando com essa questão, pretendemos fazer neste capítulo uma investigação sobre esta disciplina inventada exclusivamente para o espaço escolar, pois, diante da realidade educacional dos anos 90 e da necessidade de debater temas regionais no espaço escolar, os professores/autores de livros didáticos regionais no Pará configuram uma nova

tradição no espaço que tem como foco de análise as questões recentes pelo qual passou a região amazônica e não mais os aspectos político-econômicos da História do Pará.

Os professores/autores que estão envolvidos no processo de criação da disciplina e elaboração de manuais didáticos possuem um olhar sobre a Amazônia, o seu passado e o seu presente, consolidando uma rede de intelectuais na Secretaria de Educação do Estado do Pará, a partir de sua interpretação sobre a realidade amazônica contemporânea acabam dando visibilidade a novos atores sociais que emergem neste contexto. A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ possui em seu currículo duas questões centrais para serem trabalhados pelos professores na escola, que são: a relação passado/presente e a urgência do presente da Amazônia (questão social), esta é a concepção curricular que fora proposto para a disciplina ‘Estudos Amazônicos’ no contexto dos anos 1990.

Sobre a história das disciplinas escolares e da construção social do currículo, utilizamos os conceitos de Chervel (1990) e Goodson (1995) para conceituar a expressão campo disciplinar. Consideramos que os autores Chervel e Goodson dialogam da perspectiva que as disciplinas escolares se formam no interior de uma determinada cultura escolar, formando entidades epistemológicas relativamente autônomas quando elas estão relacionadas às chamadas “ciências de referência”. A escola é vista como uma instituição histórico-social, que obedece a construções particulares e específicas das quais participam vários agentes – tanto internos quanto externos a ela – que a partir das pressões sociais sofrem modificações e compõem um “lugar social” de produção de saberes próprio. A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ surge com essa finalidade, de ser um saber exclusivamente voltado para a escola.

As dimensões constitutivas do ensino de História durante os anos 1990 foram redimensionadas, diante do contexto liberal-conservador, com disputas e lutas em torno de uma nova política educacional, percebemos que a Lei e Diretrizes e Bases da Educação (LDB) assume o papel de redimensionar as políticas educacionais deste período, que adentra o século XXI sendo feitas reformulações em determinadas questões acabando reforçando uma educação multiculturalista. As marcas do período estudado são a política neoliberal e o crescimento do conservadorismo.

A história regional dentro do campo historiográfico é altamente questionada pelo fato de que toda pesquisa focaliza apenas um determinado espaço. Quando falamos em uma história regional, entendemos que existe uma necessidade de pesquisarmos espaços e contextos que não foram objeto de análise de uma historiografia nacional, que ficaram esquecidos sendo valorizados alguns aspectos históricos nacionais ou determinados temas que já foram consagrados pela historiografia.

Compreende-se que trazer para o centro do debate determinado recorte regional possibilitou assim ampliar o objeto de análise da historiografia, valorizando as particularidades regionais que também fazem parte da história do nosso país. A região configura-se como campo de pesquisa

Só se entende, então, metodologicamente falando, como parte de um sistema de relações que ela [região] integra. Deve, portanto, ser definida por referência ao sistema que fornece seu princípio de identidade. Assim, pode-

se falar tanto de uma região em um sistema internacional ou dentro das unidades de um sistema político federativo. Pode-se falar igualmente de uma região cujas fronteiras não coincidem com as fronteiras políticas juridicamente definidas. (BARROS, 2004, p.152)

O estudo da história regional como abordagem que o historiador faz do seu objeto de estudo, recortando determinado espaço a ser analisado pode ser definido por questões antropológicas ou culturais, por exemplo, como define José Barros, no entanto, o pesquisador fica livre para determinar o seu recorte espacial.

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar. (BARROS, 2004, p.152)

Consideramos as reflexões de Durval Muniz de Albuquerque Junior sobre o conceito de região como “espaço de luta fruto de uma conquista, fronteiras nascidas da implantação de um governo ou dominação. A região é fruto de operações estratégicas, políticas, administrativas, físicas e militares” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 57), onde ela é a constituição “em grande medida, frutos dos saberes, dos discursos que a constituíram e que a sustentam” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 59). O discurso criado sobre a região amazônica desde os anos 1960 era que esta era um “espaço vazio”, que precisava ser “ocupado” segundo a concepção dos governos militares, portanto, esta região configurava-se como uma fronteira aberta que foi alvo de disputas, migrações, ocupações ao longo dos anos 1960, 1970 e 1980. Construiu-se nesta região uma nova cultura política que tinha na agricultura, pecuária, atividade madeireira e no latifúndio as bases de uma nova sociedade regional.

O Estado brasileiro passa a implantar inúmeros projetos políticos e sociais que tentam observar os graves problemas históricos referentes às desigualdades econômicas e sociais da região, bem como tentar resolver o problema do isolamento da região amazônica em relação ao restante do país, a partir dos anos 50 do século XX, mas que se intensifica nos anos 1960 com as políticas de incentivos fiscais e os grandes projetos. A lógica de ocupação da região começou com a construção das rodovias Belém/Brasília, Transamazônica, Santarém/Cuiabá dentre outras, que passam a receber elevados investimentos estatais. A partir deste momento a Amazônia passa a se tornar uma fronteira econômica aberta ao capital internacional e nacional, havendo intensos fluxos migratórios e tendo altamente valorizadas as terras as margens das estradas federais.

Os governos militares iniciam um novo estilo de ocupação econômica. Os grandes projetos configuram-se como uma nova fase de efetivação da relação de produção propriamente capitalista. As estratégias encontradas pelos militares para fazer a “integração nacional” foi investir na construção de grandes rodovias e atrair investimentos e setores empresariais para a região amazônica, pois, “de fato, houve a instalação de novos sistemas elétricos em Belém e em Manaus; o apoio ao levantamento aerofotogramétrico, feito pela FAO; a criação do INPA, e a construção da Belém-Brasília” (BENTES apud MIRANDA NETO, 1989). Os produtos industrializados que vinham da região sul e sudeste do Brasil pela estrada, ocasionaram a falência de empresas locais de

pequeno e médio porte, pois, elas não conseguiam superar a concorrência com grandes empresas vindas de fora. O mercado regional acaba ficando enfraquecido e desestruturado por muitos anos.

A política de colonização que ficou conhecida como “integrar para não entregar” partia do pressuposto que para fazer o desenvolvimento da região amazônica era necessário investir na exploração de seus recursos naturais (minérios) e de criar condições de atrair esses investimentos (capital internacional) para a Amazônia, o cartaz produzido afirmando ter “terras no Pará”, incentivando a vinda de migrantes para a cidade de Paragominas, percebemos que há um esforço governamental de atração destes novos empresários e empreendimentos regionais para esta região.

Figura 1 - Propaganda sobre terras no Pará.



A política dos governos militares para a Amazônia também se efetivou por meio da propaganda como “Chega de lendas vamos faturar”, que foi publicado durante os anos 1970 na revista Veja, demonstrando a tentativa do governo federal de fazer com que os empresários “tirem proveito sobre as riquezas da Amazônia” como podem perceber no cartaz a seguir, onde a região amazônica era considerada o lugar do progresso. As políticas desenvolvimentistas dos governos militares transformam a região amazônica em uma vasta expansão do capital. Este novo modelo intensifica-se com um modelo de povoamento e urbanização centrado nos fluxos econômicos – públicos e privados – e migratórios para essa região (CASTRO, 2009, p.13), que estava alicerçado com as características: a concessão de incentivos fiscais de acordo com a lei 5.174/66, onde as empresas ficavam isentas de pagar Impostos Sobre Exportação e o Imposto de Renda; a modificação da legislação federal; a venda de terras públicas para grupos econômicos; o aumento dos conflitos agrários (a partir dos anos 1970) pela disputa da posse da terra, a desvalorização da floresta e o aumento das queimadas; a expansão das atividades como a pecuária e a madeireira, conseqüentemente provocando o aumento do desmatamento. A terra na Amazônia tornou-se um elemento central para a obtenção de recursos do governo federal, ou então, para uso de revenda.

O lado negativo do modelo de desenvolvimento iniciado nos anos 70 foi a intensificação da extração de minérios a base de carvão vegetal. A prática extrativa foi nesse sentido com os denominados grandes projetos, que são nada mais do que as grandes empresas multinacionais que se instalam na região amazônica, com a finalidade de extrair recursos da natureza já sendo previamente beneficiadas com os incentivos fiscais proporcionados pelo Governo Federal, entre outras vantagens.

Figura 2 - Propaganda revista Veja de 1970.



Fonte: MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lília. História da vida privada no Brasil Vol. 04. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Entre as discussões feitas sobre o currículo escolar e a história das disciplinas escolares estão os livros didáticos regionais, não como meros reprodutores de conhecimentos sobre o passado, mas como uma forma de escrita da História, que se ocupa da experiência do homem no tempo, que serve para conformar uma memória social sobre determinado espaço.

A coletânea *República em Migalhas*, que foi organizada pelo professor Marcos Silva (1990) vem contribuir com algumas reflexões de diversos pesquisadores, com a finalidade de construir um arcabouço teórico-metodológico à História Regional naquele momento, percebendo que o volume de trabalhos sobre a temática História e Região estava aumentando em decorrência da expansão dos cursos de pós-graduação no Brasil os pesquisadores procuraram encontrar “respostas”, devido a grande parte das pesquisas empreendidas em fontes primárias locais, que produziam análises de cunho regional (PESAVENTO in SILVA 1990:67).

Segundo Bechler (2014, p. 33) nesse panorama vinha à tona um desafio do qual os historiadores brasileiros não puderam se esquivar: o diálogo com a Geografia no esforço de compreender as relações entre Região e História, a partir da revisão de categorias centrais a esses dois conhecimentos: tempo e espaço. A análise de Rosa Maria Godoy Silveira sobre o conceito de região nesta coletânea quando comenta sobre,

A Geografia lablachiana produziu de forma elaborada o conceito de região, considerada, então, em dupla acepção: unidade de análise geográfica (instrumento

teórico de pesquisa) e forma de os homens organizarem o espaço terrestre (dado da realidade), cuja identificação e diferenciação seriam realizadas pelo método indutivo. Tendo por matriz a Geografia Física ou, mais precisamente, a Geologia, o conceito foi ampliado descritivamente das bases físicas para as demográficas, incluindo-se o povoamento histórico e para as bases econômicas. (SILVEIRA in SILVA, 1990, p.21).

O enfoque regional nos currículos escolares consolidou-se em algumas propostas estaduais durante os anos 90, tais mudanças curriculares estavam questionando um ensino de história que tinha como pressuposto os marcos da História do Brasil sendo ancoradas na História europeia, como nos lembra de Fonseca (2011). Os professores procuraram romper com essa didatização do saber histórico escolar que privilegia só os fatos passados, mas apresentar ao aluno outras possibilidades de problematizar o passado em sala, que influenciados pela concepção de historiadores franceses ligados a História Nova introduziram novas fontes, objetos e concepções de tempo.

A história regional ao distanciar-se dessa “história tratados-e-batalhas” define a história-problema a partir da realidade vivida do aluno, na perspectiva de ter outro olhar sobre o passado, Gasparrello (2009, p. 98) nos argumenta que a história do lugar precisa ter um caráter formativo ao situar o aluno no contexto de sua vivência, mas sem se limitar ao enfoque, ou seja, a particularidade local, esta precisa ser articulada ao contexto nacional e determinados momentos ao contexto internacional. A história da região amazônica permite que o professor faça essas conexões entre o local e o global.

O livro didático é considerado o currículo visível na escola e um dos dispositivos específicos do processo de escolarização (GASPARELLO, 2013a, p. 19), portanto, podemos através de uma disciplina escolar analisar os sentidos que aquela determinada geração atribui ao conhecimento histórico escolar, percebendo o grau de interferência que os sujeitos fazem ao elaborarem, por exemplo, um livro didático regional.

Dialogando com a concepção de André Chervel (1990), sobre o estudo da história das disciplinas escolares percebe-se que há certo grau de autonomia epistemológica atualmente no campo de pesquisa sobre as disciplinas escolares, quando estas se propõem a pensar “questões relativas à produção e à transmissão de conteúdo específicos de uma disciplina” (GABRIEL, 2007, p. 239). Este aspecto pode ser analisado no currículo para ser ministrado na disciplina ‘Estudos Amazônicos’, quando esta elege como centro de discussão uma análise dos problemas amazônicos, desde o período da borracha até os dias atuais como uma das propostas de ensino no Estado do Pará, percebemos que é a urgência do presente a ideia central dentro desta proposta didática. Compreendemos que a história é um dos componentes de estudo dentro da disciplina ‘Estudos Amazônicos’, que de forma interdisciplinar dialoga com a Geografia e com a Sociologia. Os professores/autores destes manuais didáticos ao elegerem posições diferenciadas a este campo de estudo sobre o tempo e as sociedades, acabam elaborando leituras do passado selecionando conteúdos significativos²⁹ sobre a Amazônia, que julgam necessário aprender na escola.

²⁹ O conceito apresentado de conteúdo significativo deriva do estudo desenvolvido pela professora Circe Bittencourt (2009, p. 37), que define conteúdo significativo como “critério de seleção baseado, direta ou indiretamente, nos problemas do aluno e da sua vida, em sua condição social e cultural”.

Compreende-se que assim como o currículo, o manual escolar é fruto de disputas que conformam identidades a serem influenciadas internas e externamente no espaço escolar, são considerados discursos, documentos de uma época, ou seja, os currículos carregam determinados valores identitários com uma finalidade de produzir identidades fixas (STHEFHANOU, 1998). A necessidade de se considerar todo o processo histórico no qual se constrói uma disciplina ao longo do tempo e não analisar somente os materiais didáticos produzidos por esta, nos permite compreender os sentidos de uma história regional em sua totalidade. Por isso, é necessário perceber as intencionalidades que ocorreram no processo de seleção cultural que foram responsáveis por sua inclusão no currículo. Compreendo que falar em conteúdo é se reportar a uma disciplina e vice-versa, como argumenta Josefina De Mello (2010, p.21).

O livro didático de História e em nosso caso o livro didático regional pode ser visto como um lugar de memória, que não possui só a história, como argumenta Pierre Nora (1993), neste objeto cultural são encontradas informações selecionadas e cristalizadas sobre acontecimentos fundadores e acontecimentos-espetáculos daquele determinado lugar. Podemos considerar que existe então um duplo movimento de cristalização da memória pelos livros didáticos, pois, a sua narrativa sobre o passado amazônico determina o lugar de memória a ser construído, a partir das evidências que o autor deste livro didático possui para selecionar e legitimar outros lugares de memória no espaço social, concordando com a ideia de Nora

Na mistura, é a memória que dita e a história que escreve. É por isso que dois domínios merecem que nos detenhamos, os acontecimentos e os livros de história porque, não sendo mixtos [sic!] de memória e história, mas os instrumentos, por excelência, da memória em história, permitem delimitar nitidamente o domínio. Toda grande obra histórica e o próprio gênero histórico não são uma forma de lugar de memória? Todo grande acontecimento e a própria noção de acontecimentos não são, por definição, lugares de memória? (NORA, 1993, p.24)

Percebemos que os livros didáticos regionais que foram publicados nos anos 1990 no Pará, apresentam duas ordens de narrativas que são: a urgência do presente e a relação passado/presente. Os professores/autores que escrevem as narrativas didáticas no Estado do Pará apresentam uma nova perspectiva de história a ser ensinada, portanto, eles constroem a partir de um determinado ponto de vista um lugar de memória a ser sedimentado nesta escrita regional, fazendo emergir nesta narrativa escolar a presença da diferença, do outro, sendo conformado a partir das novas relações sociais trazendo aspectos e fatos que nos permitem compreender a história recente da região amazônica no espaço escolar.

1.2. Contexto nacional e regional.

No cenário político brasileiro a década de 80 foi marcada por momentos de transições políticas, ocorrendo de forma lenta e gradual a voltada sociedade civil ao espaço público e a arena política. As eleições de 1982 foram neste aspecto um elemento essencial, com a vitória expressiva de vários candidatos de oposição ao regime militar nos Estados. O fortalecimento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a reorganização do movimento sindical com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o movimento das Diretas-Já, o fortalecimento dos movimentos

sociais por meio da associação de moradores e de favelas, de organizações estudantis e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB'S), as críticas dos professores ao modelo tecnicista da educação etc., buscavam neste sentido confrontar o poder central ampliando a participação da sociedade brasileira sobre a realidade social e política do país.

Com a redemocratização política percebemos que é aberto na sociedade civil um intenso debate sobre os rumos da educação brasileira, o que evidencia o controle político e ideológico exercido até então sobre os materiais didáticos pelo Estado ditatorial, colocando em pauta as políticas desenvolvidas pelo poder público, permitindo assim uma revisão e até em certa medida a elaboração de propostas curriculares que atenda os anseios desta nova sociedade. O longo processo de transição dos militares para a volta dos civis no poder pode ser caracterizado em três momentos distintos entre si, que são: 1974 a 1982; 1982 a 1985 e 1985 a 1989, como expressões de um tempo em que ocorreu a abertura política de forma lenta e gradual, conforma nos apresentam

A primeira, de 1974 a 1982, o período em que a dinâmica política da transição estava sob total controle dos militares, mais parecendo uma tentativa de reforma do regime do que os primeiros passos de uma transição democrática de fato. A segunda fase, de 1982 a 1985, também caracterizada pelo domínio militar, mas outros atores civis passam a ter um papel importante no processo político. Na terceira fase, de 1985 a 1989, os militares deixam de deter o papel principal (apesar de manterem algum poder de veto), sendo substituídos pelos políticos civis, havendo também a participação dos setores organizados da sociedade civil. Como estas fases possuem diferentes componentes e dinâmicas resultantes do jogo dos principais atores políticos, uma análise com algum detalhe faz-se necessária (KENZO, 2001, p.6-7).

A lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, percebemos que a emergência de estudar o meio ambiente neste momento, quando em seu artigo 1º nos afirma “entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”, portanto, no momento em que a disciplina ‘Estudos Amazônicos’ está em vigência no Estado do Pará, há um mesmo movimento no Ministério da Educação (MEC) seja por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, ou pela legislação da educação ambiental que reforça a importância desta temática no espaço escolar. Consideramos que não se pode falar em Amazônia sem nos referirmos a sua natureza, aos aspectos peculiares de sua formação e a forma como o homem se apropriou dos recursos da natureza.

Este processo de ocupação começou durante os anos 1960 quando ocorreu a intensa migração para o Pará de maranhenses, capixabas, baianos e goianos fundando uma “civilização da estrada” como lógica diferenciada das “civilizações dos rios”, onde as cidades, que se construíram a beira das estradas, principalmente estradas federais não impõem necessariamente um rompimento com a linguagem social das cidades de origem dos migrantes, elas implicam em novos arranjos, com adequações a dinâmicas locais, dinâmicas próprias dos “novos espaços”, onde os indivíduos reorganizaram as suas condições sociais, suas relações com o espaço amazônico (MARIN, 2004, p.13).

As mudanças aceleradas na região amazônica ocorreram sobre forte intervenção federal, a partir dos anos 1960, isto permitiu que a sociedade civil colocasse em evidência algumas questões

sobre o desenvolvimento econômico que estava acontecendo nesta região. No âmbito da sala de aula este reflexo foi somente pensado a partir dos anos 1990, quando uma intensa mobilização por parte dos professores, seja na universidade e na Secretaria da Educação, criam manuais didáticos e uma disciplina regional que versasse sobre questões pertinentes à região amazônica, pois, a crítica feita pelos professores da rede estadual de ensino, era que diante das atuais transformações pelo qual a Amazônia passou nos últimos anos, não podemos nos limitar a ensinar conteúdos restritos somente a História do Pará, o professor William Junior destaca essa mudança de concepção sobre a história regional quando em entrevista para pesquisa ele afirma

Eu suponho que tenha sido para dar o caráter da região e não mais só do Pará, então, determinados fenômenos que estavam acontecendo na região, não se restringiam ao Pará, os grandes projetos ultrapassavam as fronteiras do Pará, as migrações e os conflitos, então eu tenho a impressão que o grupo que era ligado aos movimentos sociais tenha pensado em um olhar mais abrangente³⁰.

Tentando compreender o movimento regionalista no Pará Mário Barbosa (2010) ao analisar as disputas de projetos políticos neste Estado, ele nos apresenta os ecos deste movimento sejam veiculados na imprensa local e na arena política, percebendo como os discursos regionalistas são produzidos pela elite política destacando-se nomes como: Almir Gabriel³¹, Jarbas Passarinho³² e Jäder Barbalho³³ tendo como finalidade fazer a “defesa” da Pará e da Amazônia. A construção desta identidade regional no cenário político também aparece na imprensa, sendo capitaneado pelo grupo de comunicação Rômulo Maiorana afiliado a rede Globo. Este grupo possui um jornal de grande circulação local que é *O Liberal*³⁴.

O discurso do estudante Jader Barbalho durante os anos 1980, apresentando a condição periférica da região amazônica, nos demonstra como a “defesa” da Amazônia estava presente no discurso político local, elemento central para que à época os representantes políticos pudessem junto ao governo federal exigir mudanças no processo de desenvolvimento econômico para a região.

Na condução das esperanças da juventude em torno das mudanças que o contexto revelava, Jäder Barbalho tornou-se a referência para a luta dos estudantes. Em 1980, desta vez como paraninfo, discursou para universitários afirmando ser “verdadeiro paradoxo, nós, do Pará

³⁰JUNIOR, William. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 14. Abr. 2015.

³¹Almir Gabriel em 1994 foi eleito governador do Pará ao derrotar Jarbas Passarinho para o seu primeiro mandato no período de 1995 a 1998, sendo reeleito em 1998 após derrotar Jader Barbalho nas mesmas condições exercendo o seu segundo mandato de 1999 a 2002.

³² Em 15 de junho de 1964 foi empossado governador do Pará em lugar do deposto Aurélio do Carmo cuja presença à frente do executivo foi dispensada pelo novo regime. Jarbas Passarinho filiou-se à ARENA e após deixar o governo foi eleito senador em 1966.

³³Em 1982 foi eleito governador do Pará pelo PMDB, em parte graças ao apoio de uma dissidência do PDS liderada por Alacid Nunes. Após cumprir integralmente um mandato de quatro anos foi nomeado Ministro da Reforma Agrária pelo presidente José Sarney e a seguir Ministro da Previdência Social. Em 1990 conquistou seu segundo mandato de governador do Pará e em 1994 se desincompatibilizou do mandato em favor do comunicador Carlos Santos, meses antes de ser eleito senador. Atualmente Senador da República.

³⁴O Liberal é um jornal brasileiro que circula na cidade de Belém e maior parte do Pará desde o ano de 1946. Ao ser adquirido por Rômulo Maiorana em 1966, passou a integrar Organizações Rômulo Maiorana (ORM), que atualmente é um dos maiores grupos de comunicação do Brasil. Além da edição impressa, O Liberal atualmente conta com uma versão digital, disponível ao assinante pelo ORM News.

detentor de imensas riquezas naturais”, mas não utilizadas para a industrialização e desenvolvimento de outras regiões (BARBOSA, 2010, p.200).

Percebemos que os políticos paraenses constantemente em suas falas fazem a “defesa” do desenvolvimento econômico da região amazônica, isto também está presente durante os anos 90 quando duas questões são colocadas em pauta quando relacionadas à região amazônica, refiro-me ao meio ambiente e a internacionalização. Segundo Filho (2006, p.23) existe um descaso em relação à Amazônia, isto é uma característica da ignorância, da indiferença, do não conhecer, do não saber ou não querer saber sobre esta parcela do território (inter) nacional, gerando com isso destruição e violência de forma acentuada nas últimas décadas, seja no âmbito social ou mesmo ambiental. A professora Violeta Loureiro em entrevista quando indagada sobre porque criar uma disciplina regional no Pará ela nos afirma

Nos anos 90 a Amazônia vinha passando por um processo de desmatamento terrível, um índice de desmatamento que girava em torno de 24 mil km² por ano, isso era uma coisa verdadeiramente assustadora, e aí havia protestos de agências internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e outros órgãos ambientais e até os protestos aumentaram tanto, que chegou a ponto de propor a internacionalização da Amazônia, novamente coisa que não se fazia desde os anos 1950, voltou à tona essa questão da internacionalização da Amazônia³⁵.

A preocupação de determinados segmentos da sociedade com o futuro da região amazônica frente ao avanço do desmatamento e da consequente perda de biodiversidade amazônica originou diversas reflexões desde os anos 90, principalmente desde a II Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, conhecida como a ECO 92 realizada no Brasil, ocasionando desdobramentos importantes se for assim vista sobre o aspecto político, econômico, social e diplomático. Segundo Washington Novaes (1992) a grande repercussão que teve este encontro foi colocar em pauta a questão da biodiversidade e o futuro do mundo e em especial a Amazônia.

Do ponto de vista dos interesses brasileiros, talvez a convenção sobre proteção da biodiversidade tenha sido o tema mais importante da Conferência, já que, como observa a diretoria do Jardim Botânico de Brasília, Ana Júlia Heringer Salles, "em matéria de biodiversidade, o Primeiro Mundo somos nós". E, aí, o problema está não apenas na proteção dessa biodiversidade, que talvez chegue a uns 30% da biodiversidade global, mas nos formatos de apropriação (NOVAES, 1992, p. 82)

A relação homem e natureza se acentuou no último quartel do século XX, o homem se torna um fator geomorfológico, geológico e climático diante das mudanças naturais pelo qual a humanidade vem passando, isto é fruto do modelo de vida que foi adotado pela humanidade. Um modelo tecno-científico único, que gira em torno da economia se sobrepondo à multiplicidade de recursos naturais e humanos, que transformou a relação homem e natureza. Milton Santos (1992) considera que o ano de 1992 foi um “divisor de águas” em relação a uma nova redescoberta da natureza, onde as mudanças de ordem econômica, social e política ocasionaram outra relação com o meio ambiente por meio da tecno-ciência, que colocou em questão as bases de uma natureza artificializada.

Percebemos que desde 1990 até os dias atuais a área desmatada na região amazônica vem crescendo em grandes proporções, por exemplo, a Amazônia Legal possui 60% das áreas desmatadas, o que corresponde a uma área que é 230 vezes maior que o parque Ibirapuera em São

³⁵ LOUREIRO, Violeta. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 10. Abr. 2015.

Paulo, segundo os dados do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER)³⁶, o alerta a esse aspecto torna-se grande, pois, isto provoca a destruição de matas ciliares e das bacias hidrográficas, fazendo com se comprometa a quantidade e qualidade da água que precisamos para viver³⁷. Este cenário de destruição ambiental fora provocado diante das recentes mudanças e transformações pelo qual passou a região amazônica.

1.3. O contexto educacional.

As mudanças ocorridas na política educacional brasileira, durante a década de 1980, coincidiram com o surgimento de uma linha teórica no campo da pedagogia que ficou conhecida como histórico-crítica³⁸, esta concepção possibilitou a revisão de determinados conceitos no espaço escolar, discutindo abertamente o papel social e político da escola na sociedade brasileira. A perspectiva histórico-crítica afirma que era necessário fazer uma renovação metodológica nos diversos níveis de escolaridade e mudar a sua concepção pedagógica, para que isto ocorresse era necessário debater um novo currículo, se possível criar novas disciplinas para atender as demandas sociais deste período.

A discussão em torno do ensino de história situa-se dentro de um contexto mais amplo de mudanças estruturais, precisamente a partir dos anos 80, quando em decorrência do debate que atingiu alguns Estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, entre outros os planos curriculares passaram a abandonar gradativamente a disciplina Estudos Sociais – que foi introduzida no Brasil desde 1959 nos cursos vocacionais e experimentais, embora só tenha instituído pelo ensino formal pela ditadura militar, separando assim as disciplinas História e Geografia (HORN & GERMINARI, 2006, p.7-8).

Circe Bittencourt (1998) argumenta que durante o período da abertura política buscou-se ter uma autonomia a História ensinada e fazer no espaço escolar uma reflexão sobre o papel social que possui o professor.

Na década de oitenta, a luta dos setores acadêmicos foi vitoriosa, estando associada ao momento de redemocratização do país que, entre outras questões, avalia a educação em todas as suas dimensões. Nesse contexto a autonomia da História ensinada se fez com novas articulações às mudanças ocorridas durante o regime militar, que transformaram a escola; esta passou a ter então um público ampliado, portador de culturas e vivências diferenciadas, mas marcada por enormes diferenças econômicas, considerando-se a concentração de renda acentuada durante o período (BITTENCOURT, 1998, p.133).

Ocorreu um intenso debate curricular durante os anos 1980 na Secretaria de Educação do Estado do Pará, quando foram organizadas durante a gestão do governador Alacid Nunes (1978 – 1982)³⁹ equipes de professores de 1º e 2º grau que redefiniram as propostas curriculares no Pará,

³⁶ DE CASTRO, Fábio. Área com desmate cresce 60% na Amazônia. <http://amazonia.org.br/2015/05/%C3%A1rea-com-desmate-cresce-60-na-amaz%C3%B4nia/> Acessado em 10 de Janeiro de 2016.

³⁷ MAZZETTI, Cristiane. O drama do desmatamento em três escalas. Disponível em <http://amazonia.org.br/2015/05/o-drama-do-desmatamento-em-tr%C3%AAs-escalas/> acessado em 29 de Maio de 2015.

³⁸ Para ver sobre Pedagogia histórico-crítica: GASPARIN, João Luiz. Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. SAVIANI, Demerval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 7 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

³⁹ Alacid da Silva Nunes foi um militar e político brasileiro que governou o estado do Pará por duas vezes.

diante das mudanças na legislação à época quando a lei nº 5.692 que possui um caráter de ensino profissionalizante foi substituída pela lei nº 7.044, ela que tinha um modelo de ensino voltado para o trabalho. O grande desafio foi o de adequar os conteúdos de História a partir das novas demandas como nos lembra o professor William Junior⁴⁰

No ano seguinte ou dois anos depois eu fui trabalhar em uma equipe, que estava sendo organizada [na Secretaria de] ensino do segundo grau. Essa equipe do 2º grau não era ligada diretamente a Secretaria de Educação, era ligada a uma fundação, então durante o governo Jader Barbalho, aliás, um pouco antes, no governo Alacid por conta da inflação muito elevada foram retirados os professores dessa fundação, que recebia pela CLT e passaram a serem professores estatutários, portanto não sujeitos aos reajustes mensais, então quando o Alacid acabou o governo e o Jader assumiu, era preciso organizar esses professores, que eram da fundação e passaram a ser incorporados ao Estado, quando foi criado o departamento de 2º grau juntamente com o departamento de 1º grau, subordinados a uma diretoria de ensino. O Secretário na época era o professor Wilton Moreira. Inclusive o Wilton tinha sido professor dele, além dos méritos que o professor Wilton tinha, ele foi convidado para ser secretário, era o momento da redemocratização, as bandeiras pela constituinte, as bandeiras pela reforma agrária, a intensa mobilização estudantil, a gente estava sedento de democracia depois do período autoritário pelo qual nós tínhamos passado, e coincidiu com a mudança da lei nº 5.692, que estava sendo substituído pela lei nº 7.044 tirando o caráter profissionalizante e instituindo o ensino para o trabalho⁴¹.

O professor William Junior ao ser entrevistado para esta pesquisa nos comenta que à época trabalhava na Secretaria de Educação no departamento de 2º grau, afirmando que o papel chave deste departamento era a inclusão de novas disciplinas na grade estadual, ele participou das mudanças curriculares que foram propostas para esta etapa de ensino, inclusive lembrando que desta reforma curricular foram incluídas neste Estado as disciplinas Filosofia e Sociologia no Ensino Médio, sendo um dos estados federativos pioneiros a incluir em seu currículo escolar⁴².

O Pará começou a trabalhar essa questão dois anos antes da lei, em 1984, o papel chave do departamento de segundo grau foi mudar as grades, introduzir novas disciplinas e convencer os professores das áreas técnicas a abdicar suas cargas horárias, isso tudo com uma discussão que não podia ser de cima para baixo, não tinha que ser uma ordem da secretaria para sermos cumpridas, então nós técnicos tínhamos que estudar muito educação, convocar assembleia de professores, era uma época de assembleia em tudo quanto era lugar, para discutir e aprovar junto as mudanças e conteúdos de grades curriculares, e foi nessa luta que conseguimos colocar a Filosofia e Sociologia em parceria com a Universidade Federal nas escolas, fomos umas das unidades da federação pioneiras em relação a isso, então veja a movimentação dos anos de 1980⁴³.

As propostas curriculares se transformaram em disputas político-ideológicas de determinado grupo que visa ter uma hegemonia, construindo determinada versão pedagógica, que possui valores socialmente compartilhados. Percebemos que a questão regionalista era um debate presente na

⁴⁰O entrevistado William Junior é formado em História pela Universidade Federal do Pará participou da equipe de professores que elaboram o currículo de 2º grau no Estado do Pará, que ocorreu durante a gestão de Jader Barbalho (1983-1986) no cargo de técnico pedagógico. O professor também participou da elaboração do livro didático de História do Pará organizado por Gerard Prost.

⁴¹JUNIOR, William. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 14. Abr. 2015.

⁴²Circe Bittencourt (2003, p.10) nos lembra de que passou a ser difundido pela internet um texto da educadora Silvia Manfredi a partir do 11/10/01, com a tramitação de um projeto de lei em Brasília do deputado Federal Padre Roque (PT/PR), que obriga o ensino de Sociologia e Filosofia no ensino médio (2º grau). O projeto foi aprovado no Senado durante o mês de Setembro e depois de ter sido avaliado foi rejeitado pelo Ministério da Educação, sofrendo um veto integral do presidente da República no dia 9/10/01. O projeto retornou ao Congresso Nacional para uma nova apreciação.

⁴³JUNIOR, William. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 14. Abr. 2015.

sociedade paraense, nos discursos da imprensa e na política como uma alternativa de desenvolvimento da região amazônica, frente ao desenvolvimento de outras regiões brasileiras.

O meio ambiente estava em voga nas discussões a nível internacional e o Brasil chamava atenção por causa da região amazônica, quando se discutiu a partir dos movimentos ambientalistas e de representantes de mais de 170 países, os caminhos que estavam tendo esta região. Era necessário diante de tal perspectiva desenvolver uma estratégia latino-americana que permitisse discutir as questões sociais e ambientais da região amazônica na escola, como nos afirma Moema Viezzer (1996).

Educar-mo-nos para nos desenvolver uma estratégia latino-americana na Amazônia significa reconhecê-la como um ecossistema habitado por várias espécies vivas, incluídas a espécie humana. Isso nos leva, entre outras coisas, a rever os significados das fronteiras estabelecidas coo fruto da colonização branca (VIEZZER, 1996, p.239).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais Transversais que debatem a questão do meio ambiente nos apresentam algumas possibilidades pedagógicas para uso no espaço escolar, quando admite que exista neste momento uma crise ambiental e que o futuro da humanidade depende da relação estabelecida do homem com a natureza, bem como dos usos de recursos disponíveis que se faz desta, portanto, este documento legal nos apresenta orientações didáticas para que o professor/aluno tenha uma consciência ambiental, configurando a “educação Ambiental como meio indispensável para se conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade-natureza e soluções para os problemas ambientais” (BRASIL, 1997, p.22).

Este mesmo documento apresenta os seguintes objetivos quando se trabalha o tema meio ambiente, ao logo dos oitos anos do ensino fundamental.

- Conhecer e compreender, de modo integrado e sistêmico, as noções básicas relacionadas ao meio ambiente;
- Adotar posturas na escola, em casa e em sua comunidade que os levem a interações construtivas, justas e ambientalmente sustentáveis;
- Observar e analisar fatos e situações do ponto de vista ambiental, de modo crítico, reconhecendo a necessidade e as oportunidades de atuar de modo reativo e propositivo para garantir um meio ambiente saudável e a boa qualidade de vida;
- Perceber, em diversos fenômenos naturais, encadeamentos e relações de causa-efeito que condicionam a vida no espaço (geográfico) e no tempo (histórico), utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições ambientais de seu meio;
- Compreender a necessidade e dominar alguns procedimentos de conservação e manejo dos recursos naturais com os quais interagem, aplicando-os no dia-a-dia;
- Identificar-se como parte integrante da natureza, percebendo os processos pessoais como elementos fundamentais para uma atuação criativa, responsável e respeitosa em relação ao meio ambiente. (BRASIL, 1997, p. 34)

Percebemos que as propostas elaboradas para o tema meio ambiente consolida o papel que possui o tema em debate quando se trata de região amazônica. Percebemos que a disciplina Estudos Amazônicos possui vários caminhos no Pará, dependendo da formação do professor que está ministrando esta disciplina, ele possui uma abordagem sobre o que ensinar em relação à Amazônia. A educação ambiental entrou no debate curricular da rede estadual no Pará, pela proposta de criação desta disciplina regional, mas ela foi particularizada dentro da proposta didática dentro desta disciplina, ela não foi compreendida pelos professores/autores que constroem suas narrativas

didáticas sobre esta região, consolidou-se uma narrativa que evidencia o passado e o presente como eixo central do campo disciplina ‘Estudos Amazônicos’.

O compromisso social do professor com a Educação era algo muito presente no discurso governamental dos anos 90, era necessário construir uma nova escolar para um aluno-cidadão do mundo que possuía novos desafios ao ensinar. A ideia era proporcionar uma educação para a vida e para o mundo, que encare o aluno como pessoa, um indivíduo que precisava desenvolver suas habilidades intelectuais no espaço escolar, esta perspectiva foi difundida a partir da Conferência Mundial Sobre a Educação, que aconteceu na cidade de Jomtien, na Tailândia onde se discutiu várias mudanças na educação em diversos países, que segundo Loureiro (2007)

A escola precisava voltar-se para o aluno, enxergando-o como pessoa inserida em uma sociedade viva, dinâmica e exigente. A escola e o currículo devem converter em espaços de construção de saberes, competências e habilidades do indivíduo, e não apenas de transmissão de conhecimentos (que, aliás, se desatualizam rapidamente). (LOUREIRO, 2007, p.41)

Ano 2000. Um milênio exigia pensar uma educação que tivesse compromisso com o sucesso do aluno e com a aprendizagem. Neste contexto, a professora Violeta Refkalesfky Loureiro lança o livro Plano de desenvolvimento e projeto pedagógico da escola: contribuições e orientações para elaborar o plano e o projeto de sua escola. Uma orientação aos pedagogos e professores da rede estadual de Educação diante das modificações suscitadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394 / 1996), que em seu artigo 12, assim dispõe que todos “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e o seu ensino, terão a incumbência de Elaborar e executar sua proposta pedagógica”. O Conselho Estadual de Educação através da resolução nº 680, de 16 de novembro de 1998 determina que todas as públicas do Estado do Pará elaborem o seu Projeto Pedagógico da Escola (PPE), e que a partir do ano 2000 todas as unidades de ensino estejam funcionando com um planejamento e em conformidade com o seu PPE.

A pedagogia do compromisso estava assim alicerçada nesta nova proposta pedagógica de educação. O PPE não poderia ser diferente, deveria está integrado na perspectiva de compreender a educação como uma ferramenta transformadora na sociedade em que o aluno está inserido. O aluno é o centro do processo de ensino-aprendizagem, ele tem que ser colocado como o centro da escola. Loureiro (2000) argumenta que “o bom professor não é simplesmente aquele que exhibe seus conhecimentos para a classe. Ele tem que ser útil para o aluno e dedicar a sua competência o esforço de levar o aluno a aprender, para que ele se forme como pessoa”.

Espera-se que a disciplina Estudos Amazônicos possibilite estes aspectos evidenciados no documento lançado pela Conferência Mundial da Educação, pois, tanto o livro da professora Violeta Loureiro como o livro do professor Gerárd permite com se construa no espaço escolar um conhecimento crítico e reflexivo sobre a região amazônica, por meio de diversas evidências que temos sobre o passado/presente da Amazônia, seja pelos jornais, revistas, livros, textos historiográficos, etc.

1.4. Os debates na Secretaria de Educação do Estado do Pará e a elaboração da disciplina Estudos Amazônicos.

As trajetórias de vida dos professores no Pará e suas experiências na construção destes manuais didáticos podem ser consideradas evidências importantes para compreender os caminhos percorridos pela história regional a ser ensinada no Pará, pois, elas serviram de fonte para “resgatar a memória de um período que também significava reconstruir e produzir representações, subjetividades, contradições e conflitos, bem como as mais diversas interpretações e pontos de vista acerca dos fatos passados” (ESQUINSANI, 2012, p.221), sendo perceptível na construção de uma obra escolar ou na criação de uma disciplina escolar.

Em 1987, a Secretaria de Educação do Estado do Pará organizou um evento em Belém voltado para os professores da rede estadual, neste encontro os professores ressentiam-se da falta de um material didático, que dialogasse com temas amazônicos para a escola. Neste sentido a SEDUC em parceria com o IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico-social do Pará), organizou uma coletânea de textos voltados para os professores da rede estadual, que discutisse alguns acontecimentos recentes na região amazônica, processos sociais que até então eram silenciados no espaço escolar, na apresentação deste livro-texto argumenta-se

É certo, no entanto, que a profusão de informações sobre o “resto do Brasil” resulta no obscurecimento dos problemas sim, mas, igualmente, dos costumes e dos valores que constituem aquilo que, integradamente, vem a configurar-se como a questão regional amazônica, porquanto nos distingue e no singulariza. (PARÁ, 1989, p.6).

Os professores universitários ou pesquisadores (estudiosos estrangeiros) do tema de cada capítulo, que resultou neste livro-texto ressaltam as recentes questões sociais-econômicas, mas também debatem questões que envolvem as cidades amazônicas, a terra, a cultura, a questão regional e a questão ambiental dentro do espaço amazônico⁴⁴, procurando compreender a Amazônia a partir de sua nova configuração social e territorial construindo assim uma História Social e Econômica. Este livro-texto tornou-se uma referência para o Segundo Grau em nossa região, haja vista, que os temas amazônicos eram dispersos em inúmeros livros, textos de revistas e jornais. O livro surge fruto da demanda dos professores da Educação Básica, com a finalidade de compreender as recentes transformações pelo qual passou a região amazônica desde os anos 1960.

A professora Violeta Loureiro⁴⁵ nos afirma que

Em 1987 os professores da SEDUC em evento grande que houve aqui em Belém, me falaram da necessidade de material, porque os alunos faziam perguntas sobre o desmatamento, sobre os grandes projetos, e eles não tinham material nenhum para

⁴⁴Os autores que colaboraram com este livro-texto foram: “A história social e econômica da Amazônica”, escrito por Violeta Reffalefsky Loureiro; “A Amazônia: meio ambiente” escrito por Orlando Valverde; “Os recursos Naturais” que foi escrito por Clara Pandolfo; “Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos” escritos por Rosineide Bentes; “A questão da terra” escrita por Jean Hébette; “A questão ecológica da Amazônia” escrita por João Marcio Ayres; “Ainda a ecologia: a questão das queimadas” escritas por Christopher Uhl; “A questão indígena na Amazônia” escrito por Lux Vidal; “A reorganização econômica e demográfica da Amazônia” escrito por Donald Sawyer; “A questão urbana na Amazônia” escrita por Edna Maria Ramos de Castro; “A questão cultural amazônica” escrito por João de Jesus Paes Loureiro; “A questão étnica: índios, brancos, negros e caboclos escrito por Maria Angélica Motta Maués” e “A questão regional amazônica” escrito por Aluizio Tadeu Marques da Silva.

⁴⁵Violeta Loureiro foi entrevistada por ser a época Diretora de Ensino da Secretaria de Estado de Educação e também de fazer parte do Conselho Estadual de Educação do Estado do Pará. A professora Violeta Loureiro além de ter criado a disciplina Estudos Amazônicos, também elaborou um livro didático regional.

responder a isso, então, nessa ocasião eu reuni alguns professores que estudavam a Amazônia à época, e perguntei se cada um se incumbia de escrever um capítulo, era evidente que ninguém iria receber nada por isso, mas eu mostrei a importância da coisa, eles concordaram cada um escreveu um capítulo, consegui que o IDESP e depois a SEDUC publicassem, no entanto, foram publicados várias edições para os professores, para a rede pública, por que eles não tinham nenhum material para atender a resposta, quando os alunos perguntavam alguma coisa, por exemplo, é importante o Projeto Carajás? Eles não sabiam, traz vantagens ou não para o Pará? O projeto, como o projeto da Vale do Rio Doce, eles não sabiam o que responder? Então, em 1987 eu já tinha coordenado a elaboração de um livro que era destinado a professores para suprir um conhecimento mínimo, sobre a Amazônia⁴⁶.

O que mobiliza os professores acadêmicos e não acadêmicos que participaram da construção destes manuais didáticos a pensar esta disciplina criada no Pará, são as recentes transformações pelo qual passou a região amazônica, portanto, era necessário debater essa nova configuração sócio espacial da Amazônia nas escolas. Havia uma preocupação em construir uma nova relação no espaço escolar, que dialogasse com as questões regionais e que evidencie a urgência do presente sobre a relação passado-presente com ênfase nas questões recentes pelo qual passou a Amazônia, portanto, percebemos que há uma escolha dentro do tempo-espaço para esta disciplina, que acabou privilegiando a região amazônica a partir de suas transformações sociais, que ocorreram logo após a abertura da Belém-Brasília e a ocupação de determinados espaços com a construção de rodovias.

A concepção de História da região amazônica diferenciava-se de uma História do Pará, consolidada nos livros didáticos lançados no Pará durante o século XX, percebemos que os professores do Pará apresentam como concepção de estudo para os chamados “Estudos Amazônicos” uma narrativa que dialoga com algumas questões regionais, com o modelo de desenvolvimento, com os problemas sociais e as questões ambientais. No segundo momento a relação passado/presente em uma perspectiva temporal e historiográfica é apresentada pelo professor Gerard e um grupo de professores pesquisadores de História que era ligado a Secretaria Estadual de Educação.

A importância de construir novos caminhos para a História do regional no estado do Pará criando para isto este livro-texto, e posteriormente uma disciplina regional parte da perspectiva de compreender a realidade atual da região amazônica, tentando fazer uma aproximação entre a experiência dos novos sujeitos sociais que surgem na região amazônica e qual a sua interação neste espaço na segunda metade do século XX. Resgatar o papel da história no currículo regional passou a ser uma tarefa primordial deste movimento de professores no Pará, com a intenção de que a Amazônia, não seja só mais um capítulo dentro dos livros didáticos que estude as regiões brasileiras, mas que evidenciam os problemas sociais percebemos que esta era uma crítica presente nos discursos dos professores.

A bibliografia disponível e de fácil acesso às escolas na verdade restringe-se a um capítulo sobre a Amazônia vista como um conjunto das demais regiões brasileiras, constante dos livros de Geografia e Estudos Regionais. Por sua vez, as disciplinas História e Sociologia, ressentem-se ainda de material de leitura específico sobre esta região. (PARÁ, 1989, p.6).

⁴⁶LOUREIRO, Violeta. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 10. Abr. 2015

O nosso entrevistado professor Ribamar Oliveira⁴⁷ que à época ministrava cursos de formação no interior do Estado do Pará para professores da rede estadual, afirma que havia carência de materiais didáticos para ser utilizado tanto pelos professores como pelos alunos, um dos desafios dos professores segundo ele, era construir seu próprio material para uso na época quando ministravam a disciplina Estudos Paraenses,

As disciplinas básicas em nível de formação, por exemplo, em Munhangara trabalhávamos com formação de 5ª a 8ª, mas tínhamos também que trabalhar com Ensino Médio, por exemplo, a base desses cursos, eram as disciplinas básicas mais as disciplinas pedagógicas. No meu caso era trabalhar a área de História, as nossas saídas por aí, também para trabalhar com o modular, naquele momento dávamos formação para professores, seja de 1ª a 4ª ou de 5ª a 8ª, dependendo do município e havendo condições, a gente começou a perceber que havia a necessidade de trabalhar a História Regional, a história amazônica, a história paraense⁴⁸.

Neste momento a Secretaria de Estado do Pará organizou um encontro na cidade de Belém para realizar a capacitação dos professores da rede estadual, que ministravam a disciplina Estudos Paraenses. O professor Ribamar Oliveira argumenta que houve dificuldade de sistematizar um material didático, que debatesse temas amazônicos, isto se deveu diante da diversidade de professores que trabalhavam na rede estadual, pois, eram oriundos de outros Estados brasileiros que lecionavam no interior do Estado do Pará além disso eles não conheciam o debate sobre a região amazônica.

Em 1991, houve um grande encontro que aquela época deu 186 professores do interior do Estado em Belém, no centro de treinamento de recursos humanos Arthur Viana, onde funcionava o centro de formação da SEDUC, que é hoje a escola militar na BR em Marituba, então as pessoas que vinham do interior para esses cursos de formação, já que não tinha universidade no interior. O que acontecia? Os professores tinham essa formação, tinha toda a estrutura, moradia restaurante aquele negócio tudo para quem vinha ter essa formação, então a disciplina que foi trabalhada a partir de 1989, com esse projeto, e em 1991 também foi Estudos Paraenses. Com esse grupo de professores conseguimos sistematizar determinados conteúdos, neste momento tínhamos algumas dificuldades, inclusive para sistematizar este conteúdo, até porque no sul do Pará nós tivemos nesse momento um grande número significativo, e quem eram os professores do Sul do Pará? Professores de fora que eram: mineiros, maranhenses, goianos, quer dizer pessoas que não conheciam nada daqui do Pará, então a dificuldade até para gente começar a organizar esse conteúdo, pegamos o pessoal do Marajó, pessoal do Oeste Paraense, cada região dessa a gente percebeu uma realidade⁴⁹.

A nova configuração social e territorial do Pará foi modificada com a abertura de estradas e a criação de novos municípios, ocasionando com isso o aparecimento de novos atores sociais (posseiros, madeireiros, grileiros, empresários, colonos, pistoleiros, “gatos” ou empreiteiros, peões), que além dos antigos atores sociais da região amazônica (seringueiros, ribeirinhos e castanheiros) vieram para a região após intensas levas de migrações. A disciplina Estudos Paraenses fica sem utilidade em determinados contextos escolares do Estado do Pará, isto pode ser afirmado a partir da entrevista do professor Ribamar de Oliveira, quando nos apresenta este conflito curricular. O grande desafio dos anos 1990 era adequar o ensino de História regional as demandas sociais que estes professores da educação básica vinham percebendo em sua prática cotidiana. Compreendo que a

⁴⁷Formado em História pela Universidade Federal do Pará, o professor Ribamar Oliveira foi entrevistado por participar da elaboração do livro didático História do Para, que foi coordenado pela professora Violeta e organizado por Gerard Prost.

⁴⁸ OLIVEIRA, Ribamar. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 08. Abr. 2015

⁴⁹OLIVEIRA, Ribamar. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 08. Abr. 2015

disciplina ‘Estudos Amazônicos’ e os seus manuais didáticos dos anos 1990, nesta primeira fase da disciplina regional tentam legitimar este campo disciplinar no currículo estadual, como forma de “dar uma resposta” a esta demanda de professores vindos do interior do Estado para a cidade de Belém, desde o início dos anos 1990 participarem dos cursos de formação.

Percebemos que a própria formação dos professores que ministravam a disciplina possuía problemas, o primeiro deles era a heterogeneidade de professores de História vindos de outros Estados brasileiros para o sul e o sudeste do Pará, por exemplo, para aqui ministrarem a disciplina Estudos Paraenses. Uma História do Pará que tinha os eventos políticos e as transformações do Estado como o centro de sua narrativa⁵⁰. O que quero destacar neste aspecto é a seguinte questão: não é a carência de materiais didáticos para serem usados pela disciplina Estudos Paraenses o seu maior problema, pois, os materiais didáticos ao seu tempo foram elaborados por professores, mas a sua efetiva distribuição para uso nas escolas do Estado ser o problema central, haja vista, que o professor Dionísio Hage desde os anos 1960, por exemplo, investe em uma produção didática para este público escolar. Considero que existe um problema mercadológico em relação aos livros didáticos regionais, algo que não é exclusividade no Estado do Pará, como nos argumenta Itamar Freitas (2009). O problema mercadológico dificulta os professores principalmente no interior do Estado de possuir os livros didáticos regionais que foram lançados para uso desta disciplina. Existe a tentativa do Governo do Estado, durante os anos 1990 em tentar solucionar este problema como veremos a seguir com a criação da disciplina Estudos Amazônicos e a sua produção de livros didáticos.

Diante desta realidade estadual uma comissão de professores de História juntamente com a professora Violeta Loureiro, em 1995, assim participou de um projeto com a finalidade de escrever um livro de História do Pará para uso nas escolas públicas por alunos e professores, este livro seria o primeiro de um projeto que ficou conhecido como Estante da Amazônia. Este projeto começou a ser desenvolvido pela Secretaria de Educação (SEDUC), em 1996, diante de duas constatações na rede estadual: a quase inexistência de livros didáticos sobre a Amazônia e o Pará, que fosse para uso de alunos e professores e a dificuldade de o professor trabalhar em sala de aula ou com um grupo de alunos determinado tema sobre a Amazônia, quando por exemplo ele dispõe de apenas 1 livro (que seja seu ou da escola) para aquela determinada disciplina. Podemos perceber que havia uma bibliografia consolidada sobre os recentes acontecimentos sociais que ocorreram na região amazônica, pesquisadores do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), NUMA (Núcleo de Meio Ambiente), MPEG (Museu Paraense Emílio Goeldi) desde os anos 1980, estavam dedicando-se em compreender as novas configurações do espaço amazônico, mas faltava uma sistematização didática de uso para a escola. Os professores perceberam essa ausência de temas que dialogassem

⁵⁰Dionísio Hage iniciou sua vida pública como professor e também ocupando cargos administrativos ligados ao magistério, foi um escritor preocupado em avaliar as necessidades escolares dos estudantes secundaristas carentes de bibliografias relacionadas, pedagogicamente falando, à região amazônica, tanto no que se refere à história, antropologia e sociologia. Em 1962, ainda um jovem professor do Instituto de Educação do Pará (IEEP), escreveu o livro “História do Pará”, que foi bastante usado nas escolas. O professor Dionísio possui outros livros voltados para este público como Pontos de Nossa História (1970); Símbolos do Estado do Pará (1971); Datas e fatos da nossa História (1971); O Círio de N. S. de Nazaré (1971); Roteiro Cívico do Pará (1974), com a criação da disciplina Estudos Paraenses ele publicou o livro “Estudos Paraenses” (1993).

com essa perspectiva e junto com a Secretaria de Educação consolidaram dois caminhos para se estudar o espaço regional na escola: a criação de uma disciplina escolar e a elaboração de livros didáticos regionais. Neste sentido, os anos 1990 configuram-se como a consolidação da história regional no espaço escolar, os professores estavam em busca de sua legitimidade.

A SEDUC comprometeu-se com o projeto Estante da Amazônia a produzir materiais didáticos que versassem sobre a realidade regional. A meta era colocar em cada escola da rede estadual, que a época girava em torno de 200 escolas um total de 30 exemplares de cada obra e não apenas um título. O projeto tinha a seguinte dinâmica: o professor utilizasse o livro em sala de aula, de forma prática, onde o livro didático poderia ser lido simultaneamente por mais de 50 alunos, dois a dois, haja vista, que toda a biblioteca da escola receberia, cada uma, 30 exemplares. O livro didático regional possui uma especificidade era produzido pensando no aluno, em seu uso no espaço escolar e não especificadamente para o professor da disciplina Estudos Amazônicos, podemos encontrar uma dificuldade em relação ao seu ensino, que gira entorno da seguinte perspectiva, não foi pensado um currículo mínimo para a disciplina e não existe manual para o professor, isto se torna complexo quando analisaremos as produções didáticas regionais, haja vista, que os manuais didáticos nos apresentam várias leituras do passado amazônico, que são apropriados para uso nas aulas desta disciplina.

Em entrevista ao projeto de pesquisa deste mestrado a professora Violeta Loureiro, quando questionada sobre o porquê de criar uma disciplina regional no Pará, durante os anos 90, nos respondeu que diante do atual momento de destruição pelo qual passava a região amazônica e o alto grau de desconhecimento sobre a mesma entre os estudantes e universitários, que a não serem os especialistas da área conheciam a Amazônia. Durante sua gestão como diretora de ensino na Secretaria de Ensino do Estado do Pará na administração do ex-governador Almir Gabriel (1995-2002) e atuando como conselheira Estadual de Educação, ela conseguiu viabilizar, em 1997, a criação de uma disciplina regional que atendesse as demandas sociais e escolares da época.

(...) A essa altura eu estava no Conselho Estadual de Educação como conselheira, e em 1996, saiu a Lei de Diretrizes e Bases a LDB a lei nº 9.394, criava novas matrizes curriculares que é vigente até hoje, a área comum nacional e a parte diversificada, na parte diversificada a orientação é que se fizessem estudos regionais ou outros estudos que quisessem captar essa diversidade cultural e natural do Brasil que é um país continental, essa é a ideia, então a coisa vinha a combinar, uma situação dramática que vinha ocorrendo e ao mesmo tempo uma oportunidade de se estudar um pouco sobre a Amazônia, porque havia um desconhecimento sobre a Amazônia, não só entre universitários mas principalmente entre alunos do fundamental e médio, então a solução que eu vi foi à criação de uma disciplina que seria Estudos Amazônicos, e foi muito bem aceita a proposta do conselho e os conselheiros votaram a favor e a disciplina foi aprovada⁵¹.

A professora Violeta Loureiro possui uma rede de interlocutores no Estado do Pará, para que pudesse ser viabilizada a criação da disciplina Estudos Amazônicos e posteriormente a produção de dois livros didáticos regionais, haja vista, que o seu marido, o professor João de Jesus Paes Loureiro, foi à época secretário de Estado de Educação durante a gestão de Almir Gabriel (1995 – 2002), como nos argumenta o professor William Junior,

⁵¹LOUREIRO, Violeta. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 10. Abr. 2015.

A professora Violeta foi a grande mentora, não sei se ela foi à mentora, mas ela comprou a ideia, se entusiasmou e foi à madrinha, você não tem ideia o que é uma burocracia de secretaria, para levar a ferro e fogo o mais rápido possível junto à gráfica. Ela era a mulher do secretário, então ela tinha um peso muito forte, e ela conseguiu em tempo recorde, que esse livro fosse para rede, fosse publicado tudo bonitinho, eu acho que entre um ano e um ano e meio, e o segundo volume não demorou muito, e também o Gerard ficava no pé, o que o Gerard iria para a secretaria, o que o Gerard se mexia⁵².

No dia 20 de dezembro de 1996 foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, este documento tornou-se um instrumento importante na educação brasileira dos anos 90, pois, é considerado um momento de reorientação da educação curricular brasileira e tinha como finalidade básica da educação a “formação comum indispensável para o exercício pleno da cidadania” (BRASIL, 1996). Em seu artigo 26 esta legislação apresenta uma estrutura curricular que é assim constituída: Base Nacional Comum – BNC compostas obrigatoriamente de disciplinas como o estudo da língua portuguesa e da Matemática, do conhecimento físico e do mundo natural, da realidade social e política, da educação artística, da educação física e do ensino de uma língua estrangeira. No mesmo documento ainda é acrescentado uma parte diversificada compostas de algumas disciplinas que devem conter “características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela” (BRASIL, 1996).

Percebemos que durante os anos 1960 quando o ambientalista João Meireles Filho lança o seu livro “O livro de ouro da Amazônia”, depois de 20 anos de pesquisas dedicadas a região amazônica, traz ao público uma leitura do passado sobre a Amazônia em diferentes vertentes, como: as suas dimensões, a Amazônia como região física, a vida do homem amazônida, os povos nativos, a sua situação social da Amazônia e ameaças ao meio ambiente. Em seu livro este autor destina-se um espaço para conversar com o leitor, o indagando da seguinte forma: como ler este livro? Em relação as perspectivas que este possui sobre a região amazônica no que se refere ao espaço escolar ele assim conclui

Seu aprendizado, estudante, espero facilitar apresentando uma obra em linguagem acessível, em que mais que os números, está presente a lógica que rege a destruição e a construção da Amazônia. A proposta é introduzir a Amazônia no currículo escolar. Para os brasileiros e sul-americanos com a Amazônia em seus territórios, se a região representa boa parte da superfície do país, não deveria, não deveria ser objeto de uma disciplina obrigatória, exclusiva, por um ano no primeiro grau, seis meses no segundo grau e um ano na universidade? Caso contrário, como exigir que seus habitantes a conheçam e reconheçam? (FILHO, 2006, p.16)

As indagações feitas pelo ambientalista João Meireles Filho neste livro nos idos dos anos 1960 são as mesmas reflexões que fazem os professores no Pará durante os anos 1990, especialmente quando trazem para o debate em sala de aula aspetos sociais, ambientais e históricos que envolvem a região amazônica. Percebemos que ele está reivindicando o lugar da Amazônia no currículo escolar, para assim poder minimamente “cobrar” uma reflexão por parte da sociedade (aqui especificadamente os estudantes da educação básica e universitários) que preservem o meio ambiente.

A criação da disciplina regional ‘Estudos Amazônicos’, durante os anos 1990, a partir da resolução nº 630/97 aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, dentro da chamada parte diversificada do currículo da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará elegendo a região

⁵²JUNIOR, William. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 14. Abr. 2015.

amazônica, o meio ambiente como sujeitos históricos e evidenciando os problemas sociais no espaço escolar que podem ser problematizados diante da realidade amazônica. A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ foi pensada para os professores da área das Humanidades (História, Sociologia e Geografia), a partir de uma proposta interdisciplinar que eles introduzissem na escola uma proposta regional possível para ser ensinado.

A resolução nº 630 de 26 de novembro de 1997 em seu artigo 5º define que a parte diversificada do currículo será disciplinada pelo respectivo Conselho de Educação do Estado do Pará, mediante um elenco de disciplinas que foi sugerido às entidades mantenedoras dos Estabelecimentos de ensino a escolha de pelo menos duas destas. A resolução nº 231 de 05 de Maio de 1998 estabelece as normas que disciplinam a parte diversificada do Currículo do Ensino Fundamental do Sistema de Ensino do Estado do Pará, onde normatiza que em todas as escolas deste Estado deverá ser mantida a igualdade de acesso para os alunos a Base Nacional Comum de maneira a legitimar a unidade e qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional a Base Nacional Comum e sua parte diversificada, onde deverão integrar em torno de paradigma curricular que vise estabelecer a relação entre a educação fundamental e o médio.

Nesta resolução o artigo 5º apresenta a composição por disciplinas que integram a parte diversificada do currículo, que são: língua estrangeira, redação e expressão, literatura, estudos regionais, educação ambiental, estudos paraenses, informática, desenho, informação profissional, programa de saúde, educação para o trânsito, Educação Moral e Cívica, relações humanas na sociedade, noções ou fundamento de Química, noções ou fundamentos de Física, noções ou fundamentos de Biologia, etnia, ciência e tecnologia, cultura e sociedade, informação sexual, educação para a vida familiar, preparação para o trabalho e as linguagens do mundo. No entanto, percebemos que dentro deste rol de disciplinas que integram as possibilidades de ensino no Pará, a temática regional com a criação da disciplina ‘Estudos Amazônicos’ foi o que se sobressaiu sobre as demais disciplinas.

Em Ofício endereçado as escolas públicas do Estado do Pará a diretora de Ensino deste estado Violeta Refkalefsky Loureiro encaminha as novas matrizes curriculares para o Ensino Fundamental e Médio para o ano de 1999⁵³ (em anexo), no qual faz uma alteração na parte diversificada do currículo com a inclusão da disciplina Estudos Amazônicos em substituição a disciplina Estudos Paraenses, com duas aulas semanais na 5ª e 6ª séries e três aulas semanais na 7ª e 8ª séries, tendo a seguinte justificativa “pela imperiosa necessidade da escola contribuir para a formação de uma consciência nos cidadãos sobre a Amazônia como uma questão nacional e ser a Amazônia o maior e mais rico sistema natural do planeta Terra”. Esta disciplina pode ser ministrada por professores licenciados em História, Sociologia e Geografia sendo pertencentes ao quadro de servidores da SEDUC, portanto, esta é uma disciplina interdisciplinar. A professora Edilena

⁵³ Ofício Circular nº 018/98-DEN, Belém, 10 de dezembro de 1998.

Barbosa⁵⁴ demonstra a preocupação com os conteúdos a serem ministrados na disciplina Estudos Amazônicos quando esta surge no currículo do Estado,

Quando surge os Estudos Amazônicos como professora que fui à época a gente não tinha bem claro, o que se queria trabalhar em sala de aula com o aluno em Estudos Amazônicos, se tirava de dentro da História do Pará? Tirava-se da História da Amazônia? Quando eu fiz a licenciatura, a licenciatura me dava oportunidade de ver o período da borracha, a história da Amazônia I, a História da Amazônia II, mas nunca igual o que se podia trabalhar dentro da sala de aula⁵⁵.

A preocupação em relação aos conteúdos a serem ensinados nesta disciplina em questão nos remete a ideia de que nunca se produziu materiais didáticos para serem usados no espaço escolar, no entanto, a primeira dificuldade encontrada pelos professores da educação básica foi a falta de acesso a produção didática, haja vista, que desde a produção do livro-texto, em 1986, havia uma preocupação com a formação por meio da Secretaria Estadual de Educação de uma material que sistematizasse algumas questões recentes sobre a História da região amazônica, que se configurou nos cursos de atualização dos professores em debater as questões recentes da História da Amazônia nos cursos e seminários organizados na cidade de Belém.

Em resolução nº 1.606 aprovada no dia 1º de março de 1988 o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Pará (CONSEPE/NUFPA), definiu o currículo pleno do curso de História na forma de resolução nº 1/72, o currículo está regido no Conselho Federal de Educação (CFE), sendo apresentando ao colegiado as disciplinas obrigatórias a serem cursadas no ano de 1988. Portanto, percebemos que no mesmo momento em que os professores da rede estadual estão se mobilizando para reivindicar o lugar da história regional no espaço escolar, há uma articulação acadêmica dentro da universidade que também introduz as discussões referentes as questões amazônicas (com as disciplinas denominadas História da Amazônia I e História da Amazônia II), que anteriormente estava ancorada dentro do currículo de curso de História na disciplina ‘História do Brasil IV’.

O professor José Ribamar relembra em entrevista a este projeto de pesquisa sua disciplina História do Brasil IV, quando teve contato durante a graduação com a História da Amazônia, nos relatando as dificuldades que o professor tinha de sistematizar a disciplina.

Eu tive aula com o professor Ubiratan Santana, na época, ele trabalhou só com a Cabanagem, um texto que ele deu da Cabanagem, de não sei o que? Eu não estou lembrado agora, pouca coisa muito restrito a disciplina, agente fazia a época, eu tive sorte de ser estagiário da Venize Rodrigues, que hoje é professora do curso de História da UEPA. A Venize era militante também como a gente, e fazia mestrado na Universidade Federal Fluminense, trabalhava sobre a Cabanagem, foi quando eu comecei a ter acesso com a pesquisa histórica direto no Arquivo Público com os códices, depois que me envolvi em outro projeto de Arquivo assim como estagiário, e tudo isso contribuiu para que eu tivesse essa visão mais ampla sobre a História da Amazônia.

Nos anos 90 ocorreram mudanças nos currículos do ensino fundamental e médio, após o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em especial para a área de História, colocaram-se em questão algumas bases epistemológicas, que estavam presentes no ambiente escolar, refiro-me a História baseada na cronologia francesa, considerada eurocêntrica que

⁵⁴Formada em História pela Universidade Federal do Pará. Edilena Barbosa foi entrevistada por fazer parte do corpo técnico da SEDUC e também colaborar para a elaboração do livro didático História do Pará organizado por Gerard Prost.

⁵⁵BARBOSA, Edilena. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 30. Abr. 2015.

predominava no currículo conhecida como História Tradicional (KARNAL, 2003, p.6). Precisava-se apresentar aos professores “outras histórias” que possibilitasse construir um novo conhecimento histórico.

Um momento importante para que se possa discutir no espaço escolar questões referentes aos últimos acontecimentos da região amazônica, esta era a proposta curricular que a professora Violeta Loureiro pensou nos anos 90, quando apresenta ao Conselho Estadual de Educação a ideia de criar uma disciplina regional que versasse sobre determinados temas amazônicos, com a função de conscientizar as pessoas sobre o futuro da região amazônica, como nos afirma,

Eu tenho interesse desde que seja para conscientizar as pessoas sobre a Amazônia, independentemente de qualquer vantagem financeira, de modo geral a gente não ganha coisa nenhuma nessa área, e aí foi quando eu resolvi escrever os dois livros didáticos na década de 90⁵⁶.

Os professores que ministravam essa disciplina ressentiam-se de um material didático organizado que orientasse o professor desta disciplina, o professor Ribamar de Oliveira nos lembra que havia duas necessidades básicas nos anos 90: uma seria criar uma disciplina regional que atendesse a demanda dos professores e a outra de criar um livro didático regional que sistematizasse as pesquisas dos professores da Universidade Federal do Pará, haja vista que muitos professores não tinham tempo para pesquisa devido à carga horária de trabalho ser extensa, muito com 280 horas/mês.

No meu caso na época eu tinha 280 horas, trabalhava de manhã, à tarde e a noite, claro a gente pesquisa, a gente lê, mas difícil você ficar em sala de aula e ficar na pesquisa, além do Museu, da Universidade, facilitou também que a gente tinha colegas à época diretor do Arquivo Público do Estado, que foi Márcio Meira, colega nosso também de História, e facilitou também, então a gente marcava um dia, inclusive dava um jeito de faltar, eu levei até faltas por isso, inclusive a SEDUC, desse acordo entre a gente ficou de fora, a gente tinha que negociar com a direção, achou a necessidade de elaborar o projeto, dessa discussão toda, desse grupo, elaboramos um projeto, aquele momento um grupo da SEDUC, nesse grupo tínhamos Orlando Melquíades, queriam me levar como técnico, mas eu não aceitei, porque eu sou mesmo de sala de aula, a minha esposa, nós conseguimos colocar ela como técnica representando a gente lá, e mais outros colegas de lá da SEDUC, dentro desse projeto o principal objetivo era sistematizar, inclusive a gente pega o material é o mesmo, em 1992 foi sistematizado o conteúdo programático na época foi Estudos Paraenses e depois que foi Estudos Amazônicos, a produção de material para dar suporte⁵⁷.

Em outro momento da entrevista o professor ressalta

A gente sentiu essa necessidade porque não tinha essa carga horária, e nos cursos que nós ministrávamos sentíamos essa necessidade, estava fluindo nesse momento algumas pesquisas de próprios colegas professores do interior mesmo que fossem pesquisas com material primário, que só através da oralidade, da História Oral como recursos metodológico estava escrito alguma coisa, então através disso a gente sentiu a necessidade de ser incluído na nossa grade curricular estadual, esse seria um ponto. Seja para você mostrar a Amazônia ou o Pará no primeiro momento foi os Estudos Paraenses, depois mudou para Estudos Amazônicos⁵⁸.

Os professores de História que participaram da experiência de elaborar um livro didático regional, eles estavam ao mesmo tempo em sala de aula e fazendo as pesquisas no Arquivo Público do Estado do Pará, na Universidade Federal do Pará e na biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi, às vezes tendo levado falta nas escolas por conta das pesquisas que seriam desenvolvidas,

⁵⁶LOUREIRO, Violeta. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 10. Abr. 2015

⁵⁷OLIVEIRA, Ribamar. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 08. Abr. 2015

⁵⁸OLIVEIRA, Ribamar. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 08. Abr. 2015.

pois, não houve acordo com a Secretaria de Educação do Estado para que fossem liberados exclusivamente para a pesquisa e elaboração deste livro didático.

A proposta da disciplina ‘Estudos Amazônicos’ veio atender a demanda dos professores, pois, sentiam falta dessa História regionalizada na escola. Neste sentido, “lutaram” para ter a disciplina Estudos Amazônicos, até para ter carga horária na rede estadual, pois, não podiam trabalhar temas referente a Amazônia na disciplina História devido ter uma carga horária ínfima, eles viram sua demanda ser atendida com a criação desta disciplina. Portanto, a criação da disciplina Estudos Amazônicos seria uma afirmação da História regional na escola, uma forma de demarcar o seu lugar. O professor José Ribamar nos lembra do aumento da carga horária com a mudança na grade curricular do Estado do Pará da disciplina Estudos Paraenses para a disciplina ‘Estudos Amazônicos’, em sua entrevista quando nos argumenta

Nós não tínhamos essa disciplina dentro da grade curricular no Estado, só tinha a disciplina História, dentro da disciplina História deixávamos alguns pontos para falar sobre a Amazônia, mas você sabe que a carga horária de História é pequena, que é de duas horas, impossível você trabalhar em dez horas incluindo a História da Amazônia, a História do Pará, muito difícil, claro que é possível mas você sabe coisa fica por cima, sentíamos a necessidade porque não tinha essa carga horária, e nos cursos que nós ministrávamos era muito cobrado isso pelos professores da rede estadual. Neste momento estava fluindo algumas pesquisas de próprios colegas professores do interior mesmo que fossem pesquisas com material primário, através da oralidade como recursos metodológico estavam pesquisando alguma coisa, então através disso a gente sentiu a necessidade de ser incluídas na nossa grade curricular estadual uma disciplina regional. (...) para mostrar a Amazônia, o que seria na verdade a Amazônia. Outro ponto seria aumentar a carga horária nossa de História, porque só tínhamos uma carga horária de 10 horas e você com uma carga de mais 10 horas para ministrar uma disciplina regional, você poderia ter 20 horas, por exemplo, da matemática você tem 60 horas no caso do fundamental, 60 horas são 6 aulas por semanas e a gente só tinha duas, então é difícil você fazer um bom trabalho, então o aumento da carga horária foi um ponto fundamental nesse momento⁵⁹.

A proposta da disciplina ‘Estudos Amazônicos’ possui um recorte temporal e cronológico que privilegia os aspectos geográficos, sociais e econômicos da História recente da região amazônica, por exemplo, o livro “Amazônia: história e análise de problemas”, a autora elege como debate central o período da borracha e a intervenção federal com a construção das rodovias nos anos 1960 para construir sua narrativa didática, pois, neste período há a mudança de lógica de desenvolvimento do Estado do Pará, estes foram dois momentos significativos que na concepção de Violeta Loureiro, o professor que ministra esta disciplina possui um olhar mais atento a determinadas questões regionais da região, por este sentido, ao fazer a seleção dos conteúdos no livro didático à autora privilegiou determinados temas que são na sua concepção os conteúdos significativos⁶⁰ para serem utilizados nas aulas desta disciplina.

O segundo livro desta coleção “História: análises e problemas amazônicos” apresentam para o aluno, quatro capítulos, que estão assim distribuídos: A vida da Amazônia no início do século XX até os anos 1960; A economia da 1ª metade do século XX: os principais produtos extrativos (borracha e a castanha-do-pará); desenvolvimento econômico e crescimento populacional recente na Amazônia – pós 1960 e críticas aos erros do modelo econômico e busca de novos caminhos para o

⁵⁹OLIVEIRA, Ribamar. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 08. Abr. 2015.

⁶⁰Segundo Circe Bittencourt (2011, p. 137) os conteúdos significativos vinculam-se a um critério de seleção baseados, direta ou indiretamente, nos problemas do aluno e da sua vida, em sua condição social e cultural.

desenvolvimento da Amazônia. A professora Violeta Loureiro quando questionada sobre o privilégio de abordar o século XX na disciplina ‘Estudos Amazônicos’ nos argumenta

Porque é uma disciplina que você não tem como estudar a Amazônia desde o período colonial e ainda mesclar temas de meio ambiente, temas de História dentro de um único programa. Tinha que selecionar itens importantes, então os itens que foram considerados importantes pegava basicamente o século XX. Então, a ênfase foi no século XX e alguns temas ligados ao meio ambiente, mas a questão ambiental amazônica foi se agravando e a repercussão do que vinha acontecendo e do que vem acontecendo com a Amazônia e tão grande, no mundo e no Brasil que acabou exigindo a elaboração de dois livros⁶¹.

Os problemas amazônicos ressaltados pela autora e que são considerados importantes a ser discutidos na disciplina, decorrem de dois argumentos que foram ocasionados pelas transformações no espaço amazônicos desde os anos 60, eles são de duas naturezas: o econômico e o social, como argumenta Violeta Loureiro,

Do ponto de vista econômico é fundamental estudar essa posição, esse novo colonialismo que a Amazônia está vivendo. Uma região com uma economia baseada em enclaves econômicos, tipos a produção de alumínio, de ferro, de soja, etc., e como exportadora de energia elétrica. Do ponto de vista ambiental, como é que estas situações todas impactam o meio ambiente da região, por exemplo, a produção de soja tem produzido um desmatamento enorme, as usinas hidrelétricas, que estão provocando danos ambientais graves. Do ponto de vista social você vê o agravamento das condições sociais da população da Amazônia, hoje as maiores partes dos nossos indicadores sociais estão tão ruins quanto os do Nordeste, e muito deles muito piores do que os do Nordeste, por exemplo, a educação está muito pior que a do Nordeste, e assim por diante, então o ideal é começar a tratar pela economia, porque pela economia você vai ver os impactos ao meio ambiente e os impactos na esfera social⁶².

A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ quando criada foi considerada interdisciplinar, ou seja, podem ministrar esta disciplina os professores de História, Geografia, Sociologia e Filosofia, desde que tenham uma leitura histórica sobre a região amazônica, conforme nos afirma em sua fala a professora Edilena Barbosa, ou como nos argumenta Violeta Loureiro, de que para esta disciplina não faltam professores na rede estadual, desde que este esteja interessado em discutir a Amazônia em sala de aula.

O professor tem a leitura histórica, seja na disciplina de Geografia, seja na disciplina de História, seja na Sociologia, seja na Filosofia ele tem, então ele transporta esse saber que ele tem para a formação do aluno com o livro pedagógico em mãos, pela primeira vez estava-se pensando no aluno e não em se fazer um livro especificamente para o professor, eu acho que foi a nossa inovação⁶³.

A questão da interdisciplinaridade era algo presente no debate educacional dos anos 90, quando foram propostos os Parâmetros Curriculares Nacionais e os temas transversais, onde encontraremos a temática do meio ambiente. O foco em construir uma educação que se pautasse na interdisciplinaridade foi algo muito presente nas propostas curriculares lançadas a partir da LDB/96, quando esta se tornou elemento indispensável para se fazer e pensar a educação básica no Brasil (GARCIA, 2008, p.367), pois, os estudos da área não apresentam um consenso em relação ao termo “interdisciplinaridade” dentro dos Pcn’s, e sim diversos sentidos para fazer uso no espaço escolar, esta proposta curricular veio ao encontro da criação desta disciplina regional, pois, na medida em que o professor desta disciplina consegue articular o conteúdo sobre a Amazônia com outras áreas

⁶¹LOUREIRO, Violeta. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 10. Abr. 2015.

⁶²LOUREIRO, Violeta. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 10. Abr. 2015.

⁶³BARBOSA, Edilena. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 30. Abr. 2015.

de conhecimento, permite com que o aluno consiga “construir pontes” entre os conteúdos que foram trabalhados em diferentes disciplinas. A interdisciplinaridade seria um facilitador na construção do conhecimento escolar, como argumenta Violeta Loureiro

A interdisciplinaridade abre um leque de raciocínio para as pessoas que é verdadeiramente fantástico, entende nada como um estudo interdisciplinar. Hoje em dia as ciências estão mais do que claro, que você não pode estudar a sociedade sem estudar a natureza, você não pode estudar a natureza sem estudar a ação do homem sobre a natureza, há sempre uma interdisciplinaridade, uma coisa preciosa⁶⁴.

A chave de leitura que propõe o currículo da disciplina ‘Estudos Amazônicos’ inventada nos anos 1990 é de que os alunos e a escola precisam compreender algumas questões regionais, pois, as contradições sociais da região amazônica são explícitas na região amazônica, pois historicamente segundo Violeta Loureiro a Amazônia possui uma história de perdas e danos (LOUREIRO, 2002), isto fica evidente na seguinte questão: Como a Amazônia ser uma região rica de produtos minerais e ao mesmo tempo ser pobre em desenvolvimento? Torna-se um dos argumentos defendidos pela professora Violeta Loureiro para enfatizar como o desenvolvimento da região foi algo desigual, que atende aos interesses de grupos econômicos e não beneficia a população amazônica, processo que ficou mais acentuado com a abertura da Belém-Brasília.

Os professores de História⁶⁵ da Secretaria de Estado de Educação do Pará em parceria com o professor Gerard Prost⁶⁶ elaboraram um livro didático de História do Pará, haja vista a necessidade dos professores que lecionavam a disciplina Estudos Amazônicos na rede estadual não possuírem um livro que subsidiasse o ensino dessa disciplina. A professora Edilena Barbosa nos comenta como foi à elaboração deste livro

Nós íamos para a casa de Ribamar no final de semana, sábado e no domingo até almoçávamos para lá, comprava e almoçava e ele estava lá, lendo os recortes, lendo o material de pesquisa que a gente fazia principalmente a gente ia para o arquivo público e nós já deixávamos lá o que nós queríamos trabalhar e o material primário de outras pesquisas feitas já estava se diluindo e ele achava um jeito para a gente fazer uma leitura de lá⁶⁷.

A construção de um livro didático regional a partir de pesquisas realizadas pelos professores de vários departamentos da Universidade Federal do Pará tornou-se uma questão central, pois, existe uma preocupação em escrever uma escrita da História escolar no Pará que fosse subsidiado por um respaldo acadêmico, seja dos professores da Universidade Federal do Pará (UFPA) ou de pesquisadores da área das ciências humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), percebemos isto quando nos agradecimentos do livro existe a citação de alguns professores-colaboradores concedendo a pesquisa para a escrita de determinado capítulo. A arqueóloga Ana Machado por ter escolhido as iconografias sobre o passado pré-colonial que subsidiou o capítulo 1. A arqueóloga Vera Guapindaia por ter cedido um texto de sua autoria, que serviu de base para a

⁶⁴LOUREIRO, Violeta. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 10. Abr. 2015.

⁶⁵Os professores que participaram da elaboração deste livro regional foram: William Junior, Edilena Lourdes Barbosa, Maria de Fátima Oliveira, André Alvarez e Ribamar de Oliveira.

⁶⁶O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPq) concedeu uma bolsa de pesquisa a Gerard Prost para a elaboração do livro didático regional História do Pará, sendo a primeira publicação no ano de 1998 dentro do projeto Estante Amazônia.

⁶⁷BARBOSA, Edilena. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 30. Abr. 2015.

construção dos capítulos 1, 2 e 3, sendo publicada na revista “Ciência Hoje” em 1996. A Rosa Acevedo Marin, professora do NAEA/UFPA, que permitiu os produtores do livro didático ter uma melhor compreensão sobre o período 1616-1750 (período colonial amazônico). O professor do departamento de História da Universidade Federal do Pará José Alves Júnior, que dispôs do seu tempo para fazer a estruturação do período “crise do sistema colonial” são os pesquisadores que foram citados no livro. O professor Gerárd Prost queria ter legitimidade acadêmica tanto dos professores de História quanto dos pesquisadores sobre determinado tema, por isso que nos agradecimentos deste livro regional o professor menciona alguns pesquisadores da região argumentando a sua contribuição para determinado capítulo do livro didático, o professor William Junior nos lembra este aspecto

Justamente, ele queria essa legitimidade, desse grupo acabou ficando só eu, ele gostou muito de mim, foi assim uma empatia muito grande que acabou virando uma amizade, não foi só algo profissional, foi de amizade mesmo, o restante do grupo sumiu, eles não tiveram interesse, não ficaram nessa área e para mim era ótimo porque eu não precisava ir até a SEDUC, eu iria para o Museu Goeldi e ficava discutindo com um homem inteligentíssimo. Como ele tinha uma experiência fantástica, uma cabeça e uma generosidade enorme, era um prazer conversar com o Gerard⁶⁸.

Sobre o processo de construção do corpus documental que o professor Gerard Prost queria utilizar no livro regional o professor William nos afirma

A ideia que eu tenho é assim, ele vai, por exemplo, com o Alves. O Alves diz para ele o que está pesquisando sobre o século XVIII, então ele pega um trecho, a partir daí ele considera aquilo como o correto, então o que ele vai fazer é que o aluno a partir da leitura e da confrontação com outros documentos chegue às teses principais do texto, o debate seria se tivesse o contraditório, que tivesse posições divergentes, haveria o debate e o aluno poderia se posicionar isso não existe cada tema ele traz um ou dois historiadores, que comungam do mesmo tema, o que ele considera na época como algo atual e mais bem fundamentado a época, aliás, na academia não havia espaço para outro tipo de discurso que não fosse aquele, então eu não vejo. Eu vejo a construção do conhecimento, levar o aluno a construir o conhecimento⁶⁹.

A construção do conhecimento histórico era baseada a partir da seleção de fontes que o professor possui para construir uma aula de Estudos Amazônicos. O livro História do Pará possibilitava esse olhar, pois, tinha pouca interpretação dos professores e muita seleção de documentos. Os alunos em parceria com o professor construam uma autonomia em sala de aula, quando interpretavam os fatos sobre a região amazônica. Existe uma preocupação dos professores que constroem este livro didático de “dar voz” ao documento na escrita do livro didático regional, mas os documentos tinham que ser essencialmente escrito, fundamentalmente do Arquivo Público do Estado do Pará. O uso de memória no referido manual didático não é explorado pelos seus elaboradores. Durante a narrativa desta escrita escolar que há um império do documento escrito em todos os capítulos. O professor Ribamar Oliveira também nos relata como foi o cotidiano da pesquisa

Boa parte do material produzido estava em cima destas pesquisas dos professores da universidade e produzida no Museu Goeldi, mais o material do arquivo público. Na época o Arquivo público serviu de base para gente, documentos, por exemplo, a gente marcava dia de sexta feira, lá no museu e não era no arquivo, a gente ligava pro Márcio olha a equipe nossa do Estante da Amazônia, a gente está indo, O que vocês querem dependendo da equipe? O que você tem sobre a Pré-Amazônia? Então

⁶⁸JUNIOR, William. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 14. Abr. 2015.

⁶⁹JUNIOR, William. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 14. Abr. 2015.

selecionava o material deixava o técnico responsável por aquele setor, para eu sentar e dar aquela contribuição, então assim que a gente fazia, diante desse material que cada um iria produzindo trazia para cá, boa parte do material era feito aqui, tinha um jambeiro, a gente sentava esse pessoal, a gente tentava chegar a um acordo, na linguagem cada um com suas linguagens, às vezes a gente trazia para cá, ficava aquela discussão, e saiu um texto e o último na verdade que foi dar a revisão final do livro foi a Violeta, muita coisa ela mudou, por exemplo, o meu caso eu sou contra a palavra índio, ela colocou índio e eu coloquei primeiros homens, ela sempre fazia a diferença, como era ela a diretora de ensino, a gente já tinha fechado a deixamos mexer no nosso texto⁷⁰.

O uso de diversos documentos para contar a História do Pará, como nos ressalta a professora Maria de Fátima Oliveira⁷¹,

A gente pensava muita coisa que tinha vontade fazer, isso foi legal porque conseguiu trazer com esse livro para a sala de aula, coisas bem diferentes mais dinâmicas, olha a música do Nilson Chaves, que nem era muito conhecido, vamos colocar a música do Nilson Chaves, tem a letra da música no último capítulo da Cabanagem, que ele fala todos os municípios, não tem uma música? Está até errada à letra ali, tem questões erradas, acho que todo o livro tem um pouco disso, precisava urgentemente de uma revisão, mas a gente não teve apoio, teve todos esses problemas⁷².

A narrativa regional construída pelos autores deste livro didático ressalta a História do Pará por “períodos”, uma história que ainda traz os vestígios de uma tradição escolar com vertente cronológica, com a função de perceber as transformações do Estado ao longo da História do Pará, sendo concentradas as ações na cidade de Belém, em determinados capítulos percebemos a participação de outras regiões do Estado em relação a questões econômicas ou políticas. A região amazônica em determinados momentos nesta obra submerge, ou seja, esta história fica silenciada quando o autor privilegia uma história política e administrativa do Pará. Percebemos que os professores de História e o pesquisador Gerard Prost reforçam o império do tempo cronológico, para compreender os processos históricos que ocorreram na História do Pará. Neste manual acontece algo interessante, os professores de História participaram somente da construção da narrativa do volume 1, que tem como eixo central fazer uma leitura do passado referente ao recorte espaço e temporal que estende-se “das primeiras populações à Cabanagem”, o professor Gerard Prost em parceria com a professora Violeta Loureiro construíram a elaboração do volume 2 que tem o recorte temporal que estende-se “da borracha aos dias atuais”, um recorte de estudo próximo com o livro escrito por esta autora, que analisa a História da região amazônica a partir de “seus problemas”. Este aspecto realçado na entrevista dos professores de História é algo importante, pois, evidencia estilos de escrita totalmente diferenciados quando fazemos a leitura deste manual escolar. O que se evidencia neste manual é o uso excessivo de documentos para provar que a História daquela região aconteceu a partir das narrativas escritas, das cartas, dos mapas, das fotografias, dos

⁷⁰OLIVEIRA, Ribamar. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 08. Abr. 2015.

⁷¹Formada em História pela Universidade Federal do Pará e a época era técnica pedagógica da SEDUC. Maria de Fátima Oliveira foi entrevistada, pois participou da produção do livro didático História do Pará organizado por Gerard Prost.

⁷²OLIVEIRA, Maria de Fátima. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 08. Abr. 2015.

escritos historiográficos, das iconografias, etc., ou seja, eles querem evidenciar que o documento é a História daquele espaço como nos argumenta Edilena Barbosa⁷³

O trabalho dele era fazer com que no livro tivesse muito pouca a nossa interpretação, mas que colocasse no livro os documentos, então como trazer esses documentos para dentro do livro? Você vê lá, fulano de tal. A carta não sei de quem, tá lá foi de acordo com o fulano de tal, isso se tornou mais difícil porque não era as nossas palavras.⁷⁴

Havia uma tensão neste livro didático regional, pois, o professor Gerárd Prost não era simpatizante de uma História por eixos temáticos⁷⁵ voltada para a escola, ainda considerava que a cronologia era algo importante, que não poderia ser utilizada na construção de sua narrativa, percebemos isto em dois momentos no livro: primeiro, quando o autor enfatiza a História do Pará em seis grandes períodos; segundo, quando ele ao final de cada volume apresenta uma linha do tempo sobre determinado momento da História do Pará (em anexo). O professor William Junior ressalta isto, quando nos diz

Ali houve uma tensão pelo seguinte, o Gerard conversa com o pessoal da universidade federal do Pará, com os professores responsáveis por cada área, e a federal estava trazendo para cá a questão de uma história temática, quebrar essa linearidade, um acontecimento ao outro, uma linearidade. Uma história temática ligada a uma história social, enfim! E eu era um desses refratários, porque eu achava e ele também até porque não sendo um homem daquela época, a gente tinha um pé atrás com essa coisa do tema, quebrar uma linha a gente achava que o aluno perderia muito, talvez senão fosse por mim e por essa identidade dele, o Gerard era um pouco opinioso, tinha uma teimosia não era fácil convencer o Gerard. O livro poderia ser mais temático, e deve ser período e deveria ser por temas⁷⁶.

O livro didático regional criado pelo professor Gerárd Prost ainda insistia em uma concepção de história que privilegiasse os períodos e cronologia, mas distanciava-se de uma valorização dos personagens políticos, por exemplo, escolhendo introduzir outros aspectos em sua narrativa, como: a Amazônia antes dos europeus (capítulo 1); o choque cultural (capítulo 2, item 6); uma colônia de muitos pobre (capítulo 2, item 2.2) são alguns exemplos de como o autor elege outros sujeitos históricos para construir sua narrativa. O livro didático do professor Gerard Prost neste sentido fica entre a tradição e a inovação no que se refere a História do Pará.

O papel dos professores que construíram um livro de História do Pará era de destacar a importância de se pensar uma história do imaginário em sala de aula, uma forma de não limitar o conhecimento histórico a um resumo pronto e acabado, fazer com que o aluno crie o seu próprio conceito a partir dos documentos apresentados a ele, como afirma a professora Edilena Barbosa

Porque a universidade sempre foi muito acadêmica ela sempre foi e acredito que ainda é, ela traça a questão do academicismo muito pertinente, aos grandes autores, aos grandes livros, a teoria ultrapassa aquilo que é verdadeiro, aquilo que é o chão

⁷³ Formada em História pela Universidade Federal do Pará e a época era técnica pedagógica da SEDUC. Maria de Fátima Oliveira foi entrevistada, pois participou da produção do livro didático História do Pará organizado por Gerard Prost.

⁷⁴ BARBOSA, Edilena. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 30. Abr. 2015.

⁷⁵ Segundo Circe Bittencourt (2009, p.127) a história por eixos temáticos caracteriza-se por constatar que não é possível ensinar “toda a história da humanidade”, e que toda a história ensinada é fruto de recortes dependentes das problemáticas feitas no presente.

⁷⁶ JUNIOR, William. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 14. Abr. 2015.

da escola, provavelmente os grandes autores da História e de outras disciplinas como os sociólogos que nos dão essa oportunidade, os grandes filósofos, que nos dá essa oportunidade de traçar o imaginário da nossa própria história, de poder fazer os nossos próprios conceitos, trabalhar esses conceitos em outros conceitos, assim poder trabalhar com aluno outros conceitos e é longe demais e é muito rebuscado a leitura deles, então precisávamos de algo mais concreto dentro da sala de aula, o que seria na sua História a História do Pará?⁷⁷

O livro didático tem que possibilitar o professor a explorar o imaginário do aluno, pois, compreendemos que a leitura histórica do professor auxiliado com a leitura de documentos permite com que o aluno forme o seu próprio conceito sobre determinado conteúdo escolar, segundo Rocha (2009) o que acontece é que nem sempre o aluno se apropria da lógica subjacente ao discurso, permanecendo no aparente decorando e repetindo informações. Precisamos explorar o imaginário do aluno para que este possa encontrar as questões ao conteúdo que lhes seja significativo, como argumenta a professora Edilena Barbosa,

O que seria a formação do seu próprio conceito e não trazer o texto pronto, arrumadinho já com o conceito arrumado, e pra ele, ele dizia como é que a gente trabalha. Como é que você pode traçar um imaginário para uma criança ou para o aluno se você já traz tudo pronto? Esse é o grande desafio do professor, esse desafio do professor é fazer com que o aluno crie o seu próprio conceito, a partir do quê, do imaginário dele?⁷⁸

A experiência de construir um livro regional ressalta o papel do professor como um pesquisador. Ele precisa ser um pesquisador para que não se limite ao discurso histórico presente no livro didático, conforme nos apresenta Demo (1996, p.2) de que educar pela pesquisa tem como condição essencial primeira que o profissional da educação seja um pesquisador, ou seja, maneje a pesquisa como princípio científico e educativo, sendo algo recorrente a sua prática cotidiana. Os estudos da história do cotidiano tornaram-se um elemento central a ser debatido nesta coleção didática, Circe Bittencourt (2009, p. 167) nos lembra que os autores que se ocupam desta perspectiva historiográfica tentam recuperar as relações sociais dos mais diversos grupos sociais, estabelecendo conexões entre conflito diários que se inserem em uma forma de política contestatória. Os professores no Pará que elaboraram este livro queriam trazer para o ambiente escolar, uma história-problema, onde o que muda não é o passado, mas a forma como o passado é contado na escrita histórica escolar. O uso de documentos em sala de aula iria levar o aluno a criar o seu próprio conceito, como argumenta Sônia Nikitiuk

E assim refletindo sobre História, ensino não há como não falar em documento. O campo conceitual de documentos aqui utilizado e do contexto da História Nova, que substitui a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, por uma história baseada por uma multiplicidade de documentos escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Como é necessário questionar o documento! (NIKITIUIK, 2009, p. 12)

A disciplina 'Estudos Amazônicos' durante os anos 90 apresenta um dilema que precisa ser resolvido, o de consolidar o campo disciplinar Amazônia no espaço escolar. A criação da disciplina e a produção de dois manuais didáticos neste período reforçam a ideia de que era necessário repensar o ensino de história regional, invertendo as escalas de prioridades, onde o foco central de análise que seria o Estado Pará muda-se para algo de âmbito global, ou seja, pensar agora na Amazônia enquanto um espaço regional de disputas de poder.

⁷⁷BARBOSA, Edilena. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 30. Abr. 2015

⁷⁸BARBOSA, Edilena. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 30. Abr. 2015.

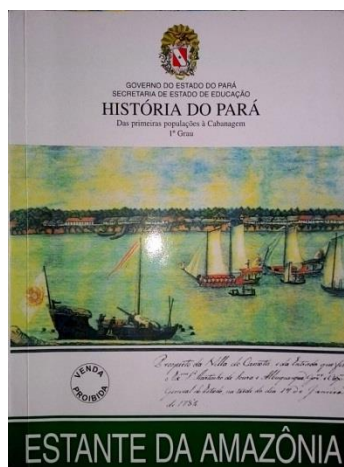
A criação dos chamados ‘Estudos Amazônicos’ como campo disciplinar reforça a ideia da necessidade de pensar as relações entre tempo, espaço, sociedade, cultura e meio ambiente na Amazônia, como categorias centrais para se pensar as transformações recentes que ocorreram nesta região. A proposta desta disciplina encara a urgência do presente como elemento central nas discussões em sala de aula, problematizando e criando outros sentidos de historicidades sobre o ensinar História regional.

Capítulo 2 – A História da Amazônia entrelaçada na História do Pará: Uma proposta de currículo para a disciplina ‘Estudos Amazônicos’.

O presente capítulo pretende analisar a coleção lançada pelo projeto Estante da Amazônia⁷⁹, em dois volumes no ano de 1998 pelo Governo do Estado do Pará. A coleção é voltada prioritariamente para o aluno, mas serve de suporte didático para os professores desta disciplina. Procuramos compreender os enfoques, as abordagens e a perspectiva deste autor para contar uma História regional no Estado do Pará. Para isto, analisaremos o corpo textual, as imagens e o uso de fontes documentais como elemento central desta narrativa escolar. Com o intuito de compreender qual é a leitura do passado amazônico feita por esta narrativa escolar.

2.1. A coleção “Estante da Amazônia”: capas, sumários, apresentação.

Imagem 7 – Capa do livro “Contando a História do Pará”, volume 1.



Fonte: PROST, Gerard. História do Pará: das primeiras populações à Cabanagem. Belém, 1998a

A capa do 1º volume da coleção Estante da Amazônia é uma ilustração da vila de Cameté (cidade tocantina), que foi feita por Alexandre Rodrigues Ferreira⁸⁰ em 1784, quando o naturalista visitou esta cidade amazônica. Existe um manuscrito que contém as seguintes informações “Prosqueto da Villa de Cameté e da entrada que fez excelentíssimo senhor Martinho de Souza e Albuquerque, governador e capitão Geral do Estado, na tarde do dia 19 de Janeiro de 1784”, também consta o título do livro “História do Pará: das primeiras populações à Cabanagem”, demarcando o espaço-temporal, a etapa de ensino ao qual ele é destinado (1º grau), a coleção a que pertence esta obra didática “Estante da Amazônia”, percebemos que não consta o nome do autor que organizou, apenas na folha de rosto apresenta-se o professor Gerárd Prost⁸¹, que contou com a

⁷⁹ O projeto Estante da Amazônia começou a ser desenvolvido pela SEDUC durante o ano de 1996, no qual tinha como finalidade promover a produção de livros didáticos que versassem sobre a realidade regional. Este projeto via-se como alternativa de suprir a carência escolar do Estado do Pará com a falta de livros didáticos regionais que tratassem se temas sobre a região amazônica. Considera-se que dessa forma esta secretaria de educação estaria contribuindo para a formação de cidadãos amazônidas críticos sobre a sua realidade e ensinando-lhes a amar e a defender a cultura e a natureza de sua região.

⁸⁰ Alexandre Rodrigues Ferreira foi um naturalista português. Empreendeu uma extensa viagem que percorreu o interior da Amazônia até ao Mato Grosso, entre 1783 e 1792. Durante a viagem, descreveu a agricultura, a fauna, a flora e os habitantes locais. É considerado um dos maiores naturalistas luso-brasileiros. (BRITTO, 2008)

⁸¹ Na capa do referido livro regional apresenta a seguinte informação sobre o pesquisador, ele era bolsista do CNPq, lotado no Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG.

colaboração de cinco professores de História da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC) ⁸² na pesquisa documental deste primeiro livro didático, e a professora Violeta Refkalefsky Loureiro na função de consultora técnico-científica e revisão. O autor do livro didático tenta fazer um diálogo com o estudante, quando apresenta a sua concepção de História retirada do livro História Geral do Brasil, uma coletânea de textos publicada pela professora Maria Yeda Linhares,

A matéria da História é um conjunto de fatos passados, não somente dos fatos curiosos ou destacados, e sim, daqueles cuja repetição determina os movimentos da população, a capacidade da produção, o aparecimento das instituições, as lutas secretas ou violentas entre as classes sociais – fatos de massa que tem a sua própria dinâmica. (PROST, 1998a, p.5).

Há também uma epígrafe do historiador francês George Duby⁸³ sobre a escrita da História e sua função social,

Para que escrever a História, senão com o objetivo de auxiliar seus contemporâneos a ter confiança no futuro e a melhor enfrentar as dificuldades a cada dia? O historiador, em consequência, tem o dever de não se dedicar unicamente ao passado, mas de pensar constantemente nos problemas atuais” (PROST, 1998a, p.5)

O diálogo com as tendências recentes do conhecimento histórico, especificamente com os teóricos da terceira geração dos Annales. Esta coleção didática neste sentido tenta incorporar as recentes abordagens historiográficas no espaço escolar por meio de seu manual didático, tentando fazer uma aproximação entre a história estudada na universidade e aquela que é destinada às escolas de ensino fundamental e médio, como nos argumenta Selva Fonseca (2003, p.39). Neste livro regional há ressaltado a construção de uma História do Pará interconectada como uma História da Amazônia, esta perspectiva é vista quando os autores apresentam algumas singularidades que ora são referenciados ao Estado do Pará, e em determinados momentos são características da História da Amazônia. Os autores colocam em destaque a importância de se construir uma escrita escolar baseados em fontes e textos historiográficos. Uma preocupação com a construção do conhecimento histórico escolar usando como perspectiva que associa ensino/pesquisa rompendo com a “fatalidade reprodutora” do conhecimento histórico como mera transposição da academia para a educação básica, isto vem sendo discutido no campo de pesquisa desde o final dos anos 1980⁸⁴.

Nessa História do Pará, em alguns casos, os fatos são ligados ao atual território paraense (como a civilização marajoara, ou a transformação de Belém na segunda metade do século XVIII). Outros são comuns a toda a Amazônia (como a vida em geral, antes da chegada dos europeus, ou a coleta das “drogas do sertão”). Os documentos escolhidos para servir de base ao texto, na medida do possível, se referem ao território paraense. (PROST, 1998a, p.5)

O livro didático regional apresenta pelos professores de História juntamente com o pesquisador Gerard Prost possui uma perspectiva de pensar na relação entre o passado e o presente em sala de aula, sempre com a preocupação em construir uma escrita escolar que tem na reflexão

⁸² Os professores que participaram da pesquisa documental do 1º livro foram: André Alvarez, Edilena Lourdes da Silva, Fátima de Oliveira, Raymundo William Tavares Junior e Ribamar de Oliveira.

⁸³ Historiador francês que teve início em sua carreira universitária em Lyon, no ano de 1949, tendo sido posteriormente membro da Academia Francesa e professor do Collège de France entre os anos de 1970 e 1992. Foi um especialista em história medieval, lançou mais de 70 livros e coordenou coleções importantes, como a História da vida privada. (THOMPSON apud PARADA, vol. 3, 2014, p. 69).

⁸⁴ Sobre a renovação no ensino de História ver: FENELON (1983); FRANCO (1982); NAPOLITANO (1987); NEVES (1985); SILVA (1984) e SILVA (1985).

crítica do presente o centro de discussão em sala de aula. Esta proposta de perceber o ensino de História regional, também está presente nos PCN que foram lançados neste período.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de História (PCN/H) demonstram a importância de construir um conhecimento histórico escolar durante os anos 90 que permite o professor a fazer da relação entre o passado e presente, a partir das evidências deixadas pelas sociedades humanas. Ernesta Zamboni (1993, p.7) argumenta que o papel fundamental do ensino de História é ajudar o aluno a construir uma identidade social no espaço escolar, quando nos afirma que.

[...] o objetivo fundamental da História no ensino fundamental, é situar o aluno no momento histórico em que vive [...]. O processo de construção da história de vida do aluno, de suas relações sociais, situado em contextos mais amplos, contribui para situá-lo historicamente em sua formação social, a fim de que seu crescimento social e afetivo desenvolva lhe o sentido de pertencer. (ZAMBONI, 1993, p.7)

A possibilidade por meios dos materiais didáticos que o professor da disciplina Estudos Amazônicos possui de construir um conhecimento histórico por meio das evidências deixadas pelas sociedades, eles ajudam a narrar uma História seja referente ao Estado do Pará ou a História da Amazônia, introduzindo assim experiências vividas por pessoas comuns, trabalhando metodologicamente com diferentes linguagens e fontes históricas demonstrando que o conhecimento histórico não é algo que ficou por conta do passado, mas que é uma construção feita a partir da seleção de documentos que faz o historiador em sua pesquisa. Na introdução isto fica expresso quando,

Em cada um dos períodos estudados, vai-se insistir nos aspectos da vida dos homens: de que e de quem depende sua alimentação, como o sistema colonial provocou a deportação de africanos para o Pará; como as lutas sociais conduziram a explosão da Cabanagem e, assim, por diante. (PROST, 1998a, p.5)

O exercício com documentos é um importante recurso pedagógico utilizado na elaboração deste livro didático regional, pois, este tipo de atividade “potencializa os vestígios ou marcas textuais que propiciam a apropriação do livro didático” (GABRIEL, 2009, p. 253), uma espécie de didatização do saber histórico para ser usado em sala de aula como nos argumenta Carmem Tereza Gabriel. As marcas textuais acabam desempenhando um papel político interessante no processo de ensino-aprendizagem, sendo vistos como inovação curricular, como nos aponta Circe Bittencourt (2005) quando nos lembra de que o uso didático do documento é pelo fato de que estes serem “materiais mais atrativos e estimulantes para os alunos” e estarem, portanto, associados ao método ativo ou a perspectiva pedagógica conhecida como construtivismo.

Os autores utilizam uma estratégia de ensino que auxilia o uso de documentos intercalado com propostas de exercícios curtos que aparecem ao longo da narrativa principal. O texto apresentado pelos autores não torna o texto principal "enfadonho" e muito extenso para leitura em sala de aula, o uso de exercício ou até mesmo fontes históricas ao longo da narrativa, torna o texto mais prazeroso para uso em sala de aula. Os exercícios são apresentados ao longo da narrativa principal de cada capítulo, em formato itálico, a intenção dos autores é de que as atividades estimulem os alunos a fazerem uma reflexão sobre o conhecimento histórico apresentando em cada capítulo, com a perspectiva de que somente assim os alunos irão “amar, respeitar, preservar e construir o presente e o futuro da nossa terra” (PROST, 1997, p. 5). O uso do dicionário para auxiliar no sentido e significado de algumas palavras é também apresentado como estratégia de

ensino, haja vista, que durante a narrativa aparecerão palavras que não são usadas na linguagem cotidiana.

O melhor caminho para se chegar ao conhecimento destes aspectos fundamentais é o trabalho de investigação de documentos: citações de escritos da época estudada, fotos de vestígios, mapas feitos, seja na época, seja hoje; eventualmente citações de um bom livro atual. Todo esse material foi escolhido em função dos conhecimentos considerados importantes pelos pesquisadores em História. (PROST, 1998a, p.5)

O professor possui um diferencial no processo de ensino-aprendizagem, ele precisa saber utilizar o livro didático, o uso de fontes intercaladas com os textos historiográficos permite com que o aluno compreenda que o conhecimento histórico é uma construção, como nos salienta Selva Fonseca (2003, p.42) de que os conhecimentos históricos sobre outras sociedades nos permite ir além do que podemos ver – a lugares e épocas distantes –, em busca de comparações, explicações e referências. Segundo o autor deste livro didático os documentos de época possibilitariam esse sentido de aprender História no espaço escolar.

O secretário de Estado de Educação à época, em 1997, o professor João de Jesus Paes Loureiro, em apresentação ao professor/aluno, neste livro didático, argumenta a importância desta obra didática, quando nos diz que “apresentar a História do Pará, desde os primórdios até os dias atuais, de forma criteriosa, abrangente, eis a grande virtude deste livro. Outra qualidade é a sua destinação didática” (PROST, 1998a, p. 7). Portanto, percebemos que durante os anos 90 existe uma preocupação do Governo do Estado do Pará em propiciar um conhecimento em perspectiva histórica sobre a região amazônica no espaço escolar.

O volume 1 da coleção Estante da Amazônia denominado “História do Pará: das primeiras populações à Cabanagem” é composto de 3 capítulos, que estão divididos pelos autores em 3 períodos: 1) A Amazônia antes dos europeus⁸⁵; 2) Uma colônia de ocupação (do começo do século XVII à metade do século XVIII)⁸⁶; 3) Reorganização e crise (1750-1850)⁸⁷. A estrutura deste livro didático regional continua mantendo a mesma tradição historiográfica, que conhecemos nos livros didáticos de História do Pará ao apresentar ao professor/aluno uma breve História do Pará em seis períodos. Apesar do uso de documentos e de textos historiográficos, que é considerado em alguns capítulos o fio condutor da narrativa escolar, os autores continuam ainda reforçando a ideia de sucessão dos eventos políticos e econômicos, que tem em alguns eventos a exemplo, como: a construção de fortes, a ocupação religiosa, as drogas do sertão, a escravidão indígena/negra uma chave de leitura do passado da região amazônica, que foi muito utilizada pela historiografia didática paraense. Uma narrativa escolar que tem na ocupação indígena e atuação dos portugueses na região amazônica o início da História da região amazônica.

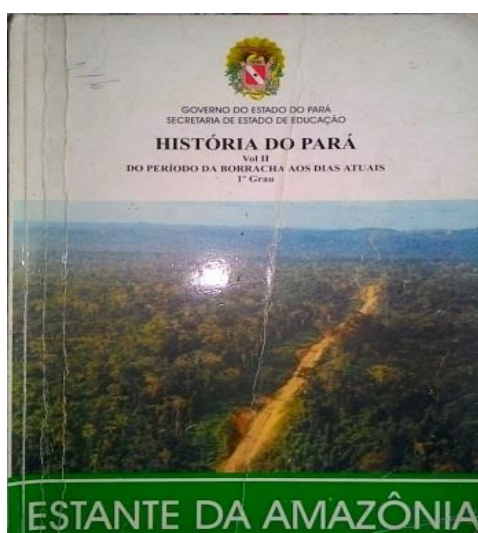
⁸⁵ As subunidades deste capítulo 1 são as seguintes: 1) Como conhecemos os primeiros habitantes do Pará; 2) Os três grupos humanos do período pré-colombiano; 3) O que aprendemos sobre o primeiro período.

⁸⁶ As subunidades do capítulo 2 são as seguintes: 1) Ocupação militar; 2) Ocupação religiosa; 3) Atividade de coleta; 4) Problema da mão-de-obra; 5) Despovoamento; 6) Choque cultural; 7) Belém: capital-aldeia; 8) Pará após 150 anos de colonização; 9) O que aprendemos sobre a colônia de ocupação.

⁸⁷ As subunidades do capítulo 3 são as seguintes: 1) Período do Marquês de Pombal (1750-1780); 2) A crise do sistema colonial (1780-1834); 3) A Cabanagem (1835-1840); 4) Pará em meados do século XIX; 5) O que aprendemos sobre o terceiro período.

O volume 2 da coleção Estante da Amazônia é denominado “História do Pará: do período da Borracha aos dias atuais”, ele é composto de 4 capítulos, que em continuação ao volume anterior apresenta os 3 últimos períodos restante (abrangendo o final do século XIX e o século XX). Durante o capítulo existem notas de rodapé (sejam sobre alguns conceitos apresentados ao longo do texto principal, ou em formato de notas explicativas). O Sumário desta coleção está em anexo. Os autores utilizam a historiografia amazônica de cada tema, como uma forma de legitimar o conhecimento histórico escolar sobre a região amazônica no espaço escolar⁸⁸. Não consta na capa do livro o nome do autor da obra, assim como no primeiro volume consta a autoria na primeira folha do livro.

Imagem 8 – Capa do livro “**Contando a História do Pará**”, volume 2.



Fonte: PROST, Gerard. História do Pará: do período da borracha aos dias atuais. Belém, 1998b.

A capa deste segundo volume é a vista da área da Transamazônica, em foto que foi publicada na Revista Manchete, em fevereiro de 1973. Este volume foi escrito por Gerard Prost e teve a colaboração na consultoria técnico-científica de Violeta Loureiro. Os professores de História que ajudaram na construção do primeiro volume desta coleção não participaram da elaboração deste segundo volume.

Os agradecimentos deste volume são aos pesquisadores: Marília Emmi (NAEA), Rosa Acevedo (NAEA), Francisco de Assis Costa (NAEA), Roberto Araújo (MPEG), Jeanm Hebette (CAT/UFPA) e Philippe Léna (ORSTOM) que colaboravam com a construção dois três capítulos restantes da História do Pará. As fontes documentais utilizados na construção deste livro foram: imagens utilizadas de livros especializados, acervo da SECULT/PA, acervo da SUDAM, imagem da Revista Manchete publicado no dia 2 de Fevereiro de 1973, imagens do jornal "Folha de São Paulo", "O Estado de São Paulo", "A Província do Pará", "O Globo" e o "O Liberal", arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), informe publicitário Jornal Realidade 2/73, e imagens do arquivo da Companhia Vale do Rio Doce (CRVD). As unidades oferecem o panorama da História do Pará nos meados do século XIX (1850) até o final do século XX (1990): 1) O período da

⁸⁸ O professor William Junior em entrevista a este projeto de pesquisa reafirma esta perspectiva que tinha o professor Gerard Prost, em construir uma História do Pará com a legitimidade dos historiadores.

Borracha⁸⁹; 2) Economia estagnada e sociedade pouco voltada para o exterior⁹⁰; 3) Pará nos tempos atuais: as transformações violentas⁹¹.

Ao término de cada unidade apresenta-se uma sinopse sobre o que ocorreu naquele determinado período dentro da História do Pará. No final do livro também consta uma linha do tempo Pará-Brasil-Amazônia (páginas 143 e 144), em que os autores apresentam um panorama dos acontecimentos referente ao período compreendido entre 1955 a 1995 (40 anos) entrelaçando a História do Brasil com a História da Amazônia, sendo assim distribuídos nesta linha do tempo de forma intercalada. Os autores querem ressaltar a importância da História da Amazônia conectada com a História do Brasil.

2.2. Uma História do Pará: “das primeiras populações à Cabanagem”.

O capítulo 1 corresponde ao primeiro período da História do Pará ele é intitulado “A Amazônia paraense antes dos europeus”, os autores fazem um diálogo com a arqueologia e com a Antropologia (especificamente com os trabalhos desenvolvidos no Museu Paraense Emílio Goeldi⁹²), para descrever a partir de fontes arqueológicas (fragmentos de cerâmicas, ossos, restos de pedras, pinturas e gravuras) a presença humana na região amazônica antes da chegada dos europeus.

Os conceitos de Amazônia, vestígios materiais, pré-colombiano, século, milênio, nômades, silvestres, várzea, arqueologia, antropologia, meio natural, sítio arqueológico, urna funerária, rupestre, gruta, sambaqui, datação, primeiro plano, colina, artificiais, com a finalidade de que o aluno tenha uma espécie de Glossário sobre o conteúdo a ser ministrado pelo professor desta disciplina. O interessante a observar neste capítulo é o enlace que os autores fazem para construir uma História da Amazônia antes da chegada dos europeus, que é denominado pela historiografia de período pré-colombiano⁹³. O capítulo apresenta dois sentidos de narrativa, a primeira: a chegada dos europeus a América (1492), os índios e a Amazônia antes dos europeus (habitação, vivência) e os grupos humanos que habitaram a região amazônica; e o segundo, o trabalho do arqueólogo, os

⁸⁹ As subdivisões de cada unidade deste segundo volume são diversificadas, no capítulo 1 temos as subunidades que são: 1) Da experiência dos índios à indústria moderna; 2) Seringueiro; 3) Seringal; 4) Produção: da extração da mata ao porto de exportação; 5) População aumentou e tem características novas; 6) Outros setores econômicos além do extrativismo; 7) cultura da hévea na Ásia enfraquece o extrativismo da borracha; 8) Belém: a bela capital do Pará; 9) Culturas: diversidade crescente; 10) Vida política agitada; 11) O que aprendemos sobre o período da borracha.

⁹⁰ Sobre o capítulo 2 temos as subunidades: 1) Período pouco dinâmico; 2) reajustes do sistema econômico; 3) Castanha-Do-Pará; 4) caso regional: a região do Araguaia-Tocantins; 5) Borracha - novas tentativas; 6) Vida política: Magalhães Barata; 7) Amazônia torna-se uma região de programa; 8) O que aprendemos sobre o quinto período.

⁹¹ Em relação ao capítulo 3 temos as seguintes subunidades: 1) Rede de rodovia totalmente nova; 2) Formas de ocupação da terra; 3) Explosão da atividade madeireira; 4) surto da garimpagem; 5) minérios e grandes projetos; 6) Expansão do capitalismo organizada pelo Estado; 7) Sociedade: aumento rápido da população e retomada da diversificação; 8) Belém, uma metrópole do terceiro mundo; 9) Face social da política de ocupação; 10) região sudeste do Pará: a mais transformada e transtornada do país; 11) Que aprendemos sobre o período atual.

⁹² Nos agradecimentos do livro o autor faz referência às arqueólogas Ana Machado e Vera Guapindaia do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) pela contribuição com a escrita deste primeiro capítulo.

⁹³ O museu Paraense Emílio Goeldi possui pesquisadores na área da Arqueologia que tem uma tradição em pesquisar os sítios arqueológicos, onde viviam grupos humanos na região amazônica antes da chegada dos europeus. Os arqueólogos chegaram a classificar estes grupos humanos em três grandes grupos, que são: os caçadores-coletores, os horticultores de raízes e as sociedades complexas.

vestígios da presença do homem e os sítios arqueológicos. Observa-se a importância que possui os estudos arqueológicos para o primeiro momento da História da Amazônia.

A presença de gravuras em determinados espaços da região amazônica nos remete a ideia de como era o modo de vida dos primeiros habitantes da região. O uso de cerâmica como utensílios do dia a dia pelas sociedades indígenas também é evidenciado na narrativa. Os relatos de viajantes como fonte histórica, para compreender atividades cotidianas (alimentação, população, habitação, cerâmica, religião, vida política) e os aspectos de vida destes grupos humanos, por exemplo, temos o relato do frei Gaspar de Carvajal, João Felipe Bettendorf, Maurício Heriarte, Alexandre Rodrigues Ferreira e de Laureano de La Cruz⁹⁴. A importância das sociedades indígenas antes do processo de contato é o que queremos deixar evidenciado neste capítulo, nos apresentando para isto a diversidade cultural que existia na sociedade amazônica.

Os índios na época, pré-colombiana, não viviam da mesma maneira. Os hábitos de alimentação, vestuário, de ter relações com os outros, de tratar do seu corpo, etc., eram diferentes. Esses hábitos eram herdados dos antepassados. Faziam parte da cultura de cada grupo. (PROST, 1998a, p.34)

Cada capítulo possui no final um item denominado “o que aprendemos sobre”, aquele determinado período da História do Pará, uma espécie de revisão sobre o conteúdo que fora ministrado naquele capítulo. A conclusão sobre o este primeiro período de nossa História

O passado da Amazônia ainda é pouco conhecido. A pesquisa não é fácil num território tão imenso e recoberto pela mata ou pelas inundações regulares. Há muito, ainda, por se descobrir desse passado longínquo e rico da nossa história dos grupos humanos na Amazônia. Esperamos que muitos estudos sejam feitos para que se possa melhor conhecer o nosso passado. (PROST, 1998a, p.34)

As atividades apresentadas pelos ao longo deste capítulo não problematizam o conhecimento histórico apresentado, elas são perguntas diretas sobre os trechos de fontes selecionadas pelos autores deste livro didático, uma espécie de questionário sobre o texto historiográfico ou fonte histórica apresentada, por exemplo, apresentando o relato de dois viajantes no século XVII, Cada aldeia de 20 a 30 casais tinha um chefe (Heriarte, 1662), governam-se as aldeias dos Irurizes com “principais” eletivos; assim o mais capaz entre eles é o que sucede pela morte de seu principal (Bettendorf, 1698), como exercício sobre este excerto aos alunos são apresentados:

- (1) Através dos diversos textos, qual é a atividade do “chefe” [também chamado de “cacique”] e sua responsabilidade?;
- (2). Havia (e há) mais de um tipo de chefe. Quais?

Os hábitos e a habitação das sociedades indígenas no passado e no presente também são explorados pelos autores, quando em um exercício é proposto que os alunos realizem uma pesquisa orientada pelo professor de disciplina ‘Estudos Amazônicos’, acerca dos diversos tipos de habitação existente no seu bairro e na cidade onde mora o aluno (PROST, 1998, p. 31).

A relação entre o passado e o presente pode ser vista neste capítulo, quando em outra atividade didática sobre a população indígena é proposto aos alunos a seguinte questão: Vasilhas como as daquela época ainda são utilizadas hoje (alguidares, potes, moringas, vasos, etc.). Compare o uso que fazemos delas nos dias de hoje com o uso das mesmas no passado (PROST, 1998a, p.28).

⁹⁴ Os relatos dos viajantes estão disponíveis para no setor de obras raras no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG).

Sobre os tipos de alimentação presentes na Amazônia pré-colombiana, os autores fazem a seguinte indagação aos alunos que: Faça a diferença entre os tipos alimentação usada pelos caçadores-coletores e pelos horticultores de raízes. Você sabia que a mandioca é uma raiz? Conhece outras raízes comestíveis? (PROST, 1998a, p.28). Com o uso de cerâmicas também podemos perceber a relação entre o passado e o presente nas atividades propostas⁹⁵, quando os autores pedem ao professor que levem seus alunos a lugares onde possuem ou produzem artesanatos de cerâmica.

O capítulo 2 é denominado “Uma colônia de ocupação: do começo do século XVI à metade do século XVIII”, o que corresponde segundo os autores ao Segundo Período da História do Pará. O uso de mapas e de fotografias sobre as igrejas demarcando a ocupação religiosa na cidade de Belém, e o uso da historiografia amazônica Theodoro Braga⁹⁶, Ciro Flamarion Cardoso⁹⁷, de viajantes como o Pe. João Daniel⁹⁸, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira⁹⁹, Gandavo, o Pe. Frei De La Cruz¹⁰⁰, o religioso Cristóbal de Acuña¹⁰¹ são as referências utilizadas pelos autores para escrever uma escrita da História.

A cartografia utilizada para contextualizar internacionalmente a chegada dos europeus (espanhóis e portugueses) a América no século XVI, demarcado que “os índios deixaram de ser os únicos habitantes do lugar” (PROST, 1997, p.39) e o papel que teve o acordo conhecimento como Tratado de Tordesilhas na configuração territorial especificamente nas Américas. O uso de mapas no ensino-aprendizagem de História nos ajudam a compreender a experiência humana após ser contextualizado, pois, para se entender o mundo físico e social é necessário compreender a sua produção e consumo, não podendo ser visto isoladamente (CHAMBOLEYRON, 2014, p.39). O mapa é considerado uma fonte histórica para uso em sala de aula, por apresentar uma construção social e que remete a uma compreensão e ordenação do mundo, por isso que é importante a sua contextualização. Os autores deste livro didático regional começam o capítulo fazendo isto, apresentando o contexto internacional (Grandes Navegações e o “descobrimento” do Brasil), para

⁹⁵ O Distrito de Icoaraci (localizado na cidade de Belém) é o maior centro produtor e divulgador da cerâmica indígena amazônica. No centro do distrito fica o bairro do Paracuri, onde se concentram cerca de 90% da comunidade de ceramistas. São inúmeras oficinas e olarias, alinhadas uma ao lado da outra, por toda a extensão do bairro. (Disponível na internet <http://www.portalamazonia.com.br/secao/amazoniadeaz/interna.php?id=958> acessado em 09 de Dezembro de 2015).

⁹⁶ Ver nota 13.

⁹⁷ Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1965) e doutorado em História - Université de Paris X, Nanterre (1971), foi professor titular da Universidade Federal Fluminense.

⁹⁸ João Daniel nasceu em Travassos, Portugal, em 24 de julho de 1722. Aos 17 anos ingressou na Companhia de Jesus, em Lisboa, e aos 19, foi mandado para o estado do Maranhão e Grão-Pará, no Brasil. Terminou sua formação estudando Humanidades e Filosofia no Colégio de São Luís. Ordenou-se padre em 1751 e iniciou seus trabalhos como missionário, percorrendo aldeias e estabelecimentos rurais. (PASCHOAL, 2013).

⁹⁹ Ver nota 91.

¹⁰⁰ João da Cruz, O.C.D. (em espanhol: Juan de la Cruz) foi um místico, sacerdote e frade carmelita espanhol venerado como santo pelos católicos. Nascido em Fontiveros, em Castela a Velha, foi um dos mais importantes expoentes da Contrarreforma. (Disponível em http://www.carmelitas.pt/site/santos/santos_ver.php?cod_santo=24 acessado em 10 de Janeiro de 2016).

¹⁰¹ Foi um jesuíta espanhol. Peru destina-se a missionária e reitor do colégio de Cuenca (Equador). Ele acompanhou o Capitão Pedro Teixeira em sua viagem de regresso. O resultado desta expedição foi Nova descoberta do grande rio Amazonas (1641), descrevendo a geografia ea história da Amazônia. (Disponível em http://www.biografiasyvidas.com/biografia/a/acuna_cristobal.htm acessado em 10 de Janeiro de 2016).

posteriormente compreender a espacialidade das relações humanas na região amazônica e nos provoca a refletir de que maneira os diversos sujeitos históricos atuaram naquele espaço. O uso de mapas no processo de ensino-aprendizagem é destacado pelos autores, como forma de historicizar a História da região amazônica.

A sequência cronológica para este segundo período da História do Pará apresentada neste capítulo é a seguinte: o tratado de Tordesilhas, a construção de fortes e a ocupação militar, a fundação da cidade de Belém (16.01.1616), o combate aos holandeses e ingleses, o predomínio lusitano, a criação do Estado do Maranhão (1621) com capital em São Luís, e posteriormente o Estado do Grão Pará e Maranhão que fora subordinado ao rei e a Corte. A presença de religiosos portugueses na região amazônica e as atividades econômicas da região (drogas do sertão, agricultura incipiente), a sociedade colonial (europeus – colonos e jesuítas e os índios) e a escravidão indígena e negra na Amazônia colonial.

Sobre a ocupação religiosa na Amazônia era incentivada e apoiada pela coroa portuguesa, utilizando a legislação portuguesa da época, o documento intitulado Regulamento de 1626 comprovando a implantação da missão em determinado espaço, como forma de controle do território por parte do governo lusitano, as ações dos religiosos sobre o espaço amazônico seriam o de reconhecer as potencialidades da região, fundar povoações e explorar economicamente as terras (PROST, 1998a, p. 48)

“Eu El-Rei, encarrego a Bento Maciel Parente de fazer a descoberta e a conquista do rio Amazonas. Eu o encarrego de escolher religiosos para acompanhá-lo nessa expedição. Entendo que sejam os religiosos aqueles que trabalham na melhor forma para manter os índios em paz e na obediência às minhas ordens” (Regulamento de 1626)

Em outro documento histórico na narrativa deste livro didático, a Provisão Régia¹⁰² de 1689, apresenta-se a importância que os jesuítas tiveram para a formação cristã e consolidação da coroa portuguesa em terras amazônicas “eu, El-Rei, comendo os padres Jesuítas, que penetrem tanto quanto possível nos sertões e façam neles, igrejas para cultivarem os índios na fé e para que vivam com a docência cristã e deixem seus bárbaros costumes” (PROST, 1998a, p.48). Queremos demonstrar que há também documentos do Estado (estado português) sendo utilizado na narrativa escolar, como fonte para conhecer a história daquele espaço. Sobre os jesuítas e sua atuação no espaço amazônico, autores apresentam um mapa de sua extensão territorial na Amazônia e, posteriormente, um mapa de sua expansão no Norte do Brasil entre os séculos XVII a XVIII. A expansão territorial das missões jesuíticas pela região amazônica.

As atividades econômicas e a sociedade colonial amazônica são dois pontos de destaque na narrativa deste segundo capítulo. O argumento central dos autores é de que Portugal já havia perdido o controle sobre o comércio das especiarias, e a coleta de produtos florestais conhecida como drogas do sertão, tornou-se a principal fonte de renda para a coroa portuguesa, ela era feita exclusivamente por indígenas. O relato do padre João Daniel relata as expedições que foram empreendidas em buscas destes produtos agrícolas na floresta amazônica,

Uma vez ancoradas as canoas, entre os índios a fazer feitorias, cortando primeiro matos, e fazendo um amplo terreno; fazem outras canoinhas,

¹⁰² Provisão Régia é um documento oficial em que o governo de Portugal expedia instruções.

embarcações ligeiras para pescarem ou para entrarem por diversos riachos, ou rios pela terra a dentro, para descobrir cacau ou o que pretendem colher. Depois de terem copiosas (fartas) colheitas, eles entram a fazer pescarias de peixes-bois, que salgam. Extraem copaíbas, baunilhas, e tudo que acham, até chegar o tempo de retornarem à cidade, que ordinariamente é pela festa de São João ou São Pedro em diante, depois de 6 ou mais meses de tempo. (PROST, 1998a, p.55).

Os autores além de apresentarem os documentos de época (os relatos de viajantes), também nos faz pensar “as atividades econômicas” a partir do que é produzido pela historiografia, como demonstra o excerto escrito pelo historiador *Ciro Flamarion Cardoso*,

O ponto de partida na organização de uma expedição da coleta era associação entre uma pessoa de posses, residente em Belém ou em algumas das povoações próximas a foz do Amazonas, e um “sertanejo” ou “cabo”, futuro comandante da ou das canoas que se dirigiam ao interior. As despesas a fazer eram consideráveis: material de escambo para pagamento de índio (basicamente tecidos), provisões (estoque) de farinha de mandioca, ferramentas diversas, aguardente, eventualmente a compra ou aluguel das próprias canoas. (CARDOSO, 1984)

A disputa pela mão de obra na região amazônica tornou-se um debate presente na historiografia amazônica dos anos 1980, e que os autores regionais apresentam a disputa que existia entre os jesuítas e os colonos pela guarda da mão de obra indígena, a problematização para isto era a seguinte questão: Os espaços amazônicos a explorar, seja pela agricultura, seja pela coleta de produtos de origem florestal. Como encontrar a mão de obra necessária para satisfazer a procura de braços? (PROST, 1998a, p.58). Utilizando documentos oficiais como a Provisão Régia de 1647 e relatos de viajantes (*Frei de la Cruz*), os autores argumentam os três métodos encontrados pela coroa portuguesa para a captura de escravos na região amazônicas (descimentos, tropas de resgate e guerras justas).

O contato dos indígenas com os europeus ocasionou um choque cultural, que segundo os autores ocorreu porque “os portugueses conheciam tecnologia capaz de impor a vontade, e porque acreditavam que só eles tinham a verdade sobre todos os assuntos” (PROST, 1997, p.65). O argumento para o processo de ocupação da colônia portuguesa no norte do Brasil para o período da fundação da cidade de Belém, em 1616, até a metade do século XVIII, a ocupação do território amazônico aconteceu em três vias: a ocupação militar, a ocupação religiosa e a atividade econômica era sobretudo a coleta das “drogas do sertão”.

O relato do viajante *Cristóbal de Acuná*, de 1641, representa o choque religioso no Novo Mundo, quando os missionários jesuítas chegaram à região amazônica e se depararam com uma cultura totalmente oposta a vivenciada na Europa, como explica que “tendo visto com seus próprios olhos como nosso exército, passando por inúmeras nações belicosas (guerreiras), retornava sem ter sofrido qualquer dano, o que atribuíram à força de Deus que nos regia (governava)” (PROST apud ACUNÃ, 1998a, p. 65).

As “construções de pedra” como denominam os autores são as marcas da colonização portuguesa na cidade de Belém, a marca de nossa cidade amazônica era de ser uma capital-aldeia. No capítulo existem 6 imagens sobre o bairro da cidade velha e o atual bairro do Comércio (as casas antigas da Rua Siqueira Campos, a igreja do ex-convento do Carmo, o clausto do ex-convento de Santo Antônio e o antigo convento de Nossa Senhora das Mercês). O contexto do Pará após 150 anos de colonização foram segundo os argumentos dos autores, “a colonização portuguesa não

criou, no território atual do Pará, uma economia forte, nem uma sociedade forte, como ocorreu no resto do Brasil” (PROST, 1998a, p.71). As características deste primeiro momento da colonização foram: o reconhecimento do território, o povoamento indígena mudou muito, a nova geografia humana do povoamento, em torno das várzeas e o Pará configura-se como uma região muito pobre.

O capítulo 3 é intitulado “reorganização e crise (1750 – 1850)”, o que corresponde segundo os autores ao segundo Período da História do Pará. O uso de mapas, da legislação portuguesa, de fotografias sobre as igrejas demarcando a ocupação religiosa na cidade de Belém e atuação do arquiteto italiano Antônio Landi, e o uso da historiografia amazônica (Domingos Antônio Raiol¹⁰³, Pasquale D’ Paolo¹⁰⁴, Ítala Bezerra da Silveira¹⁰⁵) são as referências utilizadas pelos autores para escrever uma escrita da História do Pará oitocentista. Os autores apresentam um esquema no início do segundo capítulo que resume o terceiro momento da História do Pará, concentrando suas impressões sobre os aspectos políticos e econômicos da região amazônica, eles assim demarcam:

1º entre 1750 e 1780, o primeiro ministro de Portugal, o Marquês de Pombal, se esforçou para reorganizar a colônia com base na produção agrícola; 2º entre 1780 e 1820, a economia agrícola e as atividades extrativas entraram em crise; 3º a partir dos anos de 1821, o Pará viveu uma situação explosiva que culminou com a revolução dos cabanos, a Cabanagem, seguida de uma repressão feroz. (PROST, 1998a, p.77).

Seguindo o roteiro acima, o período do ministro português no Estado do Grão Pará e Maranhão, Marquês de Pombal, possui as seguintes ações sobre a colônia portuguesa na região amazônica: a política de maior controle sobre o território, isto ocorreu com o estabelecimento de fronteiras, com o incentivo da migração portuguesa e o casamento destes com as índias, e a reorganização do Estado do Grão-Pará, a partir de 1751 com a criação de duas capitânicas (Grão-Pará e o Rio Negro); a política de criação de uma sociedade portuguesa, com a criação do Diretório e a política do índio livre, cidadão português, a imposição da língua portuguesa pela coroa lusitana em terras amazônicas; a criação de uma economia produtiva, com a reorganização da força de trabalho com os indígenas, a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755 e a tentativa de modernização da agricultura. O papel do arquiteto italiano Antônio Landi e a caracterização de Belém, como uma cidade cosmopolita.

As construções da cidade de Belém são apresentadas no capítulo em 7 fotografias, entre imagens atuais e desenhos do próprio arquiteto italiano, bem como a pintura da entrada da cidade de

¹⁰³ Domingos Antônio Raiol, primeiro e único barão de Guajará, (Vigia, 4 de março de 1830 — 27 de outubro de 1912), foi um político brasileiro. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, em 1854, foi procurador da Fazenda Nacional no Pará, além de deputado provincial várias vezes e deputado geral na 12ª legislatura, em 1864, pelo Pará, em 1900 fundou a Academia Paraense de Letras. Foi presidente das províncias de Alagoas, nomeado por carta imperial de 23 de junho de 1882, de 3 de setembro a 11 de dezembro de 1882, do Ceará, de 12 de dezembro de 1882 a 17 de maio de 1883, e de São Paulo, nomeado por carta imperial de 30 de junho de 1883, de 18 de agosto de 1883 a 29 de março de 1884. Agraciado barão em 3 de março de 1883. (Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Domingos_Ant%C3%B4nio_Raiol acessado em 10 de Janeiro de 2016).

¹⁰⁴ Poeta, pesquisador e professor do curso de Ciência Política da UFPA, Pasquale desempenhou, também, um papel importante nas comunidades belenenses por meio do Centro de Estudo, Pesquisa e Assessoria Social (CEPAS). (Disponível em <http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=3332> acessado em 10 de Janeiro de 2016).

¹⁰⁵ Segundo Luciano Lima (2010, p. 609) em 1994, a pesquisadora Ítala Bezerra da Silveira publicou sua dissertação de mestrado ‘ Cabanagem: uma luta perdida’, obra com influência dos estudos sobre a Cabanagem, realizados na década anterior, mais especificamente os elaborados por Júlio José Chiavenato e Pasquale Di Paolo.

Belém, datada do ano de 1784 do viajante Alexandre Rodrigues Ferreira. A relação entre o passado e o presente pode ser percebida na atividade proposta pelos autores, quando tentam problematizar com os alunos a seguinte questão: após conhecer as igrejas do tempo da colônia, você pode comparar as duas épocas e como caracterizar cada um desses edifícios? (PROST, 1998a, p.92).

O período conhecido como pré-cabanagem na historiografia amazônica é caracterizado pelos autores como o momento da crise do sistema colonial, que se estende de 1780 a 1834, utilizando a historiografia colonial como fonte histórica, especificamente os escritos de Antônio Baena¹⁰⁶, os autores apresentam a economia colonial do Estado do Grão-Pará como algo considerada “muito frágil”, que possuía uma mão de obra escassa e que só servia exclusivamente para a construção de fortes na região amazônica. Os autores ressaltam que havia na colônia muitas dificuldades na agricultura e que durante este período ocorreu a diminuição da coleta dos produtos extrativos. Há um destaque sobre a leitura que o político paraense Antônio Baena faz neste momento sobre a economia da colônia do Grão-Pará,

Os lavradores nunca se descartarão do pernicioso método de derrubamentos dos incêndios das matas debaixo do pretexto de estarem às terras cansadas e de ser necessário buscar outro lugar para fazer as sementeiras (...) a plantação que em certas partes da Província se exercita com mais alguma amplitude, é a do arroz, do algodão, do tabaco, do café e da cana de açúcar” (BAENA apud PROST, 1998a, p.93)

Os autores querem enfatizar o mal-estar econômico e social, que estava sendo vivenciado o final do século XVIII a região amazônica, para isso, eles exemplificam suas afirmação com base em documentos historiográficos (documentos estatísticos) para confrontar as informações acima mencionadas, com o título do documento “fazenda é um recurso utilizado pelos autores deste livro regional, pare seus tipos de produção” é usado para demonstrar que durante este período a lavoura não foi uma forma exploração econômica que dera grandes resultados na colônia do Grão Pará e Maranhão, argumentando que “as terras produziam sobretudo milho e mandioca, que não eram gêneros de exportação; portanto, não entrava dinheiro na região e não se formava capital na Colônia” (PROST, 1998a, p. 94). A sociedade colonial era formada por índios, negros e brancos (europeus), era considerada uma sociedade de muitos pobres. O relatório do presidente da província de 1793, o governador D’Almeida relata que os indígenas considerados mansos (tapuios) foram perseguidos pelo Estado desde a expulsão dos jesuítas e o fim da época pombalina, demarcando a mudança de concepção sobre o índio no mundo colonial amazônico, quando afirma que “não estava satisfeito de quase todos os Diretores. Eu apagaria a desumanidade, a injustiça para os índios, eu que os considero como a porção do Estado, a mais perseguida” (Governador d’Almeida, 1793).

O argumento apresentado pelos autores durante o período conhecido como pré-cabanagem, foi de que o conflito social surgido pela economia colonial ser baseada em agricultura que não dava lucros para a coroa portuguesa, assim “os ricos não estavam satisfeitos com o poder econômico dos

¹⁰⁶ Antônio Ladislau Monteiro Baena (Lisboa, 1782 - 1850), militar, geógrafo e historiador português. Chegou ao Pará, no Brasil, em 1803, ele serviu em Belém do Pará, com a patente de segundo tenente, a qual perdeu por abraçar com entusiasmo a causa da Independência da Província. Detido, na prisão escreveu sobre a Corografia e História da região. No exército brasileiro, atingiu o posto de Major do Corpo de Artilharia, tendo atuado na repressão à Cabanagem. É o autor do Compêndio das Eras da Província do Pará (1838) e do Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará (1839), obras fundamentais para o conhecimento das origens amazônicas. Para esse fim, recorreu como fontes aos arquivos paroquiais, cartórios e Câmaras Municipais, apresentando dados geográficos físicos, de flora e de fauna, demográficos, econômicos e de administração pública (civil e judiciária) da Província. (Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Ladislau_Monteiro_Baena acessado em 10 de Janeiro de 2016).

comerciantes de Portugal pois, estes, através da Companhia do Grão-Pará, vendiam a eles os escravos a um preço elevado” (PROST, 1998a, p.95).

A relação entre o local e o global é apresentada pelos autores no item “repercussões de eventos externos”¹⁰⁷. Os fatores internos foram relacionados a questões políticas e econômicas, como desdobramentos do pouco desenvolvimento que tivera a colônia amazônica, posteriormente ao apresentar a sociedade colonial oitocentista afirmam as características que levaram os moradores da colônia a organizarem o movimento cabano. Os autores utilizam a historiografia escrita sobre a Cabanagem para justificar a repercussão dos eventos sobre o Grão Pará, quando afirmam que “por ordem secreta de 24 de julho de 1797, ficou o governador do Grão Pará advertido para tomar grande vigilância sobre os indivíduos que pela manifestação dos desastrosos, princípios que se tem infestado toda a Europa pudessem desequilibrar o governo” (DI PAOLO apud PROST, 1998a, p. 96)

As novas ideias advindas do contexto político vivenciado na Europa com os eventos já mencionados pelos autores, e a não adesão do Grão Pará ao processo de independência (1822), foi o que ocasionou uma questão singular na colônia portuguesa na Amazônia, um processo conflituoso que culminou com rebeliões locais entre as elites políticas e o governo provincial, este momento político ficou conhecido na historiografia como os antecedentes a Cabanagem (1821-1834). As rebeliões que ocorreram no Pará no período conhecido como “pré-cabanagem” são organizadas de forma cronológica, sendo assim mesclada na narrativa com o uso da historiografia amazônica sobre os antecedentes da Cabanagem. Uma espécie de descrição sobre os principais acontecimentos políticos que ocorreram nesta província.

A Cabanagem (1835-1840) é descrita como a revolução do povo paraense, utilizando a historiografia do tema em questão os autores, como Paulo di Paolo, Vicente Sales, Ítala Bezerra, Antônio Raiol, além do uso de documentos escritos para apresentar um balanço sobre o período cabano, sendo apresentado o registro de presos cabanos (1835), a letra da música de Nilson Chaves denominada “Pará” para apresentar a luta dos paraenses em torno do projeto cabano, com o nome das cidades por onde este movimento regional teve impacto.

Sobre a Cabanagem os autores privilegiam o diálogo com a historiografia do tema em questão, apresentando a instalação do primeiro governo cabano ocorrida em fevereiro de 1835, o governo do Marechal Rodrigues (em julho de 1835), o segundo ataque a Belém e o governo de Angelim (Agosto de 1835) e o enfraquecimento do governo cabano de Angelim (Maio de 1836), e por fim, a repressão aos cabanos (maio de 1836 a Março de 1840). Uma narrativa densa, cheia de fatos e datas que tem no diálogo com a historiografia cabana o centro de sua escrita escolar. O uso de mapa no final do capítulo para demonstrar o Pará em meados do século XIX, apresentando as cidades, os lugarejos e as vilas por onde teve efeito o governo cabano.

¹⁰⁷ Os acontecimentos externos que são apresentados em pontos ao longo da narrativa são: a independência das 13 colônias inglesas da América do Norte (1760-76), a Revolução Francesa, guerras duradouras na Europa (1792), Revolução Constitucionalista de Porto (1820-21) e a ocupação de Portugal pelas tropas francesas de Napoleão Bonaparte.

O final do livro apresenta ao aluno 3 anexos, que são referentes a linha do tempo em cada período que fora estudado durante o capítulo deste primeiro volume (em anexo). Percebemos que os autores ressaltam a ligação da História da Amazônia (as sociedades caçadores-coletores, o surgimento dos primeiros ceramistas, as sociedades horticultores de raízes e as sociedades complexas), com a Europa ocidental (o período paleolítico, o neolítico e a idades de ouro e bronze) e a América em terras altas (sociedades pré-colombianas maias, astecas e incas).

Durante o segundo período há uma ligação entre a História do Brasil (destacando o primeiro momento da colonização portuguesa e o ciclo do ouro, em Minas Gerais), a região nordeste (ciclo do pau-brasil, ciclo da cana-de-açúcar) e na região amazônica (viajantes holandeses com engenhos, a fundação da cidade de Belém, em 1616, a instalação das missões religiosas e a criação do Estado do Maranhão, em 1621).

Durante o terceiro período a relação entre a História do Pará (o período de Pombal – Mendonça Furtado, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755)¹⁰⁸, o Maranhão é desmembrado do Grão-Pará (1774), a extinção da Companhia de Comércio (1776); a crise do sistema colonial na Amazônia, rebeliões e motins (1821 a 1834) e a Cabanagem (1835), com a História do Brasil (Marquês de Pombal, o 1º ministro de Portugal – Tratado de Madrid, que delimita os tratados de Portugal e Espanha (1750), a expulsão dos jesuítas de Portugal e seu domínio (1759), a inconfidência Mineira (1789), a chegada da corte ao Brasil (1808), a volta de D. João VI a Portugal (1821), a proclamação da Independência (1822), a revolta em Pernambuco (1824) e as quatro revoltas (1835 – 1848)¹⁰⁹.

Os autores apresentam a referência bibliográfica que fora utilizado para construir os capítulos do livro, nas páginas 117 e 118. Percebemos que nem todos livros mencionados no texto principal dos três primeiros estão contidos nestas referências bibliográficas. Por fim, na página 119 os autores apresentam o crédito das figuras que foram utilizadas ao longo do livro. Ao todo são elencados 9 acervos, que são: Acervo de Departamento de Arqueologia, do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Acervo da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, Alexandre Rodrigues Ferreira, livro *Viagem Filosófica*, publicado em 1794, Acervo do Arquivo Público do Estado do Pará. Imagens que estão em obras historiográficas, como a obra *Belém, 380 anos – quadros de memória*, FUMBEL, publicado em 1996 de Geraldo Coelho, o livro *História da Companhia de Jesus de Serafim Leite*, o livro *os Jesuítas no Grão-Pará* de D’Azevedo, o livro *R.J.M Seynaeve: Guia histórico e turístico da cidade de Belém*, de Sávio Capelosi Filho, além de imagens cedidas de Cláudia Campos¹¹⁰ e de Gerard Prost.

¹⁰⁸ No anexo está escrito a data incorreta (1955), o correto seria 1755.

¹⁰⁹ Os autores não mencionam no texto as revoltas regenciais do período, apenas citam englobadas com o nome de “as quatro revoltas”, as revoltas foram: a Balaiada, a Sabinada, a Farroupilha e a Cabanagem.

¹¹⁰ Na época de elaboração do livro didático regional Cláudia Campos trabalhava na função de desenhista do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), informações extraídas na ante-capa do livro.

2.3. Uma História do Pará, “Do período da borracha aos dias atuais”.

O capítulo 1 é denominado “O período da borracha” ele corresponde ao que os autores denominaram de quarto período da História do Pará. Gerard Prost (1998) apresenta esse momento da História do Pará caracterizando a borracha que possui o nome científico de *hévea brasiliensis* como "uma matéria elástica, feita de uma seiva que pode ser extraída de várias espécies vegetais das florestas tropicais" (PROST, 1998b, p.17), observando atentamente através de imagens o espaço dentro da região amazônica onde ela possui bastante diversidade, que é a bacia do rio Amazonas, e que tem uma proporção de 2 ou 3 árvores por hectares dentro da floresta amazônica.

O autor utilizando como fonte o relato do viajante Alexandre Rodrigues Ferreira, em sua Viagem Filosófica de 1783, escreveu que os indígenas já utilizavam para "fazem seringas" e outras obras como "vestidos". Os europeus descobrem a borracha somente no século XVIII e assim a denominaram, porque o "produto permite apagar a tinta de papel em que se havia escrito" (PROST, 1998b, p.18).

O período compreendido entre 1857 a 1910, de acordo com as informações do economista Roberto Santos foi o período áureo da produção da borracha amazônica, segundo os autores a utilidade deste produto no mercado europeu era muito grandes no emprego de rodas pneumáticas. O uso de gráficos para demonstrar a exportação dos cinco principais produtos da Amazônia no período de 1853 a 1963 demonstram que a Borracha se sobressaiu em relação aos demais produtos (pirarucu, salsa parrilha (droga), óleo de copaíba e a castanha-do-pará).

O seringueiro é o homem que trabalha na mata, ele vive da extração do látex da seringa, em geral é um retirante nordestino. As atividades são um complemento do texto, sem elas o aluno pode não ter algumas informações que não estão colocadas no texto principal. Por exemplo, somente na atividade apresentada pelo autor a partir de um poema extraído do livro de Vicente Salles, do poeta Cantador Caninana é que conhecemos o nordestino. A partir das pesquisas realizadas pelo historiador Arthur César Ferreira Reis, os autores escolhem alguns trechos para demonstrar as ferramentas de trabalho e as atividades do seringueiro são apresentadas em etapas (Incisando - Recolhendo - Coagulando) durante o capítulo.

O cotidiano do seringueiro na mata, para isso, utiliza a historiografia do tema como Warren Dean e Arthur César Ferreira Reis, usam o trecho do sanitarista Oswaldo Cruz quando comentam sobre a saúde, e os perigos da vida na floresta com o trecho de Violeta Loureiro e a situação do seringueiro na floresta amazônica com o relato de Euclides da Cunha. Os índios foram cooptados para trabalhar nas matas extraindo a hévea, mas não obtiveram sucesso. Os nordestinos atraídos pela propaganda do governo federal veem para a Amazônia, a fim de que tivessem uma vida melhor, mas quando chegam aqui desconhecem as técnicas de trabalho, os segredos da floresta e consideram um lugar estranha para viver e trabalhar.

O seringal é a parte da mata com muitas seringueiras, umas dez ou mais por hectare (PROST, 1998b, p.27). Apresenta a grande concentração de firmas estrangeiras na cidade de Belém e Manaus, elas monopolizavam o comércio da Borracha. O sistema era conhecido como

“aviamento”, os autores utilizando como fonte documentos parlamentares em defesa da borracha, que foi publicado entre 1906 a 1914, destaca a relação desigual que existia dentro do sistema de aviamento entre o seringueiro e o seringalista. Apresentam ao aluno um desenho que demonstra uma “estrada” e a relativa organização do seringal feita no início do século XX,

O aumento da população amazônica após o período da Cabanagem, quando ocorreu a migração de nordestinos para a região amazônica, com o auge da extração da Borracha, entre o período compreendido de 1880 a 1910, vindo para a Amazônia com a esperança de melhorar de vida (PROST, 1998b, p. 30), eles estavam fugindo da seca nordestina que afetou esta região no período de 1877 a 1879. Havia a concentração de retirantes cearenses na cidade de Belém e Marabá, todos estavam em busca do látex pelos rios e igarapés na região amazônica. A imagem demonstra a distribuição da hévea brasiliensis pelo território paraense.

Os autores não fazem nenhuma relação com o contexto internacional do início do século, refiro-me à Primeira Guerra Mundial e os usos da borracha amazônica no mercado europeu neste contexto, no capítulo também tem uma imagem que demonstra uma estrada de seringueiro, publicada em 1908, e utilizando os dados de Bárbara Weinstein eles apresentam os 10 principais municípios produtores de Borracha, em toneladas durante o ano de 1910, que são: Afuá, Cametá, Melgaço, Macapá (hoje no Amapá), Breves, Anajás, Gurupá, Sousel (hoje Senador José Porfírio, Mazagão (hoje no Amapá), Breves e Itaituba.

A sociedade imperial amazônica oitocentista era formada por indígenas, negros quase libertos, os imigrantes cearenses, os emigrantes sírio-libaneses e os imigrantes europeus (portugueses, espanhóis principalmente). Durante a narrativa são atribuídas qualidades aos diversos sujeitos históricos com suas características “novas” na província norte do Brasil, por exemplo, o índio tornava-se cada vez mais minoritário, a população branca começou a superar a população nativa e os negros ficaram livres, mas eram considerados pobres na província. O uso de recortes de jornais como “Jornal do Pará”, o “Treze de Maio”, “O Planeta” e o “Publicador Paraense” para apresentar ao aluno alguns aspectos da vida dos escravos na sociedade imperial no final do século XIX, foram informações extraídas do anexo publicado no livro “O negro no Pará” de Vicente Sales, publicado em 1971. O próprio documento escrito torna-se o texto narrativo da escrita didática escolar, ele não é um elemento que subsidia a escrever o texto como acontece nos livros didáticos de História, mas ele torna-se a própria fonte de conhecimento sobre determinado período da História do Pará. Para isso, os autores além de fazer uma pesquisa documental no Arquivo Público do Estado do Pará, também utilizam fontes jornalísticas, imagens e recortes de obras historiográficas, bem como utilizam informações como tabelas e gráficos de autores que já utilizaram esses dados em trabalhos historiográficos.

A proposta curricular apresentada pela disciplina ‘Estudos Amazônicos’ pelos professores de História com este livro regional modificando o sentido atribuído ao conhecimento histórico escolar, pois, eles apresentam uma nova abordagem didática para a História do Pará, que chega a colocar em destaque a fonte documental no texto principal, do que as impressões destes professores sobre aquele determinado período a ser estudado.

A industrialização da cidade de Belém é considerada pelos autores como tímida, no período citado acima, percebemos que os autores tentam evidenciar com isto que não houve uma preocupação do governo local (especificamente o governo paraense e o governo amazonense) em criar uma indústria que pudesse tratar da borracha amazônica, haja vista, que este produto era vendido de forma bruta e os produtos eram fabricados no exterior, ou seja, ressaltam que apenas ficava o vazio da exploração do produto nativo, não gerando nem emprego e nem favorecendo a população local. Os autores apresentam como exemplo uma fotografia da antiga estação da estrada de ferro Belém-Bragança, se encontra hoje no espaço do atual terminal rodoviário, o mercado de São Brás, que hoje está desativado como mercado, mas que foi construído no início do século XX, com a finalidade de receber a população que vinha da zona da estrada de ferro, da Fábrica da Palmeira (que fica localizado na cidade de Belém ao lado da Igreja Santana), que foi fundada em 1892, onde eram fabricados pães, biscoitos, massas, chocolates, etc.

Os autores apresentam 4 fatores que explicam a limitação da expansão industrial na região amazônica, que são: a) a ajuda financeira oficial para a implantação de indústrias de beneficiamento da borracha para a exportação não se materializava; b) como a renda da população local era baixa, o mercado consumidor era fraco, não estimulando os investidores a implantarem indústrias para o mercado local; c) a classe média local dava preferência ao investimento em imóveis urbanos, ou ações em bancos com lucros garantidos; d) os aviadores preferiam ampliar sua participação no negócio da borracha (em expansão crescente), a fazer experiências com atividades industriais. (PROST, 1998b, p.38).

As questões do cotidiano na cidade de Belém são relatadas por meio de dois aspectos, que são: a água no final do século XIX e a questão do transporte, que fazia a conexão com os países do mundo ocidental. São apresentados aos alunos duas figuras, o porto de Belém sendo representado por muitos “vapores” e uma draga no primeiro plano, e no segundo plano, o convento das Mercês, a atual Alfândega, próximo ao mercado do Ver-o-Peso, em 1908 e o barco transatlântico de passageiros e carga, também de 1908.

A queda do preço da Borracha cenário internacional a partir de 1910, quando a borracha amazônica entre em franca concorrência com a borracha asiática, ocorreu o distanciamento crescente entre a produção e o consumo. A justificativa apresentada foi a plantação a partir de 1900 nas colônias inglesas (Ceilão, Malásia e Birmânia) e holandesas (Indonésia) da seringueira paraenses (hévea brasiliensis), que foi transportada as escondidas, em 1876, pelo botânico inglês Wickman (PROST, 1998n, p.40).

O mal-das-folhas que atacou as plantações brasileiras, que foi a aparição de fungos em algumas folhas de árvores plantadas na Amazônia, bem como o que ocorreu nas plantações das Guianas. O problema do fungo acabou por assolar a produção da borracha amazônica no mercado

internacional. Utilizando os dados econômicos publicados por Roberto Santos, em 1980, eles apresentam uma comparação da produção do látex em área plantada e em floresta natural, no ano de 1913. Percebemos que as estatísticas apresentadas mostram as dificuldades de produção-custo da borracha brasileira em relação a borracha asiática. Utilizam-se relatórios dos governadores (1909) e a mensagem do governo Augusto Montenegro (1907) para demonstrar a situação delicada da região amazônica no cenário econômico em relação a este produto extrativo. A partir de maio de 1910, o preço da borracha caiu vertiginosamente no cenário internacional.

A relação passado e o presente também é feita neste capítulo, quando apresentam as marcas de Belém na época da Borracha, são apresentadas duas fotografias da Rua João Alfredo, uma importante rua no centro comercial da cidade de Belém, que são datadas de 1907 e 1996, respectivamente. As atividades propostas são com que os alunos façam as seguintes reflexões:

- 1) Na foto de 1996, aponte elementos da arquitetura moderna em Belém (como são as cores, como é a propaganda comercial)?
- 2). Que elementos estão presentes hoje e que já se achava no começo do século? Descreva cada um deles (forma, material). (PROST, 1998b, p. 41)

Percebemos que os autores tentam através das atividades fazer com que os alunos percebam que a história está em todo lugar, que ela faz parte da vida cotidiana na cidade de Belém. A relação entre o passado e o presente possui um sentido de historicidade interessante neste livro didático, quando nos permite perceber que para compreender os homens do passado devemos, portanto, partilhar algo de seus sentimentos, de seus pensamentos e de suas perspectivas (LORAUX, 1994, p. 60). No final do século XIX, ocorreu um crescimento excepcional da cidade de Belém em 50 anos, o crescimento espacial é assim descrito.

O espaço ocupado pela cidade de Belém tinha crescido muito pouco durante todo o período anterior à fase da borracha. A cidade se concentrava basicamente em dois bairros: Cidade Velha e Comércio. Depois a cidade precisou de mais espaço para abrigar e atender as necessidades da crescente população, isto é, mais casas, mais lojas, mais lugares de trabalho, mais ruas, etc. (PROST, 1998b, p.45).

Tudo isso para demarcar que a cidade de Belém havia sido transformada em uma cidade cosmopolita, a fase da expansão era decorrente do novo processo econômico-social vivenciado no pós-Cabanagem, a cidade de Belém tornou-se uma cidade moderna e estratégica economicamente, ela teve uma importância regional para o período. Ocorreu uma política de urbanização que modernizou e embelezou o centro da cidade de Belém, assim ela era “o principal centro urbano do Pará e da Amazônia, desenvolvendo, desde então, as funções de cidade grande” (PROST, 1998, p. 47). O uso de fotografias como o parque da Residência localizada na Rua Brás de Aguiar (PROST, 1998, p.46), o teatro da Paz construído em 1878 e que foi reestruturado com as aspectos atuais em 1900 (PROST, 1998, p.47), a Avenida Portugal e a Praça Dom Pedro II, fotografia de 1910 (PROST, 1998, p.48), a praça Batista Campos e o antigo ponto comercial denominado “Paris n’América (PROST, 1998, p.50), que pertencia a um comerciante português F. de Castro que vendia produtos de luxos importados de Paris, a capital a moda da época.

As classes sociais do período conhecido na historiografia como *belle époque*¹¹¹ são apresentadas as classes ricas e a moldura da cidade de Belém aos costumes e tradições francesas, para isto os autores apresentam duas fotografias que são uma sala de jantar da casa de um aviador (PROST, 1998, p.51) e o interior de um bonde, transporte público utilizado no início do século (PROST, 1998, p.51). Os setores populares que em sua maioria eram pobres e viviam nos novos bairros da periferia em casas humildes, não desfrutando dos espaços públicos do centro da cidade de Belém, para isto, os autores apresentam duas fotografias que são a “rua dos cearenses” (PROST, 1998, p.52), que era considerada uma das ruas dos setores pobres da cidade e o bonde para todos. (PROST, 1998, p.52). O período da borracha aumentou as diferenças sociais na cidade de Belém. O governo federal só se lembrou da região amazônica para extrair lucros.

O aspecto cultural da cidade de Belém é um tema abordado pelos autores, quando apresentam as tradições populares no final do século XIX, demonstrando as influências europeias e de outros estados brasileiros que teve a cultura amazônica nesse período, por exemplo, dos índios nos herdamos a culinária e o mito como a Mãe-d’água, dos portugueses um diálogo popular cantado que era acompanhado por uma viola e rabecé, os imigrantes cearenses trouxeram uma espécie de cantiga popular conhecida como “desafio” são as tradições incorporadas a cultural regional elencadas pelos autores. A cultura erudita no Pará frequentava os concertos e os espetáculos vindos da Europa ao Teatro da Paz, e também introduziram aqui a música clássica.

Sobre o Círio de Nazaré é apresentado aos alunos uma reportagem que foi publicada em jornal de grande circulação na cidade de Belém, em 13 de Outubro de 1996, sobre esta festividade religiosa argumentando que alguns aspectos da festa atualmente foram incorporados durante o período da borracha,

Em 1853, uma chuva torrencial tomou de surpresa a procissão, na atual Praça da República. A partir desta data, a procissão passou a ser realizada pela parte da manhã. Em 1855, a corda foi utilizada pela primeira vez devido a uma enchente da Baía do Guajará; os romeiros desatrelaram a berlinda do carro puxado por bois que conduzia a imagem e ultrapassaram o aguaceiro, usando a corda para proteger a santa. Desde o início o círio saía da capela do Palácio Lauro Sodré. Em 1882, o bispo e o governador da província decidiram que a Sé seria o melhor para a saída da procissão. (PROST, 1998b, p. 53)

Logo em seguida é proposto um exercício para que o aluno responda a seguinte questão: Que aspectos atuais do Círio, considerados importantes, apareceram no meio do século passado? Percebemos que novamente os autores ressaltam a relação passado e o presente, por meio dos documentos utilizados, dois elementos são ainda presentes no que se refere ao Círio de Nazaré, mencionados neste pequeno trecho, que são: a corda e a realização da saída da procissão ser atualmente também na Igreja da Sé.

Resumidamente os autores deram ênfase em parágrafos curtos a vida política paraense no início do século XX. Gerard Prost parece construir uma narrativa sobre a sociedade amazônica no

¹¹¹ Sobre a época da borracha e o período conhecido como Belle Époque ver: BRUNO, Ernani Silva. História do Brasil geral e regional. Amazônia. São Paulo: editora Cultrix, 1967. PRADO, Maria Ligia Coelho; CAPELATO, Maria Helena Rolim. A borracha na economia brasileira da primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano v.8. Estrutura de poder e economia. (1889-1930). 2ªed. São Paulo: Difel, 1977; SARGES, Maria de Nazaré. Riquezas produzindo a Belle Époque – Belém do Pará (1870 – 1910). 1. Ed. Belém: editora Pakatatu, 2000;

quarto período enfatizando o seu aspecto econômico e social, não privilegiando a narrativa política, o autor assim destaca o aspecto político no período da borracha.

Em Belém, logo após a proclamação da República, as elites disputavam o poder. O grupo liderado por Antônio Lemos conseguiu conquistar a intendência (prefeitura da época). Antônio Lemos, que criou a Belém moderna, abrindo no início do século, as grandes avenidas e os bairros da cidade, era um homem esclarecido. Representava a nova elite engradecida com a economia da borracha. As elites mais tradicionais formadas em geral no meio agrário (grandes fazendeiros), tentavam conservar o poder, controlando os cargos públicos de importância. Lauro Sodré foi o líder deste grupo. As lutas entre os dois grupos chegaram as manifestações de rua e provocaram incêndios, como o da sede do jornal “A Província do Pará”, que já existia desde aquela época. (PROST, 1998, p.55)

O capítulo 2 é denominado “economia estagnada e sociedade pouco voltada para o exterior”, o que representa segundo os autores o quinto período da História do Pará. Utilizando mapas, fotografias, dados estatísticos sobre a população do Estado do Pará em 1950, o relatos de viajantes como de Paul le Cointe, Antônio Lustosa, Júlio Paternostro, o uso da historiografia como Arthur César Ferreira Reis, Marília Emmi, Francisco Costa para argumentar que o período compreendido entre 1915 a 1960, foi considerado de dificuldades econômicas tanto no interior como na capital do Estado (PROST, 1998, p.72).

Com a queda da borracha no cenário internacional a população amazônica, especialmente as cidade de Belém e Manaus tiveram que adapta-se ao novo período, sem ter que viver dependente das exportações (PROST, 1998, p.59). Um produto se destaca no sudeste do Pará, especificamente na cidade de Marabá que é a produção de Castanha-do-Pará. Neste período houve uma redução da população regional, uma estagnação demográfica e o retrocesso econômico (PROST, 1998, p.59), o que leva os autores a caracterizarem este momento da história da Amazônia como pouco voltada para o comércio exterior.

Utilizando dois mapas que representam dois contextos do Estado do Pará, que são a década de 1920 e a década de 1950, os autores caracterizam o período em evidência como um momento pouco dinâmico, durante esses 30 anos a geografia paraense em quase nada se modificou, a sua navegação era totalmente feita pelos rios, com uma população ribeirinha dispersa pelas principais cidades onde existiam barracões de aviamento.

Com a derrocada da borracha a população da região amazônica criou novas formas de sobrevivência, o reajuste do sistema econômico colocou em destaque a produção de Castanha-do-Pará no cenário regional. Houve o crescimento de pequenos produtores agrícolas no período de 1920 a 1940, as atividades e a vida dos colonos em algumas cidades amazônicas são descritas em citações extraídas da obra de Arthur César Ferreira Reis (1953) e de Frei Audin (1963).

A marca do período é a característica da colonização amazônica, como: a economia e a sociedade até a década de 1950 voltada para a subsistência e somente o excedente é voltado para a comercialização; o cotidiano do caboclo amazônico vivendo as margens dos rios, basicamente da caça, da pesca de produtos extraídos da floresta; as habitações eram construídas de madeira ou de palha sendo formada por pequenas comunidades rurais de até 150 indivíduos.

A presença de um elemento novo no campo com a migração japonesa desde os anos 1920, quando criaram uma associação em 1925 estabelecendo uma colônia de agricultores japoneses no

município de Tome-Açú, intensificando a produção de arroz, da pimenta-do-reino no Baixo Amazonas (Santarém, Monte Alegre e Tome-Açu).

Nesses primeiros anos, a vida era difícil. Com o cultivo do cacau e do arroz surgiram as dificuldades. A cooperativa de comercialização não teve sucesso e a malária matou muitos imigrantes. Entre 1935 a 1942, 276 famílias (japonesas) abandonaram o Pará em direção ao Sul do país, permanecendo apenas 96 famílias. (PROST, 1998b, p. 63)

A Castanha-do-Pará é o produto regional mais procurado no mercado nacional, no período compreendido entre 1924 a 1926. O período da safra é durante o inverno, no período das chuvas, este é um aspecto importante, pois, contribuem para a queda dos ouriços e facilita o transporte da castanha por via fluvial, pois, os igarapés ficam cheios e a canoas navega com facilidade (PROST, 1998b, p.65). As regiões do Tocantins, Jari, Trombetas e Óbidos foram as que mais se destacaram na produção de castanha.

A região do Araguaia-Tocantins¹¹² neste momento destaca-se com a produção em larga escala de castanha, Gerard Prost argumenta que a algumas famílias tiveram uma força política crescente, que controlava o comércio local da castanha e grande parte dos gêneros alimentícios. Os chefes políticos locais passaram a ter o monopólio sobre o aviamento e posteriormente, a controlar toda a atividade produtiva, “desde a extração da mata, o transporte a Marabá, até a entrega para o exportador” (PROST, 1998b, p.66)

A relação com o Estado é algo debatido pelos autores, quando afirma que desde os anos 1930, houve uma política de concessão de terras públicas, que são consideradas terras devolutas a chefes políticos locais, que eram denominadas de oligarquias. Grupos diversos moravam na região sudeste do Pará, para ocupar e explorar os produtos naturais, especificamente à castanha-do-pará. Diante disso, índios e brancos tinham relações conflituosas até os anos 1940, pela questão do direito ao acesso à terra. Uma luta desigual, que segundo Gerard Prost os brancos utilizavam armas de fogo e os índios as flechas.

Veio a triste notícia que os índios atacaram a ilha de Beija-Flor, por cima de Porto Seguro, matando dez pessoas. A repulsa não se fez demorar. Infelizmente os atritos entre civilizados e índios ainda pagãos continuam. Esses aborígenes são os Gorotire. (PROST, 1998b, p.67)

Durante os anos 1940 ocorreram duas tentativas de revalorização da borracha amazônica no cenário internacional. O argumento de Gerard Prost (1998) é a apresentação de duas técnicas de produção do látex em grande quantidade, pelo cultivo e pela coleta silvestre. Os Estados Unidos assinam com o governo brasileiro os Acordos de Washington¹¹³, mas que não são mencionados no capítulo.

As duas tentativas de valorização da economia gomífera na Amazônia, aconteceram de duas formas: com a instalação de uma empresa na cidade de Belterra, que ficou conhecida como Fordlândia, entre 1943 a 1945, e a Batalha da Borracha. Com uma economia dinâmica os Estados Unidos era o maior produtor de carros do mundo. A região amazônica torna-se uma região de programa. O governo norte-americano, durante o ano de 1942 teve uma participação importante no

¹¹² Região que corresponde aos municípios de Marabá, Tucuruí, Conceição do Araguaia, etc.

¹¹³ Sobre isto ver: FONTES, Edilza. A Batalha da Borracha, a Imigração Nordestina e o Seringueiro: a relação história e natureza. In: Fernando Arthur de Freitas Neves; Maria Roseane Pinto Lima. (Org.). Faces da História da Amazônia. Ied. Belém: Paka Tatu, 2006, v. 1, p. 227-258.

estado do Pará, com “a instalação de base área e naval para permitir o controle do norte do Atlântico, próximo do Equador” (PROST, 1998b, p. 70).

Outro aspecto destacado por Gerard Prost (1998) foi também a presença do governo federal na região amazônica, com a criação da SPEVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), onde “o governo feral queria construir uma economia rentável e estável na região e converter a população extrativa numa sociedade assentada em uma economia de base agrícola” (PROST, 1998b, p.70). O Plano do governo federal por meio da SPEVEA possuía vários equívocos, o argumento apresentado é que “o governo federal não aprendera a lidar com a Amazônia e nem aprendera muito com a experiência do período da Borracha” (PROST, 1998b, p.70).

O grande problema apresentado é que apesar dos esforços do governo federal em trazer investimentos de fora do país para a região amazônica, esta região não possuía mão-de-obra e nem indústrias suficientes para que o processo pudesse ser finalizado aqui, ficando assim um vazio econômico em relação a outras regiões do país. A tese a ser construída por Gerard Prost é de que “não houve um aumento na produção agrícola, pouco ou nada foi realizado para industrializar a região e as áreas de colonização antiga continuavam abandonadas” (PROST,1998b,71).

Assim com no período anterior, o autor privilegia um espaço pequeno dentro da narrativa para comentar sobre o aspecto político da cidade de Belém nos anos 30, apresentando este período como “uma vida política agitada” (PROST, 1998b, p.69). O momento em que chegar ao poder no Pará, através do sistema de interventoria instituída pelo presidente Getúlio Vargas o general Magalhães Barata.

Inaugurou um estilo peculiar de governar, abria as portas do Palácio do Governo, um dia por semana, para receber qualquer pessoa com problemas, dos mais simples (problemas com aluguéis) aos mais complexos. Com isto, Barata foi criando em torno de sua figura um mito de bondade e compreensão. Criou uma forma de governar viajando pelo interior do Estado. Percorreu todos os municípios do Estado (fato absolutamente novo), levando medicamentos, alimentos, roupas, médicos, e até, barbeiro. Assim, atingiu seu objetivo de afirmação carismática. Melhorou as condições de trabalho (horários adequados, melhores salários). (PROST, 1998b, 69).

O capítulo 3 é denominado Pará nos tempos atuais: as transformações violentas, o que o autor intitulou de sexto período da História do Pará – a partir de 1960, este é o capítulo mais longo de todo o volume desta narrativa didática, contendo 11 subunidades. Utilizando a historiografia, recortes de jornais (O Liberal, A Província do Pará, Diário do Pará, Gazeta Mercantil, e O Globo), fotografias, mapas e informações jornalistas, dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para apresentar as recentes transformações sociais e econômicas que aconteceram na região amazônica, especificamente na região Sudeste do Estado do Pará. A introdução deste terceiro destaca isso,

Depois de quase meio século de calma (1915-1960), o Estado do Pará, entrou a partir de 1960, num período de mudanças de todo o tipo: a primeira foi a ampla ocupação de terras pela agropecuária, as primeiras explorações gigantescas de minerais e de energia elétrica, as primeiras grandes empresas industriais, e também a explosão da população urbana e os inúmeros casos de conflitos sociais. (PROST, 1998b, p.74)

Fica demarcado que depois de quase meio de século sem profundas transformações na sociedade e na economia amazônica, após a abertura da rodovia Belém-Brasília, inaugurada em 1961, que se intensificou a construção de uma malha de rodovias na região amazônica, que interligava a região ao sul do país. A grande obra deste período é apresentada no início do capítulo, com a abertura da Transamazônica durante os anos 1970.

O ano de 1960 é considerado um divisor de águas dentro da história da região amazônica, pois, muda-se a lógica de ocupação da terra. Percebemos que nos dois períodos anterior há uma dependência do homem amazônica no modelo de economia agrícola voltada para a sua subsistência, que tinha na relação da floresta com os rios, a sua característica, este período ficou conhecido na historiografia como civilização dos rios. A partir da abertura de estradas e da entrada do capital internacional na região amazônica, a importância na construção de rodovias ao longo dos séculos 1960 e 1970, fez com que surgissem cidades amazônicas a beira da estrada e o investimento do governo federal em projetos de colonização, assentamentos e agrovilas.

Os governos militares constroem uma rede de rodovias totalmente nova para a região, os autores apresentam um mapa apresentando as principais rodovias construídas neste período (Rodovia Cuiabá-Santarém, Rodovia Transamazônica, Rodovia Belém-Brasília, etc.), o surgimento de cidades a beira de estradas como a chegada de caminhão de gado, em 1965, próximo a cidade de Paragominas. O argumento dos autores é que a construção de rodovias construiu-se como uma vontade política de ligar o estado do Pará a outras regiões do país (PROST, 1998b, p.78). O argumento do governo federal era de que havia na região um espaço vazio, que precisava ser ocupado, para isso era necessário atrair pessoas para a Amazônia, com a objetivo de “desenvolver [O Pará]em atividades diversas, como ocupação da terra, exploração da floresta, garimpagem e poderosos projetos industriais” (PROST, 1998b, p.78).

As formas de ocupação da terra considerada de forma desordenada ocorreram em quatro aspectos, que foram: a ocupação por pequenos colonos, a ocupação com capital de empresa, a ocupação por fazendeiros, a ocupação espontânea e sem dinheiro: o posseiro. As consequências deste processo de ocupação foram a concentração fundiária de terras por grandes proprietários e o aumento dos conflitos agrários no campo. Uma política pública que trouxe consequências negativas para a população nativa e aumentou os problemas ambientais na floresta amazônica.

O espaço amazônico começa a mudar com a política de colonização proposta pelo governo federal, com a criação de novos municípios, com a construção de bairros rurais conhecidos como “agrovila”, tudo isso era feito com a propaganda apresentada pelos governo para atrair migrantes para a Amazônia, com o slogan “para terra sem homens, para homens sem terra” houve a perspectiva de uma vida melhor nesta região. O mapa apresentado a seguir é o trecho da rodovia Transamazônica, ele demonstra a disposição de estradas vicinais ao longo da região nordeste do Estado do Pará (seguindo para Altamira) e ao sudeste (seguindo para Itaituna).

O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi o órgão responsável em organizar a colonização na região, Gerard Prost (1998) apresenta uma foto que demonstra o incentivo do governo federal em atrair colonos para a Amazônia, com a construção de pequenos

bairros. No ano de 1973, portanto, começou a chegar no em torno da rodovia Transamazônica várias famílias advindas de várias partes do Brasil. Uma propaganda neste cartaz de divulgação apresenta algumas informações sobre o processos de colonização na região.

Os governos militares neste período tentaram atrair empresários para investir na região, o acesso a terra e a venda de grandes extensões de terras atraiu o capital internacional para a Amazônia, houve o aumento da concentração de terra na mão de poucos, o conflito com as sociedades indígenas, a intensificação das queimadas e o aumento do desmatamento na região sudeste do Pará. A propaganda da pecuária na região amazônica, com o título do artigo “os empresários de São Paulo mudaram-se. Estão na selva”, que foi publicado no jornal Folha de São Paulo, em 12 de Maio de 1968, em outro informe publicitário destaca-se que “A Amazônia vai transformar seu imposto de renda em \$ Filet-Mignon”, publicado na revista Realidade em fevereiro de 1973.

Gerard Prost (1998b) como forma de explicar esta mudança de ocupação apresenta um trecho de artigo publicado no jornal Estado de São Paulo, em maio de 1968 demonstrando as vantagens que o empresariado possuía ao instalar sua filial e aplicar negócios na região, ou seja, a isenção do imposto de renda os chamados incentivos fiscais e econômicos para a formação de empresas agropecuárias, mineradoras e industriais. O mapa fundiário traçado para o Estado do Pará, apresenta as empresas multinacionais que tiveram ações e investiram na agropecuária tiveram entre 10.000 hectares até 50.000 hectares ou mais na região amazônica, a exemplo, da empresa Volkswagen, Codespar, ARPA, Agropastoril, Cetenco, Eloy, etc.

A região do Sudeste de Marabá, especificamente o Sul de Marabá representa a ocupação de terras feita por fazendeiros, eram essencialmente famílias de pecuaristas onde a terra é a principal fator de produção, no mesmo também temos a ocupação do posseiro¹¹⁴, existe uma variedade de espécie de posseiros “aqueles que moravam e moram a beira de rios e igarapés, com seu lote de terra, os que viviam nesta situação e foram expulsos da terra, quando ela foi vendida e os que vieram do nordeste ou de outros pontos do país e passaram a cultivar a terra” (PROST, 1998b, 87). Durante mais de 25 anos de ocupação maciça de terra na Amazônia, os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) demonstram que ocorreu uma concentração de terras, crescendo neste período 5 vezes.

A explosão da atividade madeireira sem nenhuma política de preservação da floresta amazônica, os novos municípios surgidos na região sudeste do Estado do Pará tem na sua base econômica a exploração deste produto florestal. Gerard Prost (1998b) demonstra que as serrarias foram instaladas na região de Paragominas, esta atividade foi intensificada ao logo das estradas federais, especialmente as estreadas federais, pois, era mais fácil o escoamento da madeira cortada.

Antes dos anos 1970 a produção madeireira estava concentrada nas redondezas de Breves, Belém, Muaná e Igarapé-Mirim, perto dos rios. A partir da década de 70, a extração se estendeu a outros lugares, como se vê no caso do município de Paragominas: nenhuma serraria, em 1970; 250, em 1983. (PROST, 1998b, p. 90)

¹¹⁴ O posseiro é aquele tem a posse da terra, mas não possui o título de propriedade desta terra.

O Estado do Pará exporta a madeira em toras ou tábuas, a atividade gera muito lucro para o madeireiro. A atividade madeireira provoca efeitos negativos para a população tradicional como os índios, por exemplo, pois, esta prática econômica afeta a relação homem-natureza e o equilíbrio da floresta amazônica, ela extrai a madeira sem qualquer preocupação com o meio ambiente, porque ela não refloresta e não poupa as espécies com risco de extinção (PROST, 1998b, p.92)

A extração de minérios na região da Serra Pelada, em Marabá, durante os anos 80 ocasionou o que o autor denominou de surto da garimpagem, percebemos a evolução do garimpo de Serra Pelada, em 1980 eram 20.000, em 1982 já são quase 80.000 homens garimpeiros que migraram para esta região amazônica. Gerard Prost apresenta fotos que demonstram a atmosfera humana que aconteceu, e no relato publicado no livro Serra Pelada: uma ferida aberta na Selva, em 1984,

Foi em meio a enchentes no início dos anos 80, ocorreu a notícia de ouro em Serra Pelada, ouro como nunca antes de viu. Caminhões de paus-de-arara chegavam à região, principalmente do Sudoeste do Maranhão, uma das regiões mais miseráveis do país, que contavam com mais de 600.000 posseiros. Sem encontrar terras livres, foram parar no garimpo. (PROST, 1998b, p.94).

As figuras apresentadas ao longo do capítulo demonstram a mudança no cenário as região de Serra pelada no início da década de 1980, a exploração desenfreada em busca do ouro amazônico demonstra o crescimento e a importância do garimpo. O destaque para a relação homem e natureza, sendo totalmente descaracterizada na imagem do ano de 1982 se for comparada com a imagem do anos de 1980.

As regiões garimpeiras eram: Carajás, Conceição do Araguaia, Cumaru, Marabá e São Félix do Xingú. Percebemos as condições de trabalho e de vida difíceis no garimpo, em artigo publicado no jornal Diário do Pará no dia 9 de Agosto de 1987, denominado “Os garimpos da morte”, destacando que a novidades eram terríveis. O uso de mercúrio no tratamento do ouro era prejudicial a saúde, criando uma situação nunca antes vivida na região em termos de poluição química. As fotografias no capítulo representam a mudança que ocorreu na região de Serra Pelada entre 1980 a 1982, quando milhares de pessoas foram para a região Sudeste do Pará em busca do ouro.

18 grandes empreendimentos foram instalados na região amazônica a partir dos anos 1980, Vicente Sales destaca que não foi somente a região de Serra Pelada que despertou o interesse pelo enriquecimento na região amazônica, mas outros minérios como o ferro, o cobre, o ouro e o chumbo também se tornaram atrativos econômicos para que empresas multinacionais viessem e se instalassem na região, em versos de literatura de cordel ele nos apresenta,

A maior riqueza do mundo,
É no Estado do Pará,
Começa em Serra Pelada,
E a Serra dos Carajás;
Onde está o grande tesouro
Em cobre, ferro, chumbo e ouro,

Isto posso lhe informar, (C. leobas, apud V. Salles, 1985)

Fonte: PROST, Gerard. História do Pará: do período da borracha aos dias atuais. Belém, 1998, p.97.

O Estado do Pará tornou-se “a maior província mineral do mundo” (PROST, 1998b, p. 102), a exploração das reservas minerais neste estado em milhões de toneladas, com exceção do ouro teve uma exploração consideravelmente alta entre 1971 a 1985. Percebemos o grande trabalho de prospecção que as empresas multinacionais realizaram neste período, em busca de lucros na região

amazônica, por exemplo, o autor demonstra que o subsolo do Pará apareceu como a maior reserva de ferro do mundo, com um teor de 65% de metal. O projeto Grande Carajás (PGC) é destaque na imprensa local com a extração de ferro, em matéria publicado no jornal de circulação nacional O Globo, no dia 7 de julho de 1974, temos a seguinte manchete “Carajás, clareiras abrem caminho para 17 bilhões de toneladas de ferro” (PROST, 1998b, p. 105). Em matéria publicada no jornal O Liberal, de 29 de junho de 1976, o jornalista Lúcio Flávio Pinto destaca a produção de alumínio,

Início da ALBRÁS/ALUNORTE. Dirigentes da Companhia Vale do Rio Doce comunicaram ontem ao governador do Estado do Pará que o projeto Albrás/Alunorte, destinado a produção de alumínio e alumina, começará a ser implantado em meador do próximo ano. O projeto está assegurado, pois os sócios japoneses confirmaram sua participação financeira. O governo federal vai construir o novo porto do Pará em Vila do Conde e vai construir um núcleo urbano, com capacidade para 30 mil habitantes. (PROST, 1998b, p.104)

Os grandes projetos modificaram as relações sociais na região amazônica, seja em relação a relação homem e natureza, como também em relação aos aspectos humanos. Gerard Prost (1998b) destaca isto, quando argumenta que a produção mineral cresce vertiginosamente entre 1980 e 1990. Os problemas sociais com a construção de barragens no caso de hidrelétricas tornou-se uma questão negativa para muitas famílias, como no caso do município de Barcarena, onde foram construídas fábricas de projetos metalúrgicas; e na região que foi inundada pelo lado da represa de Tucuruí, ocasionando o desejo de milhares de famílias.

O argumento de Gerard Prost (1998b) é de que a expansão do capitalismo gestada pelo Estado brasileiro provocou uma ruptura com o passado, com o que era vivido pelos antigos e novos habitantes da Amazônia. Os fatores que permitiram essa nova ocupação na região, foram os seguintes: internamente, a dinâmica populacional brasileira e os problemas crônicos de algumas regiões brasileiras, como o Nordeste, com a questão da seca; externamente, com a demanda mundial de matérias primas. A intervenção generalizada do governo federal na Amazônia ocasionou o aumento rápido da população, o surgimento de novas cidades à beira da estrada e a retomada da diversificação da economia. A intensificação dos conflitos sociais no campo é apresentada por Gerard Prost (1998) como a fase social da política de ocupação da região amazônica, a partir dos anos 1960. A luta pela sobrevivência no garimpo, por exemplo, com a constante violência entre índios, brancos e a polícia privada. O autor utiliza matéria de jornal publicada no jornal O Liberal para exemplificar as situações de mortes no campo.

O problema social da prostituição de meninas pobres revela outro aspecto da relação desenvolvida no garimpo, as condições de vida social que levam estas meninas a ganharem algum dinheiro se arriscando a ir a um garimpo, Gerard Prost (1998b) apresenta uma matéria jornalística que foi publicada no jornal O Liberal, no dia 27 de novembro de 1989, no qual apresenta que se instalou na região do Alto Xingu uma rendosa indústria de tráfico humano, com meninas abaixo de 20 anos de idade.

A questão da posse da terra dos índios, como o caso do grupo Awa-Guajá que teve sua área indígena Carou, que fica localizado na margem do rio Gurupi invadida por posseiros e fazendeiros. Houve muita resistência e mortes. Os índios fizeram uma barreira na Estrada de Ferro de Carajás, em Março de 1993 interditando esta estrada. O impasse só foi resolvido com o encontro ocorrido

com representantes da Companhia Vale do Rio Doce, da polícia militar e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A questão da luta pela reforma agrária também teve reações em diversas regiões do Estado do Pará, Gerard Prost a partir de reportagens extraídas do jornal O Liberal, cita alguns exemplos, como o caso do conflito de Gleba Cidepar, que ocorreu no município de Viseu, o assassinato do delegado sindical Salvador Alves, que pertencia ao Sindicato Rural de Paragominas (PROST, 1998b, p.130), a morte do deputado estadual Paulo Fontelles (PROST, 1998b, p.131). O número de assassinatos no campo sendo contabilizados por um período de 5 anos, nos demonstra que entre 1980-1984 ocorreram 1980 assassinatos na região amazônica (PROST, 1998b, p. 132).

As transformações sociais e econômicas na região amazônica afetaram especificamente o sudeste do Pará, tornando-se a região mais conflituosa do país. Gerard Prost (1998b) destaca que a região sudeste do Pará, foi a mais transformada e transtornada do país, tendo o aproveitamento da terra o seu foco com a concentração fundiária, o que ocasionou as tensões sociais, os dados estatísticos apresentados no capítulo demonstram a concentração de terras, onde 7% de proprietários controlavam 85% das terras privadas, enquanto de 70% dos agricultores dividiam entre si 6% das terras privadas (PROST, 1998b, p.137).

A Guerrilha do Araguaia foi um conflito político liderado pelo Partido Comunista do Brasil (PcdoB), que escolheu a região sudeste do Pará e o atual de Tocantins como foco de resistência aos governos militares entre 1969 a 1973. Gerard Prost apresenta o movimento guerrilheiro como uma forma de conflito social, que não tinha na questão da reforma da agrária o centro, mas para demonstrar que a região era um palco constante de tensões sociais. Para isto, ele apresenta a entrevista do coronel Jarbas Passarinho concedida em 1978, em que comenta o episódio político na região do Araguaia-Tocantins,

A guerrilha do Araguaia escolheu uma área do Sul do Pará, a área de exploração dos castanhais. Uma área onde o governo só se fazia presente para cobrar impostos. Não dava assistência. E os castanheiros, que eram explorados por financistas da produção de castanha, seria então muito sensíveis a qualquer movimento que fosse capaz de dar a eles a assistência que nunca tiveram. Então, o grupo de guerrilheiros, que dava assistência médica e medicamentos. Com isso conseguiu, o que é fundamental para a guerrilha, o apoio da população local. (PROST, 1998b, p.138)

Concluindo o terceiro capítulo, o autor apresenta uma visão geral do sexto período da História da Amazônia, argumentando que a rápida modernização desta região provocou uma transformação na economia e no território. O Estado tornou-se o único agente transformador deste processo social. O investimento em obras faraônicas, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a Transamazônica, o Projeto Grande Carajás, entre outros, atraiu grandes capitais e acelerou o processo de produção mineral e madeireiro, o estado assumiu essa política de ocupação brutal da região amazônica (PROST, 1998b, p.141). Por fim, os impactos sociais e ambientais para a Amazônia são ressaltados por Gerard, quando afirma que “a natureza também sofreu. Rios foram poluídos pelo mercúrio utilizado pela garimpagem, atingindo peixes e homens. Espaços da mata foram transformadas em áreas degradadas, com vegetação pobre” (PROST, 1998b, p.141)

As atividades propostas ao longo deste terceiro capítulo apenas apresentam ao aluno uma interpretação sobre o texto jornalístico ou mapa apresentado pelo autor, não tendo a intenção de problematizar os conceitos ou temas apresentados durante aquela subunidade. Neste capítulo

percebemos que os personagens da política estadual ou nacional não aparecem dentro da narrativa, a opção do autor foi construir uma História Social e econômica da região, mesmo que ainda continue privilegiando a cronologia por períodos e a relação causa-consequência como enredo principal de sua narrativa didática, percebemos que nesta coleção didática há uma mudança na abordagem historiográfica, ou seja, em relação ao conteúdo que se quer trabalhar em sala de aula, mas em relação a forma de sentido da narrativa histórica continua ainda perpetuando na tradição escolar a cronologia e o evento como central, distanciando-se do personagem político.

2.4. Considerações sobre a obra de **Gerard Prost**

A obra didática produzida pelo pesquisador Gerard Prost com um grupo de professores de História, para ser utilizado por alunos e professores da disciplina ‘Estudos Amazônicos’ apresenta uma narrativa escolar que tem como característica o uso de documentos e a consolidação de uma História do Pará conectada com a História da região amazônica. O uso da historiografia paraense como suporte de escrita pode ser visto nos capítulos, o diálogo com outros campos de conhecimentos como a Arqueologia para compreender como era a Amazônia antes dos europeus. A relação entre o passado e o presente nas atividades propostas pelos professores, assim permitem com o aluno perceba que a História está em todo lugar, não é algo que fica por conta do passado.

O professor de História que utiliza este livro didático regional pode explorar em sala de aula a natureza do saber histórico acadêmico, e fazer com que o aluno perceba por meio das fontes históricas, do uso da historiografia e das diversas linguagens que o conhecimento histórico é algo provisório, sempre em constante atualização. Assim, o professor estará problematizando o que é História? O que é fonte histórica? São conceitos que precisam estar no cotidiano do professor da disciplina ‘Estudos Amazônicos’.

Em sua ‘História do Pará’ percebemos que não tem se a perspectiva de compreender de qual Amazônia está se falando, os professores de História em parceria com o Gerard Prost, apenas preocupam-se em escrever uma narrativa didática considerada “atraente”, e de forma leve para que o professor de História que for ministrar a disciplina ‘Estudos Amazônicos’ faça a sua interpretação sobre aquele determinado período da História do Pará. Periodicizar é atribuir um sentido, um significado para o passado paraense.

A construção de uma memória no ensino de história regional para a disciplina ‘Estudos Amazônicos’ possui uma perspectiva de redefinir os conteúdos de história, para se diferenciarem da concepção de História apresentada pela disciplina ‘Estudos Paraenses’, os elaboradores desta narrativa didática redimensionam os mesmos conteúdos da velha história política local, e apresentam por meio de documentos e pesquisas historiográficas uma nova didatização do saber escolar sobre a Amazônia.

Não existe uma preocupação em historicizar os conceitos apresentados em cada capítulo, apenas são apresentados os eventos relevantes naquele determinado período da História do Pará, e quando percebem que podem fazer alguma conexão com a História da Amazônia, com a História do

Brasil ou com eventos de caráter internacional Gerard Prost e os professores de História assim o fazem.

Considerando a abordagem epistemológica interessante sobre a História do Pará e sua relação com a História da Amazônia, a proposta curricular deste livro didático regional apresentado pelos professores de História soma-se a concepção de Estudos Amazônicos, que ficou evidente nos anos 90 no Estado do Pará. Uma obra que poderia utilizar mais do recurso da interdisciplinaridade, fazendo o diálogo com a Geografia, com a Biologia para compreender de que Amazônia estamos falando no espaço escolar durante os anos 90.

Capítulo 3 – História, meio ambiente e os problemas amazônicos: a perspectiva sociológica da disciplina ‘Estudos Amazônicos’.

Nos anos 1990 quanto à disciplina ‘Estudos Amazônicos’ é criada no Pará, percebemos que há um confronto de propostas didáticas a partir de dois livros regionais, que irão ser analisados nesta pesquisa. De um lado, a professora Violeta Loureiro tentando colocar destaque para a Amazônia dentro da História do Pará, por meio de seus problemas sociais e do meio ambiente, e por outro lado, o livro do professor Gerard Prost que parte da perspectiva de história do Pará por períodos, para traçar uma história política e administrativa deste Estado realçando em determinados momentos a Amazônia. Neste segundo capítulo temos como objeto de análise a coleção ‘Estudos Amazônicos’ que foi lançada pelo Governo do Estado do Pará, em 2000, tentando compreender suas abordagens, escolhas, recorte e os argumentos para contar uma História da região amazônica.

Em nossa análise nos deteremos fazer uma leitura do texto principal, observando suas referências e informações sobre a Amazônia e com isso, perceber os sentidos da narrativa construída por Loureiro (2000). Compreendendo assim os saberes de referência que esta autora dialoga para construir os seus argumentos em relação a escrita da história escolar sobre a região amazônica, o que ela considera importante ser aprendido na disciplina ‘Estudos Amazônicos’.

O livro de Violeta Loureiro torna-se o centro de debate da disciplina ‘Estudos Amazônicos’, pois, esta coleção apresenta a concepção didática originária desta disciplina regional. Este aspecto é algo interessante a ser observado, pois, desde 1998 até 2013, apareceram no cenário estadual diversas publicações para uso no espaço escolar que podem ser utilizados pelos professores desta disciplina perceberam que há dois blocos bem definidos sobre a concepção do campo disciplina ‘Estudos Amazônicos’ presentes no estado do Pará, se por um lado o governo do Estado tenta emplacar a discussão meio ambiente, sustentabilidade e Amazônia no espaço escolar, por outro lado um grupo de professores de História apresenta a região amazônica a partir de uma historicidade consolidada por períodos desde os primeiros habitantes, trabalhando eventos-chaves importantes como: os jesuítas, a era pombalina, a Cabanagem, o período da Borracha, a era Magalhães Barata, os governos militares e os grandes projetos, etc. A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ desde sua origem é uma disciplina conflituosa no currículo estadual.

Violeta Refkalefsky Loureiro é socióloga, possui mestrado em Sociologia pela Unicamp (1983), tem doutorado em Sociologia do Desenvolvimento pela Université de Paris III (1994) e pós-doutorado pela Universidade de Coimbra, pelo Centro de Ciências Sociais (2006), atualmente é professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará, sendo integrante do programa de pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e do programa de pós-graduação em Direito (PPGD). Esta autora dedica-se a estudar a região dentro das políticas públicas, dos modelos de desenvolvimento tentados após os governos militares, tentando compreender os impasses e os impactos provocados

por este modelo de desenvolvimento para a população desta região, tendo uma produção bibliográfica sobre o tema em questão¹¹⁵.

O livro didático regional escrito por Violeta Loureiro é o objeto de análise deste capítulo, ele foi destinado a alunos e professores que ministram a disciplina ‘Estudos Amazônicos’ e temas transversais nos últimos anos do ensino fundamental e do ensino Médio no estado do Pará. O livro também pode ser lido e debatido por alunos de cursos de graduação e pessoas interessadas em conhecer a história recente da região amazônica. Quanto ao conteúdo referente ao campo disciplinar Amazônia o que percebemos é que não existe uma grade curricular específica, como existe em todas as demais disciplinas que compõem a ‘parte comum’ sendo proposta pelo Ministério da Educação. Portanto, se já existe um problema quanto ao perfil profissional que leciona esta determinada disciplina, outro problema ocorre quanto ao seu material produzido para uso nas escolas. Percebemos que há uma preocupação em discutir o espaço amazônico na escola, mas sem a intenção de delimitar quais os conteúdos será debatido para cada etapa de ensino, o professor desta disciplina possui uma autonomia em relação aos conteúdos que ele considera significativo no processo de ensino-aprendizagem.

A coleção didática ‘Estudos Amazônicos’ está em sua 5ª edição, sendo lançada em 2015 pela editora Cultural Brasil, analisando o sumário de sua última edição há uma reformulação no que se refere a estrutura do livro e a inclusão de novos temas nesta obra didática¹¹⁶, no entanto, neste capítulo utilizaremos como objeto de análise a primeira edição desta coleção didática, que fora

¹¹⁵ Os livros publicados por esta autora são: LOUREIRO, Violeta. História da Amazônia: do período da borracha aos dias atuais. 1. ed. Belém: Cultura Brasil, 2015. v.1, 335p; LOUREIRO, Violeta. Amazônia: temas fundamentais sobre o meio ambiente. 1. ed. Belém: Cultura Brasil, 2015. v.1.280p; LOUREIRO, Violeta. Amazônia: Estado, Homem, Natureza. 3.ed , 2014; ARAUJO, F. M. P. ; MAUES, A. ; LOUREIRO, Violeta Refkalefsky ; OTTERLOO, A. ; CARDOSO, I. ; SILVA, L. I. ; SILVA, S. F. . Direito Humano à Educação na Amazônia: uma questão de justiça.. 1. ed. Pará: Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, 2013. v.1. 448p; LOUREIRO, Violeta. A Amazônia no Século XXI: novas formas de desenvolvimento. 1. ed. São Paulo: Empório do Livro, 2009. 279.p; LOUREIRO, Violeta. Amazônia: História e Análise de Problemas (do período da borracha aos dias atuais).. Belém: Editora CEJUP, 2002. v. 1. 128p; LOUREIRO, Violeta. Amazônia: Meio Ambiente (estudos amazônicos).. Belém: Editora CEJUP/ DISTRIBEL. 2002. 128p; LOUREIRO, Violeta. Plano de Desenvolvimento e Projeto Pedagógico da Escola. 2ª. ed. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2000. 146p; LOUREIRO, Violeta. Estado, Bandidos e heróis. Belém: CEJUP, 1997. 454p, LOUREIRO, Violeta. Amazônia: Estado, Homem, Natureza. Belém: CEJUP, 1992. 367p; LOUREIRO, Violeta. Estudos e Problemas Regionais Amazônicos. 1.ed. Belém: SEDUC/IDESP, 1987; LOUREIRO, Violeta. Miséria da Ascensão Social: Capitalismo e pequena produção na Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1987; LOUREIRO, Violeta. Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia. Belém: MPEG/CNPq, 1985. 227p; LOUREIRO, Violeta. O Poeta e sua Obra. Belém: Falângola, 1982.

¹¹⁶Na coleção de 2015, por exemplo, além da mudança na capa, percebemos também a inclusão de novos temas em cada volume, em relação ao segundo volume há uma pequena modificação no título em relação às edições anteriores, com a inclusão da palavra “História”, ficando assim denominado “História da Amazônia: do período da borracha aos dias atuais”. Nesta nova reedição percebemos que há uma reorganização dos capítulos, por exemplo, no volume 1 que anteriormente possuía somente 6 capítulos, nesta edição possui 18 capítulos, com a inclusão de itens novos, a saber: funções pouco conhecidas das matas ciliares e do solo; além de uma megabiodiversidade: os rios amazônicos apresentam cores variadas; reações de combate à destruição da natureza; o extrativismo; As hidrelétricas na Amazônia: poluição ou solução?; As hidrelétricas na Amazônia: os casos de Balbina e Belo Monte; As hidrovias na Amazônia – conceito e importância; É possível combinar desenvolvimento com meio ambiente. Percebemos também que alguns temas foram ampliados e transformados em capítulos nesta coleção. Em relação ao segundo volume, enquanto que nas 4 edições apresentam-se somente 4 capítulo nesta edição temos 18 capítulos, com a inclusão também de novos temas e redimensionamento de alguns temas que também acabaram se tornando capítulo, como itens novos temos: isolamento e cultura: uma região sem ligações com o resto do Brasil; a questão do Acre (capítulo de forma independente); o golpe militar de 1964 e a ditadura militar (1964-1985); A segunda etapa de desenvolvimento econômico da ditadura militar – a instalação da siderurgia no Sudeste do Pará; O potencial mineral da região e os problemas ambientais; As hidrelétricas na Amazônia: a hidrelétrica de Tucuruí; As hidrelétricas na Amazônia: o caso de Belo Monte; Um panorama das cidades amazônicas hoje, são a inclusão de novos capítulo na edição de 2015 do livro de Violeta Loureiro.

lançado no anos 2000, pois, considero esta coleção datada como a que configura a produção intelectual que representa o debate em torno da disciplina ‘Estudos Amazônicos’.

Para isto, consideramos importante analisar a partir das categorias ‘meio ambiente’, ‘história’ e ‘problemas sociais’ os sentidos que a autora destaca como importante para escrever uma história da Amazônia. Como foco de análise na construção desta identidade regional, esta pesquisa procura perceber como esta autora dialoga com a história e com a sociologia para construir uma História Social da Amazônia, que se distancia de uma História política administrativa do Estado do Pará, deixando claro que a perspectiva amazônica que esta autora pretende privilegiar em sua narrativa são os recentes acontecimentos que transformaram o espaço amazônico.

Em nível de Ministério da Educação, não possuímos ainda um edital dentro do PNLD que escolham livros didáticos regionais para esta etapa de ensino, ou seja, os autores de livros didáticos regionais não têm um guia ou uma orientação para escreverem os manuais escolares. Os professores/autores destes livros regionais no Pará possuem uma singularidade, ou seja, eles elaboram o seu manual didático a partir da sua própria concepção de ‘Estudos Amazônicos’, as representações que são feitas sobre o espaço amazônico, portanto, são feitas a partir de seus enfoques históricos, sociológicos, políticos e geográficos para contar a história desta região, como veremos a seguir.

Para estes livros didáticos regionais aqui analisados não há uma delimitação prévia, única e fixa sobre qual é o espaço, foco ou quais fronteiras, que devem ser considerados no contexto como o regional ficando sempre oscilando entre uma narrativa linear que começa no passado remoto até os dias atuais, por exemplo, e outra narrativa que elege os eventos do final do século XIX até os anos 1960, com a abertura da Belém-Brasília como foco de estudo desta disciplina privilegiando o aspecto econômico-social o seu eixo de narrativa. Destaca-se a urgência do presente como a força motriz da História da Amazônia.

A partir dessas indagações acima, percebemos que a escolha do recorte regional presente nos manuais destas coleções fica a cargo dos professores/autores, quando eles irão delimitar a partir de sua formação acadêmica e de sua prática profissional, qual espaço regional que a Amazônia está inserida considera-se importante destacar em sua obra didática, compreendendo que a partir de suas demandas eles são influenciados por um currículo oficial e posto em prática, deixam uma mensagem para a escola quando nos apresentam sua concepção de história da Amazônia. Portanto, a demarcação do que é considerado importante compreender sobre o espaço regional parte-se da eleição de fronteiras e a relação que se estabelece entre os limites e expansões dentro desse espaço de delimitações. Os professores/autores de livros didáticos regionais acabam construindo barreiras simbólicas quando “elaboram uma produção discursiva, a partir de toda uma mitologia, a criação de um dado imaginário, a elaboração de uma dada memória e a escritura de uma dada história que vai se tornando essa região visível e crível” (ALBUQUERQUE JR, 2007, p.32-33)

A perspectiva curricular adotada para a disciplina ‘Estudos Amazônicos’ no Estado do Pará apresentada durante os anos 1990, tem em vista a Amazônia como macrorregião¹¹⁷, as fronteiras simbólicas que demarcam, alargam ou estreitam o termo região, neste sentido, definem quais são os temas, figuras, signos e os processos que conferem a esse espaço sentidos variados, conforme também demonstra em seu estudo Albuquerque Jr (2007) quando este analisa a construção da imagem do Nordeste em contraposição as demais regiões brasileiras, com a finalidade de problematizar as consequências sócio-históricas e econômicas pelo qual esta região passou a partir dessa consciência regional. Parece-me que algo semelhante ocorreu com a imagem que se constrói sobre a Amazônia após o fim dos governos militares, quando Violeta Loureiro questiona, por exemplo, os modelos de desenvolvimento econômico e social para a região amazônica, fazendo uma comparação com os índices econômicos e sociais do Nordeste.

Neste sentido, procuramos perceber a partir da análise de uma das coleções lançadas no ano 2000, como o regional se expressa, quais os argumentos que a professora Violeta Loureiro constrói para escrever as recentes transformações pelo qual esta região passou. O sentido da narrativa escolar sobre a Amazônia distancia-se de uma história tratada em batalhas e apresenta uma sociologia amazônica? Quais os acontecimentos, temas, personagens, espaços que ela elucida em sua narrativa regional quando se refere a Amazônia? Os contornos do regional a partir desta análise levam em conta os movimentos simbólicos, culturais, identitários e sociais desta região? Quais as representações sobre a Amazônica são focalizadas neste manual didático?

Compreendemos que o livro didático regional possui uma definição de fronteira – seja ela espacial e simbólica – que fora criada a partir de um dado saber histórico escolar, sempre no sentido de se considerar no nosso caso a História da região Amazônica em perspectiva correlacionada como a História do Brasil. O nosso caso de estudo são os livros didáticos regionais no Pará, tendo como foco de análise perceber qual a narrativa histórica que foi privilegiada pelos professores/autores no que se refere a esta macrorregião. Neste sentido, a Amazônia constitui-se o eixo em torno do qual se ajusta a narrativa que fora mediada pelos livros didáticos, possibilitando uma variação de escalas, que privilegiando a dimensão regional considera também importante fazer uma conexão com outros espaços, que são o nacional e em outros momentos o internacional, haja vista, que não podemos pensar a Amazônia de forma isolada.

Como movimento relacional, que estamos querendo empreender nesta pesquisa procuramos inicialmente ajustar o foco dentro desta variação de escalas e no jogo que existe entre elas, queremos entender como se constitui neste contexto dos anos 1990 esta narrativa didática escolar, percebendo quais os sentidos atribuídos por Violeta Loureiro (2000) para escrever uma narrativa didática sobre a região amazônica. Quais são os indícios? Como podemos assim identificá-las? Quais são os focos e as escalas de análise apresentados por esta autora? E por fim, compreender

¹¹⁷A perspectiva adotada por esta autora diante de um rol de nomenclaturas que existem sobre a Amazônia, portanto, é a delimitação de estudos de Amazônia Legal, como uma macrorregião importante dentro da História do Brasil. A Amazônia Legal é a região simbólica que compreende os seguintes estados da federação: Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima e parte dos estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. O conceito foi criado em pela lei nº 1.086, de 6 de Janeiro de 1953, que tinha como objetivo promover e planejar o desenvolvimento da região.

dentro das duas obras didáticas os diferentes sentidos que são encadeados pelo diferentes ajustes de focos sobre a escrita escolar que estes livros didáticos nos apresentam?

Nossa análise sobre a narrativa didática regional produzida no Pará visa compreender a problematização feita sobre os encadeamentos que foram suscitados pelas escalas e suas variações, que estão presentes nas duas formas de contar uma história regional neste estado da durante os anos 90, tentando compreender assim os efeitos de sentido que serão apreendidos em cada abordagem. As narrativas de livros didáticos regionais quando ajustadas a determinada escala de análise, nos permite compreender as diferentes formas de compreensão e produção do conhecimento histórico escolar que uma dada narrativa apresenta diante do par local-global (que durante muitas vezes pode ser apresentada de forma oposta ou de maneira estanque).

3.1. A coleção ‘**Estudos Amazônicos**’: capas, sumários e apresentação.

As capas podem ser consideradas como portas de entradas para os livros didáticos, elas nos apresentam indícios que nos ajudam a problematizar qual (quais) o(s) aspecto (s) aquele determinado livro didático regional elege como central a ser debatido. São os chamados objetos motivacionais (MORAES, 2010, p.49) que se expressam na capa, que o leitor terá o seu primeiro contato por meio do design.

Em sua introdução ao livro didático Violeta Loureiro deixa uma mensagem para os professores pautada em uma pedagogia do compromisso com a escola e com os amazônidas. A pedagogia do compromisso surge no debate educacional dos anos 90, diante das crises pelo qual passava o sistema escolar. O professor tem que assumir um protagonismo no espaço escolar, enquanto um profissional, um ser humano e político. Ele precisa tomar partido, contribuir para a transformação social e ter esperanças sobre o futuro da Amazônia.

Violeta Loureiro aborda em sua introdução extensa dividida em 4 partes, que são: acreditando na escola e no professor; a capacidade formadora e transformadora do professor; o novo papel do professor exige uma renovação das práticas pedagógica e os pontos centrais dessa mudança transformadora: adotar o que venho chamando de “uma pedagogia do compromisso” (para o sucesso do aluno). São assim vários pontos que esta julga necessário para o ensino da disciplina nova denominada “Estudos Amazônicos”, e destaca assim as suas razões:

- a) Em primeiro lugar, porque acredito que é o mais adequado caminho para o jovem compreender certas questões regionais que são cruciais. Como por exemplo, a contradição de ser a Amazônia a mais rica e variada região do planeta Terra, e mesmo assim, não ter ainda equacionado inúmeros problemas, com os quais convivemos em nosso cotidiano.
- b) Em segundo lugar, acreditar que ela é, também, um caminho para o jovem compreenda, e acredite nas possibilidades do desenvolvimento que todos nós esperamos para nossa região.
- c) Finalmente, fiz uma abordagem sobre as expectativas das disciplinas, e quanto à crença no papel do professor, à necessidade de mudar as práticas pedagógicas e quanto as formas de valorizar o papel do professor, do aluno e da escola. (LOUREIRO, 2000, p.9)

Violeta Loureiro apresenta um discurso presente nos anos 90 na esfera educacional, temos que acreditar no futuro da escola, e este passa pelo papel desempenhado pelo professor no espaço escolar. Acreditando no papel transformador do professor Violeta Loureiro (2000, p.9) argumenta que “a escola precisa buscar novos caminhos, ela precisa encontrar sua identidade e importância

social”, para que só assim compreenda o verdadeiro sentido do processo de ensino-aprendizagem. A sala de aula deixa de ser um espaço de “transmissão de conhecimentos, para se converter no lugar privilegiado para o debate, a crítica e a formação intelectual e formação moral do aluno” (LOUREIRO, 2000, p.9) sobre a Amazônia.

Um papel central que leve o aluno a ter uma consciência sobre o seu cotidiano, que debata em sala de aula “questões regionais”, que pense nos problemas de desenvolvimento social e econômico, fruto das políticas públicas e que historicamente não atendem os interesses da população local são as evidências que Loureiro (2000) destaca dentro da disciplina ‘Estudos Amazônicos’. Demarcando a importância que a escola e o professor possuem na formação do aluno, a autora continua argumentando que o espaço escolar devem “proporcionar ao jovem uma reflexão crítica e formadora-qualidades, que só a escola e seus professores podem lhe dar!” (LOUREIRO, 2000, p.10), ela acredita na capacidade transformadora e formadora do professor, como aquele que tem o papel de fazer uma verdadeira e profunda mudança na educação brasileira e em especial, na educação amazônica por meio desta disciplina regional, ela fundamenta sua ideia em “uma revolução silenciosa que se passa na sala de aula, no cotidiano do trabalho do professor e da vida da escola” (LOUREIRO, 2000, p.10).

Uma revolução pacífica em que professores e alunos precisam acreditar no processo de ensino-aprendizagem e no seu papel transformador, ela destaca o novo papel que o professor assume no início do século XXI, quando apresenta as novas funções sociais assumidas no espaço escolar, o aluno não é apenas um repositório de conteúdos sistematizados que vêm pronto e acabado e o professor aquele que transmite o conhecimento, mas ele tem que ser um estimulador do debate, um formador crítico e da construção da cidadania, que faça com isso uma nova prática pedagógica, ela acaba apresentando 5 pontos que considera uma renovação nesta prática.

- Que o aluno deve **entender os processos** econômicos, sociais e ambientais e as condições históricas da Amazônia no mundo, isto é mais importante que memorizar datas, fatos e nomes se estiverem descolados do contexto em que se passaram ou passam.
- A necessidade **de valorizar o estudo, a discussão em grupo e a exposição oral das ideias dos alunos**, estimulando-os a falarem em sala de aula e não apenas a ouvirem o professor falar.
- Que assim, **eles desenvolverão como pessoas que raciocinem criticamente e que tem a coragem de expressar suas ideias**. Como cidadãos, a capacidade de se expressar é imprescindível. E a sala de aula é um lugar privilegiado para o desenvolvimento dessa capacidade.
- Ao fazerem isso os alunos **estarão, mesmo tempo, desenvolvendo a linguagem oral e a escrita**. O domínio da linguagem escrita e oral é, talvez, o mais importante requisito para o pleno exercício da vida social do homem moderno.
- **Que o professor deve estimular a leitura do livro didático e a discussão**, também dentro da sala de aula, pelas inúmeras questões e problemas que ele apresenta. O mesmo pode ser feito com artigos de jornais e revistas sobre a Amazônia. Assim, **o aluno terá a oportunidade de desenvolver uma visão crítica e uma consciência cidadã sobre a Amazônia**. (LOUREIRO, 2000, p.10-11)

A pedagogia do compromisso tem que estar comprometida com a formação do aluno, para que isto ocorra o professor precisa exercer uma educação transformadora que tenha a sua pedagogia centrada no sucesso escolar do aluno. Violeta Loureiro apresenta 4 pontos centrais para essa mudança transformadora, que são:

- Que as disciplinas que integram o currículo são veículos para que, através de seus conteúdos, o aluno possa desenvolver **habilidades, competências e capacidades**, que venham **a se incorporar definitivamente como pessoa e como cidadão**.

- Que o conhecimento adquirido pelo aluno na escola não deve servir somente para fazer avaliações e provas; é indispensável que esse conhecimento lhe sirva para a vida afora, que ultrapasse os muros da escola e a curta duração da vida escolar.
- Que os conteúdos curriculares devem ser ministrados vinculando o saber teórico com a realidade histórica, social, ambiental e econômica da sociedade em que o aluno vive.
- Que os conhecimentos sejam ministrados pelo professor de maneira a evitar, o mais possível, a fragmentação e a compartimentação do conhecimento. De nada adianta ter conhecimentos que não se juntam e não se articulam para formar uma visão de mundo, porque foram assimilados de forma fragmentada, dispersa, sem relação em si. (LOUREIRO, 2000, p.11)

O discurso educacional para a disciplina regional em questão visa quebrar o paradigma presente na disciplina ‘Estudos Paraenses’, como aquela disciplina que somente possuía a função de apresentados os fatos e eventos que ocorreram no estado do Pará, mas que não possuía uma problematização no presente. Como forma de apresentar uma nova leitura do passado para a região amazônica, esta autora de livro didático regional apresenta a sua concepção de ‘Estudos Amazônicos’ na introdução de seu livro, argumentando que os conteúdos escolares têm que ser um significado social para a vida do aluno, pois, ela quer problematizar a Amazônia real, aquela que está no cotidiano dos alunos. Violeta Loureiro quer deixar de lado a invisibilidade de Amazônia no espaço escolar.

Violeta Loureiro (2000) considera que ensinar bem dentro do campo disciplina Estudos Amazônicos, requer que o professor não somente saiba reproduzir com eficiência os conteúdos propostos, mas ao contrário, que ele saiba fazer uma discussão ampla sobre o espaço amazônico e que procure relacionar esta com a sociedade e a escola. Há uma preocupação com o saber escolar evidente na fala desta autora regional, ela realça que os professores precisam ir além dos conteúdos escolares, apresentando novas metodologias de ensino para que se tenha êxito na aprendizagem dos alunos.

Por fim, nesta introdução a autora apresenta os seguintes objetivos a serem alcançados por professores alunos com o volume Amazônia: meio ambiente,

- Conhecer, valorizar e compreender a natureza amazônica: sua riqueza, importância e possibilidade de exploração.
- Compreender que o mais rico sistema do mundo (a Amazônia) apresenta também fragilidades e que, por isso mesmo, corre risco de devastação e do esgotamento, se não for explorado criteriosamente.
- Entender os diversos conceitos de Amazônia (Brasileira, Continental, Legal, Região Norte e saber lidar com eles).
- Compreender o conceito e o processo de sustentabilidade da natureza e as possibilidades de um desenvolvimento sustentável para a Amazônia. (LOUREIRO, 2000, p.12)

3.1.1. Capa – o livro **Amazônia: meio ambiente**.

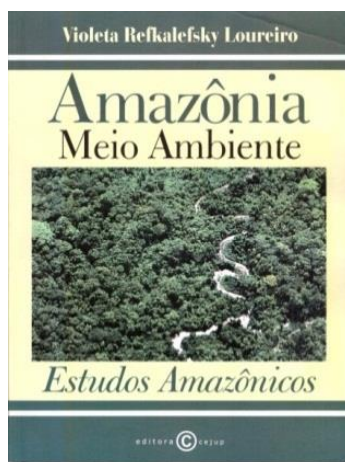
A capa do livro ‘Amazônia: meio ambiente’ faz parte do arquivo pessoal de Raimundo Ampuero, ela é uma representação da floresta amazônica imagem que está no centro da capa, sendo cortado por um dos seus afluentes o Rio Amazonas, demarcando um modelo de civilização na região amazônica, que ficou conhecida como ‘civilização dos rios’. A partir da relação entre o rio, a planície e a floresta. Portanto, a partir dos elementos apresentados nesta capa Violeta Loureiro quer destacar que o objetivo do livro é tratar do tema ‘meio ambiente’ e sua relação intrínseca com a região amazônica. Segundo Violeta Loureiro não se pode falar em Amazônia sem falar em meio ambiente, e vice-versa, as duas categorias são interligadas.

O presente volume da coleção ‘Estudos Amazônicos’ também registra em sua capa de forma destacada o nome de sua autora (Violeta Loureiro), o título da coleção (Amazônia: meio ambiente) e a editora (Cejup), como se verá na imagem a seguir. Percebemos a ênfase que a autora destaca para a Amazônia na capa constituindo assim o foco de análise de sua coleção didática. Esta editora regional tem uma tradição de publicar textos que versam sobre a região amazônica. A coleção denominada ‘Estudos Amazônicos’ possui dois volumes que se complementam. O primeiro volume Amazônia: meio ambiente, que em tese é voltado para os alunos terem uma concepção sobre a região amazônica, discute temas importantes e polêmicos sobre a mesma, abordando a sua riqueza natural como espaço mais abundante do planeta terra, a sua mega-biodiversidade, suas fraquezas e fragilidades naturais, as formas predatórias de exploração, a sua devastação e os compromissos ambientais. Em dedicatória assinada pela autora do livro regional, ela destaca a importância de sua obra didática.

Este livro é dedicado – e foi elaborado – para todos os professores que acreditam na Amazônia e que, como autoras esperam poder contribuir para a formação de nossos jovens. Contribuir para que eles compreendam, amem, respeitem e trabalhem – desde agora e no futuro, para a construção de uma Amazônia que não apenas continue a ser a região mais rica do planeta Terra, mas também um lugar que alcance a paz, o desenvolvimento e a justiça social que todos os seus cidadãos merecem e esperam! (LOUREIRO, 2000, p.1)

Percebemos que o discurso curricular que fora proposto para a disciplina ‘Estudos Amazônicos’ era que de precisávamos, nós amazônidas, primeiramente compreender que Amazônia é essa que está ao nosso redor, de qual Amazônia estamos falando. As suas singularidades (características geográficas), os seus problemas sociais e sua história (mas não ‘toda’ a história), apenas dando visibilidade para a história recente, somente assim, nós nos conscientizamos sobre o nosso papel enquanto sujeito histórico importante dentro da História desta região. O currículo desta disciplina é bem demarcado quando elege o centro de sua discussão: a Amazônia. O que nos parece perceptível que ao ajustar o seu foco de análise sobre o que considera importante estudar nesta disciplina, Violeta Loureiro elenca os seguintes elementos conforme demonstra o sumário do primeiro livro.

Imagem 1 – **Capa do livro Amazônia: meio ambiente.**



Fonte: LOUREIRO, Violeta. Amazônia: meio ambiente. Editora Cejup, 2000.

Os elementos eleitos por esta autora são o rio e a floresta, eles estarão o tempo todo dialogando dentro da narrativa escolar com a região amazônica, demonstrando às transformações que ocorreram nesta região a partir de ciclos econômicos (ciclo da borracha, ciclo da castanha do Pará, etc.) após os anos 1960, a temporalidade que a autora considera como um divisor de águas dentro da história recente da região amazônica.

A capa deste referido manual didático escolar quer enfatizar a região amazônica dentro de um modelo de civilização que tem o rio como o seu elemento central, pois, apesar de ser uma terra de paisagem variada, ela possui como aspecto predominante em sua natureza três elementos que são: o rio, a floresta e a planície. A partir desses elementos esta autora apresenta-nos o espaço amazônico e suas transformações socioeconômicas.

A narrativa escolar que Violeta Loureiro (2000) escreve faz referência a duas categorias centrais, que são: Amazônia e o meio ambiente, procurando o tempo todo inteiro dentro de sua narrativa escolar empreender em primeiro lugar as suas características, suas fragilidades, a forma do seu equilíbrio, a sua biodiversidade e as possibilidades de desenvolvimento sustentável. Compreendo que Violeta Loureiro parte de dois movimentos para que o professor da disciplina entenda a sua importância no cenário nacional e estadual dos anos 1990, ou seja, precisamos conhecer a região amazônica para conservá-la e preservá-la, e no segundo momento, ter uma consciência dos problemas sociais e ambientais da Amazônia, para saber como construir uma sociedade mais justa e “em paz” com a natureza amazônica. Conhecer a região amazônica é a condição essencial que para alcançar o desenvolvimento de inclusão social, e que seja ecologicamente e economicamente sustentável.

O volume 1 é composto de seis capítulos que são: 1) A Amazônia – aspectos mais importantes de sua natureza¹¹⁸; 2) Equilíbrio e fragilidades da Natureza da Amazônia¹¹⁹; 3) A Região Norte e a Amazônia¹²⁰; 4) Biodiversidade da Amazônia: uma riqueza incorporável¹²¹; 5)

¹¹⁸ As subunidades do capítulo 1 são as seguintes: 1) A Amazônia – uma terra de paisagem variada onde predominam: a planície, a floresta e os rios; 2) A Amazônia não é uma região com uma paisagem homogênea; 3) A região amazônica tem a bacia hidrográfica e o maior rio do mundo; 4) A Amazônia: uma região magnífica e também o mais rico sistema natural do mundo; 5) A natureza é um sistema; 6) A natureza é um sistema organizado; 7) A natureza é um sistema integrado; 8) A natureza amazônica funcionando como um sistema organizado e integrado; 9) O que é um ecossistema; 10) A Amazônia é um macro ecossistema a ser conservado.

¹¹⁹ As subunidades deste capítulo 2 são as seguintes: 1) Exuberância e fragilidades da natureza amazônica: uma contradição? 2) A biomassa enriquece o solo; 3) A floresta ainda alimenta os solos de uma forma que você não vê; 4) A floresta protege os solos porque a copa das árvores abrandando o impacto das chuvas sobre eles; 5) A floresta protege o solo impedido que eles sejam queimados pelo sol forte; 6) Os peixes e outros animais que vivem na água também precisam da floresta; 7) Muitas áreas da Amazônia já estão desmatadas.

¹²⁰ As subunidades do capítulo 3 são as seguintes: 1) Região Norte e Amazônia: conceito de cada uma delas; 2) Vamos deixar claro o que é a Região Norte e o que é a Amazônia? 3) O que é a “Amazônia” do ponto de vista geográfico ou natural? 4) Existem várias “Amazônias”; 5) Integração entre a Região Norte e as Regiões Nordeste e Centro Oeste.

¹²¹ As subunidades do capítulo 4 são as seguintes: 1) Biodiversidade; 2) É possível aproveitar economicamente a floresta e, ao mesmo tempo, conservá-la para que não se esgote! 3) Sustentabilidade da natureza amazônica; 4) Sustentabilidade da natureza interessa a todos; 5) Pontos que devem ser compreendidos e que você precisa saber explicar sobre a natureza Amazônica.

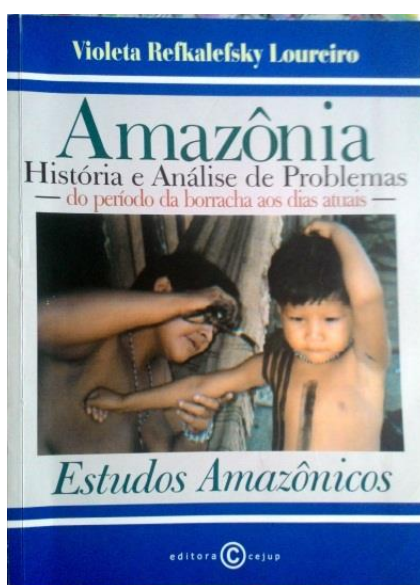
Biodiversidade, riscos de devastação e possibilidades de um desenvolvimento sustentável para a Amazônia¹²²; 6) Os recursos minerais da Amazônia – uma nova riqueza!¹²³

3.1.2. Capa - O livro Amazônia: **História e análise de problemas.**

A capa do livro ‘Amazônia: história e análise de problemas’ faz parte do arquivo pessoal de Ethevaldo Cavalcante, ela é uma representação no centro de uma criança indígena tendo uma parte do seu corpo pintado por sua mãe (possivelmente) ou parentesco, esta imagem também quer a exemplo do primeiro volume desta coleção didática demarcar a presença dentro do espaço amazônico um modelo de civilização na região, que apresenta uma forte ligação com os rios e um modo de ver a floresta. Portanto, Violeta Loureiro quer destacar que o objetivo do livro é tratar especificamente da História recente (suas transformações) e analisar os problemas ocasionados nesta região a partir do período da borracha até os dias atuais.

Assim como no volume anterior, o presente volume da coleção ‘Estudos Amazônicos’ também registra em sua capa de forma destacada o nome de sua autora (Violeta Loureiro), o título da coleção (Amazônia: história e análise de problemas) e a editora (Cejud), como se verá na imagem a seguir, tendo como diferencial apresentando um subtítulo que demarca o seu recorte espaço-temporal que ela considera a sua história recente (do período da borracha aos dias atuais), considerando que é o século XX o seu objeto de análise de algumas questões regionais que começaram a afetar o espaço amazônico.

Imagem 2 – Capa do livro **Amazônia: história e análise de problemas.**



Fonte: LOUREIRO, Violeta. Amazônia: história e análise de problemas. Editora Cejud, 2000.

¹²² As subunidades do capítulo 5 são as seguintes: 1) Biodiversidade; 2) A riqueza da floresta e dos rios: exemplos da biodiversidade da Amazônia; 3) Como é feita atualmente a exploração dos recursos naturais da Amazônia? 4)

Riscos de devastação e empobrecimento da natureza; 5) Desenvolvimento sustentável; 6) Há chances de nós termos um desenvolvimento sustentável?

¹²³ As subunidades do capítulo 6 são as seguintes: 1) Um pouco da história dos minerais; 2) Classificando os minerais; 3) Jazida e mina: qual a diferença? 4) Principais recursos minerais na Amazônia; 5) Para que servem os minerais? 6) Danos ambientais gerados pela garimpagem e pela mineração; 7) Mineração e desenvolvimento.

A autora destaca que são os problemas enfrentados pela Amazônia, que nos permitem refletir sobre o seu futuro, o seu presente, percebendo as suas possibilidades e potencialidades de desenvolvimento sustentável para a região, neste volume em questão o foco de análise de sua coleção didática são os grandes problemas (que ela considera históricos na região), as dificuldades econômicas (uma economia feita de enclaves) e sociais da Amazônia que afetam a vida do homem amazônida. Violeta Loureiro quer deixar explícita a seguinte questão como chave de leitura para compreender as transformações pelo qual passou a região, se indagando como é possível a floresta mais exuberante, densa e variada que se conhece consegue sobreviver os solos tão pobres como os da Amazônia. A autora quer nos fazer a seguinte reflexão nesta obra didática sobre os caminhos de desenvolvimento econômico desde os anos 1950 até os dias atuais, são frutos da exploração desordenada dos recursos naturais, posteriormente dos recursos minerais e dos incentivos fiscais, que levaram a problemas sociais e ambientais a tornarem-se alarmantes no último quartel do século XX.

Os elementos eleitos por esta autora na capa do livro é uma representação das sociedades indígenas, fazendo um diálogo com o primeiro volume quando ela tenta pensar a região amazônica a partir dos reflexos que esta teve no período que abrange o final do século XIX até os dias atuais, entendendo que este processo socioeconômico a partir da relação com a natureza amazônica (enquanto região) e sua gente (no caso, entende-se os indígenas e posteriormente os diversos sujeitos históricos que atuaram nesse espaço) faz uso da natureza. Portanto, o que podemos perceber que Violeta Loureiro quer fazer o seguinte diálogo dentro da disciplina ‘Estudos Amazônicos’: o rio, a floresta, a sua gente (indígenas) como centro da sua narrativa didática, tentando dialogar o tempo inteiro com as transformações sociais e econômicas, que foram intensificadas a partir dos anos 60, acarretando danos ambientais, problemas sociais seja para as populações indígenas e para as comunidades tradicionais que vivem no espaço amazônico, sendo oriundos do modelo de desenvolvimento pensado para a região amazônica no decorrer do século XX pelo Estado brasileiro.

Na introdução do segundo volume a autora deixa destacado 4 objetivos que espera ser alcançado por professores e alunos, que são:

- Conhecer e desenvolver uma visão crítica sobre a política de integração da Amazônia à sociedade e ao mercado nacionais e as grandes transformações havidas durante a ditadura militar.
- Compreender o processo de ocupação da Amazônia, reconhecer e criticar os efeitos perversos e os erros nos modelos tentados, as desigualdades regionais e as tensões sociais.
- Compreender quais são as principais entraves ao desenvolvimento da Amazônia.
- Entender – e acreditar nas possibilidades e vias de superação desses obstáculos ao desenvolvimento da Amazônia. (LOUREIRO, vol.2, 2000, p.9)

Para se entender a realidade social e econômica da região amazônica, para Violeta Loureiro (2000) é necessário entender a lógica de ocupação e qual fora o modelo de desenvolvimento proposto desde os governos militares, que ocasionaram transformações sociais e ambientais que nas palavras da autora, foram “perversas” para o espaço amazônico. Os entraves econômicos e a perspectiva de atender aos anseios do mercado internacional, para Violeta afetaram a relação do homem com a natureza. Estas orientações apresentadas pela autora do livro didático regional aos professores e professoras, assim reforçam sua preocupação em trazer para o espaço escolar uma Pedagogia do Compromisso.

O volume 2 possui quatro capítulos, que são: 1) A vida na Amazônia no início do século até os anos 1960¹²⁴; 2) A economia da 1ª metade do século XX: os principais produtos extrativos¹²⁵; 3) Desenvolvimento econômico e crescimento populacional recentes na Amazônia – após 1960¹²⁶; 4) Críticas aos erros do modelo econômico e busca de novos caminhos para o desenvolvimento da Amazônia¹²⁷.

3.2. Compreendendo o meio ambiente amazônico na obra de **Violeta Loureiro**.

O capítulo 1 denominado “A Amazônia: aspectos mais importantes da natureza” possuindo 10 tópicos, que tentam descrever as características geográficas e as singularidades do espaço amazônico. Loureiro (2000) tenta apresentar ao aluno a região amazônica, mas não é qualquer região amazônica, haja vista que há uma diversidade de nomenclaturas que caracterizam este espaço. Os argumentos privilegiados por esta autora regional é de que precisamos conhecer a Amazônia e compreender a sua natureza para que assim possamos ter uma consciência ambiental de preservação e cuidados com o meio ambiente.

Neste capítulo a autora ressalta que “o Brasil é um país que apresenta uma grande variedade de paisagens. Ele tem planícies, planaltos, depressões e até mesmo montanhas” (LOUREIRO, 2000, p.13). A Amazônia possui uma paisagem variada e não tem uma paisagem homogênea. O nome Amazônia lembra rios e floresta. Para isto, ela explicita seus argumentos apresentando ao aluno dados estatísticos e explicando alguns conceitos que singularizam a história desta região. Conhecer a região amazônica em sua característica geográfica é o primeiro passo que Violeta Loureiro (2000) considera importante para que o aluno compreenda a geografia do espaço amazônico. Ela destaca as variações na superfície amazônica e sua diversidade de paisagens, como o Planalto Guiano, que faz fronteira com o norte do Brasil e como exemplo a autora destaca a cidade de Boa Vista, que é a capital do estado de Roraima com a presença de planalto. Na região também temos a presença de

¹²⁴ As subunidades do capítulo 1 são as seguintes: 1) A população da Amazônia era popularmente rural, isto é, vivia no interior e não nas cidades; 2) O homem natural da Amazônia: como vivia, do que vivia e como trabalhava; 3) A economia da região; 4) Os imigrantes nordestinos frente a natureza amazônica: como viviam, do que viviam e como trabalhavam; 5) A vida nas cidades da Amazônia; 6) O transporte no interior da Amazônia com o resto do país: regatões, barcos diversos e navios; 7) Características da economia regional na fase anterior ao ciclo das grandes estradas e da integração da Amazônia ao contexto nacional; 8) Quadro geral das atividades econômicas da Amazônia até o ano de 1960; 9) Que lições devemos aprender com a história desse período?

¹²⁵ As subunidades do capítulo 2 são as seguintes: 1) A borracha; 2) O extrativismo da borracha; 3) A questão do Acre; 4) A castanha-do-pará: um produto preciso, que durou pouco; 5) Que lições tirar desse período e dessas experiências?

¹²⁶ As subunidades do capítulo 3 são as seguintes: 1) Primeiro passo para a integração da Amazônia com o resto do Brasil: a abertura da rodovia Belém-Brasília; 2) A situação depois da ditadura; 3) Motivos para integrar a Amazônia ao resto do Brasil; 4) As grades linhas da nova política de integração da Amazônia; 5) As medidas tomadas pelo Governo Federal para implantar o novo modelo econômico; 6) Consequências da política de integração e desenvolvimento econômico para a Amazônia; 7) Algumas reflexões necessárias sobre o modelo de desenvolvimento econômico proposto e colocado em prática na Amazônia pela ditadura militar.

¹²⁷ As subunidades do capítulo 4 são as seguintes: 1) Nos últimos 500 anos a história da Amazônia tem sido construída entre a magia e a exploração desordenada da natureza; 2) Erros e enganos sobre a natureza da Amazônia; 3) Preconceitos quanto a cultura do homem na região; 4) Preconceitos e mitos relativos ao capital, ao trabalho e as atividades produtivas em geral; 5) O modelo econômico e sua crise; 6) Tentando, mudar a economia: em busca de novos caminhos para a prosperidade.

montes, montanhas, serras (serra Pelada e a serra dos Carajás) e depressões (localizadas entre os rios Tocantins e Araguaia).

Uma narrativa construída sobre a região amazônica que possui perguntas que são respondidas ao longo do texto principal que servem de base para Violeta Loureiro construir uma caracterização do espaço amazônico. A autora deste livro didático indaga-se com a seguinte questão: *Se a Amazônia tem uma paisagem variada, por que muita gente pensa que ela é apenas uma imensa planície*. Parte-se da ideia que no senso comum sobre a Amazônia como algo que não está presente em nossa sociedade, ou seja, ela é considerada “a parte” dentro da nossa História, não nos consideramos amazônidas.

A segunda indagação desta autora refere-se à palavra ‘Amazônia’ ser associada a rios ou rio, e ela apresenta a sua explicação para tal referência quando argumenta que há também no senso comum a ideia de que se “fala das águas da Amazônia” (LOUREIRO, 2000, p.15) é lembrar dos seus rios, pois, como a nossa região é entrecortada por rios e igarapés, e pelo fato de termos aqui o rio Amazonas sendo mais importante para a região do que o mar, a autora associa a relação Amazônia e rios como aspecto singular da nossa formação territorial. Este exercício de desconstruir alguns conceitos sobre a Amazônia neste capítulo, parte do princípio que não podemos perceber a região amazônica como uma região homogênea, que apresenta o mesmo tipo de paisagem em todos os lugares.

Assim sendo é importante compreender que **a Amazônia não é uma região homogênea**, isto é, uma região onde tudo é igual, sem diferença. O que ocorre é que, apesar dela apresentar variedades em sua paisagem, **predomina nela três importantes elementos: a floresta, os rios e a planície**. (LOUREIRO, 2000, p.16)

Elemento chave para estudar a Amazônia é fazer a relação entre este espaço e os 3 itens: a floresta, os rios e a planície, pois, eles se destacam na geografia da região e caracterizam a natureza amazônica. Uma singularidade ressaltada por esta autora é que a região amazônica possui a maior bacia hidrográfica do mundo e também o maior rio do mundo, quando no texto descreve ser “o Amazonas o maior rio do mundo e a bacia amazônica é a maior rede de rios do planeta terra” (LOUREIRO, 2000, p.19). A especificidade da água doce é ressaltada por esta autora em outro momento do capítulo, quando nos afirmar que “a bacia amazônica concentra uma grande parte da água doce que existe no Planeta Terra (mais ou menos 20% da água doce do planeta e 80% da água que existe no Brasil)” (LOUREIRO, 2000, p.19). Percebemos que a autora ressalta esta peculiaridade da Amazônia, quando apresenta uma perspectiva que existe no espaço escolar nos livros de Geografia, que a região Amazônia é somente reconhecida por sua extensão territorial. Esta concepção que era algo tão criticando pelos professores nos anos 90, acabou cristalizando no espaço escolar uma imagem de perceber a região como um “espaço vazio” que era visto apenas pelas suas características físicas e geográficas, portanto, sem colocar em destaque os aspectos sociais e históricos dentro da relação espaço e tempo. Ela reaparece no livro da disciplina ‘Estudos Amazônicos’.

A autora continua caracterizando o espaço amazônico,

A origem do nome Amazônia é proveniente do rio Amazonas (...) a bacia amazônica compreende o rio Amazonas e seus inúmeros afluentes (...) a alta densidade das chuvas formam uma grande quantidade de igarapés e de pequenos rios (...) o rio Amazonas recebe afluentes que nascem no hemisfério norte e no hemisfério sul. (LOUREIRO, 2000, p.18-19)

Outra indagação apresentada por Violeta Loureiro é a seguinte pergunta, o que faz da Amazônia uma região magnífica e única do mundo. Ela nos apresenta sua resposta, por que esta região possui um “grande volume d’água dos seus rios, lagos e igarapés!” (LOUREIRO, 2000, p.20). A autora destaca a importância deste aspecto, pois, a Amazônia apresenta uma vantagem considerada em ter uma grande quantidade de água doce, quando ressalta “se a água doce existe na Terra é tão pouca, a Amazônia apresenta a vantagem de concentrar a maior bacia hidrográfica do mundo e o maior volume dessa água doce disponível no mundo” (LOUREIRO, 2000, p.20).

Outra característica apresentada por Violeta sobre a Amazônia é a de que ela está situada na maior floresta tropical do mundo, reafirmando logo em seguida que o “Brasil é um país tropical” (LOUREIRO, 2000, p. 21) destacando assim a característica de ser o maior rico sistema natural do mundo, apresentando dados estatísticos de “que somente 2% da superfície da Terra estão cobertos por florestas tropicais. Uma parte considerável destas florestas está situada no Brasil” (LOUREIRO, 2000, p.21), onde a região amazônica é a floresta tropical mais extensa e mais rica de todas.

Se a região Amazônia possui uma enorme riqueza e uma natureza exuberante, como destaca Violeta Loureiro neste capítulo, por outro lado, esta região possui suas fragilidades. Esta autora tenta antes de apresentar as fragilidades da região amazônica, tenta compreender como funciona a natureza de um modo em geral e depois a natureza amazônica. O argumento de Loureiro (2000) é que existe uma articulação entre o sistema da natureza e os seus elementos convivendo de forma organizada, pois, são dispostos de forma ordenados e que um depende do outro, para assim manterem o equilíbrio.

A natureza é considerada um sistema integrado porque as suas partes se completam. A interdependência da natureza ao seu sistema ocasiona um determinado tipo de equilíbrio. Por isso dizemos que elas se articulam, elas agem e reagem em forma de cadeia, se algo acontecer diferente deste processo natural ocorrerá extinções, desequilíbrio no sistema e alterações no sistema global. Esta justificativa inicial para serve para Violeta (2000) demonstrar que o mesmo processo ocorre com a natureza amazônica, que existe uma integração entre o rio, a floresta e os seres que compõem este espaço. Eles se ajudam mutuamente.

Essa integração ocorre em todas as formas da natureza e, portanto, o mesmo se passa com a natureza amazônica. Com os diversos elementos da natureza integrados (isto é, se completam uns aos outros), a floresta precisa do solo e do rio; e o rio precisa da floresta. A vida dos rios depende da floresta. E a vida dos animais depende de ambos. Quando se devasta, degrada ou destrói um deles, o outro também fica prejudicado. (LOUREIRO, 2000, p.24).

Logo em seguida, a autora nos apresenta a integração da floresta amazônica, “o solo precisa das folhas, dos galhos, dos paus, dos insetos, dos cipós, dos micro-organismos, etc. que caem das árvores em direção ao solo. Com eles, o solo se alimenta e se enriquece” (LOUREIRO, 2000, p.24), há uma forte relação entre o solo e seus nutrientes, assim como também a importância da chuva e da floresta no processo de integração do sistema amazônico.

No final deste capítulo a autora utiliza-se do discurso da educação ambiental para estimular o debate de preservação, conservação do ambiente amazônico, quando argumenta

Assim sendo, devemos tratar a natureza amazônica como ela é: admirá-la porque é bela! Conservá-la porque ela é rica, mas cuidarmos dela porque ela é frágil! Se a natureza foi generosa conosco, temos que retribuir essa generosidade, como nossa responsabilidade. Temos que zela pela conservação dessa riqueza natural, para que ela ainda possa sobreviver por muitos e muitos séculos. E para que muitas gerações possam conhecê-la, admirá-la, orgulhar-se dela. Mas, também, que possam tirar benefícios econômicos, sociais e ambientais dela. (LOUREIRO, 2000, p.26)

No segundo capítulo *Equilíbrio e fragilidades da natureza amazônica* Violeta Loureiro apresenta os seus argumentos, explicando assim que a Amazônia possui um sistema equilibrado e organizado, mas que as ações do homem sobre este ambiente ocasionaram transformações sociais e ambientais, mas que diante de tanta exuberância a região amazônica possui fragilidades. A autora analisa isto a partir do solo, por exemplo, outros elementos como as queimadas, a derrubada da mata que contribuem para o desequilíbrio do espaço amazônico.

O que Violeta Loureiro (2000) ressalta neste momento é a contradição que existe na região amazônica em relação a sua natureza, ela começa a sua narrativa destacando a seguinte questão: Como é que uma natureza tão exuberante e rica como a Amazônia, pode ser ao mesmo tempo, um sistema frágil? O argumento central da autora é de que precisamos saber que a quase totalidade dos solos da Amazônia é pobre em nutrientes (LOUREIRO, 2000, p.29). A contradição existente segundo esta autora deriva da ideia de que se os solos são pobres, como é que eles têm condições de sustentar uma floresta tão vasta e rica? (LOUREIRO, 2000, p.29). O solo possui elemento que dá assim condições de sobrevivência a floresta amazônica.

No segundo capítulo a relação que a autora enfatiza a relação com a Biologia para que possamos entender os processos naturais que envolvem a floresta, para afirmar que os diversos elementos da natureza amazônica estão articulados entre si a partir de um sistema organizado. Se um desses elementos deixa de existir, ocorre um desequilíbrio no sistema, pois, se forem retirado às árvores, o solo vai perder a sua fonte de alimento e empobrecer (LOUREIRO, 2000, p. 30).

O sistema florestal da Amazônia é composto por vegetais vivos e matéria orgânica. A floresta sobrevive desse sistema, a região amazônica produz uma quantidade de biomassa que é 4 vezes maior que a biomassa de outras florestas tropicais (LOUREIRO, 2000, p. 32), no entanto, diante da ação do homem sobre a floresta amazônica desde os anos 60 percebemos que ela está perdendo sua biomassa, conforme vimos no capítulo 1 com as matérias retiradas de sites sobre a região amazônica. A perspectiva de Violeta Loureiro é querer demonstrar que a biomassa e os ecossistemas amazônicos tem uma função importante, pois, a partir desses dois elementos é que acontece a nutrição do solo, e estes, a floresta. A biomassa possui uma importância de destaque no que se refere ao solo, pois, como os solos são pobres estes possuem uma importância para a sua nutrição.

O solo e a floresta possui uma contribuição mútua. Esse processo de nutrição do solo por meio das chuvas, tornando-se outro elemento destacado por Violeta Loureiro para o equilíbrio da natureza amazônica. O argumento usado para isso é que a floresta protege os solos porque a copa das árvores abranda o impacto das chuvas sobre eles, essa forma de contribuição evita com que o

água da chuva caia com muita força sobre o solo, realizando dois processos que são o de lavar e de empobrecer. O processo denominado de lixiviação acaba tornando o solo da Amazônia pobre de nutrientes, por isso, que a copa das árvores ajuda no processo de proteção contra a enxurrada das chuvas. Este processo é destacado no texto principal em forma de negrito com uma ilustração de um desenho,

1.A chuva cai com força. 2. Encontra a superfície do solo desprotegida porque as árvores, naquele lugar foram queimadas ou retiradas. 3.A chuva bate com força em cima da fina camada de matéria orgânica que existe sobre os solos amazônicos (formada pela biomassa). Você sabe que os solos da Amazônia são geralmente pobres. E a biomassa que ajuda-os a enriquecer. 4.A chuva carrega a matéria orgânica que estava na superfície você empurra-a para o fundo. Ou leva a terra (com a força das enxurradas), para dentro dos rios e os igarapés. (As raízes das árvores seguram a terra, evitando que ela seja arrastada pelas enxurradas). (LOUREIRO, 2000, p.34)

A copa das árvores também assume o papel de proteger o solo dos raios solares A posição estratégica do Brasil muito próximo da linha do Equador requer que o sistema organizado da floresta crie mecanismos de proteção do solo, haja vista que as terras próximas a Equador são quentes e o sol reflete o ano inteiro sobre elas. O equilíbrio da natureza segundo esta autora é mantida de duas formas pelo auxílio da copa das árvores, seja protegendo-se do sol ou da chuva.

A última relação a Violeta Loureiro destaca no capítulo é referente a outros peixes e animais, que precisam viver do sistema organizado da floresta. A matéria orgânica que as árvores deixam cair, como as sementes, insetos, o pólen das árvores, folhas são algumas fontes de alimentos para esses animais. A organização do sistema amazônico depende da relação que o homem estabelece com a natureza. Esta autora destaca a importância que as matas ciliares terão nesse processo

O capítulo 3 *A região Norte e a Amazônia* a autora continua com a caracterização do espaço amazônico. A autora tem como argumento neste capítulo fazer uma diferenciação entre esses dois conceitos ‘região norte’ e ‘Amazônia’ para afirmar que o seu estudo refere-se a Amazônia enquanto natureza e não como posição geográfica. Percebemos que Violeta Loureiro quer demarcar o seu campo disciplina a partir de elementos geográficos e biológicos, quando refere-se a Amazônia neste primeiro livro. O uso da interdisciplinaridade faz necessário quando ela utiliza categorias tanto das ciências humanas como das ciências naturais e relaciona-os ao espaço amazônico.

Como forma de demarcar a posição geográfica em que se insere a região amazônica, esta autora apresenta as cinco grandes regiões brasileiras conhecidas popularmente, posteriormente, caracterizando o Brasil como o 5º maior país do mundo, tendo uma extensão territorial de 8.500.00 km² (LOUREIRO, 2000, p.41). A região Norte é composta por 7 estados (Pará, Amapá, Rondônia, Roraima, Acre, Tocantins e Amazonas), afirmando que os amazônidas habitam a maior das regiões brasileiras, ficando assim distribuída dentro do território nacional com 45% , e também explicita que é nesta região que está os 2 maiores estados brasileiros – O Amazonas e o Pará.

A autora quer demonstrar que as regiões brasileiras não são isoladas, elas estão intimamente ligadas entre si. A migração, o processo de integração da região Norte ao resto do Brasil, o aumento do desmatamento e os usos intensos da natureza em prol do desenvolvimento econômico em outras

regiões do país, são os fatores elencados por Violeta Loureiro (2000) para construir a sua concepção de ‘Estudos Amazônicos’.

A Amazônia não é uma região isolada do resto do Brasil. Você precisa compreender que aquilo que acontece em outras regiões brasileiras pode afetar a vida da nossa região. Pense sempre a sua região como um conjunto das demais regiões brasileiras. Só assim você vai entender porque uma crise noutras regiões brasileiras (como uma seca prolongada no Nordeste do Brasil) pode afetar a vida na Amazônia. (LOUREIRO, 2000, p.45)

A caracterização da Amazônia como um espaço natural, que tem um domínio (sistema) flúvio cortado por vários rios e igarapés, mas que também possui uma vasta exuberante floresta tropical. No entanto, esta autora faz uma diferenciação entre o que é Região Norte e o que é Amazônia, para deixar claro qual a sua perspectiva sobre o estudo em relação o espaço amazônico. Ela demarca essa diferença no livro, quando afirma que o “que define a Amazônia é o rio e a floresta e o que define a Região Norte é o fato de essas terras estarem localizadas na região Norte do país” (LOUREIRO, 2000, p.48).

Fica claro o conceito de Região Norte: região que reúne os estados que formam um conjunto geoeconômico, situado na parte norte do Brasil. O conceito de Amazônia é um pouco mais complexo. Amazônia é um conceito natural: ela leva em conta as terras que ficam na bacia amazônica. E é diferente do conceito de Região Norte, embora as duas regiões praticamente coincidam, cobrindo quase o mesmo espaço brasileiro. Você vai ver, que a Região Norte e a Amazônia, são praticamente as mesmas terras. (LOUREIRO, 2000, p.46)

Utilizando o conceito geográfico dois elementos se destacam quando se fala em Amazônia: o rio e a floresta. O sistema natural que predomina como uma perspectiva de entender a história da região amazônica (bacia amazônica e a floresta amazônica), não coincide com os limites territoriais que fazem parte da Região Norte. Durante a sua narrativa escolar Violeta Loureiro deixa evidenciado as transformações que o espaço natural Amazônia teve nos últimos 500 anos, deixando em destaque o último quartel do século XX (1960) como um divisor de águas dentro desse processo.

A autora deste livro didático apresenta dois momentos distintos, que marcam a integração da região amazônica, a integração através da água (rios e hidrovias) e a integração através das estradas (rodovia e ferrovia). O objetivo de Violeta Loureiro é apresentar os diferentes pontos de vista sobre a Amazônia, além de ter apresentado a Amazônia natural e a Amazônia vista enquanto região Norte. Para isto, a autora apresenta o que denomina de ‘várias Amazonas’¹²⁸. O argumento utilizado é que “os governos brasileiros sempre valorizaram mais as rodovias do que as ferrovias e do que os rios” (LOUREIRO, 2000, p.58). A relação homem e natureza, a construção de um espaço a partir de um novo modelo de desenvolvimento econômico pelas estradas, segundo esta autora trouxe consequências sociais e ambientais para a floresta amazônica. Ela quer debater este aspecto no espaço escolar, quando nos faz pensar que a lógica de ocupação está voltada para os interesses do mercado externo (grande capital). Os benefícios do transporte hidroviário são para toda a sociedade, afirma Loureiro (2000) diferente do que ocorre com a utilização do transporte individual (automóveis), que foram priorizados desde os anos 1960.

¹²⁸ Os conceitos apresentados por esta autora sobre as Amazonas são: Amazônia Legal, Amazônia oriental, Amazônia Ocidental, Pan-Amazônia ou Amazônia Continental.

O capítulo 4 trata-se do tema *Biodiversidade da Amazônia: uma riqueza incomparável*, Violeta Loureiro continua o diálogo com a Biologia para explicar aspectos ambientais desta região. O objetivo dela é entender o que é biodiversidade e valorizar a megabiodiversidade da natureza amazônica. Compreender que a floresta em pé pode render muito mais dinheiro que outras atividades que exigem o corte ou queimadas de árvores. Aprofundar no espaço escolar o conceito de desenvolvimento sustentável.

As formas de extrativismo realizadas são consideradas prejudiciais para a natureza, pois, são recursos que são extraídos e não são repõe (LOUREIRO, 2000, p.70). Na Amazônia há terras altas e baixas, elas se relacionam com o rio de forma diferente, formando assim ambientes diversos. A autora quer destacar que a biodiversidade da região amazônica pode ser a chave para a nossa sobrevivência e para o nosso desenvolvimento, a perda da nossa biodiversidade começou há século e se acentuou nos últimos anos com a crescente queimada e a derrubada da floresta amazônica.

O capítulo 5 é denominado “Biodiversidade, riscos de devastação e possibilidade de desenvolvimento sustentável para a Amazônia”. O objetivo da autora é reafirmar que a biodiversidade do espaço amazônico está ameaçada, isto é fruto dos constantes desmatamentos e do velho modelo de desenvolvimento econômico que fora baseado na crescente produção de commodities, ou seja, no crescimento de exportações de produtos vendidos de forma bruta (matéria-prima).

Violeta Loureiro argumenta que a Amazônia é o maior banco genético do mundo, sendo uma região que possui uma megabiodiversidade de animais e vegetais, mas que além de sua exuberância já mencionada também possui suas fragilidades. A importância da região amazônica é assim destacada em sua narrativa.

A humanidade (e, principalmente nós da Amazônia) precisou estudar conhecer e saber como aproveitar, racionalmente, toda a riqueza no próximo milênio. Pode-se extrair de suas árvores centenas e até milhares de produtos medicinais e óleos vegetais comestíveis. Podem-se industrializar centenas de árvores para fazer artigos de perfumaria, tintas, cosméticos e produtos alimentares os mais diversos (das raízes, dos frutos, etc.). Podem-se explorar as madeiras (sem deixar de replantar as árvores). Podem-se extrair fibras para industrializar. Colher sementes, flores, frutos, raízes, etc. (LOUREIRO, 2000, p. 85)

A exploração dos recursos naturais da Amazônia é feita “com grande desperdício”, de formar “excessivamente grande sobre algumas espécies” como é o caso da madeira e da exploração de vegetais. A autora apresenta uma ilustração e dados estatísticos (sem uso de referência) para demonstrar que no período de 1970 a 2000, o índice de devastação da floresta amazônica neste intervalo de 30 anos foi de 14%. As consequências da destruição são assim apresentados.

É inadmissível essa destruição da floresta, quando sabemos que:

- a) Mais da metade da mata da Amazônia que é retirado não é aproveitada economicamente. Ela é simplesmente queimada; portanto, a forma como está sendo explorada a floresta amazônica não vai trazer desenvolvimento para a região.
- b) Grande parte da mata é queimada para fazer pastos, numa terra onde antes havia uma abundante floresta; ou seja, estamos trocando uma grande riqueza natural por um sistema natural extremamente pobre – que é o pasto de capim.
- c) A Amazônia tem grandes áreas de campos naturais (em Roraima, no Amapá, no Pará e outras áreas menores no Amazonas, em Rondônia). Não precisamos queimar a mata. É só criar grade nos lugares certos – isto é, nos campos naturais. (LOUREIRO, 2000, p.91).

Loureiro (2000a) destaca o índice de desmatamento na região amazônica, quando apresenta um gráfico demonstrando que no período de 1970 a 2000, cerca de 14% da área verde da floresta amazônica já tinha disto devastada. Outro aspecto que Violeta Loureiro (2000) elenca é quanto a extinção de animais, que diante da perda da biomassa e conseqüentemente do desequilíbrio ambiental a natureza empobrece. A mudança no sistema integrado da região amazônica ocasiona a migração de insetos e animais para outras áreas, eles acabam fugindo das queimadas ou do desmatamento. No capítulo temos uma imagem que demonstra algumas espécies em extinção na Amazônia.

No final deste capítulo a autora apresenta os riscos que a população amazônica corre com a intensificação do desmatamento e do processo de desequilíbrio do sistema na região. São elencados no texto sete riscos de devastação¹²⁹ e empobrecimento da natureza. O argumento de Violeta Loureiro (2000, p.94) é que temos que explorar as espécies de forma racionalmente, ou seja, pensando nos dias de hoje, mas poupando-se também as outras gerações. O desenvolvimento sustentável tem que praticado para que possamos garantir a conservação ambiental da Amazônia. Algumas medidas precisam ser tomadas pelo governo e a sociedade para que respeitem a natureza do espaço amazônico, são elas: fazer o zoneamento econômico-ecológico da Amazônia; respeito às minorias raciais; fiscalização eficiente e permanente, e punição severa dos infratores; combate a corrupção dos fiscais. Concluindo este capítulo a autora destaca em seu texto um quadro em que dialoga com o leitor, a fim de fazer uma conscientização sobre a relação homem – natureza e a Amazônia.

O capítulo 6 é denominado “*Os recursos minerais da Amazônia – uma nova riqueza!*”, tendo como objetivo evidenciar o enorme potencial mineral de que a Amazônia dispõe, para tanto ela traça a partir da história dos minerais um panorama do potencial que existe nesta região, ela nos propõe pensar nesta riqueza mineral e que nos últimos anos esta riqueza tem despertado o interesse de empresas multinacionais, que não beneficiam a população local.

A autora destaca que a região amazônica é considerada uma província mineral. A enorme variedade de minérios que esta região é classificada de formas diferentes, para demonstrar que há um potencial lucrativo que desde os governos militares diversas empresas multinacionais instalaram filiais na região amazônica. O mesmo processo que ela faz caracterizando a região amazônica (a floresta e o seu sistema natural), ela constrói o seu argumento quando ressalta a história dos minerais.

A Amazônia vem sendo explorada por essa nova forma de apropriação da natureza pelo homem, demonstrando que esta tendência está acontecendo de forma acelerada. A autora faz uma diferença entre jazida e mina, quando nos remete a seguinte ideia “uma jazida é um depósito de

¹²⁹ Primeiro risco: No futuro, quando quisermos explorar os recursos da Amazônia, racionalmente, muito desses recursos já estão esgotados e, talvez, não tenhamos muita coisa para explorar; Segundo risco: mudança do clima da região e, talvez, até mesmo do clima de uma parte do mundo; terceiro risco: A devastação da floresta vai quebrar o equilíbrio do sistema chuva – floresta – solo; quarto risco: novas tentativas de internacionalizar a Amazônia; quinto risco: roubos de plantas e animais silvestres (da floresta) pelos países ricos; sexto risco: poluição dos rios e igarapés pela falta de saneamento urbano; sétimo risco: migração de populações de outras áreas do Brasil para a Amazônia, sem o apoio e sem a orientação do Governo Federal.

mineral ainda não explorado; a partir do momento em que uma jazida começa a ser explorada diz-se que tem uma mina” (LOUREIRO, 2000, p.110). Porque demarcar esta diferença? Para construir o argumento que ficou conhecido no cenário local, de que as grandes empresas lucram em cima da construção de reservas de mina, localizadas em pontos estratégicos da região. A partir da instalação de grandes projetos minerais, a região amazônica tornou-se uma região privilegiada para exploração do capitalismo.

A autora apresenta as províncias mineiras da Amazônia, demonstrando que em cada localidade do vasto território da região amazônica existe uma extração¹³⁰, para posteriormente caracterizar qual a importância dos minerais elencados e demonstrando a sua utilidade. A Amazônia é considerada uma região universal, ela sempre esteve nos interesses de diversos países desde o tempo de sua colonização. O texto de Violeta Loureiro é rico em informações sobre as diversas regiões minerais, para demonstrar que existe atualmente uma cobiça internacional em torno desta nova riqueza.

Os reflexos desse processo de colonização e forma de exploração advinda desde o mito do Eldorado, dom “eldorado do país” e “das drogas do sertão” nos permite constatar que a história da região amazônica em sua relação do homem com o meio ambiente sempre foi uma história de perdas e danos para a floresta. Violeta Loureiro quer nos sensibilizar e ao mesmo tempo pensar sobre a seguinte problemática, qual o futuro da Amazônia? O que podemos deixar para as próximas gerações? Para isto, ela nos possibilita fazer “um passeio” pela sua história recente, primeiramente fazendo um diálogo com a sua biodiversidade, com seu espaço, com suas especificidades e fragilidades. A desconstrução de conceitos sobre esta região, que foram criados desde o processo de colonização parecem que são realimentados, apenas mudam-se os cenários e os atores sociais do processo, mas que o discurso de exploração do território continua atuando fortemente na Amazônia.

Minérios, grandes projetos, desmatamento e a mal exploração da floresta são os elementos que esta autora elenca para construir uma narrativa regional possível de ser contada no espaço escolar, isto requer que o professor da disciplina Estudos Amazônicos primeiramente compreenda o espaço amazônico, para isso ele terá que dialogar com conceitos da Geografia (as diversas Amazônias, os rios e seus afluentes, etc.) e da Biologia (biodiversidade, ecossistema, sistema integrado, etc.). Somente conhecendo o espaço amazônico é que ele terá condições de fazer com que o aluno perceba a sua importância, o que nos parece perceptível é que Violeta Loureiro (2000) quer que os conteúdos sejam significativos para a vida prática do aluno, para tanto ela utiliza-se de conceitos das diversas áreas de conhecimento amazônico para alcançar o seu objetivo principal que é “conhecer, valorizar e compreender a natureza amazônica: sua riqueza, importância e possibilidades de exploração” (LOUREIRO, 2000, p.12).

¹³⁰ As regiões que Violeta Loureiro (2000) elenca são: Província Mineral do Carajás (no sudeste do Pará), com extração de ferro, cobre e ouro; Província Mineral de Trombetas (no Pará) com extração de bauxita; Província Mineral do Amapá com extração de manganês; Província Mineral do Norte de Roraima com extração de diamante; Província Mineral de Rondônia com grande concentração de cassiterita (de onde se faz o estanho) e a Província Mineral do tapajós (no Pará) com extração de ouro.

3.3. Os problemas amazônicos na obra de **Violeta Loureiro**.

O segundo volume da coleção Estudos Amazônicos retrata a história econômica e social da Amazônia, a autora traz para o debate os elementos fundamentais da Geografia, do desenvolvimento econômico, do crescimento populacional e de integração da região amazônica. O presente volume é dividido 4 capítulos tendo como recorte temporal o final do século XIX e o século XX. Violeta Loureiro (2000) propõe para o espaço escolar fazer uma reflexão sobre as formas desenvolvimento equilibrado de exploração e indicar possibilidades de desenvolvimento sustentável.

O capítulo 1 denominado “*A vida na Amazônia em meados do século XX até por volta dos anos 1960*” em que a autora pretende mostrar como vivia a população do interior da região amazônica por meio do sistema rio-roça-mata-quintal. O modelo de desenvolvimento contribuiu para o desenvolvimento social na região. As atividades produtivas da região amazônica neste período eram voltadas para o mercado externo, tendo um caráter protecionista e elitista do Estado brasileiro.

A população da região amazônica até os anos 1960 era predominantemente a rua, ou seja, ela vivia no interior e não nas cidades, ela vivia a margem dos rios. O ribeirinho tirava da floresta o seu alimento, viva a partir de uma economia de subsistência. O rio era a principal locomoção do homem amazônida, o seu habitat e também o modo de produção. O compositor Paulo André Ruy Barata, em uma letra de música “**Este rio é minha rua**” representa este modelo de civilização que tem nos rios a sua marca.

<p>Este rio é minha rua Minha e tua mururé Piso no peito da lua Deito no chão da maré (bis) Poi é. Pois é Eu não sou de Ígarapé Quem montou na cobra grande Não se escanCHA em puraqué (bis) Rio abaixo rio acima minha sina cana é Só em falar na mardita Me alembrei de abaeté (bis)</p>	<p>Pois é, pois é Eu não sou de igarapé Quem montou na cobra grande Não se escanCHA em puraqué Me arresponDA boto preto Quem te deu esse pixé Foi limo de maresia Ou inhaca de mulher (bis) Pois é, pois é Eu não sou de Ígarapé Quem montou na cobra grande Não se escanCHA em puraqué (bis) (Este rio é minha rua, Paulo Ruy André Barata)</p>
---	--

Como apresenta nesta letra regional, a autora também demonstra a importância do rio para o homem amazônida é assim demarcado em sua narrativa, quando expressa que ele tem o papel de uma estrada e é também o lugar de trabalho dos pescadores (LOUREIRO, 2000b, p.10). O homem amazônida precisa ter uma articulação com o rio e a floresta, o argumento central de Violeta Loureiro é que neste período a vida neste ambiente não era marcada pela intensa exploração.

Violeta Loureiro (2000) argumenta que este modelo de civilização que o rio condiciona a vida e a cultura das populações ribeirinhas é o que marca a tradição na região amazônica. Utilizando como fonte dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a autora afirma que “a população urbana era muito reduzida. O censo demográfico de 1960 registrou uma

população total de 2.601.519 habitantes para a área da Região Norte” (LOUREIRO, 2000b, p.11). Os produtos importados para a Amazônia na primeira metade do século XX, são: remédios, combustíveis tecidos, carros e caminhões, produtos químicos, metais e máquinas motores, ela quer demonstrar que o homem amazônida viva uma vida em função do rio, de forma isolada que só extraía da natureza seu alimento básico.

As embarcações eram consideradas o meio de transporte na cidade de Belém no início do século XX. As exportações da Amazônia referente ao período de 1940, 50 e 60, argumenta a autora regional eram de produtos extraídos da floresta¹³¹. Nesta fase da história da região amazônica as cidades de Belém e Manaus são colocadas em destaque pela comercialização de produtos,

Os navios traziam produtos industrializados para a região, percorrendo o litoral; entrava no rio Amazonas e paravam nos portos de Belém e Manaus. As viagens eram longas e demoradas. E essas duas cidades revendiam os produtos industrializados para o interior da Amazônia. Belém e Manaus eram dois polos comerciais. Essas duas cidades importavam os produtos industrializados do sul do país e revendiam esses produtos para toda a região. (LOUREIRO, 2000b, p. 13).

Violeta Loureiro (2000) destaca quais são os principais produtos exportados na primeira metade do século XX na região amazônica, que são: a borracha a castanha, o manganês, essências, óleos e resinas, etc. O rio é a estrada, o rio é o lugar de trabalho, o rio é a cultura do homem amazônida. A civilização dos rios perdurou na História da região amazônica até o ano de 1960. As cidades amazônicas de pequeno e grande porte viviam e desenvolviam uma economia em função do rio. Violeta Loureiro (2000b) descreve como era a rotina do homem natural do ambiente amazônico, ela enfatiza que na primeira metade do século XX (1940 a 1960), duas cidades amazônicas (Belém e Manaus) tornaram-se grandes polos de atração comercial, destacando-se como locais de prestação de serviços para toda a Região Norte. A economia e a vida no interior da Amazônia são assim descrito.

Eram pescadores, coletores de castanha, extratores de látex (leite da seringueira), de peles, de couro de animais da floresta; outros extraíam resina de algumas árvores como o cumaru e o pau-rosado (que servem como fixadores de cheiro para perfumes); outros eram pequenos lavradores; mas havia também os grandes fazendeiros que criavam gados, e seringalistas (donos de seringais); haviam os comerciantes que moravam e vendiam seus produtos à beira dos rios; e aqueles que percorriam o rio vendendo seus produtos nos regatões. (LOUREIRO, 2000b, p.16)

A autora demarca a caracterização deste modelo de civilização, para quem posteriormente o aluno perceba as mudanças que ocorreram no espaço amazônico. A relação homem e natureza é apresentado a partir de 5 elementos, que são: o rio, a roça, a cultura comercial, o quintal e a mata. O homem amazônida possui uma vida simples, modesta, sem conforto, mas não sem miséria (LOUREIRO, 2000b, p.20). Em relação a roça destaca-se os produtos alimentícios plantados (o milho, o arroz, o feijão, a macaxeira, o cará, a batata-doce, a abóbora, etc). A grande variedade de peixes extraídos da natureza (pirarucu salgado, gurijuba, tainha, caranguejo, camarão, mexilhão, tartaruga). A produção de cacau, tabaco, algodão em pequena escala, a plantação de espécies medicinais no quintal, como chás, de temperos para uso alimentar (jambu, pimenta, limão, urucum ou urucu), da plantação de verdura e legumes, bem como de frutas do quintal (laranja, manga, cupuaçu, açaí, goiaba, etc).

¹³¹ Violeta Loureiro (2000b) apresenta uma ilustração em que apresenta os principais produtivos extrativos do período, que eram exportados: Borracha, castanha do Pará, manganês, madeiras, essências, óleos e resinas, peles, couros, etc.

A extração de produtos nativos da mata, como a castanha do Pará, a seringa, óleo e leites eram produtos extraídos para a venda ou para a sua sobrevivência (LOUREIRO, 2000b, p.18). O caboclo (homem natural da região amazônica) é um trabalhador que possui funções diversas e uma forma de olhar a natureza. A autora destaca o cotidiano do caboclo e sua relação com a natureza.

No interior da região o caboclo, esse trabalhador de múltiplas funções, pescava para sobreviver durante o ano. Com a tradição do índio, aprendera a reconhecer os peixes e as áreas de pesca. O saber acumulado como pescador possibilita que ele próprio confeccionasse seus aparelhos de pesca (redes, espinhéis, boias, velas, etc), que eram fabricados com materiais regionais, como boias feitas de cuia (fruto da cuieira) e cipós; os paneiros para guardar os peixes. Faziam ainda inúmeros outros apetrechos de pesca, como os “currais” para aprisionar peixes, aproveitando movimentos das marés; os puçás, armadilhas para pesca de camarão. (LOUREIRO, 2000b, p. 19)

A presença de pescadores artesanais que viviam da extração da pesca, especificamente no litoral e na foz do Amazonas, preparando de forma rudimentar seu instrumento de trabalho, que são conhecidas como embarcações. A pesca é uma atividade econômica importante, ela ainda encontrava-se de forma livre e disponível na natureza. As terras eram abundantes e consideradas livres para o acesso a moradia, ao cultivo e a exploração. Havia uma harmonia entre a relação homem e a natureza, sem disputa ou conflito social demarcando o território.

A maior parte das terras da Região Amazônica pertencia basicamente à União e aos Estados, sendo, portanto, terras públicas. As terras públicas são aquelas que pertencem aos municípios, aos Estados ou à União; não são terras de particulares. Assim sendo, essas terras podiam ser ocupadas pelas populações locais (ou quem viesse de fora), desde os tempos coloniais, sem disputa ou conflitos. (LOUREIRO, 2000b, p.21)

A economia da região amazônica era feita com muito trabalho e com pouco dinheiro, o homem amazônico “vivia desprovido de recursos capazes de aumentar sua força de trabalho, com as máquinas, os equipamentos e a energia elétrica” (LOUREIRO, 2000b, p.23). A economia era baseada no extrativismo (vegetal, mineral ou animal), ou seja, havia a extração de alguns produtos da natureza para a sua sobrevivência, são produtos retirados em pequena escala e não são industrializados. A autora caracteriza os três tipos de extração presente neste momento na região.

Na Amazônia, existem 3 formas de extrativismo: o extrativismo vegetal (da castanha, madeira, resina, côco, etc.); o extrativismo animal (por exemplo, a pesca dos pequenos pescadores, pois, o produto desta não vem da piscicultura – que é a criação de peixes); e o extrativismo mineral (como a retirada de areia e pedra para a construção civil, a garimpagem do ouro, etc.) (LOUREIRO, 2000b, p.24)

Violeta Loureiro com base em fontes do Ministério da Fazenda apresenta a tabela a seguir, que foi publicada entre o período de 1957/1958. Ela destaca que na primeira metade do século XX, após a decadência da borracha amazônica no cenário internacional, apenas dois produtos que são o manganês e a castanha-do-pará destacam-se na produção exportada e corresponde um total de 90% da produção/extração no espaço amazônico. A economia regional era pouco diversificada e todos os produtos eram extraídos da natureza.

Neste primeiro capítulo Violeta Loureiro (2000b) apresenta dois sujeitos importantes nesta fase da sua história da Amazônia, que são: o pescador-agricultor-extrator e o imigrante nordestino. Ela demarca que eles possuem relações diferenciadas com o espaço amazônico e tinham funções diferentes dentro da economia da região. O nordestino chega a região amazônica entre os anos 1940

e 1950 fugindo da seca, pensando que ao chegar a Amazônia iria encontrar terra livre, com água, para que pudessem melhorar de vida e destino (LOUREIRO, 2000b, p.27).

As atividades econômicas que ocupavam esses imigrantes nordestinos era o trabalho no meio da mata, onde eles trabalhavam na extração do látex. O nordestino não se adaptou ao modelo de vida do caboclo amazônico, que era baseado no sistema complexo rio-roça-mata-quintal, porque ele não tinha familiaridade com a natureza da região. Em sua narrativa ela demonstra que a sobrevivência do natural da região e do imigrante era a partir da exploração da borracha que ele encontrou o seu meio de vivencia na floresta.

O meio de transporte que circulavam pessoas e mercadorias e produtos extrativistas eram conhecidos como regatões, eles eram barcos que ficavam ancorados as margens da floresta. Aparece a figura do seringueiro (nordestino) e do seringalista (dono do barracão) como formas de trabalho na Amazônia. A descrição da forma de trabalho desenvolvido neste sistema econômico, que ficou conhecido como sistema de aviação é bem explorado por Violeta Loureiro (2000b), para demonstrar que ocorreu uma nova relação entre homem-rio-floresta neste momento, quando o homem amazônico muda sua concepção sobre a floresta amazônica, utilizando-a como forma de relação de trabalho.

A comunicação na região amazônica era feita a partir dos rios, não havia estradas que ligava a Amazônia ao resto do Brasil. A autora destaca que nesta fase as linhas de transportes eram reduzidas, havia um grande número de canoas, seja a vela ou a motor, dentro do enorme universo de mata e água da região amazônica, Violeta Loureiro (2000b, p.33) argumenta que os 25.000 km de rios navegáveis da bacia amazônica constituíam-se nas estradas de homem, fosse ele índio, caboclo ou morador urbano. O ciclo da economia extrativista é descrita com as seguintes características por esta autora regional apresentando ao aluno sete pontos no final deste capítulo.

A exportação era de apenas alguns produtos e, em bruto ou simplesmente na forma de semielaborados (madeira em tora, etc.), enfim, sem beneficiamento industrial. Por isto, os produtos não alcançavam um bom preço no mercado internacional. Exatamente por não serem industrializados, geravam pouca renda e poucos empregos na região.

A agricultura e o extrativismo de subsistência (peça, caça de animais para exportação de peles e couros, caça para sobreviver, etc), eram as atividades que com que se mantinha a maior parte da população ribeirinha regional.

A produção no interior era vendido para a população nos “regatões”.

O homem natural da região produzia, ele próprio, boa parte daquilo que ele precisava para sobreviver.

A importação de produtos industrializados do Sul do País acontecia em quantidades muito modestas; esses produtos eram comercializados através de cidades grandes e médias, nas lojas e armazéns; ou então, era comprado pelos donos dos regatões que os levavam para o interior.

Havia pouca circulação do dinheiro na economia, já que o emprego sob a forma assalariada não era o mais característico da região, assim, as pessoas dispunham de pouco dinheiro “vivo” para fazer suas compras, elas vendiam seus produtos e com réus recursos adquiridos compravam os poucos bens industrializados de que precisavam para viver. E viviam muito modestamente.

Os serviços prestados ao governo eram insuficientes e mal distribuídos espacialmente. Concentravam-se nas cidades maiores e faltavam nas cidades menores, nas vilas e nos povoados; havia poucas escolas e hospitais e os serviços de saúde e saneamento, em geral, eram precários. Essa tem sido uma forte razão pela qual a população do interior da Amazônia tem migrado para as cidades, há várias décadas. (LOUREIRO, 2000b, p. 34-35)

As características mencionadas acima são um quadro síntese da economia regional, que são elencadas por Violeta Loureiro (2000) ao que ela denomina ciclo anterior à fase das grandes

estradas e da integração da Amazônia ao contexto nacional. A relação homem e natureza aparecem articuladas com as diversas formas de extração e possibilidades de viver na floresta amazônica. A base da economia regional exercida na Amazônia é construída da extração de produtos semielaborados ou de forma bruta, não tendo uma valorização no mercado nacional e internacional. O preço do produto é baixo, enriquecendo somente uma pequena classe de empresários que se instalam na região. Ela afirma que “na Amazônia, ficam alguns madeireiros ricos, a floresta fica devastada e a população continua pobre” (LOUREIRO, 2000, p.37).

O segundo capítulo é denominado “*a economia da 1ª metade do século XX: os principais produtos extrativos*”, que tem como objetivo apresentar os produtos extrativos (borracha e a castanha do Pará) e mostrar a dependência da economia regional aos produtos extraídos da natureza, uma economia regional que gera a concentração de renda e desigualdades sociais. A autora também destaca a exploração de trabalho, a partir da imigração de nordestino para a Amazônia desde os anos 1890 e o papel desempenhado pelo Estado como mantenedor dos interesses do grande capital e da exploração da floresta amazônica.

A borracha natural amazônica tornou-se um produto extrativo importante no período de 1890 a 1920. A Amazônia teve um crescimento populacional devido a grande procura deste produto no cenário internacional. Ela apresenta uma tabela que demonstra a evolução da população da Região Norte no período de 1890 a 1960, que foi publicada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de geografia e Estatística), ela praticamente dobrou no período de 1900 a 1920, pela grande quantidade de nordestinos que vieram para a Amazônia trabalharem nos seringais. A população só para de crescer quando a borracha está desvalorizada no cenário internacional.

A descoberta da borracha amazônica no cenário europeu foi intensificada com o processo de vulcanização, que era uma espécie de aperfeiçoamento técnico. Violeta Loureiro (2000b, p.41) destaca que os indígenas já conheciam a borracha natural e faziam bolas (de brincar) há muito tempo. Há no capítulo a propaganda do cartaz de Dunlop representando a invenção no final do século XIX do pneu da borracha.

As terras do Acre, Pará e do Amazonas eram férteis para a exploração deste produto regional. Violeta Loureiro (2000b) apresenta as condições de vida do homem que vivia no interior da floresta na extração do látex, o seringueiro que vivia do sistema de exploração conhecido como aviamento. O processo de comercialização da borracha natural é assim apresentado por esta autora regional.

A borracha era exportada em bolas (compactadas) e com elas os países europeus e os Estados Unidos faziam centenas de produtos industrializados. Os países que industrializavam tinham muito lucro do que o Brasil, que vendia a borracha bruta, cobrando pelo peso de cada bola (LOUREIRO, 2000b, p.42)

O sistema de aviamento era o sistema de fornecimento de gêneros para o seringueiro, que quando chegava à região amazônica estava incluído nesse processo. O esquema de funcionamento da economia da borracha fora representado por um desenho, demonstrando as transações simplificadas, que começa com o seringueiro e sua extração, passando pela produção/entrega do produto ao seringalista, e por fim a entrega do produto a casas exportadoras para irem ao exterior.

No capítulo de forma didática Violeta Loureiro (2000) apresenta uma representação do sistema de funcionamento de aviamento.

Ainda sobre o sistema de aviamento, ela ainda destaca

O aviamento consiste numa linha de crédito ao produtor (pescador, castanheiro, seringueiro, etc), mas intermediado por numerosos agentes. Isto é, na medida em que o dono do barracão deixa o seringueiro tirar fiado no barracão àquilo que ele precisa para viver, ele está dando um crédito para o seringueiro (ou pescador, etc.). Mas, por sua vez, o aviamento é uma relação de trabalho que deixa o seringueiro explorado e cativo. (LOUREIRO, 2000b, p.50)

A autora demarca que a relação seringueiro e seringalista é uma relação desigual, em que o seringueiro fica preso a terra e também se torna quase escravo do sistema de aviamento, ela argumenta que havia uma exploração de trabalhadores nordestinos. O seringalista lucra com o comércio da borracha, explorando a floresta de forma desordenada e enriquecendo uma pequena elite gomífera (empresários) ou na mão dos bancos que financiavam a exportação do produto regional.

O lado social da economia da borracha é retratado no capítulo, de um lado a pobreza da maioria da população e de outro a riqueza de uma parcela da sociedade, que era conhecida como a elite gomífera¹³². A autora apresenta ao leitor quatro razões para demarcar que as políticas públicas que não favorecem a população da região, apenas uma pequena classe social (os grandes empresários, fazendeiros e bancos), essa política gerou desigualdades sociais, a insatisfação social e a violência na sociedade amazônica, acentuando-se a partir dos anos 1960, com a integração nacional e a entrada maçica do capital internacional na região amazônica. A autora apresenta quatro figuras que demonstram o cotidiano da classe rica nas principais cidades (Belém e Manaus) em torno da riqueza da economia da borracha no início do século XX.

Violeta Loureiro faz crítica a exploração da borracha na região amazônica¹³³, da ela “não criou uma forma nova, produtiva e democrática exploração da nova riqueza” (LOUREIRO, 2000b, p. 55). Os seringueiros não se beneficiaram do processo de produção da borracha, a riqueza gerada pela sua produção atendia a uma pequena elite e gerava o sistema de endividamento no barracão, tornando assim o nordestino dependente da extração do látex na floresta amazônica.

Os barões da borracha estavam enriquecendo da exportação do látex, eles não tinham pensado em modernizar o investimento na região amazônica. A autora destaca que durante a Segunda Guerra Mundial há novamente uma procura pela borracha natural, tentou-se recuperar o primeiro boom da borracha com a plantação de seringueiras “racionais” no Médio Amazonas, uma

¹³² Violeta Loureiro prioriza os aspectos sociais e econômicos da História da Amazônia, a partir da concepção de “ciclos”. Esta noção é muito presente em nossa historiografia, quando analisa o espaço amazônico a partir da produção de determinados ciclos econômicos, como, por exemplo, a produção do cacau (século XVIII), a produção da castanha (século XX), etc., esses ciclos econômicos acabam sendo vistos de forma isolada, não apresentando nenhuma relação entre si, sendo apenas uma demanda do mercado internacional, portanto, perdendo de vista a suas peculiaridades. Essa interpretação é bastante difundida em nossa historiografia regional, no qual Violeta Loureiro (2000) apesar de não dialogar com esta, mas apresenta uma visão crítica da história recente da região amazônica.

¹³³ Na escrita da História paraense existe uma produção historiográfica sobre o período da borracha na graduação e na pós-graduação. Percebemos que a professora Violeta Loureiro não faz nenhuma menção a pesquisa produzida durante os anos 90 no Estado do Pará em sua narrativa. A dissertação da professora Maria de Nazaré Sarges, Belém: Riquezas produzindo a belle époque (1870-1912), que foi defendida em 1990 e publicada no ano 2000 por uma editora regional, destaca que o campo de pesquisa sobre o período da Borracha é tema de pesquisa investigado nos anos 90 no estado do Pará.

experiência desenvolvida pelo norte americano Henri Ford, no entanto, o projeto regional fracassou especialmente por dois motivos. O primeiro motivo foi pela concorrência da borracha natural amazônica com a borracha asiática (sintética). O segundo motivo foi o ataque do mal-das-folhas-praga atacou as plantações da borracha amazônica. Com a economia da borracha a região estava articulada ao mercado exterior, no entanto, a partir dos anos 1910 a borracha amazônica perde espaço no cenário econômico internacional, devido concorrência com a produção da borracha asiática (conhecida como borracha sintética).

A produção de castanha nos estados do Pará, Acre e Amazonas não supria à necessidade do mercado regional, segundo os dados estatísticos do Departamento Estadual de Estatística – DEE e da Secretaria da Fazenda – SEFA, no ano de 1955 a produção regional foi o total de 35.384 toneladas e no ano de 1985 a produção regional foi de 44.739 toneladas. As extrações da castanha eram em áreas não especializadas e os extratores não possuíam moradia ao lado do seu local de trabalho, só viviam na floresta coletando a castanha no período de safra (LOUREIRO, 2000b, p.60). Percebemos que Violeta Loureiro demarca em sua narrativa uma diferença em relação a produção e extração de borracha natural. Sobre a coleta, a produção e a circulação da castanha ela afirma

A produção de castanha era comercializada pelo barracão, que a entregava aos empresários industriais. Estes, em Belém, garantiam o beneficiamento (descantamento, secagem, embalagem) para posterior embarque para o exterior. A exportação estava controlada por, no máximo, 6 firmas exportadoras, localizadas em Belém e Manaus que comercializavam a produção. Em Manaus o mesmo sistema de produção e a mesma forma de comercialização se reproduziam. (LOUREIRO, 2000b, p.61)

As classes ricas locais que dominavam a política local nos estados do Pará, Acre e Amazonas acabaram tendo o monopólio da produção dos castanhais. O Estado transferiu para grupos econômicos a extração sobre os castanhais nativos, Violeta Loureiro (2000b) destaca que o mesmo processo que ocorria com a extração do látex, de que os trabalhadores nordestinos não se beneficiavam da sua extração, o mesmo acontecia com a extração da castanha. No capítulo há como fonte o depoimento de uma imigrante que retrata a forma de tratamento que tinham quando chegavam para trabalhar nos castanhais, e demonstra que ocorre o enfraquecimento da produção da castanha e o surgimento da agropecuária na região amazônica.

A maioria das vezes na troca da castanha pelo que tinha aviado, a gente ficava devendo. Não tinha saldo. Aí eles anotavam a dívida e a gente era obrigado a pagar a dívida, no verão, cortando juquira para eles. Foi por aí, por essa época que eles começaram a fazer aqui as grandes fazendas de gado, dessas agropecuárias, por cima dos castanhais. Os castanheiros que não conseguia pagar suas contas no inverno ficava lá, preso no verão, cortando “juquira” nos pastos! Eu passei por esse aperto, mas eu não fiquei ...” (depoimento de um imigrante) (LOUREIRO, 2000b, p.62)

A autora questiona a passividade do Estado em não promover a reforma agrária e deixou que os castanhais fossem derrubados ou queimados. As ações do homem sobre a floresta amazônica desde a produção da borracha, passando pela extração da castanha acabou se intensificando a derrubada da floresta, acabando com a riqueza social que ela proporciona para o homem amazônida. Ela argumenta que o trabalhador e seu trabalho não possuem uma assistência do Estado, ocorrendo desde o ciclo da borracha (primeiro momento). Há uma aliança entre o Estado e os grupos econômicos que não olham para a floresta e nem a população que vivem na região. O Estado vive ausente da vida do homem amazônida.

Ao apresentar esses dois produtos extrativos na primeira metade do século XX, ela argumenta que o problema não está no extrativismo, mas em si próprio (LOUREIRO, 2000b, 63), ou seja, a forma como o homem explora a floresta é que precisa ser repensado. A relação homem e natureza precisa ser modificada, temos que explorar racionalmente os produtos da floresta amazônica, para que não cause danos ambientais, por isso, a perspectiva de futuro e as soluções apresentadas por Violeta Loureiro (2000b) neste período ajudam a solucionar o problema do desenvolvimento econômico e assim, conseguem preservar a floresta amazônica. As ações de manejo floresta e de reflorestamento são alternativas viáveis para desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O capítulo 3 denominado “*Desenvolvimento econômico e crescimento populacional recentes na Amazônia pós-1960*” tem como objetivo destacar a forma como o Brasil deixou de ser um país rural e se tornou urbano. A integração ao resto do Brasil com a abertura da Belém-Brasília possibilitou ligar a Amazônia ao Centro, ao Sudeste e ao Sul do País. A autora quer discutir os ganhos e as perdas da sociedade no governo JK, e mostrar a dificuldade de governar um país com uma dívida social e econômica tão grande com a sociedade brasileira.

A disputa pelo acesso a terra tornou-se intensificado, a partir dos anos 1960 no Pará ela adquire o status de mercadoria e era facilmente encontrado às margens da rodovia Belém-Brasília. A autora argumenta que a venda de terras públicas no período de 1959 a 1963 aumentou, o Estado do Pará e a União acabaram incentivando a compra de terras devolutas. Os dados do Relatório de pesquisa do IDESP (Instituto de Desenvolvimento Social e Pesquisa) de número 10, que foi lançado no ano de 1978 registra o grande salto de área vendida por hectare pelo Governo do Estado do Pará, com o total de 1.575 de número de títulos de terras vendidas.

A política de concessão de terras públicas ou vendas ocorre desde o período da ditadura militar. As concessões de terra provocaram grandes e rápidas transformações no espaço amazônico. A relação entre o Estado brasileiro e o capital internacional (grupo econômico) implantou um modelo de desenvolvimento econômico e de integração nacional que prejudicava a população natural da região amazônica. As políticas públicas dos governos militares é criticada por esta autora regional que privilegia o grande capital nacional e internacional eram pautadas em políticas autoritárias, na concentração de renda e terra e no acesso a terra através de incentivos fiscais.

Lamentavelmente, essas políticas favoreciam, principalmente, o grande capital nacional ou internacional, com quem o governo e havia aliado para promover o golpe militar de 1964. Foram políticas autoritárias, conservadoras de renda e de terras. Essas políticas de um lado favoreciam os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, e de outro, causavam grandes prejuízos aos antigos moradores da região. Eles também excluíam ou ignoravam a vida, a cultura e os interesses das classes pobres rurais e urbanas da Amazônia. (LOUREIRO, 2000b, p.70)

A autora apresenta os motivos para integrar a Amazônia ao resto do Brasil e ao mercado (inter) nacional, os planejadores do período da ditadura militar tentaram resolver “o problema” amazônico, que seria primeiramente a necessidade de abrir novos mercados consumidores e a necessidade de criar novas oportunidades de trabalho para os imigrantes que chegavam a região.

O governo federal além de introduzir a política de incentivos fiscais também emprestava dinheiro a empresas multinacionais, Violeta Loureiro (2000b, p.73) destaca que a nova política

econômica para a Amazônia financiava fazendeiros e madeireiras com o dinheiro público, que eram emprestados a juros baixos. Houve a intensificação da criação de gado e a queimadas de grandes extensões de terra para fazer pasto.

Os novos planos econômicos não eram pensados para o homem da região amazônica, mas sim para atender aos interesses de grupos econômicos. São apresentadas duas imagens que representam a queimadas na região amazônica a partir e dos anos 70 e a casa de um produtor rural vindo do nordeste para a Amazônia, para demonstrar que a razão escolhida pelo governo federal para integrar a região ao resto do Brasil tinha como êxito resolver dois problemas: a questão das contas nacionais (dívida) e a seca do nordeste. A nova fase da política de integração da Amazônia pensada pelos governos militares tinha os seguintes pontos:

Oferecer vantagens aos novos empresários que quisessem investir novos capitais na região; a maior vantagem eram os incentivos fiscais, concedidos aos empresários por longos períodos (10 a 15 anos); os incentivos fiscais foram concedidos especialmente para as seguintes atividades econômicas: extração de madeira, criação de gado, pesca industrial e mineração. (LOUREIRO, 2000b, p.74)

As grandes medidas tomadas pelo governo federal para implantar o novo modelo econômico são apresentados em 6 pontos pela autora: atrair novos investidores com os chamados incentivos fiscais; a criação da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e do BASA (Banco de Desenvolvimento da Amazônia); uma nova política de terras, criada para facilitar a compra de lotes de terras por empresários e especuladores; a vinda de imigrantes nordestinos e do Sul do Brasil para a Amazônia; a abertura de um conjunto de estradas ligando a Amazônia ao resto do Brasil e o governo federal torna “federais” muitas terras da Amazônia, para poder distribuí-las mais rapidamente a quem lhe interessava.

Violeta Loureiro (2000b) destaca que as consequências sociais e ambientais desta política econômica foram imensas para a região amazônica, desde os anos 1970 há um aumento considerado de mortes no campo, com o acirramento dos conflitos de terra no Estado do Pará. O assassinato no campo no período de 1985 a 1996 demonstra a reação dos posseiros à expulsão da terra, a morte de líderes rurais na Amazônia aumentou, com relação ao resto do Brasil.

O governo federal cria dois órgãos de terra que são o GETAT e o GEBAM para controlar o acesso a terra e dar um destino a ela. Os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que a autora nos apresenta demonstra como a concentração de terras nas mãos de latifundiários, gerou uma tensão social entre os antigos moradores e os grandes empresários.

O argumento desta autora é de que a ideia de “vazio demográfico” gerou na Amazônia muitos conflitos de terra, pois, o governo federal utilizava este discurso em seus programas, planos, relatórios para atrair investimentos para esta região. Em uma tabela a autora demonstra o aumento dos conflitos no campo na Amazônia Legal, com a resistência dos habitantes da região à expulsão das terras onde moravam. As consequências da política econômica dos governos militares para a Amazônia geraram a concentração de grandes extensões das terras nas mãos de poucos e grandes proprietários.

Tabela 1 – Conflitos no campo (Amazônia Legal)

Estado	Nº de conflitos	Pessoas envolvidas	Área em conflito (ha)
RO	7	1.500	2.033.600
AC	19	51.067	2.390.066
AM	22	5.000	3.710.046
RR	5	9.100	6.000.000
PA	88	14.165	1.378.519
AP	--	--	--
MA	43	23.803	469.514
MT	41	16.776	2.107.361
TO	22	7.924	221.986
Total	247	129.355	18.311.002

Fonte: LOUREIRO, Violeta. Amazônia: história e análise de problemas. Editora Cejup, 2000b, p. 89

A natureza amazônica transformou-se em uma mercadoria. O processo de desmatamento e de uso dos recursos naturais com a instalação de grandes projetos ocasionou a extração de alguns produtos da floresta deixando apenas o “buraco” na região amazônica. As reflexões que são feitas por Violeta Loureiro (2000b) sobre este modelo de desenvolvimento econômico que fora colocado em prática pelos governos militares era pensado pela seguinte perspectiva: o aumento do crescimento populacional e a integração da região amazônica ao mercado nacional e internacional (LOUREIRO, 2000b, p.94).

Os problemas amazônicos frutos desta política econômica trouxeram reflexos para o homem amazônida e a floresta amazônica. A perspectiva de desenvolvimento regional proposto por esta autora tem a perspectiva de criticar esse modelo econômico proposto para a Amazônia desde os governos militares, pois, segundo Loureiro (2000b) nada contribui para a preservação da floresta.

Todos esses problemas precisam ser conhecidos, analisados, criticados, para serem corrigidos. E para quem os recursos naturais da Amazônia venham a servir como fonte de renda ao país, mas, simultaneamente, ao desenvolvimento regional. E para que a riqueza natural seja racionalmente explorada e conservada pelo homem, para que sirva às muitas gerações, que no futuro, habitarão a Amazônia e o Brasil. (LOUREIRO, 2000b, p.95).

A autora faz um alerta a esse processo econômico de desenvolvimento social pelo qual vem passando a região amazônica, no final deste capítulo ela argumenta a necessidade de repensar este modelo dentro da sociedade amazônica. Violeta Loureiro (2000b) quer discutir no espaço escolar o modelo de progresso e desenvolvimento que a sociedade amazônica deseja, onde todos precisaram fazer uma séria reflexão sobre os desastres ambientais ocorridos desde os anos 1960 nesta região.

Foram muitos os comprometimentos ambientais que a entrada desordenada dos capitais da Amazônia provocou e continuam provocando: como o desmatamento, a poluição dos rios, o barramento dos rios, o desaparecimento de espécies e problemas sociais como a destribalização de índios, a desestruturação da vida social e econômica dos antigos moradores da região. Isto deve levar seus habitantes a uma série reflexão. (LOUREIRO, 2000b, 96)

O capítulo 4 é denominado “*críticas aos erros de modelo econômico e busca de novos caminhos para o desenvolvimento da Amazônia*”, tem como objetivo mostrar que, embora a história da região não seja muito animadora, há enormes possibilidades de mudança. A autora tenta discutir a possibilidade de modificar o modelo primário-exportador e perceber novas possibilidades de um

desenvolvimento sustentável em um futuro próximo. Portanto, o objetivo deste capítulo é contribuir para o conhecimento da Amazônia, criticando o modelo de desenvolvimento econômico atual e discutindo as possibilidades futuras – que são muitas! (LOUREIRO, 2000b, p. 100).

A autora elenca os erros e enganos que foram implantados pelo governo federal a partir dos anos 1960, ela destaca as principais ideias enganosas sobre a natureza da Amazônia, sobre a cultura, sobre o capital especificadamente. O modelo de desenvolvimento econômico estava alicerçado em dois pontos de vista que são considerados equivocados por esta autora,

O primeiro a ideia de que a Amazônia seria um macro-sistema homogêneo (isto é, todo igual) de floresta, rios e igarapés em toda sua extensão. O segundo é a ideia de que a natureza amazônica seria resistente, superabundante, auto-recuperável (recuperável por si própria) e inesgotável. (LOUREIRO, 2000b, p.101)

O modelo de desenvolvimento econômico pensado para a região amazônica não considera suas especificidades, mas vendo este espaço como homogêneo que possui um sistema natural único. Ao longo dos dois volumes Violeta Loureiro (2000b) tentou demonstrar a existência de diversos sistemas florestais dentro do ambiente amazônico, que precisa ser levado em consideração quando o governo federal pensar alguma política econômica para esta região.

Temos que pensar em construir um zoneamento econômico-ecológico na Amazônia argumenta a autora, para que possamos explorar racionalmente cada espaço deste ambiente natural, identificando as características de cada área ou zona, para que possamos saber qual atividade econômica pode ser desenvolvida sem que prejudique o meio ambiente (LOUREIRO, 2000b, p.102).

Desde os anos 1970 intensificou-se o desastre ambiental contra o maior patrimônio natural do Planeta Terra. Violeta Loureiro (2000b, p.102) argumenta que diante dessa lógica desenvolvimentista a natureza amazônica é um obstáculo, sendo considerado um simples objeto a ser explorado de forma inesgotável. Na região amazônica ultimamente o desmatamento é nosso “maior vilão”, onde grandes extensões de terra têm sido desmatadas pelas queimadas para servirem de pasto. A autora apresenta uma imagem publicada na revista “Isto É” em Abril de 1999, quando ela apresenta os motivos pelo qual não podemos desmatar sem replantar.

O ecossistema chuva-floresta-solo-floresta-chuva está ameaçado com a derrubada das árvores, pois, esta ação mudará o regime das chuvas na região amazônica, causando um desequilíbrio ambiental. As políticas públicas não são direcionadas para o homem amazônico, esta autora argumenta que o desenvolvimento econômico pensando para esta região acaba menosprezando ou ignorando, ao invés de respeitá-las.

Diferentemente de outras regiões do mundo, em que as florestas se sustentam devido a fertilidade dos solos, nos espaços amazônicos a situação é bem diferente: aqui, é a rica floresta que sustenta o solo, que nutre o solo; e ele é, quase sempre um solo pobre. Retirando-se a cobertura florestal, perde-se não apenas a floresta, mas o solo e a fauna existente nele. (LOUREIRO, 2000b, p. 104)

As populações tradicionais (o índio e o caboclo) não têm o direito ao acesso a terra, não tem a sua cultura preservada, e nos planos e nos projetos federais que foram criados para a região são vistos como inferiores e primitivos. A autora argumenta que isto acontece porque o governo federal em seus planos, programas e projetos para a Amazônia tem privilegiado sempre o grande capital

(LOUREIRO, 2000b, p. 106). As atividades de pequenos e médios produtores não tem sido objeto privilegiado das políticas públicas do Estado.

Violeta Loureiro (2000b) argumenta que existe uma política de privilégio dos interesses do capital internacional, o que faz com que os produtos extrativistas não recebam uma atenção especial por parte do Estado. O extrativismo vegetal tem a tendência de ser abandonado, pois, há um investimento do governo federal em grandes projetos desenvolvimentistas na Amazônia. Esta autora critica a atividade madeireira desenvolvida na região amazônica

A atividade madeireira na Amazônia é também de caráter extrativista. Isto porque a madeira é apenas extraída da mata nativa. Não é extraída de florestas plantadas, na maior parte dos casos. Depois de quase 4 décadas extraidno-se madeira da mata nativa, o governo federal não definiu ainda, claramente, uma forma adequada de exploração, de conservação, e de uma forma de melhorar o aproveitamento da madeira na Amazônia. (LOUREIRO, 2000b, p.108)

Os projetos econômicos para a Amazônia não levam em consideração das especificidades da região amazônica, de que esta região possui o maior banco genético do mundo. Outro pensamento equivocado que existe sobre a região é de que “o desenvolvimento só pode ser alcançado com grandes sacrifícios sociais e com danos ecológicos” (LOUREIRO, 2000b, p.109), a autora argumenta que é possível explorar a floresta amazônica de forma racional sem destruir a natureza. O desenvolvimento sustentável¹³⁴ torna-se um item importante para que possamos preservar a natureza amazônica.

A economia da região amazônica teve dois modelos econômicos, que são: a agropecuária, pecuária e a madeira, nos anos 60 e 70; e a mineração e o garimpo, durante os anos 1980. Violeta Loureiro (2000b) afirma que a extração destes produtos na floresta amazônica foi feita de forma irregular, sem a atenção ao funcionamento do ecossistema da floresta. Os danos ambientais provocados por este modelo de desenvolvimento econômico são destacados por esta autora,

Diminuição da biodiversidade, como decorrência do desmatamento;
Desmoronamento dos barracos de rios, desvio de leito dos rios, etc.
Redução das áreas de floresta, quando se desmata para fazer carvão para usar em fornos de siderurgia;
Destruição das camadas do solo;
Contaminação dos rios por elementos químicos, especialmente o mercúrio, e das espécies que ingerem esses produtos. (LOUREIRO, 2000b, p.119)

A exportação do produto bruto sem o beneficiamento industrial não levando ao desenvolvimento regional, segundo esta autora regional precisamos pensar em um modelo de desenvolvimento regional que leve o desenvolvimento social, econômico e de progresso a determinada região da Amazônia, criando novos empregos, renda e impostos. Para isso, temos que pensar em mudar a base da nossa economia produtiva de nossa economia, pois, “se ao invés de exportarmos em bruto, fizemos produtos que vão gerar muitos empregos e muitos impostos para o Estado e para país” (LOUREIRO, 2000b,p.124).

As possibilidades de um novo desenvolvimento regional parte-se do investimento em novos estudos e pesquisas, que ampliem a sua base produtiva, ela argumenta que precisamos reforçar as equipes de pesquisa e visando o aproveitamento das espécies (LOUREIRO, 2000b, p.126). A autora

¹³⁴ A autora conceitua no seu texto “desenvolvimento sustentável”, para ela, é o desenvolvimento responsável, sem destruição, que procura repor, na medida do possível, aquilo que a natureza vai perdendo com a exploração econômica (LOUREIRO, 2000b, 109).

demonstra que temos outros caminhos de desenvolvimento regional, que precisamos repensar as políticas públicas para a Amazônia, que precisamos verticalizar a produção¹³⁵, para que, os nossos produtos estejam em competitividade no mercado nacional e internacional, que não sejamos apenas locais de exploração do produto. A autora encerra este capítulo demonstrando “a necessidade e à urgência em colocar em prática um novo modelo, não apenas econômico, mas que busque um real desenvolvimento para a região amazônica” (LOUREIRO, 2000b, p.127), ela elenca cinco condições fundamentais para “corrigir os efeitos perversos e danosos” (LOUREIRO, 2000b, p. 127) do modelo atual de desenvolvimento, que são

- a) Desenvolver oportunidades de geração de emprego e renda na própria região, para que a Amazônia seja, não apenas um lugar de abundância natural, mas também um lugar de justiça e bem-estar social;
- b) Promover a mudança da base produtiva regional (hoje apoiada na exportação de produtos semielaborados ou matérias-primas);
- c) Diversificar a economia, aumentando as possibilidades de novos produtos a explorar;
- d) Completar as cadeias da produção, até chegar a um produto final beneficiado e, realmente, gerador de riqueza;
- e) Ser democrática na distribuição de renda, possibilitando a população de baixa renda a participação nos frutos do progresso que, um dia, possam chegar para a região. (LOUREIRO, 2000, p.128)

3.4 – Os livros de Geografia e o discurso sobre a **Amazônia**.

Os livros de Geografia dos anos 1990 também apresentam um discurso sobre a Amazônia, uma estrutura narrativa semelhante ao que apresenta a professora Violeta Loureiro (2000). As duas publicações de 1990 que serão observadas a seguir são dos autores Zoraide Victorello Beltrame¹³⁶ e Jose William Vessentini; Vânia Vlash ambos os livros didáticos foram publicados pela editora Ática no ano de 1996. O livro ‘*Geografia Ativa, Brasil: a paisagem regional humanizada*’, possui dois capítulos referentes à Amazônia que são: no capítulo 19 - Investigando os elementos que a natureza criou nas paisagens da Amazônia¹³⁷, e no capítulo 20 - Amazônia – o homem rompe o equilíbrio ecológico e perde recursos naturais¹³⁸. O livro ‘*Geografia Crítica: o espaço social e o espaço brasileiro*’ possui apenas 1 capítulo referente sobre a Amazônia¹³⁹.

¹³⁵ Segundo Violeta Loureiro (2000b) verticalizar a produção seria produzir bens industrializados que são derivados de um produto primário ou semielaborado.

¹³⁶ O livro lançado em 1996 pela editora Ática é a 42ª edição, sendo esta reformulada e atualizada. Portanto, percebemos que o discurso sobre a Amazônia presente nos livros didáticos de Geografia já está consolidado, não é uma coisa inovadora da disciplina ‘Estudos Amazônicos’ pensada pela Secretaria de Estado de Educação do Pará, a ideia de pensar o binômio questões gerais da região e os problemas sociais da Amazônia é algo discutido pela disciplina Geografia.

¹³⁷ As subunidades deste capítulo são: 1 – Onde fica a Amazônia; 2 – Os elementos naturais estão em perfeito equilíbrio ecológico.

¹³⁸ As subunidades deste capítulo são: 1 – As transformações na década de 50 a 70; 2 – A transformação a partir na década de 70.

¹³⁹ As subunidades do capítulo 12 que é denominado Amazônia, são: 1 – A maior região brasileira; 2 – Como é a Amazônia? 3 – A Amazônia ontem e hoje; 4 – Os principais problemas da Amazônia atual.

Beltrame (1996) tenta compreender a Amazônia, para isto, apresenta ao aluno três mapas diferentes para caracterizar o espaço amazônico, apresentando os limites territoriais do espaço amazônico, quais são as diversas Amazônias que existem: a Amazônia enquanto região geoeconômica e a Amazônia enquanto divisão política administrativa segundo a divisão do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). No entanto, ela não caracteriza o que significa Amazônia como faz a professora Violeta Loureiro (2000), que argumenta que a palavra Amazônia lembra rios e floresta, esta autora assim caracteriza esta região brasileira como “uma enorme região natural, localizada no norte da América do Sul, compreendendo vários países sendo que é a maior porção do seu território pertence ao Brasil”. (BELTRAME, 1996, p. 183). Ao longo de sua narrativa didática a menção que a autora irá denominar quando se trata de Amazônia será esta região como região geoeconômica.

O argumento central de Zoraide Beltrame é que o espaço amazônico ainda possui elementos naturais em perfeito equilíbrio ecológico, percebemos que ela apresenta um discurso harmonioso sobre a região amazônica, que não dialoga com as questões ambientais presentes nos debates internacionais sobre o meio ambiente ou nos noticiários da época. A imagem que Beltrame (1996) apresenta sobre a Amazônia é harmoniosa, como se durante os séculos esta região fosse uma parte do Brasil inexplorada, o argumento da autora é de que “na Amazônia, o homem não alterou a natureza de forma tão intensa, como na Zona da Mata do Nordeste e em grandes áreas da região do Centro-Sul” (BELTRAME, 1998, p. 183).

O argumento da interdependência do sistema natural com a floresta apresentado por Zoraide Beltrame (1996) é o mesmo utilizado por Violeta Loureiro (2000), o discurso do campo disciplina Geografia aproxima-se do discurso apresentado pela proposta de currículo para a disciplina ‘Estudos Amazônicos’. A autora faz uma comparação para ilustrar como funciona o sistema natural da região amazônica, quando nos diz que “podemos comparar a Amazônia a uma malha de tecido com fios bem fortes, porém delicada. Basta destruir ou alterar um único ponto para aparecem rombos profundos e os prejuízos serem incalculáveis” (BELTRAME, 1996, p.184).

As características da Amazônia apresentada por Zoraide Beltrame (1996) são as seguintes: as temperaturas elevadas com alta umidade e presença de chuvas constantes, predominando o clima equatorial; os planaltos baixos e a planície amazônica formando uma espécie de planura que dá o aspecto mais característico do relevo da Amazônia; a floresta amazônica é a maior floresta quente e úmida da terra, a mais rica do mundo com mais de 80 000 espécies vegetais; um solo frágil que sustenta e equilibra uma floresta grandiosa.

No capítulo 20 a autora Zoraide Beltrame (1996) tenta demonstrar que somente a partir das transformações dos anos 50 a 70 é que a partir da ação do governo federal de forma direta e indireta ocorreram transformações violentas no espaço amazônico, esta região começou a se transformar com a criação de vários projetos e o crescimento da população. Neste período ocorreram vários investimentos em rodovias federais, a criação da SUDAM, os grandes projetos, os projetos de colonização e a reforma agrária que mudaram a lógica da relação entre o homem e a floresta. Percebemos que a mesma perspectiva apresenta por Beltrame neste livro de Geografia é a mesma

que se apresenta na proposta curricular lançada pelo livro de Violeta Loureiro no ano 2000, as autoras dialogam quanto às perspectivas de primeiro conhecer o ambiente amazônico, para que posteriormente o aluno entenda que as transformações ambientais dos últimos 30 anos foram resultados das políticas públicas e da ação do homem sobre o espaço amazônico, que não prioriza a conservação do meio ambiente, e ameaça a sobrevivência do índio, do caboclo e do migrante na região, assim ela nos afirma que “rompido o ciclo e destruído o equilíbrio ecológico da floresta, as principais consequências são: 1) empobrecimento do solo; 2) extinção de espécies de animais e vegetais; 3) alteração da qualidade do ar”. (BELTRAME, 1996, p.197).

Vessentini & Vlash (1996) apresentam as características geográficas da região amazônica e também indicam as diversas formas de identificação deste espaço natural evidenciada quando estamos falando de Amazônia (Amazônia Legal, Amazônia Internacional e região Norte), percebemos que diferente de Zoraide Beltrame (1996) que define de qual Amazônia ela dialoga em sua narrativa didática, que é a Amazônia enquanto região geoeconômica, Vessentini & Vlash não apresentam de qual Amazônia está se falando, mas deixa implícito diante destas 3 identificações sobre a Amazônia, que diante do desuso da nomenclatura ‘região norte’ utilizam no capítulo a definição de Amazônia Legal.

Os aspectos singulares da natureza amazônica, como floresta latifoliada possuindo um clima equatorial, bastante heterogênea e diversificada (VESSENTINI & VLASH, 1996, p. 134), que tem uma hidrografia riquíssima onde localizasse a maior bacia hidrográfica do planeta que é o Rio Amazonas e seus afluentes. O relevo da Amazônia é baixo, que vão de 0 a 500 m. A disposição das folhas e frutos sobre a floresta, que caem continuamente no chão sendo assim decompostos por microrganismos e absorvidos pelo solo, contribuindo para manter seus elementos nutrientes (VESSENTINI & VLASH, 1996, p. 135). As transformações no espaço amazônico são assim descrito,

Até por volta de 1970, a Amazônia brasileira era uma imensa região natural onde predominavam baixíssimas densidades demográficas e na qual a atividade econômica mais importante era o extrativismo vegetal: coleta do látex (borracha) nas seringueiras e nos cauchos e de castanha-do-pará, guaraná, etc. Nas últimas décadas essa situação mudou complementarmente: o extrativismo vegetal é uma atividade de importância cada vez menor de crescimento da agropecuária e da mineração; e grandes levadas de migrantes, oriundos do Nordeste a até do Centro-Sul, foram e continuam indo para a Amazônia, multiplicando o número de povoado e cidades, além de provocar intenso desmatamento. (VESSENTINI & VLASH, 1996, p. 135).

Os principais problemas atuais da região amazônica são os seguintes: os incentivos fiscais e os grandes projetos econômicos, que são vistos mais como enclaves no processo de desenvolvimento econômico na região; projetos que são favorecidos pela SUDAM (a Zona Franca de Manaus, o Projeto Grandes Carajás, a construção de Hidrelétricas), os conflitos campo e a luta pela posse da terra. Os modos de ver a floresta e a vida na Amazônia é o que está em jogo quando se falam em desenvolvimento, o argumento de Vessentini & Vlash (1996) é no sentido de compreender também o conceito de propriedade seja para as sociedades indígenas, que tem na ideia de propriedade comunal, para os posseiros e pequenos proprietários com a ideia de propriedade familiar e para o grande capital, a forma de propriedade especulativa.

O discurso acima apresentado por este livro de Geografia também é semelhante à narrativa construída por Violeta Loureiro (2000a, 2000b), então, diante de tal perspectiva existe uma aproximação na proposta curricular apresentada pela disciplina ‘Estudos Amazônicos’ com o que vemos nos livros didáticos de Geografia, no entanto, eles não utilizam o conceito de desenvolvimento sustentável quando se referem a Amazônia, percebemos que não possuem a perspectiva de apresentar as alternativas ao processo de desenvolvimento econômico, que vem sendo posto em prática na região amazônica desde os governos militares.

3.5. Considerações sobre a obra didática de **Violeta Loureiro**.

Violeta Loureiro nos apresenta o sistema de funcionamento da floresta amazônica, para demonstrar que o processo de desmatamento gera consequências ambientais para a natureza. Ela demarca isso quando afirma que “sem as árvores, o solo fica queimado pelos raios solares e empobrecido”, essa prática acentuou-se nos seguintes Estados (Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre). Ela caracteriza o desmatamento como as queimadas que acontecem grandes áreas, ao corte de madeira e aos pequenos lotes de roças de terra que fazem roças abertas (LOUREIRO, 2000, p.38).

O objetivo da autora é demonstrar que os recentes acontecimentos que aceleram o processo de desmatamento da região amazônica, desequilibraram o sistema amazônico. Para isso, ela utiliza dos conceitos da Biologia para entender a lógica de formação do espaço amazônico (com suas qualidades e fragilidades). Violeta Loureiro quer demonstrar que a relação entre a floresta, o solo e o rio são considerados indissociáveis pelas questões ligadas a natureza no espaço amazônico, para reafirmar o seu argumento ela dentro de sua narrativa realça o papel que assumem esses elementos para o equilíbrio da região amazônica.

Os argumentos de Violeta Loureiro são no sentido de perceber que o modelo de desenvolvimento pensado a partir do investimento de rodovias tem algumas vantagens, como a constante manutenção de que nossas estradas, mas ela destaca que existem obstáculos no uso dos rios como um meio de transporte, destacando que não existe uma política de estado que valorize os nossos rios, mas ela destaca que recentemente houve uma preocupação do governo federal em se preocupar com o aproveitamento dos nossos rios. Os rios seriam a maneira mais rentável para a realidade amazônica, a nossa integração através das águas, pelas hidrovias possibilitariam o acesso a diversas regiões da Amazônia, que não possuem estradas como vias de transporte e comunicação.

O livro de Violeta Loureiro torna-se um “manual” de ensinamentos de como conviver harmonicamente na região amazônica, com a ideia de que precisamos conhecer a Amazônia para preservar, ela elenca como questões fundamentais para compreender o espaço amazônico que é ligado ao meio ambiente os conceitos da área da geografia e da Biologia neste volume. O argumento usado é que precisamos saber explorar os bens da natureza amazônica, mas para fazermos isto temos que conhecer esta natureza. A ação predatória do homem sobre a natureza vem ocasionando a perda da biodiversidade na Amazônia. O discurso da sustentabilidade usado é de que

somente temos que retirar da natureza aquilo que precisamos para viver, usufruindo e se beneficiando dela, sem a pretensão de esgotá-la. Violeta Loureiro (2000, p.82) assim conceitua desenvolvimento sustentável como um processo de desenvolvimento econômico e social, que ao mesmo tempo em que se preocupa com o desenvolvimento, consegue garantir a sustentabilidade da natureza. O debate sobre a sustentabilidade da natureza interessa a todos, pois, se “a natureza não se sustentar, a humanidade dificilmente terá condições de sobreviver” (LOUREIRO, p.81).

Violeta Loureiro (2002, p. 107) nos argumenta que a Amazônia sempre foi considerada algo rentável seja para a metrópole portuguesa ou à federação brasileira do que fora para a própria região amazônica, que “permanentemente [foi] um lugar de exploração, abuso e extração de riquezas em favor de outras regiões e outros povos” (LOUREIRO, 2002, p.113), isto pode ser observado com maior frequência nas últimas décadas do século XX, com a presença acentuada do capital e grupos econômicos na região amazônica mudando a configuração de determinadas cidades amazônicas. A tese que Violeta Loureiro sustenta é a de que a região amazônica viveu historicamente um acentuado processo de perdas e danos que culminou no início do século XXI com a destruição de parte da região amazônica brasileira pela ação do homem sobre a natureza, portanto, isto é uma prática recente de determinado grupo econômico, que se intensificou no último quartel do século XX, para ela não existe uma distinção entre as práticas do passado e do presente, porque elas são irmanadas e visam “possibilitar a exploração de riquezas em favor da federação”. (LOUREIRO, 2002, p. 107).

Dialogando com esta problemática regional e demonstrando a partir das experiências no tempo pretérito e no contemporâneo, seja na presença do estrangeiro e/ou brasileiro na região amazônica Violeta Loureiro (2002, p.105) apresenta os entraves do desenvolvimento amazônico, os equívocos sobre a natureza, o preconceito quanto à cultura do homem amazônico e os pressupostos mitos relativos ao capital no que se refere ao trabalho e as atividades produtivas, isto pode ser refletido na forma como as políticas públicas foram direcionadas para a Amazônia, com perdas sociais, territoriais e culturais para as sociedades que habitam esta região. O homem amazônico sente-se um estrangeiro em sua própria terra.

O diálogo interdisciplinar que a autora deste volume desenvolve na coleção Estudos Amazônicos propõe assim formar um sujeito que seja capaz de “ler” seu ambiente e consiga interpretar as relações construídas entre o homem e a natureza, percebendo os conflitos e os problemas existentes frutos desta inter-relação. Quando Violeta Loureiro (2000) nos apresenta os conceitos geográficos e biológicos e ao mesmo tempo faz um diagnóstico crítico de algumas questões ambientais presentes na região amazônica (queimadas, desmatamento, etc.) ela quer problematizar o lugar ocupado pelo sujeito amazônico no seu tempo, nos instigando a fazer um exercício de cidadania ambiental no espaço escolar.

A concepção de estudo dentro do campo de saber “Estudos Amazônicos” requer que o professor compreenda as diversas leituras da natureza, que mobilize os conceitos das ciências humanas e naturais para entender a dinâmica do espaço amazônico, fazendo com que ele sai de sua zona de conforto exercendo a interdisciplinaridade, e que faça de sua prática pedagógica a partir da

disciplina Estudos Amazônicos um exercício transformador de sua realidade social. Percebemos que somente assim a educação (e dentro dela estão inserida os conteúdos escolares) terão sentido para a vida prática do aluno.

Sustentabilidade da natureza, reflorestamento, possibilidade de desenvolvimento sustentável e novas formas de exploração do espaço amazônico são as expressões que Violeta Loureiro utiliza para construir sua narrativa escolar sobre a Amazônia, demonstrando que podemos preservar e utilizar a floresta amazônica de forma que as futuras gerações percebam a sua exuberância e que a sobrevivência da espécie humana depende de nossas ações no presente. Em sua narrativa ela assim acredita que precisamos criar uma consciência ambiental, e que diante da atual realidade pelo qual passa a região amazônica é possível aliar mineração e desenvolvimento sustentável, usando a floresta de forma racional.

Um dos problemas amazônicos é decorrente deste modelo de desenvolvimento regional que não atende aos interesses da população local, mas de grupos políticos e econômicos na região Amazônia. A autora faz crítica ao uso da agricultura intensiva, da extração de produtos de forma desordenada e ressalta novamente a fragilidade da natureza amazônica, expressando de novo que os solos são pobres e não podem servir de exploração intensa. Um novo modelo desenvolvimento tem que ser pensado para a região, ela argumenta que precisamos investir na industrialização de nossos produtos vegetais e minerais, modernizando o extrativismo. Somente assim conseguimos ter uma competitividade no mercado nacional ou internacional. Como resposta a intenso processo de desmatamento na região amazônica, ela apresenta a recuperação de algumas áreas já desmatadas e fazer a exploração de nossa natureza – rios e matas – de forma racional.

Considerações Finais - As perspectivas do ensino de história da Amazônia.

Em 2017, a disciplina ‘Estudos Amazônicos’ fará 20 anos. Atualmente esta é a única disciplina regional que existe no currículo estadual no Pará, diante da sua importância frente aos acontecimentos recentes da região amazônica, com o aumento considerável do desmatamento, a perda de sua biodiversidade e o aumento dos conflitos no campo tornou-se indispensável discutir os caminhos que a Amazônia vêm tendo nos últimos 50 anos no espaço escolar. A proposta da disciplina Estudos Amazônicos é discutir isso, o que fica demarcado na proposta didática de Loureiro (2000).

O que mobiliza os professores acadêmicos e não acadêmicos que participaram da construção destes manuais didáticos e da disciplina regional a pensar esta disciplina criada no Pará, são as recentes transformações pelo qual passou a região amazônica, portanto, era necessário debater essa nova configuração sócio espacial da Amazônia na escola. O lugar regional na escola era o que estava reivindicando os professores principalmente das áreas de História e geografia durante os anos 90 no estado do Pará. Havia uma preocupação em construir uma proposta curricular que dialogasse com as questões regionais, ou seja, com a ‘Amazônia hoje’, como aparece nos livros didáticos de Geografia. O discurso apresentado pela disciplina ‘Estudos Amazônicos’ está em consonância com o discurso apresentado pela literatura didática dos professores de Geografia no mesmo período, quando aparece de forma privilegiada a região amazônica a partir de suas transformações sociais que ocorreram logo após a abertura da Belém-Brasília e a ocupação de determinados espaços com a construção de rodovias.

Os professores/autores que escrevem as narrativas didáticas no Estado do Pará apresentam uma nova perspectiva de história regional possível de ser ensinada, portanto, eles constroem a partir de suas evidências um lugar de memória a ser sedimentado nesta escrita regional, fazendo emergir nesta narrativa escolar a presença do ser amazônida, deixando explícito em sua narrativa as relações sociais dos sujeitos que fazem parte da sua história recente, como o posseiro, o grileiro, o caboclo e o indígena, portanto, trazendo a tona aspectos e fatos que nos permitem compreender a história recente da região amazônica no espaço escolar.

A concepção de História da região amazônica diferenciava-se de uma História do Pará, que estava consolidada nos livros didáticos lançados no Pará durante o século XX, percebemos que os professores do Pará apresentam como concepção de estudo para os chamados “Estudos Amazônicos” uma narrativa que dialoga com algumas questões regionais, com o modelo de desenvolvimento, com os problemas sociais e as questões ambientais como proposta de currículo escolar.

Percebemos que as propostas curriculares apresentadas pelo Ministério da Educação durante os anos 1990 estavam em diálogo com a proposta de elaboração de uma disciplina regional no Pará, haja vista, que diante das recentes transformações pelo qual passou a região amazônica não era interessante continuar reproduzindo no espaço escolar uma narrativa que versasse somente sobre a História do Pará, mas que a História do Pará fosse incluída dentro de uma disciplina de amplitude regional que ficou denominada de ‘Estudos Amazônicos’.

O ensino desta disciplina possui alguns problemas, que são: o primeiro refere a qualificação do profissional formado para ministrar esta disciplina, o segundo refere-se ao conteúdo programático que deverá ser ministrado por este profissional e o terceiro diz respeito ao material didático que o professor desta disciplina terá para uso em sala de aula. Portanto, além desses problemas de ordem estrutural, temos uma problemática em questão, dentro desta perspectiva de criação desta disciplina regional, qual o lugar da História dentro deste universo de pesquisa sobre os 'Estudos Amazônicos'. Lugar este que precisa ser problematizado pelos professores da disciplina 'Estudos Amazônicos', que esteja aberto a dialogar com a Biologia, com a Geografia, com a Sociologia para entender o sentido da proposta curricular desta disciplina.

Havia uma disciplina com perspectiva de abordar o estado do Pará no currículo estadual, que se denominava 'Estudos Paraenses', ela possuiu uma expressiva produção didática desde os anos 1910 até os anos 1990. Percebemos que desde os anos 1990, aconteceu um movimento curricular no Estado do Pará que estava questionando a disciplina 'Estudos Paraenses', quando se abandona esta disciplina em 1997, e criam-se os 'Estudos Amazônicos', portanto, entendemos que neste estado da região norte fica exposto uma forma de regionalizar o currículo estadual, a partir das novas características regionais da sociedade amazônica. Os paraenses delegam para si a imagem de construir uma identidade amazônica. A civilização da estrada, a abertura de rodovias, a formação de novas cidades é a marca deste novo período da História da Amazônia que tenta se firmar no espaço escolar a partir desta disciplina regional.

Ocorreu um debate no estado do Pará, sobre o currículo desta disciplina e sua criação após o regime militar, mas não houve uma discussão sobre a formação de professores que ministraram esta disciplina regional, apenas eventos avulsos na década de 90 que caminhavam para a construção de uma história regional no espaço escolar, neste sentido perceberam que existe um hiato sobre o que seria a história regional no Pará, pois, estes livros didáticos apresentam múltiplas narrativas sobre o que ensinar em relação a Amazônia, por vezes, o que acontece é uma mistura de concepção entre a história local e a história regional. No entanto, duas questões chamam a atenção na construção desta disciplina regional, são eles:

1 - A diversidade de narrativas construídas pelos professores desta disciplina para ensinar História regional, por ser considerada uma disciplina interdisciplinar.

2 - A heterogeneidade de professores que podem ministrar esta disciplina, por exemplo, a disciplina Estudos Amazônicos pode ser ministrada por professores de Geografia, professores de Sociologia e professores de História.

As narrativas em torno do que ensinar sobre o estado do Pará possuem uma diversidade de abordagem, ao analisar as obras didáticas percebemos que a formação do professor que ministra esta disciplina seja na rede estadual, apresenta algumas questões que são por ele selecionadas como: aspectos sociais, políticos, econômicos e geográficos. Esta multiplicidade de narrativas sobre a Amazônia deve-se a formação heterogênea destes professores e o que eles liam e debatiam sobre o Estado do Pará, sobre a região amazônica e suas diversas identificações (Amazônia Legal, região geoeconômica, Pan-Amazônia, Região Norte), muito pautado por uma narrativa memorialística e de

exaltação de um lado, ou de outro, por não serem historiadores e terem uma formação em Sociologia ou Geografia, estes autores de livros didáticos lançam mão de uma narrativa cronológica e adotam algumas questões recentes para referenciar seus estudos sobre a região amazônica.

A partir desta evidência, percebe-se que há uma variação do conhecimento histórico escolar apresentado pelos livros didáticos, este descompasso entre o ensino de história do Pará, a proposta curricular e o livro didático regional, deve-se ao fato de que existem várias formações na área das ciências humanas em jogo, escrevendo estes livros didáticos regionais. A interdisciplinaridade apresenta-se como um elemento-chave, para analisar o lugar que a Amazônia e na esteira de análise a questão regional vai assumir nesta escrita escolar, visto que os manuais apresentam neste período duas propostas curriculares, que são:

(a) ênfase ao meio ambiente e análise dos problemas recentes da Amazônia;

(b) a história do Estado do Pará articulada a História da Amazônia, sendo analisada por períodos.

O livro didático regional possui uma versão sobre o passado, sobre a Amazônia e uma identidade do povo paraense que os singulariza como ‘os amazônidas’, apresentam uma narrativa histórica escolar que nem sempre apresenta uma consonância com os estudos historiográficos desenvolvidos na academia, ou seja, há um distanciamento entre os debates acadêmicos e a historiografia escolar, como é o caso da proposta curricular de Violeta Loureiro sendo meramente uma repetição do que acontece com os livros de Geografia que foram lançados durante os 90 anos. A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ consolidou um debate na escola sobre alguns pontos da História do Pará privilegiando um recorte que elege o século XIX (a economia da borracha) e a abertura da rodovia Belém-Brasília, a partir dos anos 1960, como o centro de sua narrativa, mas a proposta de Loureiro (2000) e os livros didáticos de Geografia não fazem o diálogo com a historiografia amazônica produzida no NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), no NUMA (Núcleo de Meio Ambiente) que são espaços de referência desde os anos 1980 em relação a alguns temas amazônicos.

Compreender o discurso histórico presente em livros didáticos regionais sobre a Amazônia, com a finalidade de demonstrar os conteúdos reais das mensagens ideológicas que são veiculadas pelos mesmos. Para tal intento pretendeu-se buscar meios de explicar como tais discursos, construídos ideologicamente, se materializam no meio social, por meio da linguagem e se relacionam à classe social do sujeito proferido. A tese a ser defendida é que em face ao esgotamento das macro abordagens que enfatizam os aspectos gerais da História, os professores que criaram a disciplina regional 'Estudos Amazônicos' no Pará, tentaram organizar seu currículo em torno de uma nova configuração social e econômica da região amazônica após o regime militar, apresentando as identidades e questões amazônicas que os singulariza de uma história nacional, com a intenção de reivindicar o lugar da Amazônia na escola. No entanto, esta proposta curricular não se efetiva com uma política de formação de professores.

Meio Ambiente, as questões regionais, a trajetória humana na Amazônia, a ocupação do espaço amazônico, as políticas territoriais e os grandes projetos dos governos militares, são as

leituras do passado que fazem os professores no Pará para elaborar esses dois livros didáticos. O sentido da narrativa muda conforme o lugar de fala' que cada autor delegará a região amazônica em sua obra didática. Durante os anos 90 os professores atribuem um novo sentido para o passado – e, portanto ao conhecimento histórico que tem sua relação com as diferentes esferas de atuação na vida pública. O contexto local evidenciava este aspecto e a escola não podia silenciar este sentimento regional, os discursos políticos e da grande imprensa local reafirmavam este regionalismo, de que o governo federal não olhava para a Amazônia como parte integrante deste país, uma História do Brasil que não identificava os amazônidas como brasileiros.

Dialogando com esta problemática regional e demonstrando a partir das experiências no tempo pretérito e no contemporâneo, seja na presença do estrangeiro e/ou brasileiro na região amazônica Violeta Loureiro apresenta os entraves do desenvolvimento amazônico, os equívocos sobre a natureza, o preconceito quanto à cultura do homem amazônida e os pressupostos e mitos relativos ao capital no que se refere ao trabalho e as atividades produtivas, isto pode ser refletido na forma como as políticas públicas foram direcionadas para a Amazônia, com perdas tão sociais, territoriais e culturais para as sociedades que habitam esta região. O homem amazônico sente-se um estrangeiro em sua própria terra.

A disciplina 'Estudos Amazônicos' não pode ser considerada como uma disciplina específica sobre determinado campo de saber em relação a Amazônia ou uma área compartimentada. Porém, o que se tem constatado quando analisamos as duas coleções lançadas nos anos 1990 é que ocorreu a introdução nos ambientes formais de ensino duas propostas possíveis para o ensino de história da Amazônia. O que queremos ressaltar é que existe um obstáculo a ser superado em relação à disciplina 'Estudos Amazônicos', ou seja, ocorreu uma disjunção dos campos de pesquisa limitando o diálogo entre os pesquisadores que dialogam sobre a região amazônica. As propostas curriculares apresentadas pelo Governo do Estado para ser colocado em prática pelos professores desta disciplina regional possui dois discursos: de um lado, aproximam-se das questões ambientais e da perspectiva interdisciplinar para entender as recentes transformações no espaço amazônico, e de outro, afastam-se deste paradigma e continuam perpetuando uma História do Pará entrelaçada na história da Amazônia.

Duas propostas didáticas. Duas concepções diferentes sobre a Amazônia. Duas formas de compreender o discurso regional para escola. Dois caminhos que divergem sobre o ensinar regional. O embate curricular em torno da disciplina 'Estudos Amazônicos' estava posto durante os anos 90 no Pará e continua em aberto no currículo estadual no início do século XXI, não há uma preocupação em debater uma proposta curricular sobre a Amazônia, que dialogue com os diversos campos de saberes, portanto, acaba sendo um ensino de história da Amazônia visto de forma compartimentalizada. Temos um desafio de pensar as questões regionais para a escola no Pará, de forma que contribua para que o aluno compreenda a importância da região amazônica, que seja crítica e com uma abordagem interdisciplinar. Está posto o desafio!

Referências Bibliográficas

- ABUD, Kátia. *Conhecimento histórico e ensino de História: a produção de conhecimento histórico escolar*. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 14. Sujeitos na história: práticas e representações. Bauru: Edusc, 2001.p.127-141. (Encontros com a história, 2).
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região*. Fronteiras, Dourados, MS, v. 10, n.17, p.55-67, jan./jun.2008.
- _____. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007.
- ALMEIDA, Daniel Valter. *A disciplina intitulada estudos amazônicos constituindo-se coo mais um espaço para o conhecimento geográfico em sala de aula*. Peru: Anais do Encuentro de Geógrafos de América Latina- 2013 (Versão Digital).
- ARRUDA, Maria Armínia. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BARBOSA, Mário Médice. *Entre a filha enfeitada e o paraensismo: as narrativas das identidades regionais na Amazônia paraense*. Tese de Doutorado, PUC: São Paulo, 2010.
- BARROS, José D´Assunção. *História, Região e Espacialidade*. Revista de História Regional 10(1): 95-129. UEPG, Verão, 2005.
- BECKER, Berta. *Fronteiras amazônicas nas inicio do século XXI*. In: FORLINE, Louis; MURRIETA, Rui; VIEIRA, Ima. *Amazônia além dos 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.
- _____. *Amazônia*. Editora Ática, série princípios, 1997.
- _____. *Geopolítica da Amazônia*. Estudos Avançados, 19 (53), 2005.
- BECHLER, Rosiane. *Minas Gerais em jogos de escalas: variações do conhecimento histórico escolar em livros didáticos regionais*. Dissertação de Mestrado, UFMG: Belo Horizonte, 2014.
- BENTES, Rosineide. *Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos*. In: PARÁ, Secretaria de Estado de Educação. *Estudos e Problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais*. Belém: Instituto Econômico e Social do Pará, 1989.
- BELTRAME, Zoraide. *Geografia Ativa, Brasil: a paisagem regional humanizada*. Editora Ática, São Paulo, 1996.
- BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 4ª ed. Ed. Cortez. 2011a.
- _____. *Disciplinas escolares: história e pesquisa*. In: Oliveira, Marcus; Ranzi, Serlei (org.). *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- _____. *Propostas curriculares de História Continuidades e transformações*. In: Barreto, Elba. *O currículo do ensino fundamental para as escolas brasileiras*. Campinas, SP: Autores Associado. Fundação Carlos Chagas, 1998. – (Coleção Formação de Professores).
- BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em [URL:http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf)

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde* / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, 1997.
- BRITO, Adilson. “VIVA A LIBERTÉ!”: *cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824*. 2008, pp. 329, Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- CAIMI, Flávia E. *Uma mirada sobre o livro didático regional de história: o caso do Rio Grande do Sul*. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Repensando a construção do espaço*. Revista de História Regional 3(1):7-23. UEPG, Verão 1998.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.
- CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Teoria e Educação, Porto Alegre, Panônica, n. 2, 177-229, 1990.
- CHEVALLARD, Y. *La transposition didactique*. Grenoble: La Pensée Sauvage, 1991.
- CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Educação & Pesquisa, vol. 30, nº3, São Paulo set./dez. 2004.
- _____. *O historiador e o livro escolar*. Revista História da Educação. Pelotas (11), Abril, 2002.
- DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. Campinas: Editora Autores Associados, 1996. 120p.
- ESPÍRITO SANTO, Janaina de Paula. *Sujeito, narrativas, história: observando a tradição seletiva*. In: Molina, Ana Heloisa (org.) [etc. al.]. *Ensino de História e Educação: olhares em convergência*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.
- ESQUINSANI, Rosimar. *Entre percursos, fontes e sujeitos: pesquisa em educação e uso da história oral*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 217-228, 2012.
- FERREIRA, Márcia; XAVIER, Libânea; CARVALHO, Fábio. *História do currículo e História da Educação: interfaces e diálogos*. Rio de Janeiro: Quartet; FAPERJ, 2013.
- FILHO, João Meirelles. *O livro de ouro da Amazônia*. Rio de Janeiro: editora Ediouro, 2006.
- FORLINE, Louis; MURRIETA, Rui; VIEIRA, Ima. *Amazônia além dos 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima. *O livro didático de história: lugar de memória e formador de identidade*. Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História, Florianópolis 1990. São Paulo: Humanita/FFLCH/USP: ANPUH, 1999.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática do ensino de História: experiências, reflexões e aprendizagens*. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- FONTES, Edilza. *A Batalha da Borracha, a imigração nordestina e o seringueiro: a relação história e natureza*. In: Fernando Arthur de Freitas Neves; Maria Roseane Pinto Lima. (Org.). *Faces da História da Amazônia*. 1ed. Belém: Paka Tatu, 2006.
- FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Trad. Guacira Lopes Louro, Porto Alegre, editora Artes Médicas, 1993.
- FUNDAÇÃO CARLO CHAGAS. *As propostas curriculares oficiais*. São Paulo, 1996 (Texto FCC, 10) [Relatório apresentado originalmente no projeto MEC/UNESCO/FCC, 1995].
- FREITAS, Itamar. *História regional para a escolarização básica no Brasil: o livro didático em questão (2006/2009)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

- GARCIA, Joe. *A interdisciplinaridade segundo os Pcms*. Revista de Educação Pública Cuiabá v. 17 n. 35 p. 363-378 set./dez. 2008
- GASPARELLO, Arlette. *A produção de uma disciplina escolar: os professores/autores e seus livros didáticos*. Rev. bras. hist. educ., Campinas-SP, v. 13, n. 3 (33), p. 147-177, set./dez. 2013a
 _____ . *Construindo um novo currículo de História*. In: Nikitiuk, Sônia (org.). *Repensando o ensino de História*. São Paulo: editora Cortez, 7ª edição, 2009.
- _____. *Livro didático e história do ensino de história: caminhos da pesquisa*. In: Galzerani, Maria (org.). *Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro de história*. São Paulo: Paco Editorial, Campinas, 2013b.
- GABRIEL, Carmem; MORAES, Luciene. *História das disciplinas e “tempo histórico”: quais narrativas em circulação no campo educacional*. In: Ferreira, Márcia; Xavier, Libânea; Carvalho, Fábio. *História do currículo e História da Educação: interfaces e diálogos*. Rio de Janeiro: Quartet; FAPERJ, 2013.
- _____. *O conceito de história-ensinada: entre a razão pedagógica e a razão histórica (reflexões sobre a natureza epistemológica do saber escolar)*. In: Candau, Vera (org.). *Reinventar a escola*. Petrópolis, RJ, editora Vozes, 2007.
- HAMILTON, David. *Sobre a origem dos termos classe e curriculum*. Teoria & Educação, 6, p.34, 1992.
- HORN, Geraldo; GERMINARI, Geyso. *O ensino de História e seu currículo: teoria e método*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- JUNIOR, Tiese. *O que se diz da disciplina escolar da educação básica, do estado do Pará, chamada de “estudos amazônicos”?* .Disponível na internet.
- JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n.1, p. 9-45, 2001.
- LORAUX, Nicole. *Elogio do anacronismo*. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 57-70.
- LIMA, Luciano. *Usos e leituras da obra de um Barão: percepções sobre Motins Políticos nos séculos XIX e XX*. Antíteses, vol. 3, n. 5, jan.-jun. de 2010, pp. 589-619.
- LOUREIRO, Violeta. *Amazônia: uma história de perdas a danos, um futuro a (re) construir*. Revista Estudos avançados 16 (45), 2002.
- _____. *Educação e sociedade na Amazônia em mais de meio século*. Revista Cocar, vol.1, n.1, Jan/ Jun. 2007.
- LOPES, Alice Casimiro. *Teorias do currículo*. São Paulo: editora Cortez, 2011.
- MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. *Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX*. Belém, Paper NAEA nº 170, 2004.
- MARTINS, Maria do Carmo. *A CENP e a criação do currículo de História: a descontinuidade de um projeto educacional*. Revista brasileira de História, vol. 18, nº 36, São Paulo, 1998.
- MELLO, Josefina. *História da disciplina didática geral em uma escola de formação de professores: (re) apropriação de discursos acadêmicos nos anos de 1980 e 1990*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

- MORAES, Didier Dominique Cerqueira Dias de. *Visualidade do livro didático no Brasil: o design de capas e sua renovação nas décadas de 1970 e 1980*. São Paulo: USP, 2010. (Dissertação Mestrado)
- MOURÃO, Leila; AIROZA, Luís Otávio; SANTANA, Stela. *A disciplina 'Estudos Amazônicos' e o ensino fundamental em escolas públicas paraenses*. Anais 3º Workshop Internacional de História do ambiente: História do Ambiente e Educação Ambiental, Florianópolis, 26 a 29 de novembro de 2013.
- MUNAKATA, Kazumi. *Histórias que os livros didáticos contam depois que acabou a ditadura no Brasil*. In: Freitas, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 217 – 328.
- NIKITIUK, Sônia. *Ensino de História: algumas reflexões sobre a apropriação do saber*. In: Nikitiuk, Sônia (org.). *Repensando o ensino de História*. São Paulo: editora Cortez, 7ª edição, 2009.
- NETO, José Batista. *O Estado visto pela lente regional*. Silva, Marcos. *Republica em migalhas: historia regional e local*. São Paulo: Marco Zero; MCT/CNPq, c1990.
- NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*, In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.
- NOVAES, Washington. *ECO 92: avanços e interrogações*. *Estudos Avançados*. 6 (15), 1992
- PARÁ, Secretaria de Estado de Educação. *Estudos e Problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais*. Belém: Instituto Econômico e Social do Pará, 1989.
- PINTO, Flávio. *Amazônia tem futuro o futuro?* In: FORLINE, Louis; MURRIETA, Rui; VIEIRA, Ima. *Amazônia além dos 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.
- RAISG. *Deforestación en La Amazonía (1970-2013)*. Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015.
- REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 1998.
- RICCI, Magda. *Os primeiros livros didáticos republicanos de História do Pará: o patriotismo e a construção da memória*. In: Henrique, Márcio. *Diálogos entre História e Educação*. Belém: editora Açaí, 2014.
- REZNIK, Luís. *História local: pesquisa, ensino e narrativa*. Disponível em http://www.institutocidadeviva.org.br/historiasdomedioparaiba/cms/wpcontent/uploads/2008/11/historia_local_reznik.pdf acessado em 20 de Abril de 2015.
- PESAVENTO, Sandra. *História regional e transformação social*. In: Silva, Marcos. *Republica em migalhas: historia regional e local*. São Paulo: Marco Zero; MCT/CNPq, c1990.
- ROCHA, Ubiratan. *Repensando a História a partir do imaginário do aluno*. Nikitiuk, Sônia (org.). *Repensando o ensino de História*. São Paulo: editora Cortez, 7ª edição, 2009.
- SANTOS, Milton. *1992: a redescoberta da natureza*. *Estudos Avançados*. 6 (14), 1992.
- SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*. Campinas, SP: editora Autores Associados, 2010.
- SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura. Belém: EDUFPA, 2012.

- SIMAN, Lana Mara de Castro. *Um programa de História num contexto de mudanças sócio-políticas e paradigmáticas: a voz dos professores*. Revista Tempo, vol. 11, nº 21, ano 04, pp.33-48.
- SILVA, Maria Ivanize; SANTOS, Lucidéa. *Uma análise sobre a inserção dos conteúdos de estudos amazônicos no currículo dos anos finais do ensino fundamental da secretaria de educação do estado do Pará*. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém: FIBRA, 2014.
- SILVEIRA, Rosa. *Região e História: questão de método*. In: Silva, Marcos. República em migalhas: história regional e local. São Paulo: Marco Zero; MCT/CNPq, c1990.
- SIMAN, Lana Mara de Castro. *Um programa de História num contexto de mudanças sócio-políticas e paradigmáticas: a voz dos professores*. Revista Tempo, vol. 11, nº 21, ano 04, pp.33-48.
- STEPHANOU, Maria. *Instaurando maneira de ser, conhecer e interpretar*. Revista Brasileira de História, vol. 18, n. 36, São Paulo, 1998.
- VESENTINI, José; VLASH, Vânia. *Geografia Crítica: o espaço social e o espaço brasileiro*. Editora ática, São Paulo, 1996.
- VIEZZER, Moema. *A educação ambiental no contexto de uma estratégia latino-americana para a Amazônia*. In: Pavan, Crodowaldo. Uma estratégia latino-americana para a Amazônia. Brasília: Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; São Paulo, memorial, 1996. 3 volume.
- VINÃO, Antônio. *A história das disciplinas escolares*. Revista Brasileira de História da Educação nº 18 set./dez. 2008.
- KENZO, Maria. *A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição*. Revista São Paulo em perspectiva, volume 15, nº4, 2001.

ENTREVISTAS

Entrevista concedida pelo senhor José William Junior a Davison Alves. Belém 14 de abril de 2015.

Entrevista concedida pela senhora Violeta Loureiro a Davison Alves. Belém, 10 de abril de 2015.

Entrevista concedida pelo senhor Ribamar Oliveira a Davison Alves. Belém, 08 de abril de 2015.

Entrevista concedida pela senhora Maria de Fátima Oliveira a Davison Alves. Belém de 08 de abril de 2015.

Entrevista concedida pela senhora Edilena Barbosa a Davison Alves. Belém, 30 de abril de 2015.

FONTES:

LOUREIRO, Violeta. Amazônia: meio ambiente. Editora Cejup, 2000.

LOUREIRO, Violeta. Amazônia: história e análise de problemas. Editora Cejup, 2000.

PROST, Gerard. História do Pará: das primeiras populações à Cabanagem. Belém, 1998.

PROST, Gerard. História do Pará: do período da borracha aos dias atuais. Belém, 1998.

ANEXO A – GRADE CURRICULAR DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ (1996)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ/ SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/ SECRETARIA
ADJUNTA DE ENSINO.

MATRIZ CURRICULAR COM BASE NA L.D.B. Nº. 9394/96 E RESOLUÇÕES Nº. 630/97, 231/98, 766/98 –
CEE

	MATÉRIA	ATIVIDADE E/OU DISCIPLINA	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa	Língua portuguesa	X	X	X	X	6	6	6	6
	Ensino da História e Geografia	Ensino da História e Geografia	X	X	X	X	-	-	-	-
		História	-	-	-	-	2	2	3	2
		Geografia	-	-	-	-	3	2	2	2
	Ciências	Ciências	X	X	X	X	-	-	-	-
		Ciências Físicas e Biológicas	-	-	-	-	2	3	2	3
	Matemática	Matemática	X	X	X	X	6	6	6	6
	Educação Física	Educação Física	X	X	X	X	2	2	2	2
	Educação Artística	Educação Artística	X	X	X	X	2	2	2	2
	Educação Religiosa	Ensino Religioso	X	X	X	X	1	1	1	1
Parte Diversificada	Língua Estrangeira moderna		-	-	-	-	3	3	2	2
	Estudos Amazônicos		-	-	-	-	2	2	3	3
Carga Horária Semanal			20	20	20	20	29	29	29	29
Carga Horária Anual			800	800	800	800	1160	1160	1160	1160

ANEXO B – MATRIZ CURRICULAR SECUC PARÁ 1999

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO

Ofício Circular nº 018/98-DEN

Belém, 10 de dezembro de 1998

Senhor(a) Diretor(a),

Vimos, por este intermédio, encaminhar a V.Sa. as novas matrizes curriculares para o **Ensino Fundamental e Médio** para o ano de 1999.

Este expediente se divide em três partes: a primeira (este ofício), no qual se faz algumas breves considerações gerais sobre as novas matrizes; a segunda diz respeito às matrizes para o Ensino Fundamental e a terceira refere-se às matrizes do Ensino Médio. Seguem, abaixo, as considerações gerais.

- **Do fundamento legal das novas matrizes**

As novas matrizes (ou grades) curriculares estão fundamentadas na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Fundamental e nas resoluções emanadas do Conselho Estadual de Educação.

- **Dos princípios que nortearam a construção das grades**

Além de se inserirem dentro do escopo da legislação acima referida, nortearam a elaboração das novas matrizes, alguns princípios fundamentais:

- a) a necessidade de concentrar os conteúdos das diversas áreas no menor número de disciplinas possível;
- b) este esforço foi envidado no sentido de impedir a fragmentação dos conteúdos curriculares, e levou a que se desse dois tratamentos distintos, um para cada nível de ensino, conforme pode ser observado nas orientações para cada nível respectivamente (anexas a este).

Além das grades, estamos encaminhando para sua escola os seguintes materiais:

- Horário escolar/99
- Exemplar do Projeto Pedagógico da Escola
- Resolução do Conselho Estadual de Educação que torna obrigatória a elaboração e a execução do PPE em 1999;
- Alguns indicadores sobre o desempenho dos alunos para facilitar a elaboração do PPE; além desses indicadores gerais a escola deve analisar a reprovação por disciplina, para saber que ações devem ser objeto do PPE com vistas a equacionar o problema da reprovação.
- Correspondência ao Coordenador do Conselho Escolar e à Direção.

Apresentamos, na oportunidade, nossos protestos da mais elevada consideração e nossos votos de um ano de 1999 muito fecundo em termos profissionais e pleno de felicidade pessoal, extensivos à toda a comunidade escolar.

Atenciosamente,

Profa. Violeta Refkalefsky Loureiro

Diretora de Ensino



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO

ORIENTAÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO MODELO CURRICULAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL, A PARTIR DE 1999, COM BASE NAS NOVAS DIRETRIZES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL (MEC E CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO).

INTRODUÇÃO AO TEMA DA NOVA MATRIZ

No caso do Ensino Fundamental a carga horária ficou bastante concentrada nas disciplinas da Base Nacional Comum -BNC, ficando a Parte Diversificada beneficiada com uma disciplina – Estudos Amazônicos e com a disciplina Língua Estrangeira Moderna que, mesmo sendo da BNC, tem sua carga horária computada na Parte Diversificada. Assim, espera-se equacionar dois problemas, simultaneamente: a carência de professor no interior do Estado, caso a oferta de disciplinas fosse muito variada na Parte Diversificada; compensar a fragmentação curricular que, lamentavelmente, não foi superada com a nova LDB, na medida em que as disciplinas obrigatórias são ainda muito numerosas.

1 - BASE NACIONAL COMUM (BNC) E PARTE DIVERSIFICADA.

A Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/PA, propõe um modelo curricular para o Ensino Fundamental com base nas novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental. As referidas diretrizes estabelecem uma Base Nacional Comum – BNC e uma Parte Diversificada.

A Base Nacional Comum está constituída das áreas de conhecimento geral. Para o desenvolvimento dessas áreas o Conselho Nacional de Educação estabeleceu um conjunto de disciplinas, que são, portanto, obrigatórias. São elas:

Língua Portuguesa

Matemática

Ciências

Geografia

História

Educação Artística

Educação Física

Educação Religiosa, na forma do Artigo 33, da Lei 9394/96, integra a PCN, segundo a nova redação dada pela lei nº 9.475/97. A disciplina Língua Estrangeira apesar de ser da Base Nacional Comum deve ter sua carga horária computada na Parte Diversificada. Dessa forma, a Parte Diversificada constará de duas disciplinas, sendo uma Língua Estrangeira (Inglês, Francês e Espanhol) e a outra Estudos Amazônicos, que já tinha sido submetida à apreciação pelo CEE.

ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA NAS DISCIPLINAS DA BASE NACIONAL COMUM:

- a) Acréscimo de mais uma aula na 6ª série na disciplina Ciências Físicas e Biológicas, considerando o incentivo ao trabalho de pesquisa e de investigação científica para entendimento do homem e do meio ambiente em que vive e a necessidade de vencer o atraso científico e tecnológico brasileiro.

- b) **Acréscimo de mais uma aula na disciplina História**, na 7ª série, onde será dada prioridade à História do Brasil, conforme sugestão dos Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como **acréscimo de mais uma aula na 5ª série na disciplina Geografia do Brasil**.
- c) **Educação Física ficará na 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries com 2 horas de aulas semanais**. Isto porque o ensino da Arte se constituirá num componente curricular obrigatório do Ensino Fundamental, ficando, portanto, a disciplina **Educação Artística com duas aulas semanais na 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries**, atendendo assim aos pressupostos da Lei nº 9.394/96 (Art. 26 § 2º) que é a formação cultural dos alunos.

2 – COMPOSIÇÃO DA PARTE DIVERSIFICADA:

Para compor a **Parte Diversificada**, a escola deverá escolher uma **Língua Estrangeira** acrescida da nova disciplina denominada de **Estudos Amazônicos**.

ALTERAÇÃO DE DISCIPLINA NA PARTE DIVERSIFICADA:

- a) **Fusão da disciplina Redação e Expressão** da Parte Diversificada, com duas aulas semanais, com a disciplina Língua Portuguesa, a partir de 5ª série, por entendermos não ter sentido trabalhá-la de forma isolada como disciplina, o que vem acontecendo, uma vez que os referidos conteúdos fazem parte da disciplina Língua Portuguesa, portanto, deverão ser ministrados na referida disciplina. O que têm que ser melhor definidos são os conteúdos curriculares.
- b) **Inclusão da disciplina Estudos Amazônicos** na Parte Diversificada, em lugar da disciplina Estudos Paraenses, por ser a mesma mais abrangente no seu conteúdo, que a disciplina Estudos Paraenses, com duas aulas semanais na 5ª e 6ª séries e três aulas semanais na 7ª e 8ª séries.
A disciplina **Estudos Amazônicos**, justifica-se pela imperiosa necessidade da escola contribuir para a formação de uma consciência nos cidadãos sobre a Amazônia como uma questão nacional e ser a Amazônia o maior e mais rico sistema natural do planeta Terra.
- c) A disciplina **Estudos Amazônicos** deverá ser ministrada pelos professores licenciados em Sociologia, História e Geografia, pertencentes ao quadro de servidores da SEDUC.
- d) Inclusão de uma **Língua Estrangeira** na parte diversificada com 03 (três) aulas semanais a partir da 5ª e 6ª séries e 02 (duas) aulas semanais na 7ª e 8ª séries, obedecendo assim, à obrigatoriedade da Lei de Diretrizes e Bases de nº 9394/96.
- e) Das aulas “casadas”

O (a) diretor (a) deve procurar organizar os horários dos professores de forma que as aulas fiquem “casadas”, duas a duas. Como são 6 tempos de aula, exceto no período noturno, as aulas “casadas” facilitarão o desempenho do professor e otimizarão a utilização do tempo disponível, melhorando o rendimento escolar, como um todo.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO

PROPOSTA CURRICULAR COM BASE NA L.D.B. Nº 9394/96 E RESOLUÇÕES Nº 630/97 E 231/98-CEE.

		MATÉRIA	ATIVIDADE E/OU DISCIPLINA	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
ARTIGOS 26 E 33 (L.D.B. Nº 9.394/96)	BASE NACIONAL COMUM	LÍNGUA PORTUGUESA	LÍNGUA PORTUGUESA	X	X	X	X	6	6	6	6
		ENSINO DA	ENSINO DA	X	X	X	X	--	--	--	--
		HISTÓRIA E GEOGRAFIA	HISTÓRIA E GEOGRAFIA	--	--	--	--	2	2	3	2
			HISTÓRIA	--	--	--	--	3	2	2	2
			GEOGRAFIA	--	--	--	--	3	2	2	2
			CIÊNCIAS	X	X	X	X	--	--	--	--
			CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS	--	--	--	--	2	3	2	3
			MATEMÁTICA	X	X	X	X	6	6	6	6
			ED. RELIGIOSA	X	X	X	X	1	1	1	1
			ED. FÍSICA	X	X	X	X	2	2	2	2
	ED. ARTÍSTICA	X	X	X	X	2	2	2	2		
PARTE DIVERSIFICADA		LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	INGLÊS/ FRANCÊS/ ESPANHOL	--	--	--	--	3	3	2	2
		ESTUDOS AMAZÔNICOS	ESTUDOS AMAZÔNICOS	--	--	--	--	2	2	3	3
CARGA HORÁRIA SEMANAL				20	20	20	20	29	29	29	29
CARGA HORÁRIA ANUAL				800	800	800	800	1160	1160	1160	1160

OBSERVAÇÃO:

- λ Artigo 26 e seus parágrafos.
- λ Artigo 33 alterado via Lei nº 9.475/97.

ORIENTAÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO DO MODELO CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO, A PARTIR DE 1999, COM BASE NAS NOVAS DIRETRIZES PARA O ENSINO MÉDIO (MEC e Conselho Nacional de Educação)

1. Introdução ao Tema das Novas Matrizes

Em primeiro lugar, lembramos que a BNC inclui 12 disciplinas, mesmo sendo uma delas computada na Parte Diversificada. Dessa forma, houve um acréscimo considerável no número total de horas do Ensino Médio.

A lista de oferta de disciplinas que constituem a Parte Diversificada é muito mais rica, contemplando mais de 2 dezenas de disciplinas. Há, contudo, alguns critérios para que a escola viabilize suas opções. Esses critérios podem ser observados nas orientações que seguem em anexo. Elas se destinam aos diretores e técnicos das escolas, mas foram incluídas neste expediente porque podem servir para que o Conselho possa apreciar melhor a nova organização curricular e suas possibilidades.

Ainda no caso do Ensino Médio, embora seja possível organizar os conteúdos em estudos ou áreas interdisciplinares, mantivemos certas disciplinas sob a forma como elas vinham sendo ministradas nas escolas da rede estadual. É o caso de Filosofia e Sociologia. Acreditamos que o espírito da reforma do Ensino Médio não esteja limitado apenas ao estabelecimento de áreas de conhecimento e, menos ainda, à fixação de determinadas disciplinas, mas que ele vai muito mais além. É preciso modernizar, dinamizar e vincular os conteúdos programáticos das disciplinas que integram as matrizes curriculares à vida cotidiana e às necessidades de formação do cidadão. Assim sendo, torna-se imprescindível trabalhar novas metodologias de ensino-aprendizagem. Sem isto, a escola que temos continuará a ser muito diferente daquela que almejamos e da qual nossas crianças, jovens e adultos precisam, pois nos últimos anos 74% dos alunos matriculados no ensino médio possuem mais de 17 anos de idade (SEDUC/ASPLAN).

Assim sendo, quando se tratar dos conteúdos curriculares, é que procuraremos articular os conhecimentos de forma interdisciplinar. Alguns conteúdos serão tratados por grupos de disciplinas, para que a experiência da interdisciplinaridade não se frustre, transformando-se na simples justaposição de disciplinas ou ainda, numa duplicação de temas estudados. Mas esta é uma tarefa que, como a anterior, deverá demandar alguns anos de trabalho e experiência – tarefa que está sendo planejada para começar no próximo ano civil.

A informática será, gradativamente, trabalhada em todas as escolas, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. No presente momento, a SEDUC já implantou 4 Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), sendo um em Belém, Marabá, Altamira e Santarém. Os mesmos já estão capacitando professores para atuarem na rede. Até o mês de fevereiro/99 já devem estar implantados 64 laboratórios de informática educativa em grandes escolas. Com isto, gradativamente, a informática será introduzida, como um **recurso pedagógico**, embora haja ainda a possibilidade de tratá-la como disciplina da Parte Diversificada. Ou seja, no futuro, quer como recurso, quer como disciplina, a informática deverá atingir e beneficiar todas ou quase todas as escolas da rede.

2. A MATRIZ CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO: BASE NACIONAL COMUM - BNC E PARTE DIVERSIFICADA

A Secretaria de Estado de Educação – SEDUC-Pa propõe um novo modelo curricular para o Ensino Médio, com base no Artigo 26 da LDB e nas novas **Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio**. As referidas Diretrizes estabelecem uma **Base Nacional Comum - BNC** a ser complementada, em cada estabelecimento escolar, por uma **Parte Diversificada**, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela, lançando-se mão da Interdisciplinaridade e da Contextualização como recursos para ampliar as inúmeras possibilidades de interação entre as disciplinas e entre as áreas de conhecimento.

A LDB destaca que a organização curricular do ensino médio deve ser orientada por alguns pressupostos onde a formação básica se realizará pela constituição de competências, habilidades e disposição de condutas do que pela quantidade de informações. Assim, aprender a aprender e a pensar, a relacionar o conhecimento com dados da experiência cotidiana, a dar significado ao aprendido e a captar o significado do mundo, a fazer a ponte entre a teoria e a prática, a fundamentar a crítica, a argumentar com base em fatos, a lidar com o sentimento que a aprendizagem desperta, são desafios que a nova matriz curricular pretende dar conta.

A **Base Nacional Comum** está constituída por 3 grandes áreas curriculares: **Linguagens e Códigos, Ciências Humanas e Ciências da Natureza e Matemática** Para o desenvolvimento dessas três áreas o Conselho Nacional de Educação estabeleceu um conjunto de disciplinas, que são, portanto, obrigatórias. São elas:

Língua Portuguesa
Língua Estrangeira Moderna
Educação Física
Artes
História
Geografia
Sociologia
Filosofia
Matemática
Física
Química
Biologia

A disciplina Língua Estrangeira Moderna, apesar de ser da BCN, deve ter sua carga horária computada na Parte Diversificada^(*). Dessa forma, a nova matriz curricular já conta com **12 disciplinas obrigatórias**. Como consequência, a Parte Diversificada contará com no máximo **quatro disciplinas**. Caso contrário, haveria uma fragmentação excessiva dos conteúdos, com grande prejuízo para a aprendizagem dos alunos.

3. A Carga Horária Total dos Cursos (Diurno e Noturno) – Ensino Médio

A carga horária total do Ensino Médio na rede estadual no Pará superará o mínimo obrigatório estabelecido por lei (2.400 horas), já que no **diurno** ficará com um total de **3.760 horas**, sendo necessário que a estruturação do horário escolar em 6 (seis) tempos de aula com duração de 45 (quarenta e cinco) minutos cada módulo-aula. Este aumento deverá resultar numa melhoria da qualidade do ensino, tal como já ocorreu a partir de 1997, quando a carga horária foi estendida para 3.200 horas.

O curso **noturno**, a partir de 1999, teria inicialmente um tratamento diferenciado, com a carga horária de 2.400 horas estabelecida por lei, mas ao ser encaminhada a proposta ao CEE, esse órgão, através do Parecer nº 377/98, sugeriu um acréscimo de carga horária, como margem de segurança para flexibilização dos programas e atividades, como forma de prevenção aos imprevistos de um ano letivo escolar, passando agora para **2.720 horas**, ofertadas em 5 (cinco) tempos de aula, com duração de 45 (quarenta e cinco) minutos cada. Dessa forma, espera-se que o nível de ensino e conseqüentemente o rendimento no processo de aprendizagem dos alunos do

noturno melhora, pela retirada da última hora de aula, quando, sabidamente, o rendimento era muito baixo para alunos e professores.

4. A Composição da Parte Diversificada – Ensino Médio

4.1. Os critérios para a Escolha das Disciplinas que Integrarão o Modelo Curricular

6

Para compor a Parte Diversificada, no período **diurno**, a escola deverá escolher **duas disciplinas/ano (na 2ª e 3ª séries), que ficaria, assim, com um total de 5 disciplinas (já que Língua Estrangeira está nela)**. A Língua Estrangeira Moderna, tanto a obrigatória, como a optativa, embora façam parte da Base Nacional Comum, deverá ser incluída no cômputo da carga horária da Parte Diversificada, de acordo com o Art. 11, inciso V da Res. Nº 03 (26/06/98) da Câmara de Educação Básica do CNE.

No período **noturno**, também será ofertada uma parte diversificada, a escola deverá escolher **uma disciplina/ano (na 2ª e 3ª séries), ficando assim, com um total de 3 disciplinas (já que Língua Estrangeira está nela)**. Na escolha das disciplinas da Parte Diversificada as escolas deverão levar em consideração os seguintes critérios:

A - As necessidades dos alunos, reveladas pelos percentuais de Rendimento dos Mesmos nos Anos Anteriores

Assim, por exemplo, se houve uma reprovação elevada em Língua Portuguesa nos anos anteriores, se os alunos têm dificuldade de se expressar na língua escrita, interpretar textos, etc, a escola poderá reforçar a carga horária de L.Portuguesa, escolhendo a disciplina Língua Portuguesa II; e assim por diante. Ver listagem, a seguir apresentada.

B - A disponibilidade de professores

Ao escolher as disciplinas a escola deverá atentar para a existência de professor habilitado na rede, seja na escola, seja em outra escola, desde que fique acordada a transferência do profissional entre os diretores das duas unidades.

C -As condições materiais de infra-estrutura, quando se tratar da disciplina informática na educação.

O programa de Informática Educativa-PROINFO (MEC/SEDUC) está em pleno andamento e, por isto, já no início de 1999 um grande número de escolas terá um laboratório de informática. Ainda assim, muitas outras escolas só serão beneficiadas pelo programa ao longo do ano e nos próximos dois anos. Face a isto, recomenda-se cautela na oferta do curso. De qualquer forma, como as disciplinas da Parte Diversificada integram a matriz curricular a partir da 2ª série, muitas escolas terão condições adequadas de oferecer a disciplina.

4.2. Lista de oferta de Disciplinas da Parte Diversificada – Ensino Médio

A seguir, apresenta-se um leque de disciplinas ou componentes curriculares para compor a Parte Diversificada, com carga horária semanal de 02 (duas) horas-aula cada uma, a partir da 2ª série, assim, a Unidade Escolar poderá escolher, no máximo, 04 (quatro) disciplinas no modelo curricular do diurno e 02 (duas) disciplinas para o noturno. Veja as alternativas a seguir.

Alternativa A – a escola escolhe disciplinas que integram a BCN para reforçar a aprendizagem em áreas básicas.

As disciplinas que reforçam a Base Comum Nacional, quando estiverem com o código **II**, na Parte Diversificada, devem ser tratadas como disciplinas diferentes, com cadernetas separadas, podendo a disciplina ter o mesmo ou outro professor. As disciplinas são as seguintes:

- | | |
|-------------------------|-----------------------------------|
| 1. Língua Portuguesa II | 7. Sociologia II |
| 2. Educação Física II | 8. Biologia II |
| 3. Artes II | 9. Física II |
| 4. História II | 10. Química II |
| 5. Geografia II | 11. Matemática II |
| 6. Filosofia II | 12. Língua Estrangeira Moderna II |

Alternativa B – A escola escolhe disciplinas de uma lista de oferta, sugerida no Seminário do Ensino Médio/Seduc/1998. São elas:

1. Ecologia
2. Literatura Brasileira
3. Literatura Paraense
4. Estatística
5. Estudos Amazônicos
6. Estudos Paraenses
7. Aspectos da Vida Cidadã (Saúde; Sexualidade; Vida Familiar e Social; Meio Ambiente; Trabalho; Ciência e a Tecnologia; Cultura e Linguagem)
8. Noções de Turismo
9. Matemática Financeira
10. Direito e Legislação

11. Informática na Educação

Alternativa C - As Unidades Escolares poderão ainda incluir as disciplinas abaixo relacionadas, desde que não ultrapassem o máximo de 04 (quatro) disciplinas:

12. Organização e Normas do Trabalho.
13. Segurança e Higiene do Trabalho.
14. Programa de Informação Profissional.

A escola também pode escolher disciplinas das diversas alternativas, combinadamente:

Disciplinas combinadas (A + B) ou
disciplinas combinadas (A + C) ou
disciplinas combinadas (B + C) ou
disciplinas combinadas (A + B + C)

5. Dos prazos

A escola comunica à DRH-DILOT suas escolhas quando for preencher o formulário de lotação no início do ano letivo, mas a escolha deve ser discutida na escola, anteriormente. Se possível, em dezembro/98.

6. Da habilitação do docente para ministrar as disciplinas das alternativas B e C.

Disciplina	Requisitos p/ habilitação	Habilitação a título precário
1.Ecologia	Pós Graduação em Educação Ambiental Licenciatura em Biologia Licenciatura em Geografia	Engenheiro Agrônomo
2.Literatura Brasileira	Licenciatura Plena em Letras	Lic.Polivalente em Letras
3.Literatura Paraense	Licenciatura Plena em Letras	Lic.Polivalente em Letras
4.Estatística	Licenciatura Plena em Ciências Sociais	Bacharéis em C. Contábeis, Administração de Empresas. Administração Escolar
5.Estudos Amazônicos	Licenciatura Plena em Geografia Licenciatura Plena em C. Sociais Licenciatura Plena em História	Bacharéis em Geografia, Ciências Sociais e História
6.Estudos Paraenses	Licenciatura Plena em História	Bacharéis em História,

	Licenciatura Plena em Geografia Licenciatura Plena em C. Sociais	Geografia e C. Sociais
7.Aspectos da Vida Cidadã (Saúde; Sexualidade; Vida Familiar e Social; Meio Ambiente; Trabalho; Ciência e a Tecnologia; Cultura e Linguagem)	Licenciatura Plena em C. Sociais e Filosofia.	Licenciatura Plena em Biologia e Polivalente em C. Naturais
8.Noções de Turismo	-	Bacharel em Turismo
9.Matemática Financeira	Licenciatura Plena em Matemática	Bacharéis em Ciências Contábeis, Econômicas e Administração
10.Programa de Informação Profissional	Pedagogia: Orientação Educacional Licenciatura Plena em Psicologia	-
11.Direito e Legislação	Lic. em Disciplinas Especializadas (esquema) Bacharel em Direito	Bacharel em Direito
12.Informática na Educação	Pós Graduados em Informática	Tecnólogo em Proces-

	Educativa	samento de Dados
13.Organização e Normas do Trabalho.	-	Bacharel em Administração de Empresa
14.Segurança e Higiene do Trabalho.	-	Bacharel em Administração de Empresa

MODELO CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO – DIURNO**CARGA HORÁRIA: 3.760 horas****ANO: 1999****DURAÇÃO DO MÓDULO-AULA: 45 MIN.**

AMPARO LEGAL	ÁREAS DE CONHECIMENTO	DISCIPLINAS OU COMPONENTES CURRICULARES	SÉRIES			CRÉDITO	CH TOTAL	
			1ª	2ª	3ª			
LEI N.º 9.394/96 – LDB – Art. 26 RESOLUÇÃO N.º 03/98 - CNE	LINGUAGEM, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	LÍNGUA PORTUGUESA	04	04	04	12	480	
		EDUCAÇÃO FÍSICA	02	02	02	06	240	
		ARTES	02	-	-	02	80	
		SUBTOTAL	08	06	06	20	800	
	CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	HISTÓRIA	03	03	03	09	360	
		GEOGRAFIA	03	03	03	09	360	
		FILOSOFIA	02	-	-	02	80	
		SOCIOLOGIA	02	-	-	02	80	
		SUBTOTAL	10	06	06	22	880	
	CIÊNCIAS NATURAIS, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	BIOLOGIA	03	03	03	09	360	
		FÍSICA	03	03	03	09	360	
		QUÍMICA	03	03	03	09	360	
		MATEMÁTICA	03	04	04	11	440	
		SUBTOTAL	12	13	13	38	1.520	
	TOTAL			30	25	25	80	3.200
	PARTE DIVERSIFICADA	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA 1*		02	02	02	06	240
		DUAS DISCIPLINAS (A, B ou C)		-	04	-	04	160
		DUAS DISCIPLINAS (A, B ou C)		-	-	04	04	160

	DA						
		TOTAL	02	06	06	14	560
CARGA HORÁRIA SEMANAL		32	31	31	94	3.760	
CARGA HORÁRIA ANUAL		1.280	1.240	1.240	-	3.760	



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO

MODELO CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO - NOTURNO								
CARGA HORÁRIA: 2.720 horas								
ANO: 1999								
AMPARO LEGAL	ÁREAS DE CONHECIMENTO	DISCIPLINAS OU COMPONENTES CURRICULARES	SÉRIES			CRÉDITO	CH TOTAL	
			1ª	2ª	3ª			
LEI N.º 9.394/96 – LDB – Art. 26 RESOLUÇÃO N.º 03/98 - CNE	BASE NACIONAL COMUM	LINGUAGEM, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	LÍNGUA PORTUGUESA	03	04	04	11	440
			ARTES	02	-	-	02	80
			SUBTOTAL	05	04	04	13	520
		CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	HISTÓRIA	02	02	02	06	240
			GEOGRAFIA	02	02	02	06	240
			FILOSOFIA	02	-	-	02	80
			SOCIOLOGIA	02	-	-	02	80
			SUBTOTAL	08	04	04	16	640
		CIÊNCIAS NATURAIS, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	BIOLOGIA	02	02	02	06	240
			FÍSICA	02	02	02	06	240
			QUÍMICA	02	02	02	06	240
			MATEMÁTICA	03	04	04	11	440
			SUBTOTAL	09	10	10	29	1.160

			TOTAL	22	18	18	58	2.320	
PA RT E DI VE RSI FI CA DA			LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	02	02	02	06	240	
			DISCIPLINA 01 DAS ALTERNATIVAS A, B OU C	-	02	-	02	80	
			DISCIPLINA 02 DAS ALTERNATIVAS A, B OU C	-	-	02	02	80	
				SUBTOTAL	02	04	04	10	400
				CARGA HORÁRIA SEMANAL	24	22	22	68	2.720
			CARGA HORÁRIA ANUAL	960	880	880	-	2.720	

OBS. Este Modelo será adotado pelo Sistema Modular de Ensino, nesse sentido a disciplina séries, com carga horária de duas horas aulas semanais.

Educação Física será ofertada nas três